

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
CURSO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA**

**O ÊXODO RURAL NO MUNICÍPIO
DE LEOBERTO LEAL**

ALBA LAURA DA CUNHA

Orientador: Augusto César Zeferino, PhD.

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Área de concentração: Desenvolvimento Regional e Urbano

Florianópolis – SC

Outubro, 1998

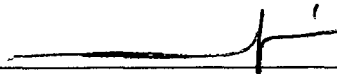
O EXODO RURAL NO MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

ALBA LAURA DA CUNHA

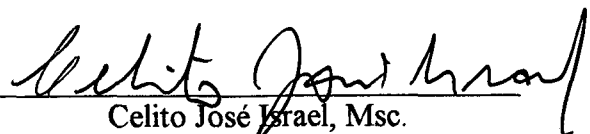
Dissertação submetida ao Curso de Mestrado em Geografia, concentração em Desenvolvimento Rural e Urbano, do Departamento de Geociências do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC, em cumprimento aos requisitos necessários à obtenção do grau acadêmico de Mestre em geografia.

Leila Cristina Duarte Dias, Dra.
Coordenadora do Curso de Pós-Graduação em Geografia

APROVADA PELA COMISSÃO EXAMINADORA EM: // 1998.


Augusto César Zeferino, PhD.
Orientador


Walkíria Krüger Corrêa, Dra.


Celito José Israel, Msc.

Este trabalho é dedicado
ao meu dileto companheiro Pedro Paulo,
aos meus amados filhos, Otto, Cristiano e Paulo,
aos meus queridos pais Guilherme e Nelba
e, aos hospitaleiros produtores rurais do
Município de Leoberto Leal - SC.

SUMÁRIO

SUMÁRIO.....	iii
LISTA DE MAPAS.....	v
LISTA DE GRÁFICOS.....	v
LISTA DE QUADROS.....	vi
LISTA DE TABELAS.....	vi
APÊNDICE.....	vii
ANEXO.....	vii
RESUMO.....	viii
KURFASSUNG.....	ix
INTRODUÇÃO.....	01
I - ÁREA DE ESTUDO - CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA.....	13
1.1. Caracterização e aspectos históricos.....	13
1.2. Infra-estrutura e aspectos econômicos.....	20
1.3. Caracterização geral dos aspectos físicos.....	27
1.3.1. <i>Esboço geológico</i>	27
1.3.2. <i>Considerações sobre o relevo e a hidrografia</i>	32
1.3.3. <i>Aspectos do clima e da cobertura vegetal</i>	38
II - CONSIDERAÇÕES SOBRE A ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA DE LEOBERTO LEAL...	53
2.1. Reflexões prévias: a propósito das relações da produção.....	53
2.2. A estrutura agrária.....	55
2.2.1. <i>A estrutura fundiária</i>	55
2.2.2. <i>Aspectos econômicos e sociais da produção agrícola</i>	63
2.2.2.1. A composição da mão-de-obra.....	63
2.2.2.2. A condição do produtor.....	66

2.2.2.3. Aspectos da produção e da produtividade agrícola.....	68
2.2.2.4. Aspectos da pecuária.....	73
2.2.2.5. Comercialização da produção agropecuária.....	75
2.3. Leoberto Leal no contexto da modernização da agricultura brasileira.....	77
2.3.1. <i>Considerações gerais sobre a modernização da agricultura.....</i>	77
2.3.2. <i>O padrão tecnológico da agricultura de Leoberto Leal.....</i>	83
 III - A DINÂMICA DEMOGRÁFICA NO MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC.....	103
3.1. O êxodo rural: considerações teórico-conceituais.....	103
3.1.1. <i>A propósito de sua consideração e definição.....</i>	103
3.1.2. <i>Considerações teórico sobre as migrações.....</i>	104
3.2. Aspectos demográficos gerais.....	113
3.2.1. <i>A distribuição da população rural e urbana de 1970 a 1996.....</i>	113
3.2.2. <i>O crescimento demográfico de 1970 a 1996.....</i>	121
3.2.3. <i>A estrutura etária e por sexo.....</i>	124
3.2.4. <i>O grau de instrução e situação financeira da população rural.....</i>	129
3.3. O fenômeno do êxodo rural intra e intermunicipal de Leoberto Leal.....	137
3.3.1. <i>Principais características do movimento: forma, dimensão e trajetória.....</i>	139
3.3.2. <i>Causas e fatores do êxodo rural.....</i>	145
3.3.3. <i>Consequências.....</i>	158
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	160
 BIBLIOGRAFIA GERAL.....	165
 ANEXOS.....	174

LISTA DE MAPAS

01 - LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DA ÁREA DE ESTUDO.....	14
02 - PRINCIPAIS CORREDORES DE COMUNICAÇÃO, TRANSMISSÃO E RELAÇÕES DE INTERDEPENDÊNCIA REGIONAL DO MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC.....	24
03 - MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC: GEOLOGIA.....	29
04 - MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC: HIPSOMETRIA.....	34
05 - MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC: TIPOS DE SOLO.....	41
06 - MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC: APTIDÃO AGRÍCOLA DAS TERRAS....	43
07 - MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC: COBERTURA VEGETAL.....	50
08 - FLUXOGRAMA DA EMIGRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC....	143

LISTA DE GRÁFICOS

01 - Diagrama Ombro Térmico de LEOBERTO LEAL - SC.....	45
02 - LEOBERTO LEAL: Composição da Mão-de-Obra.....	63
03 - LEOBERTO LEAL: Distribuição da Mão-de-Obra familiar.....	64
04 - LEOBERTO LEAL: Condição do Produtor.....	67
05 - LEOBERTO LEAL: Utilização de Adubos.....	89
06 - Evolução da População Urbana Rural de Santa Catarina - 1960 a 1996.....	118
07 - Evolução do Quadro da População Total, Urbana e Rural de LEOBERTO LEAL - SC, 1970 a 1996.....	119
08 - População Total, Urbana e Rural de LEOBERTO LEAL - 1970 a 1996.....	120
09 - LEOBERTOLEAL: Pirâmide Etária - 1970.....	125
10 - LEBERTO LEAL: Pirâmide Etária - 1980.....	125
11 - LEOBERTO LEAL: Pirâmide Etária - 1991.....	125
12 - LEOBERTO LEAL: Pirâmide Etária - 1996.....	125
13 - LEOBERTO LEAL: Destino e Número de Famílias Emigrantes - 1991 a 1995.....	141
14 - LEOBERTO LEAL: Destino e Número de Jovens Emigrantes - 1991 a 1995.....	142

LISTA DE QUADROS

01 - LEOBERTO LEAL: Divisão Estratigráfica.....	28
02 - LEOBERTO LEAL: Número de Tratores Segundo a Potência - 1985 a 1996.....	86
03 - LEOBERTO LEAL: Utilização de Equipamentos Agrícolas.....	86
04 - LOCALIDADES RURAIS: Relação Trator/Estabelecimento.....	88
05 - LEOBERTO LEAL: Renda Média Mensal Familiar.....	133

LISTA DE TABELAS

01 - LEOBERTO LEAL: Estrutura Fundiária - 1970 a 1985.....	59
02 - LEOBERTO LEAL: Estrutura Fundiária - 1996.....	62
03 - Produção e Produtividade dos Principais Produtores Agrícolas de LEOBERTO LEAL - SC.....	69
04 - População Total, Urbana e Rural do Brasil - 1960 a 1996.....	114
05 - Evolução da População Urbana e Rural de Acordo com as Regiões Brasileiras.....	115
06 - População Urbana e Rural da Região Sul - 1960 a 1996.....	117
07 - População Absoluta e Relativa de LEOBERTO LEAL Segundo o Domicílio Rural e Urbano - 1970 a 1996.....	119
08 - LEOBERTO LEAL: Taxa de Crescimento Demográfico.....	122
09 - LEOBERTO LEAL: Taxa de Natalidade, Mortalidade e Crescimento Natural - 1970 a 1996.....	122
10 - Taxa Média Geométrica de Crescimento Populacional por Área Geográfica.....	123
11 - População total e Crescimento Populacional dos Municípios da Microrregião Geográfica de Tijucas - 1970 a 1996.....	123
12 - Grau de Instrução do Produtor e de seu Cônjuge.....	129
13 - Grau de Escolaridade dos Filhos dos Agricultores, por Faixa Etária.....	129
14 - Numero Total e Percentual de Aparelhos de Primeira Necessidade nas Residências dos Produtores Rurais de LEOBERTO LEAL.- SC.....	133

APÊNDICES

Apêndice I: Peculiaridades sobre o Padrão Tecnológico de LEOBERTO LEAL - SC.	101
Apêndice II - a: Famílias Rurais de LEOBERTO LEAL de Melhor Situação Financeira	135
Apêndice II - b: Famílias Rurais de LEOBERTO LEAL de Pior Situação Financeira.....	135

ANEXOS

- I - Questionário de Campo (Entrevistas).
- II - Formulários de Campo para Preenchimento Pelos Professores das Escolas Municipais.
- III - Mapa Rodoviário e de Hidrografia de LEOBERTO LEAL - SC.
- IV - Cópia de Plantas de Lotes Coloniais do Núcleo Colonial Esteves Júnior (parte da área do Município de Leoberto Leal - SC).
- V - Dados Meteorológicos de LEOBERTO LEAL - SC.
- VI - Cópia do Decreto 750.
- VII - Tabela: Condição do Produtor.
- VIII- Edital de Arrematação de Imóvel Rural.
- IX - Projeto CRER.
- X - Mapa - Santa Catarina: Área de Influência das Localidades Centrais.
- XI - Produtores Denunciam Ágio no PRONAF.
- XII- Os Jovens da Roça e os Meios de Comunicação.

RESUMO

Neste Trabalho nos propomos a enfocar o êxodo rural, ou mais precisamente a evasão populacional do Município de Leoberto Leal - SC, relacionando-o ao índice e ao ritmo do crescimento demográfico negativo. Interessou-nos principalmente a análise da mobilidade espacial da população e suas características, assim como as direções dos fluxos emigratórios, suas causas e conseqüências.

Procuramos verificar as variações do ritmo desse fenômeno e seus reflexos na composição da população total por idade, por sexo, e por domicílio rural e urbano desde 1970 até o último censo (1996). Além disso, buscamos subsídios para confirmar o pressuposto de que o êxodo rural é o principal fator de “despovoamento” do Município. Além de tratar dessas questões demográficas, achamos necessário e conveniente também averiguar a estrutura sócio econômica na tentativa de relacioná-la aos fatores de repulsão populacional, bem como aos fatores de estagnação econômica.

Procuramos identificar e analisar as causas e fatores desse processo de evasão populacional no Município de Leoberto Leal, relacionando-os a agentes de ordem direta e indireta e aos fatores de “atração” e de “repulsão”, além de levantar também as conseqüências da evasão nos campos econômico e social.

Verificamos que a ausência de lucro nas atividades da “produção familiar” tem sido o maior responsável pela expulsão da população rural de Leoberto Leal. No entanto, a ausência de indústrias no Município também tem sido apontada como um dos fatores que mais influencia a expulsão da população, especialmente a jovem, dada a inexistência de oferta de emprego para suprir a demanda que se apresenta. Assim sendo, parcela da população ativa dirige-se para outros municípios na esperança de conseguir melhores condições de vida que as oferecidas ou encontradas em Leoberto Leal.

De modo geral, os emigrantes têm-se dirigido para os municípios vizinhos (em todas as direções) e para municípios de maior expressão demográfica e cujo desenvolvimento industrial, de modo geral, é bastante expressivo no contexto catarinense, como: Brusque, Blumenau, Guabiruba e Joinville, sendo para Brusque o maior fluxo registrado.

Como conseqüências Leoberto Leal apresenta, primeiramente, uma diminuição constante do seu efetivo demográfico, o qual aliás já se mostrava baixo desde a emancipação do Município em 1962. Por outro lado, indiretamente, está havendo um aumento do percentual de população senil, uma vez que há uma diminuição da população adulta da jovem que está se evadindo.

KURZFASSUNG

In dieser Arbeit berichten wir über die Gründe oder besser gesagt die Ursachen einer Flucht der Landbewohner vom Munizip Leoberto Leal. Mit besonderer Aufmerksamkeit schauen wir auf die Bewohner, vergleichen auch die Verhältnisse der negativen Entwicklung und versuchen eine Erklärung hierüber festzustellen die den wahren Anlass für solch eine Flucht der Bewohner auf sich hat.

Uns interessierte vor allem die Analyse der inneren Landwanderung, ihre Anzeichen, ihre Richtungen, ihre Gründe und ihre Folgen. Wir versuchen ebenfalls darzustellen welche Unterschiede im Rhythmus dieser Abwanderung liegen und seine Merkmale unter der gemischten Bevölkerung eventuell noch nach Alter und Geschlecht oder auch nach Ansässigen des Landes und der Stadt, dieses zwischen 1970 bis 1996 (letzte Volkszählung) usw. Auch das: Um zu bestehen holt das Munizip von außerhalb Unterstützungen um damit die Voraussetzungen eines Beschlusses zu decken, das klar zeigt dass der Abzug der Landbewohner der Wendepunkt der Entleerung des Munizips von Leoberto Leal ist.

Nach diesen vorgenannten Angaben müsste man auch wirtschaftliche, soziale und lebenswichtige Strukturen einer sicheren Lebensmöglichkeit näher ins Auge nehmen. Es ist noch erwähnen dass unsere Nachforschungen und erhaltenen Ergebnisse sehr wertvoll waren. Somit stellten wir fest, dass der geringe Verdienst der Familienarbeiten eine grosse Verantwortung trägt. Auch das die Bevölkerung ständig wächst und für die Nachkommen keine neuen Arbeitsplätze und Angebote dort selbst geschaffen werden.

Auch das Munizip Leoberto Leal über keine Industrien und Fabriken verfügt die dieses Arbeitssuchenden aufnimmt und ihre Lebensmöglichkeit sichert. Daher entsteht eine Wunderrung dieser Suchenden und sie gehen dann in die Nachbar - Munizips wo die Angebote attraktiver sind und sie mit einer besserer Lebensaussicht und sicheren Anstellung rechnen können. Die meist gesuchten Orte sind Brusque, Guaburuba und Joinville. Die größte Anziehung ergibt sich nach Brusque.

Aus den vorstehenden Angaben entnimmt man für das Munizip Leoberto Leal einen ständigen, langsamen Rückgang der Entwicklung und der ansässigen Bürger welches allerdings schon seit der Gründung 1962 besteht. Aufgrund dieser Situation und der immer geringer werdenden Bevölkerung wird es dort laufend mehr Schwierigkeiten in der wirtschaftlichen und sozialen Entwicklung geben.

INTRODUÇÃO

Do ponto de vista conceitual, o êxodo rural constitui-se em um dos vários aspectos que apresenta o movimento populacional horizontal, genericamente denominado de “migração interna”. Para efeito deste trabalho, entendemos o êxodo rural como a saída ou o deslocamento da população da zona rural que abandona as práticas ocupacionais do setor primário e se dirige para áreas urbanas buscando ocupar-se nos setores secundário e terciário. Especificamente na área de nossa pesquisa, essa emigração assumiu predominantemente o caráter *intermunicipal*.

Embora tenha se apresentado desde há muito na história do homem moderno, o êxodo rural adquiriu maior intensidade na atualidade, particularmente nos países de industrialização tardia. Destacando-se como o movimento populacional mais freqüente e de maior atuação na América Latina, teve seu início notadamente a partir das primeiras décadas deste século quando simultaneamente iniciava-se o processo de industrialização que desencadeou um vertiginoso crescimento das áreas urbanas.

Por ser considerado na atualidade, o mais importante dentre os movimentos internos de população, o êxodo rural tem se constituído em objeto de estudo, principalmente de economistas e sociólogos, embora outros especialistas como geógrafos e demógrafos também se preocupem e tratem do fenômeno.

Analisando o êxodo rural e os demais tipos de migrações internas no Brasil, constatamos que o fenômeno tem sido uma constante do ponto de vista histórico-estrutural. Fato já notório desde o início deste século, apresenta-se como uma tendência natural do desenvolvimento econômico.

LOPES (1973:131), que analisa as migrações como parte integrante das transformações estruturais que constituem o desenvolvimento, entende que “já no fim da década dos anos 30, os migrantes nacionais tornaram-se a grande maioria dos que chegavam à parte mais dinâmica da economia”. Ao referir-se aos fluxos migratórios inter-regionais, o autor prossegue dizendo que os mesmos intensificaram-se a partir dos anos 40 e 50 deste século, quando deu-se início à formação de um mercado interno nacional.

O êxodo rural se caracteriza pela diminuição nos índices de população rural em detrimento do aumento da população urbana. Pela ausência de estatísticas específicas, esta característica inerente e particular deste tipo de deslocamento populacional constitui-se, por si só, no melhor indicador da ocorrência do fenômeno. Não obstante CAMARGO (1960) já o tenha estudado a partir do Censo de 1940, entretanto, é a partir de 1970 que constatamos uma mudança radical do perfil da população do País, a qual, até então, apresentava maior percentual de população situada nas áreas rurais: 55,0% em 1960. Índices bem maiores eram encontrados anteriormente, uma vez que o País caracterizava-se como de economia essencialmente agrícola e, portanto, sua população era predominantemente rural.

No censo de 1970 o percentual de população rural do Brasil baixou para 44,1% e o de população urbana alcançou 55,9%, isto é, a partir de então a população urbana passou a ser maior que a rural. Daí em diante, o seu crescimento foi constante e vertiginoso, tanto em números absolutos quanto em percentuais, contrapondo-se à contínua diminuição da população rural. Assim, registra-se no País, notadamente a partir de 1970, um acelerado e flagrante processo de urbanização em que as taxas anuais de crescimento da população urbana alcançam valores muito elevados: 4,4%, representando no decênio 1970/1980 quase o dobro da taxa de crescimento da população total que foi de 2,5%. (DAVIDOVICH, 1988:16).

Embora tenha acompanhado a situação geral do País, o processo de urbanização e conseqüente desruralização no Estado de Santa Catarina apresentou ritmo e intensidade, de certa forma diferentes, isto é, apresentou-se mais recentemente e de forma menos explosiva do que em outros estados. As primeiras modificações neste quadro passaram a ocorrer a partir do decênio de 1960/1970, quando o percentual de população urbana, (que era bem menor do que o de população rural), passou a aumentar em detrimento da diminuição deste. Entretanto, é somente a partir da década de 80 que esta situação passou a se reverter de fato: o percentual de população urbana, 59,38%, ultrapassou o de população

rural, 40,62%. Aumentando sempre mais, a população urbana do Estado alcançou em 1991 o percentual de 70,63%, e em 1996, 73,12%, ficando a população rural com apenas 29,37% e 26,88% respectivamente. A cada censo analisado percebe-se que o percentual (e às vezes até os números absolutos) de população rural tem diminuído, e inversamente, alguns municípios têm registrado um aumento considerável da população urbana, tanto em números absolutos quanto em percentuais.

O processo migratório em geral, em Santa Catarina, inicialmente registrou um período em que predominaram as migrações do tipo *rural-rural intra-estaduais* (época da colonização - no início do século), seguidas pelas migrações *rural-rural interestaduais*, onde a princípio registram-se correntes emigratórias direcionadas às frentes agrícolas do Estado do Paraná. A partir de então, Santa Catarina passou não só a enviar contingentes populacionais para outros estados, como também, a receber imigrantes de outras Unidades da Federação, embora o saldo migratório permanecesse negativo (o saldo sobre o movimento geral de entradas e saídas). Entretanto, a Região Oeste do Estado, representada pelas Microrregiões Colonial do Oeste Catarinense e a Colonial do Rio do Peixe, constituíram-se numa exceção, uma vez que receberam os maiores contingentes migratórios registrados, tornando-se nessa época, as áreas receptoras do maior número de imigrantes do Estado. Importa ainda dizer que esses imigrantes oriundos de áreas rurais decadentes do Rio Grande do Sul somavam aproximadamente 190.000 pessoas. Deste contingente, seguiram adiante em direção ao Estado do Paraná, cerca de 15%, ficando no Oeste Catarinense um total aproximado de 160.000 migrantes, ou seja, a grande massa.

A partir de 1950, concomitante ao movimento migratório do tipo *rural-rural* registra-se também o início de correntes de migrações do tipo *rural-urbanas*, tanto *interestaduais* quanto *intra-estaduais*, com maior destaque para estas últimas. Crescendo continuamente, intensificando-se a partir da década de 70, as migrações *rural-urbanas intra* ou *intermunicipais* tornaram-se em Santa Catarina, a exemplo de todo o País, o tipo predominante.¹

Como resultado de uma tendência geral observada a nível nacional, tem ocorrido nas últimas décadas no Estado de Santa Catarina (e até o presente momento), uma evasão populacional de municípios cuja população total, via de regra, está abaixo dos 20.000 habitantes; houve neste período uma diminuição ou esvaziamento da população das zonas

¹ Victor Antonio PELUSO JÚNIOR. *Estudos de Geografia Urbana de Santa Catarina*, 1991, pp. 25-33, e SUDESUL/UFRGS. *O fenômeno migratório na Região Sul*, 1975, p. 62.

rurais, e em alguns casos — embora muito raros — também uma estagnação demográfica das áreas urbanas de municípios onde o percentual de população rural em relação à população total, ultrapassa o índice de 60,00%. Em contrapartida tem ocorrido simultaneamente uma elevação da concentração populacional em áreas urbanas de municípios onde a população total geralmente é superior aos já mencionados 20.000 habitantes.

Isto posto, podemos concluir que desde 1970 vários municípios catarinenses, além de registrarem perdas de seus contingentes de população rural apresentaram também perdas na área urbana (porém com maior índice de evasão da população rural), fato este que, automaticamente resulta em movimento demográfico vertical negativo, podendo-se assim notar a existência de *migração rural-urbana intermunicipal*.

Tal processo tem sido registrado em um grande número de municípios catarinenses, os quais têm apresentado índices percentuais de evasão populacional bastante elevados embora em valores absolutos tais números nem sempre sejam tão significativos, considerando que os mesmos geralmente apresentam (mesmo antes de se constatar a emigração) baixos totais populacionais.

Dos 197 municípios catarinenses existentes em 1980, 68, ou 34,51% tiveram taxa de crescimento demográfico negativa, sendo portanto, dispersores de população. Embora em menor magnitude, em 1991 o fenômeno se repete: dos 278 municípios da época, 62, ou 22,30%, apresentaram crescimento negativo. Em 1996, o fenômeno agravou-se: dos 293 municípios, 110, ou 37,54%, registraram perda de população total. Neste sentido deve-se ainda considerar dispersores, aqueles que mantiveram a taxa média geométrica de crescimento anual equilibrada, ou seja, próxima de zero, com índices inferiores a 0,50 %.(21 municípios de 1970/1980; 14, de 1980/1991, e 30 de 1991/1996).² Considerando que o saldo entre a natalidade e a mortalidade mostra-se sempre superior a zero (é muito raro o caso deste saldo ser zero, pelo menos por enquanto), o crescimento natural ou vegetativo tem sido positivo, levando a concluir que houve evasão populacional, ou seja, emigração.

O Município de Leoberto Leal, (delimitação geográfica de nossa pesquisa), encontra-se dentro do contexto anteriormente descrito. O mesmo tem sido um dispersor, — embora modesto pelo próprio contingente demográfico — de população

² Segundo o *Anuário Estatístico de Santa Catarina*, IBGE, 1995, pp. 140-5 e *Contagem da População*, 1996, pp. 1-6.

oriunda, em sua maioria da zona rural, e que se dirige predominantemente para centros urbanos de municípios tais como: Brusque, Guabiruba, Blumenau e Joinville.

Ao tomarmos conhecimento da ocorrência desse processo de despovoamento no Município em estudo, surgiram alguns questionamentos, como: (a) por que isto acontece? (b) que conseqüências esse processo pode causar ao Município dispersor? (c) são os fluxos emigratórios uma resultante do processo de evolução de uma economia primária em expansão e transformação da mesma para economias industrializadas? (d) que causas e fatores são responsáveis pelo impulso desses fluxos?

Tentando responder a estes questionamentos, primeiramente, delimitamos o espaço temporal desta pesquisa: de 1970 a 1996 (último censo disponível). Em seguida, estabelecemos os seguintes objetivos:

1. Determinar as causas, motivos e fatores do êxodo rural no Município de Leoberto Leal.
2. Relacionar o êxodo rural aos fatores que impediram e/ou impedem o crescimento econômico do Município.
3. Identificar a estrutura fundiária e sua importância (ou influência) no desempenho agrícola local.
4. Identificar as formas e condições de acessibilidade ao mercado e de comercialização da produção.
5. Avaliar o crescimento vegetativo da população de Leoberto Leal de 1970 a 1996, bem como, o comportamento da PEA, (População Economicamente Ativa) no mesmo período.
6. Analisar o nível tecnológico da agricultura praticada no Município, através do estudo dos seguintes elementos: (a) sistemas agrícolas adotados; (b) índices de produção e produtividade; (c) uso de insumos e implementos agrícolas; (d) participação e papel do crédito agrícola; (e) participação efetiva (ou não) do órgão local de extensão rural (EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e de Extensão Rural de Santa Catarina - S.A.); e (f) níveis de percepção e a resistência do agricultor às inovações.

Para atingir tais objetivos, este estudo seguiu a regra geral das pesquisas na área das Ciências Sociais, ou seja, baseou-se em dois procedimentos metodológicos gerais:

1º) O trabalho de gabinete: A princípio, o trabalho de gabinete se constituiu em um levantamento bibliográfico e estatístico sobre aspectos do tema escolhido. Em seguida, procedemos às consultas: (a) de início, em função dos objetivos propostos para a referida pesquisa, procuramos o embasamento teórico-conceitual necessário ao tratamento dos

aspectos fundamentais da temática das migrações, notadamente considerando-se o seu caráter abrangente; (b) buscamos também subsídios com respeito ao estudo do tema direcionado à área de “origem do movimento”, ou seja, a área dispersora de população. Entretanto, após extenso levantamento bibliográfico, constatamos que esta abordagem, via de regra, constitui-se uma exceção nas pesquisas sobre o êxodo rural. Foram ainda objeto de pesquisa bibliográfica, as questões relacionadas aos diversos fatores que, direta ou indiretamente, podem interferir nos movimentos populacionais.

Em um segundo momento da pesquisa de gabinete, procuramos analisar os dados secundários sobre a área escolhida, com relação a:

a) *Aspectos demográficos*: primeiramente buscamos elementos que nos permitissem a escolha dos métodos de mensuração e técnicas de análise relativos ao processo migratório. Nesta busca nos deparamos com muitas dificuldades, notadamente, e em especial, no sentido de não haver em disponibilidade, dados que representem a intensidade do fenômeno com precisão. Ao examinar os censos do IBGE (1970 a 1996) verificamos a existência de diferentes critérios utilizados na coleta de informações sobre as migrações. No Censo de 1970, “*a investigação limitou-se às pessoas não naturais do município*” (IBGE, 1970:XXXI). Nos demais censos foram também indagadas a situação do domicílio (rural ou urbana), além do local de nascimento e a duração da residência no lugar recenseado. Ignorou-se, entretanto, as (possíveis) migrações existentes entre o local de nascimento e o da última residência anterior ao censo. O lugar da última residência (nome do município), entretanto, só foi pesquisado no Censo de 1991.

Além dos inconvenientes já mencionados com relação ao uso dos dados secundários em nossa pesquisa, merece destaque especial um pequeno detalhe que inviabilizaria quase que totalmente a análise: nos dados do IBGE temos resultados diretos para a imigração, enquanto que nossa pesquisa trata da emigração populacional. Ao constatar essa situação, aventamos a possibilidade de, de maneira indireta chegar aos resultados desejados, ou seja, verificando em cada município catarinense quantos habitantes declararam ter residido em Leoberto Leal. Desta forma, poderíamos chegar a um resultado satisfatório, entretanto, tal procedimento é altamente moroso tornando-se assim inviável. Além disso, poderia ser aplicado somente no Censo de 1991, uma vez que nos demais (1970, 1980 e 1996) o município da residência anterior não é identificado, embora conste o local de nascimento que nem sempre é o último local de residência.

Considerando as desfavoráveis condições dos dados secundários específicos disponíveis, verificamos que o melhor método — embora indireto — para determinarmos a ocorrência do êxodo rural, é a análise da sua relação percentual com a população total entre dois períodos censitários. Por outro lado, em se tratando de migração rural-urbana intermunicipal torna-se necessário procedermos a uma comparação dos dados do percentual da população rural, com o crescimento da população total. Se o saldo for negativo, este é atribuído à migração rural-urbana.

Como em nossa pesquisa nos preocupamos em analisar o êxodo rural no “seu lugar de origem” (no caso, o Município de Leoberto Leal), achamos conveniente analisar também os indicadores demográficos mais gerais relativos ao Município: o crescimento demográfico, a composição da população por idade e sexo, o crescimento vegetativo e, a distribuição da população por área urbana e rural.

b) *Aspectos relativos à organização agrária:* buscamos junto ao IBGE e ao INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), informações para o estudo da estrutura fundiária, as relações de produção e a composição da mão-de-obra agrícola. Os censos agropecuários (IBGE) nos forneceram também informações sobre a produção agrícola e demais variáveis da organização agrária. Esta fonte de dados ainda contribuiu para a avaliação do processo de modernização da agricultura do Município. Algumas destas variáveis foram também analisadas a nível de Estado e a nível de País, para efeitos de comparação da situação do Município neste particular.

2º) A pesquisa de campo: A partir deste primeiro contato com os dados secundários, passamos à pesquisa de campo, baseada em entrevistas, observações diretas, busca de informações junto às instituições religiosas, sociais e administrativas e, por último, à aplicação de formulários (questionário) junto aos produtores rurais.

Na pesquisa de campo buscamos primeiramente formar uma idéia do processo de colonização da área que hoje constitui o território do Município e, para tanto, além de conversar com algumas pessoas mais idosas que detém esse conhecimento, buscamos subsídios junto aos documentos do extinto Núcleo Colonial Esteves Júnior,³ no Município de Major Gercino.

O levantamento de dados através de entrevistas não poderia ser feito de modo a atingir toda a população rural devido a restrições de ordem prática: tempo, material e

mão-de-obra insuficientes, bem como custos elevados. Assim, procedemos ao levantamento por amostragem, procurando alcançar 30% da população com a intenção de atingir o maior nível de confiança possível.

Na tentativa de quantificar a amostra de maneira que pudéssemos atingir percentuais proporcionais de produtores rurais de acordo com o total de cada localidade (unidades amostrais), procuramos obter informações junto à Secretaria Municipal da Agricultura e ao Escritório Local da EPAGRI. Nossa busca, entretanto, foi infrutífera. Nenhum dos dois órgãos procede à qualquer tipo de levantamento por localidade, e portanto, não possui estatísticas a respeito.

Procedemos então ao levantamento do número de produtores (proprietários) rurais com base no Cadastro Rural do INCRA. Este levantamento, entretanto, apresentou o inconveniente de contemplar somente os proprietários, o que indiretamente representa algumas distorções no total apurado para cada localidade, uma vez que exclui os arrendatários, bem como outras formas de condição de produtor existentes.

Apesar deste inconveniente, este foi o melhor meio disponível que encontramos para determinar o tamanho da amostra, uma vez que nos censos do IBGE estes dados são apresentados somente para o total do Município. Por constituir-se em um registro dos proprietários rurais, o uso do Cadastro do INCRA, entretanto, acarretou em falhas no cálculo proporcional de produtores por comunidade, (pois como já mencionamos, desconsidera os arrendeiros, parceiros e meeiros) embora não tenha influenciado no tocante ao total amostrado. Em 1992 foram cadastrados 650 produtores (proprietários). Número este bem menor que o apresentado pelo último Censo Agropecuário do IBGE, em disponibilidade na época em que nos preparávamos para proceder à pesquisa de campo: 933 produtores (Censo de 1985).

Na prática das entrevistas, a seleção dos produtores foi aleatória, embora tenhamos na maioria das vezes, considerado em primeiro lugar, o fator proximidade da residência ou da lavoura à estrada, tendo entretanto o cuidado em aplicar o número previsto de formulários por localidade rural. Quando a pessoa a quem aplicávamos a entrevista demonstrava um maior conhecimento sobre o Município, procurávamos estabelecer também um diálogo informal.

³ Os documentos do extinto Núcleo Colonial Esteves Júnior encontram-se depositados no sótão de uma antiga casa (em cuja parte inferior funcionam provisoriamente um posto telefônico e um posto de saúde) na localidade de Boiteuxburgo, sem receber nenhum cuidado do poder público.

O formulário⁴ (com questões abertas e fechadas) procurou tratar de informações que trouxessem subsídios a alguns dos objetivos propostos para a pesquisa. Assim sendo, contemplou dados gerais referentes ao produtor rural e sua família, bem como contemplou indicadores de desenvolvimento sócio-econômico e de modernização da agricultura, tais como: renda, condições sanitárias da propriedade, técnicas de cultivo, uso de insumos e fertilizantes, produção e produtividade, além de dados que indicassem a evasão populacional e alguns de seus aspectos (ocorrida entre 1992 e 1995).

Após a elaboração do formulário, que continha, a princípio, oitenta e cinco questões, procedemos a um teste com cerca de vinte produtores rurais, o que aconteceu nos meses de novembro e dezembro de 1995. Ao analisar as respostas dadas, constatamos algumas dificuldades de comunicação, quais sejam: (a) nível de detalhamento insatisfatório em alguns assuntos; (b) falhas de redação e algumas discrepâncias entre a linguagem usada pela autora e a linguagem coloquial dos entrevistados, o que, em última análise contribuiu para dificultar o entendimento das perguntas e assim diminuir a fidedignidade das informações fornecidas.

A partir dessa constatação, procedemos às modificações necessárias, suprimindo algumas questões e acrescentando outras. No entanto, não foi possível dar continuidade imediata às entrevistas em função de que, a partir desta época (final de novembro e início de dezembro), os agricultores estão sobrecarregados com as colheitas da cebola e do fumo, e com o plantio do milho e do feijão da segunda safra. Assim sendo, retomamos os trabalhos em março de 1996, tendo concluído as entrevistas em fins do mês de julho do mesmo ano.

Em função do tamanho da amostra e da área de estudo ser muito extensa, foi necessário procedermos à pesquisa de campo em etapas, permanecendo dez dias no Município e dez dias em trabalho de gabinete, notadamente no planejamento e elaboração de mapas referentes aos aspectos físicos do mesmo: solos, aptidão agrícola, cobertura vegetal, hipsometria, hidrografia. Planejamos também a elaboração de um mapa de vias de circulação, e de outro contemplando as relações intermunicipais, prestação de serviços e infra-estrutura.

Concluídas as entrevistas, retornamos ao local mais algumas vezes para completar as observações, a coleta de dados junto à Prefeitura e outros órgãos, e ainda proceder a

⁴ Para elaboração do questionário, tomou-se por base: (a) O questionário aplicado no estudo: *Região Geoeconômica de Brasília: A produção de bens alimentares básicos hortícolas e o mercado da Capital Federal* - Maria E. de P. C. de SÁ & Outros, 1984. (b) *A produção familiar no Município de Urubici: O caso das hortaliças* (Celito J. ISRAEL, 1991).

algumas conversas informais.

Com o objetivo de confirmar os dados obtidos através das entrevistas sobre a emigração populacional do Município, levantamos informações a respeito, também junto à extinta Exatoria Estadual onde consultamos o Cadastro de Registro de Agricultor, no qual procuramos verificar quais os produtores rurais (identificados nominalmente) que deram baixa no seu registro (1992 a 1995). Como a porcentagem de agricultores registrados é muito baixa, esta fonte não satisfaz às necessidades para se chegar a um resultado fidedigno. Então recorremos a uma terceira fonte: os professores das escolas municipais distribuídas nas principais localidades rurais, os quais, auxiliados por seus alunos, preencheram formulários (Anexo II) que contemplavam informações relativas ao êxodo rural na respectiva localidade. Assim, posteriormente procedemos ao cruzamento das informações obtidas nas duas fontes, (e ainda as das entrevistas) eliminando as repetições.

Concluída a pesquisa de campo, tratamos da sistematização, tabulação e compilação dos dados. A compilação foi feita através do Software Quest, desenvolvido por Cristiano Hinsching, com o uso do Joiner 3.0. Em seguida passamos à seleção e análise das respostas em aberto, constantes no questionário das entrevistas. Retomamos novamente os trabalhos cartográficos elaborando um fluxograma da emigração populacional do Município de Leoberto Leal, baseando-nos na estatística do trabalho de campo. Os mapas em geral, foram todos organizados pela autora, porém o desenho definitivo foi realizado por dois profissionais e dois processos distintos. O primeiro, manual, mecânico, e o segundo, computadorizado. O mapa de circulação (rodovias) foi baseado, a princípio, nas cartas topográficas do IBGE e em um mapa rodoviário do Município (cedido pela Prefeitura e confeccionado pela Associação dos Municípios da Grande Florianópolis).

Durante as entrevistas procuramos também “conferir” a fidedignidade dos dados representados no mapa rodoviário com respeito à localização das estradas. Logo constatamos alguns erros e indícios de desatualização: algumas das estradas constantes neste mapa, já não existiam mais; outras, construídas mais recentemente, não constavam do mesmo ou o seu traçado estava impreciso, e diante desta situação, resolvemos fazer a sua atualização. Era intenção fazê-la através de imagens de satélite. A busca de imagens adequadas a esse tipo de estudo, junto aos órgãos oficiais, no entanto, foi infrutífera. Decidimos então percorrer o Município novamente, em toda a sua extensão, agora para efetuar essa atualização diretamente em campo.

Em função de imprevistos atmosféricos, por ocasião dessas viagens, alguns trechos do território não foram atingidos (aproximadamente 20% das estradas). Para a confirmação de algumas dúvidas a respeito das referidas áreas, contamos com a ajuda de três munícipes, bons conhecedores do traçado das estradas do Município. Um segundo problema encontrado com relação a este mapa foi a impossibilidade de identificarmos as estradas municipais segundo a numeração constante do Plano Rodoviário Municipal aprovado pela Câmara Municipal em setembro de 1995. O referido plano possui várias irregularidades com relação à extensão, numeração e nomeação das estradas. Assim sendo, pela impossibilidade de entendimento abolimos, para fins cartográficos, a identificação numérica das estradas municipais, optando apenas por classificá-las quanto à sua origem, em estaduais e municipais, e com relação às condições do traçado, diferenciando-as em estradas ou caminhos.

De posse de todo esse material, passamos à sua análise e interpretação e, concomitantemente, à confecção de tabelas e gráficos e à redação final, a qual convencionamos estruturar em três capítulos, distribuídos da seguinte maneira:

No *Capítulo I* foram tratados primeiramente os aspectos relacionados às características gerais do Município, incluindo posição geográfica e localização da área de estudo. Visando uma análise mais abrangente quanto às causas e fatores determinantes dos movimentos populacionais horizontais em Leoberto Leal (êxodo rural intermunicipal) buscamos o conhecimento da história da ocupação humana do espaço em estudo, bem como as características do seu meio físico na tentativa de correlacioná-lo ao meio social nele assentado, pois entendemos que o estudo e a análise geográfica de qualquer atividade humana, requer alguns conhecimentos básicos sobre o meio físico da referida área.

Como o presente trabalho centraliza sua análise sobre a população que se dedica às atividades agropecuárias, portanto, direta e intrinsecamente relacionadas ao meio físico (solo, clima, relevo), faz-se necessário analisar as implicações desses elementos naturais com as diferentes atividades agrárias e pastoris desenvolvidas na área em estudo. Portanto, para concluirmos algo a esse respeito necessitamos conhecer as formações geológicas, o modelado, os tipos de solo e a interação desses elementos com os demais elementos da biosfera, mais especificamente com os elementos climáticos e as formações vegetais.

Na tentativa de responder a alguns dos questionamentos anteriormente colocados foi necessário empreendermos também um estudo sobre as características da organização agrária do Município, já que o alvo de nossa pesquisa, a população rural, é predominante, e

por assim dizer, constitui-se na representação mais significativa da conjuntura econômica do local pesquisado. Neste sentido, nos preocupamos em estudar as relações entre a estrutura fundiária e demais componentes da organização agrária, com o êxodo rural. Estes assuntos foram expostos no *Capítulo II*.

No *Capítulo III* nos detivemos em tratar o tema central deste trabalho, discorrendo primeiramente sobre a fundamentação teórica na qual nos apoiamos. Procuramos também delinear o nosso entendimento sobre o conceito de êxodo rural, bem como das migrações em geral. Em seguida fizemos um estudo demográfico da área, onde examinamos: (a) a evolução do crescimento populacional; (b) a distribuição da população segundo o domicílio rural e urbano; (c) a distribuição da população por idade e sexo; (d) o grau de instrução da população rural e, (e) a situação financeira do produtor. Foi também nossa preocupação localizar o Município no contexto demográfico catarinense, fazendo ainda correlação com a dinâmica populacional do País.

Mesmo sendo concebida como processo, a migração rural-urbana de que trata o presente estudo é analisada em um momento e em uma área específicos. Após breve estudo do êxodo rural na escala nacional, procuramos identificar e expor suas principais características em âmbito local/regional.

De modo geral, o êxodo rural tem sido tratado nas áreas receptoras de população. Nesta pesquisa, entretanto, nos interessamos pela análise do processo na área expulsora, ou seja, na área de evasão populacional, procurando determinar suas causas, conseqüências (demográficas e econômicas), os fluxos e as direções do movimento.

Vale ressaltar que, por concentrar as atenções na área dispersora de população, (neste caso, o Município de Leoberto Leal), na determinação do ritmo, intensidade e direção dos fluxos emigratórios, foram de grande valia os resultados obtidos através da pesquisa de campo.

Enfim, no desenrolar deste capítulo procuramos responder a todos os questionamentos por nós colocados quando da elaboração do Projeto de Pesquisa.

I - CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA DA ÁREA DE ESTUDO

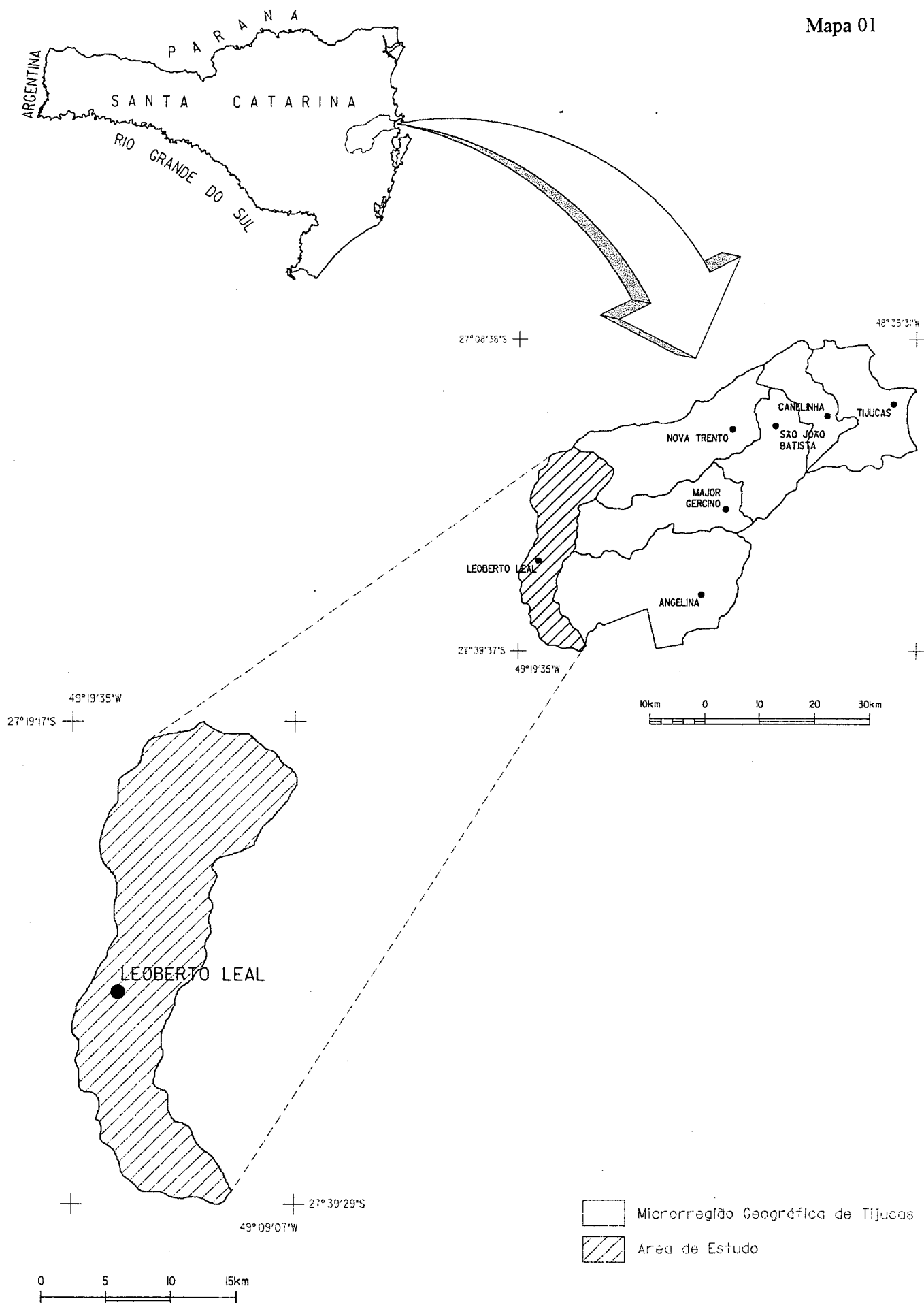
1. 1. Posição geográfica e aspectos históricos

Distante cerca de 110 km de Florianópolis (a capital), Leoberto Leal - SC, situa-se no alto vale do rio Alto Braço (afluente da margem esquerda do rio Tijucas), entre as latitudes de 27° 19' e 27° 39' S, e entre as longitudes de 49° 08' e 49° 19' W (mapa 01).

Segundo o IBGE, Leoberto Leal possui uma superfície de 298,3 km², cuja configuração espacial apresenta-se alongada no sentido N-S. O Município tem seus limites sul, leste e oeste, formados pelas cristas das vertentes da Bacia do já citado rio Alto Braço que corta o seu território desde o extremo sul, no sentido S-N, até a foz do Ribeirão dos Ovos (afluente da margem esquerda), a uma latitude aproximada de 27° 23' S, quando então muda o seu curso para a direção NE, alcançando terras do Município de Nova Trento, na localidade chamada Conquista. A Serra do Tijucas serve de limite com Vidal Ramos, a oeste; com o Município de Alfredo Wagner ao sul, encontra-se a Serra dos Faxinais que se estende até a divisa com Angelina a sudeste; a leste, na divisa com Major Gercino, situa-se a Serra da Pedra. Próximo à divisa com Nova Trento, está a Serra do Mich, que é um prolongamento da Serra da Pedra. Os limites com Nova Trento (a nordeste) e Imbúia (a oeste) não apresentam serras de destaque. (Ver mapa - Anexo III).

LOCALIZAÇÃO GEOGRAFICA DA AREA DE ESTUDO

Mapa 01



Leoberto Leal integra a Microrregião Geográfica de Tijucas, composta de sete municípios (mapa 01), e faz parte da AMGRANPOLIS (Associação dos Municípios da Grande Florianópolis).

Desmembrado do Município de Nova Trento a 12 de dezembro de 1962 e instalado a 17 de fevereiro de 1963, o Município de Leoberto Leal teve suas origens territoriais no Distrito de Vargedo, o qual foi criado a 05 de março de 1932. A ocupação humana da área que corresponde ao território do antigo Distrito de Vargedo, hoje Município de Leoberto Leal, deu-se em dois momentos distintos, com origens e processos de povoamento também distintos.

O primeiro foi dirigido, intencional e administrado pelo Governo Federal, representado na região pelo Núcleo Colonial Esteves Júnior, (foto 01) cuja sede administrativa localizava-se junto ao lugar denominado Boiteuxburgo (hoje pertencente ao Município de Major Gercino). Essa colonização atingiu a parte centro-norte e a parte central do território que hoje pertence ao Município de Leoberto Leal (mais efetivamente a parte norte). O segundo momento foi particular e espontâneo, e localizou-se no sul do território do atual Município.



FOTO 01 - Casa que serviu de sede administrativa da Seção Nova Trento do Núcleo Colonial Esteves Júnior, na localidade de Boiteuxburgo, onde atualmente funciona uma escola de Primeiro Grau. Foto: A autora, 1994.

O primeiro momento da ocupação da área ocorreu por volta de 1910 quando, segundo depoimento dado à autora pelo Sr. Izaltino José de Souza,⁵ chegou à região onde hoje se situam as localidades de Rio do Tigre e Corridas (em Leoberto Leal), e Conquista (em Nova Trento) um contingente de várias famílias vindas da localidade de Garcia no Município de Angelina, e da Colônia de São Pedro de Alcântara (descendentes de portugueses e de imigrantes alemães). Estas famílias vieram para o local com a finalidade de trabalhar na instalação do Núcleo Colonial Esteves Júnior na abertura de estradas, na construção de pontes, no corte de madeira, etc.. Depois de instalado o Núcleo, algumas destas famílias permaneceram ali, fixando residência e trabalhando, principalmente com a criação de porcos, a fabricação de açúcar e farinha de mandioca, e usufruindo da caça e da pesca que eram abundantes na região.

Segundo depoimento do Sr. Otto Ruthowski⁶ (confirmado pelo Sr. Ivo de Souza⁷), por volta de 1926 vieram vinte e oito famílias de imigrantes alemães que se instalaram em terras próximas à Boiteuxburgo (sede da Seção Nova Trento do Núcleo), as quais deram à localidade o nome de Vargem dos Bugres (noroeste do Município de Leoberto Leal).

Contou-nos o Sr. Otto que estas famílias chegaram ao Brasil em 1913, como parte de um contingente maior que desembarcou no Rio de Janeiro. Alguns ali se fixaram, os demais reiniciaram a viagem por mar com destino a Florianópolis. De Florianópolis foram para São Pedro de Alcântara e de lá para Nova Trento, e por fim, Vargem dos Bugres via Pinheiral (esta última localidade hoje pertence ao Município de Major Gercino).

Como incentivo à colonização das terras virgens o Governo Federal fornecia alimentos à todas as famílias durante o primeiro ano de vida na região, além de facilidades para o pagamento das terras.

Entre outros aspectos da colonização gostaríamos de destacar a preocupação dos administradores do Núcleo com a adaptação dos imigrantes ao local, a qual encontra-se expressa em Relatório da Inspeção do Serviço de Povoamento de Santa Catarina, do ano de 1922, p. 8, onde lemos o seguinte:

⁵ Morador de Rio do Tigre, nascido nesta localidade em 1931, filho do Sr. José Caetano de Souza, chefe de uma das primeiras famílias que povoaram o norte do atual território de Leoberto Leal.

⁶ Morador da localidade de Vargem dos Bugres. Chegou ao local em 1910 com a idade de 8 anos, acompanhando seus pais, imigrantes alemães. Ali constituiu família, e viveu até agosto de 1996, quando veio a falecer por insuficiência respiratória. Nunca perdeu o amor pela pátria distante, embora amasse também a pátria que o acolheu. Aprendeu a língua portuguesa, mas gostava muito de falar e ler na língua de sua terra natal.

⁷ Ivo de Souza - morador da área urbana e descendente dos primeiros povoadores da parte sul do território que hoje compõe o Município de Leoberto Leal.

...temos tido o cuidado de localizar colonos nacionais entre os imigrantes: não só para que estes aprendam com facilidade o nosso idioma como também para que, com eles, nacionais, adquiram conhecimentos sobre o nosso clima e, sobretudo sobre as nossas épocas de plantação.

Esta preocupação, no entanto, não foi o suficiente para fixar os imigrantes que se instalaram em Vargem dos Bugres. A maioria não se adaptou ao local, devido principalmente, à grande distância em relação aos locais provedores dos recursos básicos. Dali saindo, os imigrantes dirigiram-se para Brusque, São Pedro de Alcântara e Biguaçu. Das vinte e oito famílias instaladas em Vargem dos Bugres, restaram apenas três: Ruthowski, Stück e Baummer, das quais uma delas ainda está representada até hoje pelos descendentes do Sr. Otto (foto 02).

O segundo momento da ocupação do atual território do Município de Leoberto Leal teve seu início por volta do ano de 1917, quando chegaram os primeiros colonizadores (cinco famílias) no sul do Município. Todos descendentes de portugueses, vieram da Colônia Militar de Santa Teresa, localizada na Vila de Catuira, Município de Bom Retiro (Hoje, Catuira é Distrito pertencente ao Município de Alfredo Wagner). Os mesmos se instalaram numa região de relevo menos acidentado, às margens do rio Alto Braço, (alto vale) aproveitando algumas clareiras na mata deixadas por caçadores que por ali haviam passado. Esse lugar recebeu a denominação de Vargedo, hoje representado pela localidade de Alto Vargedo.

Logo após terem se instalado, os colonos foram inesperadamente proibidos de usar a picada de passagem para a Colônia Santa Teresa,

... por ordem do proprietário da fazenda, o Sr. Carlos Napoleão Poeta, ficando os pobres colonos 'encurralados'; é bastante ressaltar que naquela época não havia uma casa de comércio, o modo mais fácil que o colono tinha era fazer suas compras em Santa Teresa que distava uns 80 km; para fazer esta viagem eram necessários dois a três dias, que naquela época era de muito perigo, pela presença de índios e onças na região (Valdino Guckert - datilografado, s. d.).

Baseado, principalmente, no que lhe contou o Sr. João Maria de Souza Júnior⁸ (foto 03), Valdino Guckert, (sobrinho do Sr. João Maria) diz:

Por volta de 1918, atraídos por notícias de que o lugar possuía ótimas terras para a agricultura, chegaram mais algumas famílias oriundas de Angelina e Santo Amaro da Imperatriz, as quais se instalaram a uns 2 km um pouco mais ao norte de Vargedo. O local recebeu o nome de Barra do Rio Antinha.

⁸ Filho de um dos primeiros povoadores do sul do Município e grande conhecedor da história do povoamento e da colonização da região.



FOTO 02 - Sr. Otto , esposa, parentes, e amigos reunidos para celebração do culto em sua humilde casa, local onde sempre viveu desde que chegou à localidade com seus pais. Obs.: A autora encontrava-se presente na foto - 3ª pessoa da esquerda para a direita. Foto: Aldemis Rodolfo da Cunha, 1992.



FOTO 03 - Sr. João M. de Souza Júnior, descendente direto de um dos colonizados do sul de Leoberto Leal. Detentor de grande conhecimento sobre a história do Município. Foto: Valdino Guckert.

Neste contingente de povoadores que se instalou ao sul do território que hoje forma o Município de Leoberto Leal encontravam-se, entre outros, o Sr. Joaquim Inácio de Souza,⁹ que construiu a primeira tafona¹⁰ e instalou uma pequena casa de comércio e, o Sr. Leonardo Franzen, o qual foi se instalar a uma distância de três ou quatro km na direção norte (acompanhando o curso do rio Alto Braço), isto é, onde hoje localiza-se a sede do Município.

Embora apresentasse em sua maioria descendentes de portugueses, esse contingente teve pelo menos um representante da imigração alemã: o Sr. Leonardo Franzen, o qual deixou descendentes que ainda hoje residem no Município e ocupam lugar de destaque no cenário político, social e cultural local.

A partir de 1918 foram chegando ininterruptamente novos colonos para o povoado de Vargedo, desencadeando um processo de efetiva colonização da área. Com o passar dos anos, com o aumento da população e em função das contingências, criou-se (em março de 1932) o Distrito de Vargedo, que teve determinada como linha limítrofe norte, o ribeirão Mich e o ribeirão dos Ovos.

Tentando situar geográfica e quantitativamente os dois “momentos colonizadores” de Leoberto Leal verificamos que as terras que hoje pertencem ao Município foram, em sua maioria, loteadas pelo Núcleo Colonial Esteves Júnior, (ver Anexo III) salvo o extremo sul e uma pequena gleba na margem esquerda do rio Alto Braço, entre os rios da Furna e rio Areia (próximo à sede do Município), que foram doados na época do Brasil-Império, pela Princesa Isabel ao Patrimônio do Município de Nova Trento (do qual Leoberto Leal foi posteriormente desmembrado).

O limite sul das terras de posse do Núcleo Colonial Esteves Júnior, — segundo informações do Sr. Francisco Lohn¹¹ — localizava-se a uma latitude aproximada de 27° 35' S, em Alto Vargedo, isto é, onde a extensão longitudinal do Município é a mais curta de todo o seu território.¹² Nesta área houve alguns desentendimentos quanto à delimitação das terras, entre o Núcleo Colonial Esteves Júnior, a Companhia Colonizadora Catarinense e o

⁹ Avô do Sr. Ivo de Souza, citado na página 16.

¹⁰ Tafona: moinho, geralmente movido à água, onde se moía o milho para a produção de farinha (fubá).

¹¹ Filho da terra e pesquisador da história do Município.

¹² Essa afirmação pode ser confirmada através da apreciação das plantas apresentadas no Anexo IV (cópia dos originais executados pelo Serviço de Agrimensura do Núcleo Colonial Esteves Júnior). Obs.: Esses documentos foram encontrados em mãos de particulares. As autoridades municipais ou mesmo estaduais não têm cuidado devidamente destes documentos históricos.

Carlos Napoleão Poeta, dono de uma grande área de terras nas adjacências e/ou ao sul de Leoberto Leal.

A exemplo de grande parte do Estado de Santa Catarina, as terras administradas pelo Núcleo Colonial Esteves Júnior foram loteadas com pequenas glebas cujo tamanho variava entre 23 e 26 ha. Os lotes tinham em geral, uma medida aproximada de 300 m de frente por 1.000 a 1.300 m de fundos. A linha mestra de demarcação dos lotes seguiu o curso do rio Alto Braço e, em segundo plano, os seus principais afluentes. Com a frente para as margens dos rios, e fundos para o divisor de águas, os lotes deram lugar à formação de uma “paisagem rural de habitat disperso” com densidade média, cujas casas fazem frente para a estrada geral ou principal, que via de regra acompanha o curso do rio principal. (Anexo IV). A estrutura desta paisagem permanece quase que inalterada até os dias de hoje. Assim sendo, a estrutura fundiária¹³ de Leoberto Leal se caracteriza, em geral, por pequenas propriedades.

1.2. Infra-estrutura e aspectos econômicos e sociais

Com relação à população, Leoberto Leal encontra-se entre os municípios menos populosos do Estado de Santa Catarina apresentando um total de apenas 4.278 habitantes (censo de 1996).¹⁴ A população urbana é da ordem de 480 habitantes, os quais representam apenas 11,23% do total, enquanto que o percentual da população rural atinge 88,77%. Segundo o Censo de 1991, a PEA¹⁵ (População Economicamente Ativa) encontra-se assim distribuída: 88,58% nas atividades agropecuárias, 10,49% no comércio e prestação de serviços e 0,93% na indústria.

A configuração espacial da estrutura urbana é do tipo linear (fotos 04 e 05), e o núcleo urbano acompanha a estreita faixa de terras planas que margeiam o rio Alto Braço em ambos os lados. Por sua vez, o perímetro urbano do Município também é pequeno.

¹³ Falaremos mais detalhadamente sobre a estrutura fundiária no Capítulo II.

¹⁴ A partir de 1º de Janeiro de 1997, isto é, após a instalação dos últimos municípios desmembrados Santa Catarina passou a contar com o total de 293 municípios.

¹⁵ A Contagem da População efetuada em 1996, não contemplou este aspecto, por isso mencionamos o Censo de 1991.



FOTO 04 - Leoberto Leal: área urbana e adjacências. Foto tirada do alto de um morro na direção leste-nordeste. Foto: Hélio Musskopf, 1993.



FOTO 05 - Vista aérea da sede administrativa do Município (no canto superior direito núcleo habitacional popular) rodeada por áreas agricultadas. Foto: FOTOS AÉREAS BENACHO, Erechim - RS, 1990.

Em relação aos aspectos político-sociais destacamos aqui a forma de influência exercida sobre a população por pessoas que ocupam ou ocuparam cargos políticos, notadamente os mais diretamente ligados à administração do Município e da Prefeitura.

Algumas pessoas mais idosas que foram bastante atuantes no passado, também são muito respeitadas, como é o caso do Sr. João Maria de Souza Júnior (entre outros), o qual, aliás, além de ser um “nativista” por excelência, tem repassado esse conhecimento e o amor à terra natal aos mais novos. São também líderes, inclusive no âmbito de várias comunidades, o Padre (ministro da Igreja Católica) e o Pastor (ministro da Igreja Luterana). As religiões Católica e Luterana são as predominantes no Município. Aliás, até há uns oito anos atrás eram as únicas existentes. Ambas as igrejas exercem influência muito grande sobre a vida espiritual e social da população, notadamente os residentes nas áreas mais “ruralizadas”.

Quanto aos aspectos econômicos, destaca-se a produção agrícola, com as lavouras temporárias, particularmente o cultivo da cebola e do fumo. O cultivo da cebola dá ao Município condição de destaque na produção agrícola catarinense, colocando-se entre os dez maiores produtores do Estado. Em relação à Microrregião, Leoberto Leal ocupa o 1º lugar (Censo Agropecuário -1995/1996). Sua produção abastece mercados de Blumenau e Brusque, em Santa Catarina, além de mercados de outros estados como São Paulo e Rio de Janeiro.

Em relação à indústria, a situação de Leoberto Leal é bastante crítica. Segundo o PIDSE (Programa Integrado de Desenvolvimento Sócio Econômico), existiam em 1990 apenas seis estabelecimentos industriais do ramo madeireiro, os quais empregavam aproximadamente sessenta e cinco pessoas. A madeira beneficiada era exportada para Rio do Sul e Blumenau (SC), e para o Estado de São Paulo. Atualmente, o setor industrial é simplesmente inexistente.

Quando comparados com o setor industrial, o comércio e a prestação de serviços no Município são bastante representativos, embora exerçam apenas funções locais. O comércio, no entanto, não oferece uma grande diversificação de produtos, especialmente os mais elaborados ou bens duráveis e, assim a população leobertense procura suprir as deficiências junto ao comércio de Ituporanga, Rio do Sul, Brusque, São João Batista, Tijucas e Florianópolis.

O setor de prestação de serviços e o comércio são representados por escritórios de contabilidade, uma agência bancária, uma agência de correios e telégrafos, salões de beleza,

bares, lanchonetes, um posto de combustíveis, um hotel, um restaurante, dois supermercados, duas farmácias, duas casas de produtos agropecuários, lojas de tecidos, confecções e armarinhos.

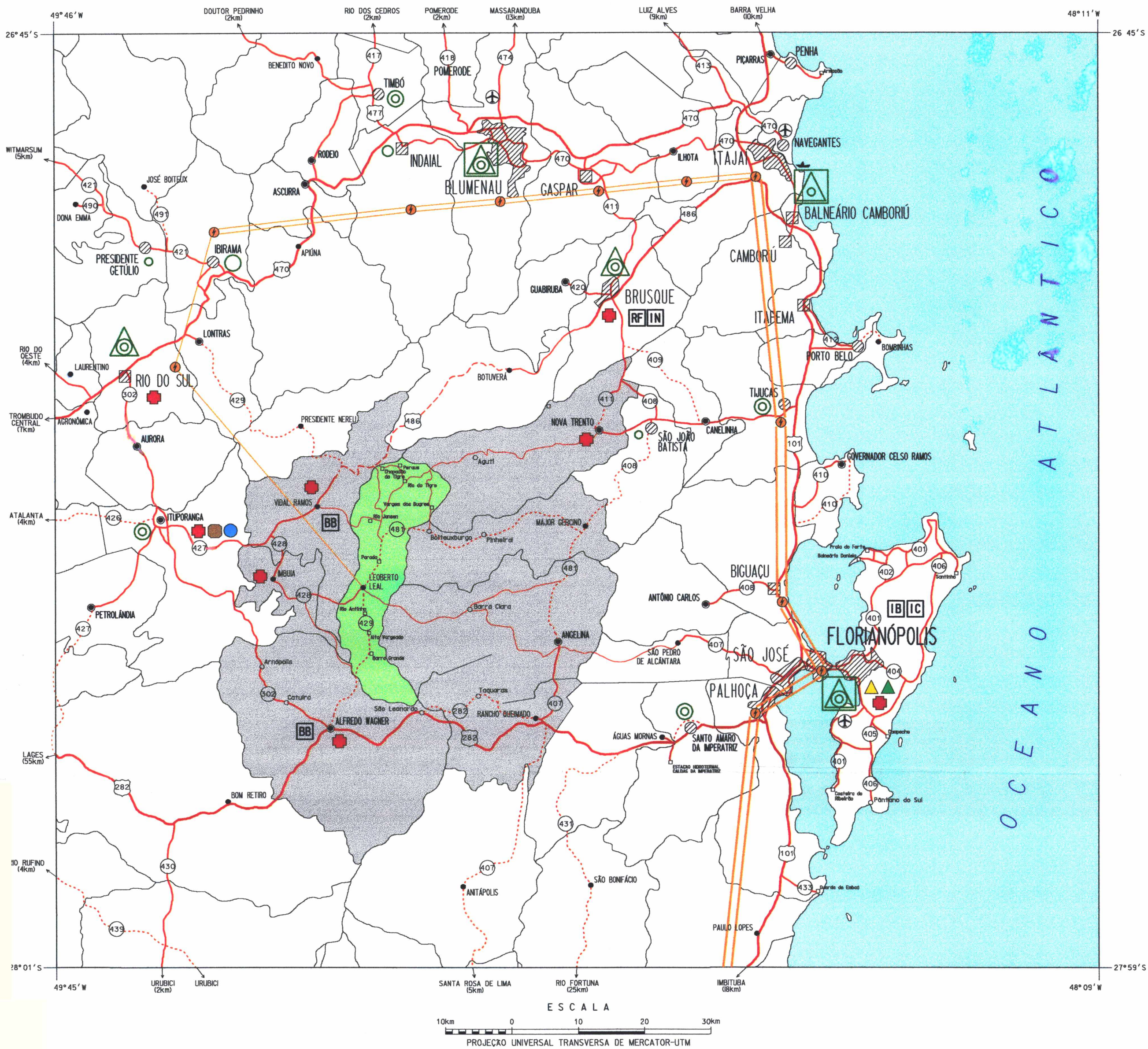
Na área da saúde, as deficiências são notórias. O Município conta com um médico e um dentista, com atendimento diário, e um posto de saúde que faz coletas de material para exames e presta serviços de primeiros socorros. O atendimento hospitalar é feito através de Ituporanga, Vidal Ramos, Rio do Sul, Alfredo Wagner, e em casos mais específicos, por Florianópolis (ver mapa 02).

O Município é bem servido com energia elétrica, possuindo inclusive eletrificação rural que atende a aproximadamente 90% das propriedades rurais. Depois de percorrer um longo caminho, a energia elétrica proveniente da Usina Jorge Lacerda em Tubarão, (ver mapa 02) é fornecida ao consumidor leobertense através da CELESC (Centrais Elétricas de Santa Catarina) e da Cooperativa de Eletrificação Rural Senador Esteves Júnior, que compra a energia da CELESC, distribuindo-a e fornecendo-a a uma porcentagem considerável da área do Município de Leoberto Leal, ou seja, de acordo com os dados colhidos na pesquisa de campo, cerca de 67%.

Quanto ao abastecimento de água, o Município mostra uma certa carência. Na zona rural as propriedades captam a própria água em fontes ou vertentes; em muitos dos casos esta água é contaminada por coliformes fecais e por agrotóxicos (segundo informações colhidas em trabalho da EPAGRI S.A.). Atualmente, em convênio com o Projeto MICROBACIAS, a EPAGRI está implantando algumas fontes protegidas de captação de água, isto é, com baixos riscos de contaminação. Com relação ao esgoto, tanto o doméstico quanto o dos animais, (para não fugir à regra geral no Estado e no País) não há preocupações, pois geralmente são lançados a céu aberto, tendo como destino final os córregos, riachos e rios. Na área urbana, o abastecimento de água, é feito pela CASAN (Companhia Catarinense de Águas e Saneamento) através de poço artesiano, apresentando porém algumas deficiências. Não há rede de captação de esgoto doméstico e nem drenagem pluvial.

O Município dispõe de aproximadamente cento e cinquenta terminais telefônicos, (dois são públicos e estão localizados junto à praça central da área urbana). Além da área urbana, são atendidas por telefones convencionais, todas as localidades situadas ao sul da sede administrativa; e ao norte, as localidades de Rio Veado e Parada. Já Ribeirão dos Ovos e Vargem dos Bugres possuem, cada uma, um telefone celular fixo, público.

INFRA-ESTRUTURA DE SERVIÇOS E RELAÇÕES DE INTERDEPENDÊNCIA REGIONAL DO MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL-SC



CONVENÇÕES CARTOGRAFICAS

NÚCLEOS URBANOS

CAPITAL (População 255.329 hab.)
CIDADE (de 50.001 a 255.329 hab.)
CIDADE (de 25.001 a 50.000 hab.)
CIDADE (de 10.001 a 25.000 hab.)
CIDADE (de 5.001 a 10.000 hab.)
CIDADE (até 5.000 hab.)
 Vila Sede de Distrito
 Povoador Outras Localidades

RODOVIAS

Pavimentada Federal
 Federal sem Pavimentação
 Pavimentada Estadual
 Estadual sem Pavimentação
 Estrada Municipal

HIERARQUIA URBANA

Centro Regional
 Centro Sub-Regional
 Centro Local
 Centro Menor

ORGANIZAÇÃO POLÍTICO ADMINISTRATIVA DA ÁREA

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL
 MUNICÍPIOS LIMITROFES

LINHAS DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CELESC

138.000 kw
 69.000 kw
 23.000 kw
 Sub-Estação

INFRA-ESTRUTURA DE SERVIÇOS

Aeródromo Pavimentado
 Porto
 Sede da GRANFOPOLIS-Associação dos Municípios da Grande Florianópolis
 Sede da 1ª Região Administrativa da Secretaria da Fazenda
 Sede da Comarca e da Justiça Eleitoral
 Sede da 2ª CRE-Coordenadoria Regional de Educação
 Atendimento Médico-Hospitalar

ÓRGÃOS FEDERAIS DE ATUAÇÃO LOCAL OU REGIONAL

Agência do Banco do Brasil
 Posto Integrado do I.N.S.S.
 Agência Regional da Receita Federal
 IBAMA-Posto de Controle e Fiscalização
 INCRA-Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

As rodovias do Município, tanto as municipais quanto as estaduais, deixam muito a desejar (foto 06), isto é, apresentam falta de estrutura adequada para escoamento das águas pluviais, bem como, a falta de um adequado planejamento para um possível controle efetivo das ações de manutenção das mesmas. Na época em que efetuamos a pesquisa de campo encontramos a rodovia que liga as localidades de Perau e Rio do Tigre, completamente intransitável. Segundo depoimento de moradores, a situação já se estendia por alguns meses. Presumimos que além das dificuldades inerentes ao próprio meio físico (relevo muito acidentado), a construção e manutenção de acessos rodoviários é bem onerosa, o que provavelmente dificulta a ação governamental no sentido de melhorar a qualidade das vias de transporte.

Leoberto Leal possui ligação direta (estradas de chão batido) com os municípios de Imbuía (foto 07), Alfredo Wagner, Vidal Ramos, Major Gercino, Angelina e Nova Trento. A distância de Leoberto Leal a esses municípios varia entre 20 a 50 km. A ligação com a Capital do Estado, Florianópolis é feita via Alfredo Wagner, cuja distância é da ordem de 110 km. Tais acessos são, em sua maioria, de chão batido, com exceção do trecho Alfredo Wagner - Florianópolis o qual é servido por rodovia asfaltada, a BR 282 (ver mapa 02).

Quanto ao transporte de passageiros, tanto no âmbito intermunicipal quanto intramunicipal, o Município também apresenta algumas deficiências. Há apenas uma linha regular diária (ida e volta) de ônibus entre Leoberto Leal e Florianópolis, cujo percurso é feito em 4 horas e 30 minutos; e outra linha ligando-o a Rio do Sul, com duração de 1 hora e 30 minutos. Com relação ao transporte intermunicipal, no momento, destaca-se o escolar. A maioria das localidades é servida por linhas de ônibus que transporta os alunos nos três períodos (manhã, tarde e noite). Convém ressaltar que as comunidades mais distantes da sede urbana do Município não recebem esse tipo serviço.

O Município conta com vinte e cinco escolas de 1ª a 4ª série (na área rural), duas escolas de Primeiro Grau - 1ª a 8ª série, uma na sede e outra na localidade de Vargem dos Bugres (a nordeste). Atualmente conta também, na sede, com dois cursos de Segundo Grau: Magistério e Auxiliar de Escritório. Seguindo uma política de âmbito federal e talvez por contar com um percentual do orçamento municipal bastante significativo, o Ensino Fundamental, inclusive o Segundo Grau, tem recebido boa assistência no que diz respeito ao fornecimento de material didático e merenda, o que tem favorecido — juntamente com o transporte escolar — para manter um índice satisfatório de frequência às aulas e permanência na escola por mais tempo.



FOTO 06 - Trechos da estrada que conduz à localidade denominada Rio do Mich. No canto inferior esquerdo percebe-se as más condições de um trecho da estrada. É importante mencionar que em outras estradas do Município existem trechos em condições de trafegabilidade bem piores. Foto: Hélio Musskopf, 1996.

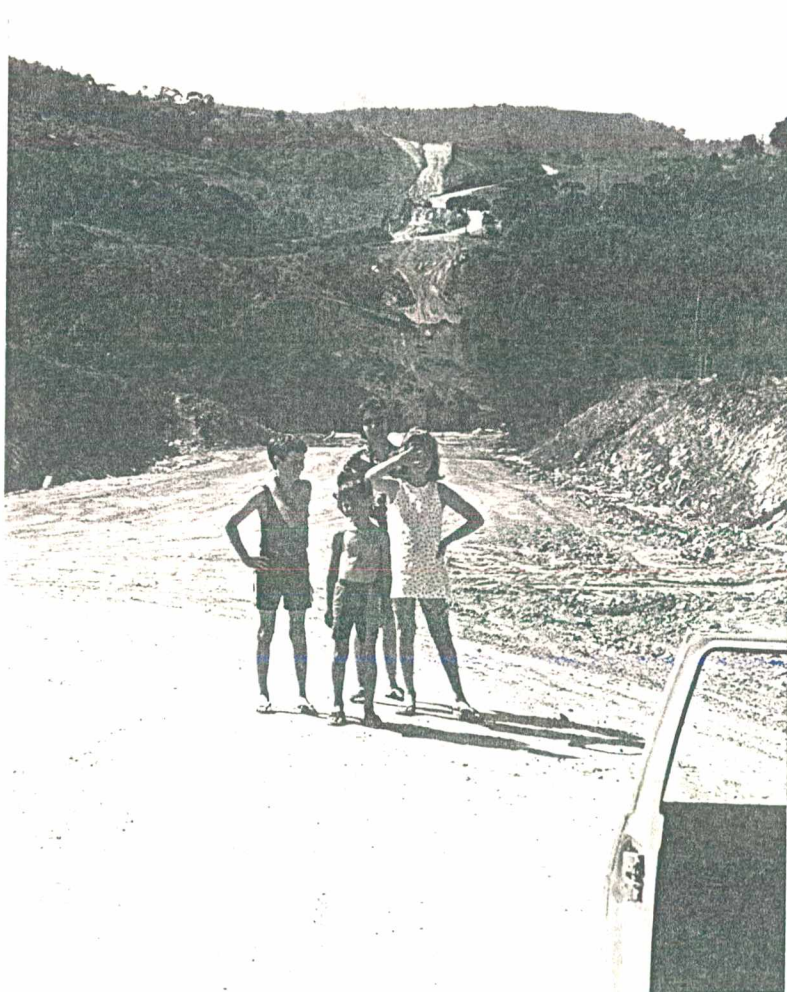


FOTO 07 - Localidade de Rio Areia. Trecho da estrada que liga Leoberto Leal (centro) com o Município de Imbuia. Por volta de 1991/1992 esta estrada estava sendo preparada para receber asfalto. Por questões políticas, o trabalho foi interrompido e a estrada continua até hoje em seu leito natural. Foto: Aldemis Rodolfo da Cunha, 1992.

1.3. Caracterização geral dos aspectos físicos

Entendemos que mesmo sendo um ser social por excelência, ao produzir o espaço, o homem segue algumas tendências que são determinadas com maior ou menor intensidade pelo meio físico. Assim, destacamos como ponto de apoio para nosso entendimento o pensamento de ALMEIDA (1986:59) quando escreve: *“O meio ambiente é um ecossistema complexo, constituído por componentes abióticos e bióticos, que, através da harmonia de suas inter-relações, mantém o seu equilíbrio dinâmico”*.

1.3.1. Esboço geológico

Para dar início à caracterização dos aspectos físicos do Município iniciamos por uma tentativa de esboço geológico, por entendermos que a estrutura geológica é, por assim dizer, “a base” dos demais componentes da crosta superficial terrestre. Assim sendo, iniciamos este estudo, com uma sucinta exposição sobre a composição e disposição das rochas e minerais que se assentam sobre o território de Leoberto Leal.

Após consultar algumas bibliografias pertinentes optamos por embasar a tentativa de esboço geológico do Município em questão, em trabalho sobre o Estado de Santa Catarina, feito pelo DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral). Baseando-nos na referida fonte montamos o quadro 01 que permite visualizar de forma clara a situação da Divisão Estratigráfica do Município em estudo.

Consultando o Mapa Geológico do Estado de Santa Catarina (elaborado pelo DNPM na escala 1:500.000) podemos deduzir que o Município de Leoberto Leal está assentado predominantemente sobre o Domínio Geológico da Bacia do Paraná, sendo que o Conjunto Estratigráfico denominado Super Grupo Tubarão¹⁶ é formador por excelência da área do Município, de predomínio da Bacia do Paraná. Por sua vez, o Super Grupo Tubarão está subdividido e representado no Município pelos Grupos: Itararé, em maior proporção, e Guatá (mapa 03).

¹⁶ A divisão estratigráfica apresentada está baseada na proposta de MÜHLMANN & Outros, citado por DNPM, 1987, pp. 140-48.

QUADRO 01
LEOBERTO LEAL - Divisão Estratigráfica

UNIDADES CRONOGEOLÓGICAS				UNIDADES ESTRATIGRÁFICAS			
225 Milhões de anos				225 Milhões de anos			
FANEROZÓICO	P	PERMIANO	SUPERIOR	PASSADOUISGRUPO	<ul style="list-style-type: none">Formação Rio do RastroFormação Teresina<u>Formação Serra Alta</u><u>Formação Irati</u>		
	A		MÉDIO		SUPERGRUPO	GRUTAOPÁ	<ul style="list-style-type: none"><u>Formação Palermo</u><u>Formação Rio Bonito</u>
	L		INFERIOR			IGRAPORÉ	<ul style="list-style-type: none"><u>Formação Rio do Sul</u>Formação MafraFormação Campo do Tenente
280 Milhões de anos				280 Milhões de anos			
1.900 Milhões de anos				1900 Milhões de anos			
PROTEROZO.	INFERIOR			TEORANUSABRAMAZSÔNILICANO	COMFIPLEOBOXOBRSMTQUEMÓR	<ul style="list-style-type: none"><u>Seqüência Terrígena</u>Seqüência Vulcano-Sedimentar	

FONTE dos dados básicos: Mapa Geológico DNPM, 1976.

Obs.: Na coluna das unidades estratigráficas (subdivisão) somente os nomes sublinhados apresentam ocorrência no território do município de Leoberto Leal.

Organização: Alba Laura da Cunha.
Edição: Paulo Hinsching.

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC

GEOLOGIA

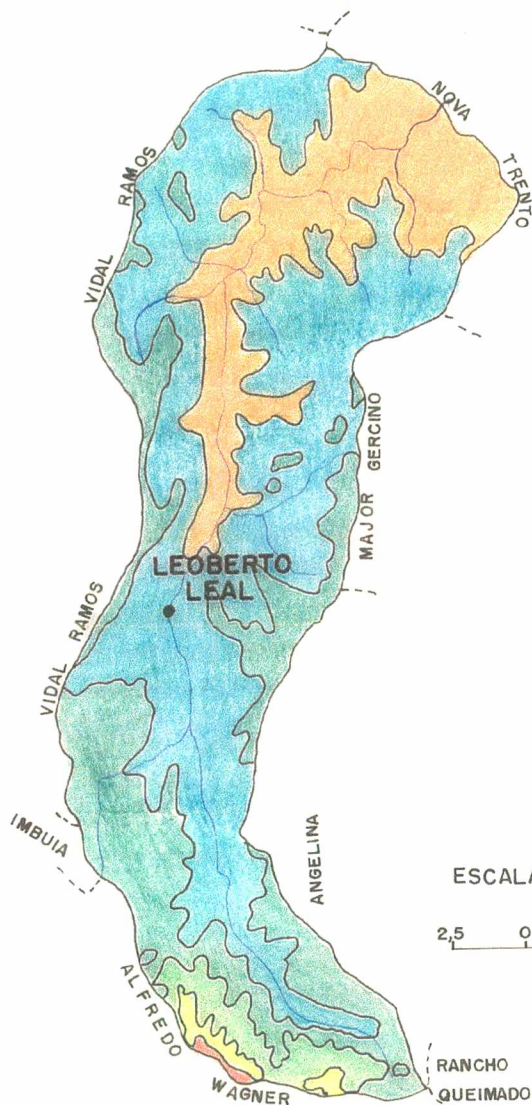
Mapa 03

49° 24'
27° 18'

49° 06'
27° 18'

27° 30'

27° 30'



ESCALA

2,5 0 2,5 5,0Km

CONVENÇÕES :

- Formação Irati
- Formação Serra Alta
- Formação Palermo
- Formação Rio Bonito
- Formação Rio do Sul
- Sequência Terrígena

49° 06'
27° 42'

DESENHO: IVAN ALBERTO DA SILVA

FONTE: Mapa Político do Estado de SC
Escala 1:500.000 SEPLAN - SC, 1994 (Adaptado)
Mapa Geológico do Estado de SC
Escala 1:500.000 MME/DNPM - SC/SIC, 1986 (Adaptado)

JUL/97

O Grupo Itararé “... *compreende um pacote sedimentar caracterizado pelas rochas originais em ambiente glacial e periglacial que estendeu-se do Carbonífero Superior ao Permiano Médio*” (DNPM 1987:140).

Das quatro subdivisões do Grupo Itararé, apenas a Formação Rio do Sul abrange áreas do território leobertense, a qual ocupa uma proporção equivalente a 50% da área do Município. Estes terrenos apresentam-se dispostos numa faixa que se inicia nas proximidades da nascente do Rio Alto Braço, no extremo sul do seu território. Estreita no início (menos de 1.000 m de largura), esta faixa vai se alargando paulatinamente à medida que avança para o norte, ao mesmo tempo que apresenta recuos e avanços, ora se alargando, ora se estreitando, atingindo uma largura máxima aproximada de três km, a nordeste do Município. A nordeste, a noroeste e a norte-noroeste, estes terrenos ultrapassam o território leobertense estendendo-se aos municípios vizinhos.

Composta por sedimentos essencialmente argilosos, a Formação Rio do Sul está representada, principalmente, pelas seguintes associações litológicas: folhelhos e argilitos cinza escuros a pretos. Seguem-se diamictitos acinzentados escuros, com matiz arenosa; arenitos finos e muito finos; além de ritmitos. De sul a norte do Município, esta faixa acompanha o vale do rio Alto Braço em quase toda a sua extensão (somente dentro do território leobertense); na latitude de 27° 20' S (cálculo aproximado), e é “invadida” por terrenos Metamórficos do Escudo Atlântico, representados pelo Grupo Brusque (do qual falaremos mais adiante).

Subdividido em Formação Rio Bonito e Formação Palermo, o Grupo Guatá do Permiano Médio a Superior “... *é constituído por siltitos cinza-esverdeados, bioturbados e por arenitos com intercalações de camadas de carvão e folhelhos carbonosos*” (DNPM, 1987:143).

Compreendendo, no território leobertense, uma porção menos representativa que a Formação Rio do Sul do Grupo Itararé, o Grupo Guatá bordeja os terrenos deste último e concentra-se na área centro-sul do Município, ocupando aproximadamente 25% do total do seu território, dos quais, 4/5 estão representados pela Formação Rio Bonito e apenas 1/5 pela Formação Palermo (foto 08), sendo que esta última se localiza nos extremos sul e sudeste do Município, onde se intercala com pequenas manchas de terrenos da Formação Iratí do Grupo Passa Dois. Invadindo a Faixa Permiana que atravessa o território leobertense no sentido S-N, incrusta-se a nordeste do Município em sentido contrário, uma pequena área de terrenos (mais larga de início, estreitando-se à medida que avança para o

sul) que forma como que uma “saliência” do Domínio Geológico denominado por MÜHLMANN & Outros, (*apud* DNPM) de “Escudo Atlântico”.



FOTO 08 - Vestígios da exploração de carvão, ao sul do Município em terrenos do Grupo Guatá. A atividade mineradora foi extinta por constatar-se que era inviável economicamente: primeiro, pelo baixo teor de carvão apresentado e, em segundo lugar, pela dificuldade de escoamento da produção, o qual era feito via Rancho Queimado. A exploração cessou por volta de 1991. A mesma esteve em atividade por apenas dois anos. Foto: Otto Hinsching, 1996.

No Estado de Santa Catarina, o Escudo Atlântico situa-se a leste da faixa da Bacia do Paraná, sendo que sua ocorrência tem início nas proximidades de Araranguá (no sul de Santa Catarina), atravessa o Estado até o norte alcançando o território paranaense. O Escudo Atlântico divide esta área com sedimentos recentes da Unidade Geológica denominada Sedimentos Quaternários.

Os terrenos do Escudo Atlântico de origem do Pré-Cambriano Superior são compostos pelos extratos metamórficos do elemento tectônico denominado Faixa Arco-Fossa Tijucas, a qual está subdividida em quatro grupos estratigráficos, dos quais destaca-se o Grupo Brusque por ser ele parte integrante do território do Município de Leoberto Leal. Suas principais associações litoestratigráficas estão representadas por xistos e filitos.

Circundada pelos terrenos sedimentares do Grupo Itararé (Formação Rio do Sul), esta faixa do Grupo Brusque, presente em parte do território leobertense (cerca de 25%),

localiza-se ao centro e a norte-nordeste do Município. Tendo seu início na latitude de 27° 20' S (próximo à sede do Município) e acompanhando o médio vale do rio Alto Braço, esta faixa incrustada na Formação Rio do Sul (estreita a princípio), alarga-se consideravelmente após ultrapassar as confluências dos rios do Mich e do Tigre com o rio Alto Braço (respectivamente afluentes da margem direita e da margem esquerda do então já citado rio Alto Braço).

Compreendendo cerca de 25% do território leobertense, estes terrenos Pré- Cambrianos, localizados nas altitudes mais baixas do Município constituem-se numa faixa contínua desde o centro até o norte-nordeste onde ultrapassam o seu território e alcançam terras de Nova Trento e Major Gercino.

Esta descrição do esboço geológico se justifica na medida em que entendemos que a influência dos elementos internos da crosta terrestre na formação e apresentação do modelado é muito significativa.

1.3.2. Considerações sobre o relevo e a hidrografia

Se por um lado, as rochas influem na formação do relevo, da mesma forma elas influenciam na estrutura e na conformação da rede hidrográfica. Assim é que, a partir de agora apresentamos uma tentativa de esboço das principais características do relevo e da hidrografia, dando uma idéia geral de seus aspectos para, posteriormente, (junto com outros elementos tais como, solo e clima), analisarmos de um modo geral as condições naturais do Município para o desenvolvimento das atividades agropecuárias, as quais, até o presente momento constituem-se na atividade econômica predominante.

Leoberto Leal situa-se, na maior parte de seu território, nos Domínios da Unidade do Relevo denominada de Patamares do Alto Rio Itajaí, tendo uma pequena porção à nordeste pertencente às Serras do Leste Catarinense. Todo o território leobertense apresenta um relevo muito acidentado, dissecado, marcado por grande amplitude altimétrica (mapa 04), por patamares e escarpamento assimétrico que formam as “cuestas” e, por vales estruturais.

As maiores altitudes encontram-se na porção sul do Município sobre as rochas sedimentares da Bacia do Paraná. Nesta área destaca-se a Serra dos Faxinais com altitudes que variam entre 800 a 1.000 m. O ponto culminante desta serra (o qual se constitui

também no ponto culminante do Município) apresenta a cota altimétrica de 1.100 m e encontra-se ao sul, próximo à divisa com o Município de Alfredo Wagner.

Ainda localizadas sobre o mesmo Domínio Geológico, encontram-se a leste, as Serras da Pedra e do Mich, com altitudes mais modestas: variam entre 700 a 800 m. Na Serra do Tijucas (a oeste e noroeste) as altitudes variam entre 800 a 1.000 m. Todas estas serras estão dispostas no sentido S-N ou SE-N.

Já as mais baixas altitudes, (entre 600 e 300 m), como se pode observar no mapa hipsométrico (mapa 04), encontram-se nas margens da maior parte do curso do rio Alto Braço e do médio e baixo vales de seus afluentes. A mais baixa linha hipsométrica é a de 300 m, e encontra-se sobre os terrenos antigos do Complexo Metamórfico Brusque, (a nordeste do Município, próximo à divisa com Nova Trento), a qual forma uma estreita faixa (entre 100 a 200 m) sobre as margens esquerda e direita do rio Alto Braço, e cujo comprimento (no território de Leoberto Leal) é inferior a 2.500 m. À montante desta área, as altitudes vão aumentando gradativamente. Na localidade de Parada encontra-se o extremo da faixa formada pela linha de 400 m. A faixa de 500 m alcança as proximidades da sede, enquanto que a de 600 m vai até às proximidades da localidade de Rio Antinha no sul do Município. Ao norte, em área de terrenos mais antigos, aparecem formas de relevo menos abruptas, mais arredondadas, esculpidas pela erosão elementar, que correspondem a um modelado de dissecação homogênea (foto 09).

Já, ao contrário, o relevo que se assenta sobre terrenos da Bacia do Paraná, apresenta fortes contrastes, em função principalmente, da ação dos agentes exógenos sobre a estrutura geológica, ou mais precisamente, sobre as diferentes litologias das rochas. É notória a presença de falhas e fraturas, bem como patamares (embora estreitos) e serras com topos planos e encostas íngremes, as quais apresentam altas declividades.

É comum encontrar-se áreas com declividade igual a 100%, ou mesmo negativa. Nas “cristas” das serras, particularmente a dos Faxinais e a do Tijucas, o relevo é Tabular de Planalto (foto 10), onde, como já dito anteriormente, encontram-se as mais altas cotas altimétricas do Município. No entanto, é aqui que se apresentam as mais baixas declividades, em extensões bastante consideráveis, superando em percentuais, até outras áreas do Município localizadas nas margens de alguns trechos do curso do rio Alto Braço e de alguns de seus afluentes.

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL-SC
HIPSOMETRIA

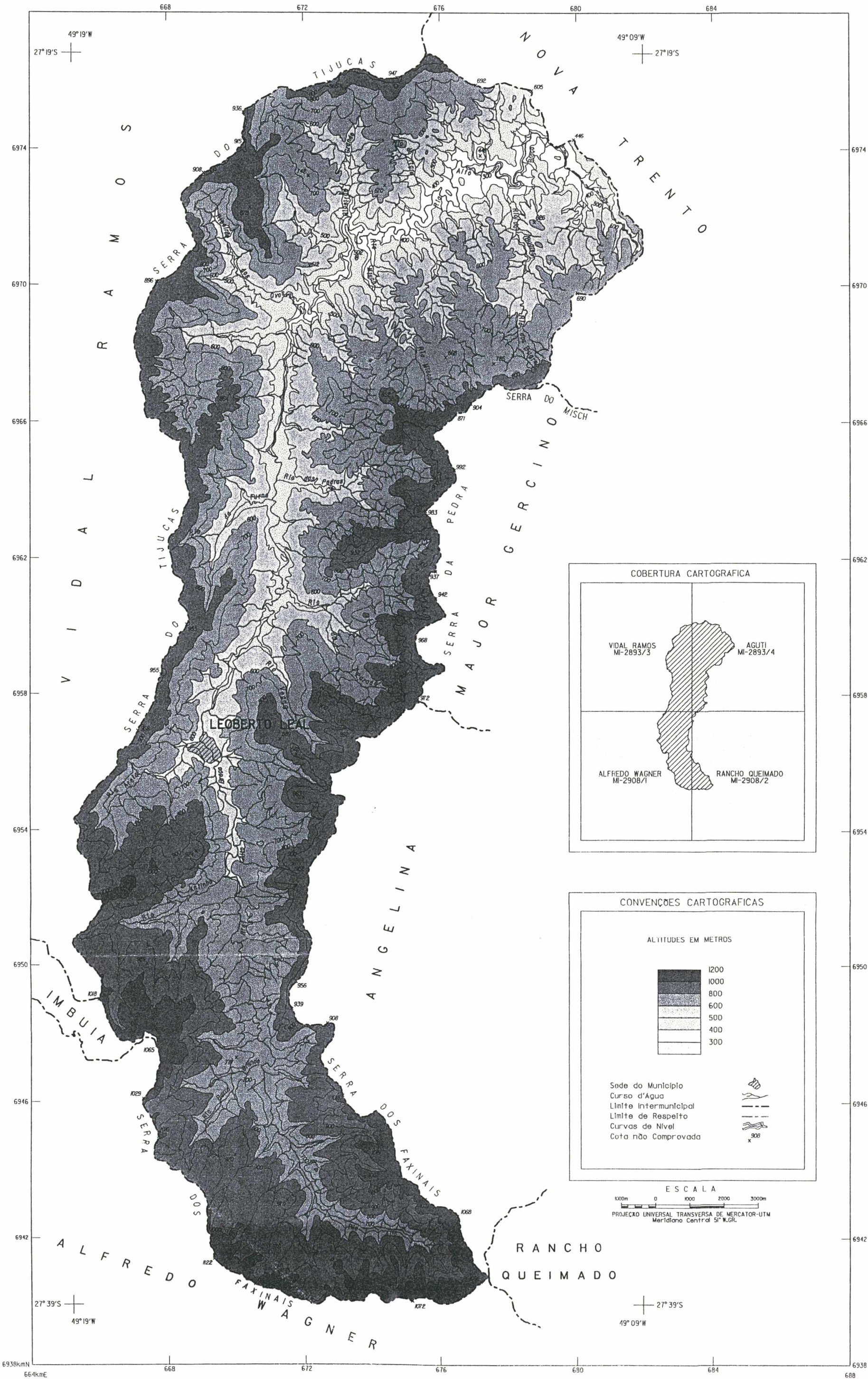




FOTO 09 - Localidade de Vargem dos Bugres. Formas do relevo menos abruptas, mais arredondadas.
Foto: A autora, 1992.



FOTO 10 - Topo da Serra dos Faxinais ao sul do Município. Nascente do rio Alto Braço. Relevo Tabular.
Foto: Otto Hinsching, 1996.

A acentuada declividade predominante nos terrenos em geral, e o desmatamento das vertentes favorecem a erosão linear, a qual muito tem contribuído para o empobrecimento do solo e assoreamento dos rios, particularmente o Alto Braço.

Como já anteriormente evidenciado, o território de Leoberto Leal é formado pelas vertentes e pelos vales do rio Alto Braço. Por conseguinte, quanto à hidrografia, o Município é banhado por uma parte do curso (alto e médio vale, aproximadamente) do rio Alto Braço e seus afluentes (mapa 04).

Por sua vez, o rio Alto Braço se constitui em um dos principais tributários da Bacia do Rio Tijucas, e o seu leito, em sua maior parte, se encaixa no vale formado pela base das vertentes das serras que limitam o território a leste e a oeste. As referidas serras servem de divisores de águas nas fronteiras do Município de Leoberto Leal, entre a Bacia do rio Alto Braço e as Bacias do Itajaí do Sul e Itajaí-Mirim (tributárias da Bacia do rio Itajaí Açu). As Serras da Pedra e do Misch servem de divisores de águas com os demais tributários da Bacia do rio Tijucas.

Por suas características, o rio Alto Braço é considerado rio de planalto no alto vale, enquanto que, no médio vale apresenta características mistas: ora de planalto, ora de planície. Todos os seus tributários no território leobertense, são considerados rios de planalto, em função da declividade. Possui alta densidade de afluentes, embora a maioria deles sejam rios de baixa vazão, ou mesmo, apenas córregos e riachos.

De modo geral, a rede de drenagem do rio Alto Braço é do tipo dendrítica, cujas características acentuam-se particularmente em relação aos afluentes da margem direita e, principalmente, à partir do rio Veado para o norte. Alguns de seus afluentes apresentam drenagem postecedente, pois correm sobre as linhas de falhas e fraturas seguindo as suas direções, como é o caso, por exemplo, dos rios Jansen e Areia (mapa - Anexo III).

Constata-se de um modo geral, que os recursos hídricos, seja qual for a escala em que se trate (a nível local, estadual ou nacional), têm apresentado graves problemas de poluição. Há indicações de que a área em estudo acompanha esse fenômeno. Entretanto, consideramos que seja em menores proporções.

Embora o contingente populacional do Município de Leoberto Leal seja inexpressivo (apenas 4.120 hab./ 1996), “promove” a poluição das águas dos rios, córregos, riachos, e mesmo do lençol subterrâneo, em níveis bastante significativos. Estas águas estão sendo poluídas por coliformes fecais (tanto de origem humana quanto de origem animal) e por agrotóxicos. Embora não se tenha ainda nenhum estudo a esse respeito, os resultados

negativos são sentidos já há algum tempo, principalmente através da diminuição (ou extinção) de quantidade de peixes. O rio, que outrora oferecia pesca abundante, pouco tem a oferecer!

Devido à presença de médias e altas declividades em grandes proporções no território de Leoberto Leal e ao clima úmido dominante na região, os rios encontram-se em intenso trabalho erosivo. Por outro lado, as áreas mais baixas apresentam considerável trabalho de sedimentação.

O regime de vazão das águas por sua vez, em função principalmente, dos desmatamentos das vertentes e da falta de proteção das margens, mas também em função de mudanças climáticas, tem sofrido algumas alterações, apresentando considerável diminuição, tanto no volume quanto no nível das águas. Segundo informações generalizadas de moradores antigos, o nível das águas baixou em aproximadamente 50% nos últimos quinze anos. Por outro lado, por ocasião da presença de períodos chuvosos, o nível aumenta rápida e consideravelmente, provocando cheias que embora não sejam tão freqüentes, por vezes interferem negativamente no ritmo de vida de seus habitantes. Nos últimos 30 anos ocorreram apenas duas grandes cheias (que inundaram além de áreas na zona rural, a zona urbana do Município). A primeira, ocorreu há dezessete anos atrás, e a segunda em dezembro de 1996. Ambas trouxeram graves problemas e muitos prejuízos à população local.

Como já nos referimos anteriormente, o assoreamento dos rios tem na associação da ausência ou pobreza de cobertura vegetal (fato presente em grande porcentagem no território leobertense) com o relevo muito acidentado, o seu maior colaborador. Ainda é coadjuvante nesse processo de assoreamento dos rios, a prática agrícola em áreas impróprias com relação à declividade. Ressalva-se que, no entanto, essa grande área desmatada é descontínua (foto 11), em função de uma estrutura fundiária de pequenas propriedades baseada na exploração de caráter familiar, o que, de certa forma, contribui para atenuar a erosão do solo e o conseqüente assoreamento dos rios, particularmente do Alto Braço.

Outro componente natural que é muitíssimo afetado por esta situação de desmatamento são os solos, os quais, devido à sua natureza e à declividade bastante acentuada, são facilmente lixiviados, erodidos e transportados, o que os leva a um processo de rápido empobrecimento, diminuindo consideravelmente a já baixa fertilidade natural apresentada pelos mesmos.

A população, de modo geral, sem uma consciência preservacionista, ocupa as encostas de forma bastante desordenada e indevida. Na área rural, é raro ver-se nas lavouras a prática das curvas de nível ou terraços (ou outra prática de controle da erosão ou de conservação do solo). Assim, os solos do Município, que já são “pobres por natureza”, estão sendo muito rapidamente destruídos por seu uso inadequado.



FOTO 11- Localidade de Rio Areia (primeiro plano). A observação da foto nos permite comprovar a realidade acima descrita, a qual, é uma constante na quase totalidade do território do Município. Referimo-nos ao relevo acidentado, à ocupação indevida das encostas e, à considerável, embora descontínua extensão dos desmatamentos. Foto: Aldemis Rodolfo da Cunha, 1992.

1.3.3. A classificação dos solos e a aptidão agrícola

Buscando determinar a tipologia dos solos de Leoberto Leal, a nível exploratório, e conhecer as suas principais características, procuramos suporte teórico basicamente em três bibliografias, a saber: Projeto RADAMBRASIL¹⁷, GAPLAN, LEMOS & Outros.

¹⁷ Projeto RADAMBRASIL - objetivava possibilitar a identificação das potencialidades das Regiões Brasileiras, suas riquezas naturais em amplas áreas a curto prazo, atendendo ao Plano de Integração Nacional. Mapas a cargo do DNPM e MME - a divulgação iniciou-se em 1973.

Genericamente falando, entendemos como solo o conjunto de elementos que formam a parte mais externa da crosta terrestre, onde as plantas encontram condições adequadas para a sua sustentação através da fixação de suas raízes.

Segundo LEPSCH, (1983:13) o solo, além de possuir características químicas e físicas próprias, inerentes, internas, possui também “... *características externas (declividade, pedregosidade, rochosidade) tais que é possível descrevê-los e classificá-los*”.

No projeto RADAMBRASIL, a metodologia aplicada para descrever e classificar os solos brasileiros considerou as seguintes variáveis e elementos:

Foram realizados estudos de características morfológicas, físicas e químicas dos solos, compreendendo sua distribuição geográfica e delimitação cartográfica a nível das unidades de mapeamento.

São analisados a disponibilidade de nutrientes essenciais às plantas, a presença de alumínio, a declividade do terreno, presença de impedimentos físicos à mecanização, o nível do lençol freático e o manejo dos solos (RADAMBRASIL, vol. 35:11).

Com relação à metodologia do mapeamento usado pelo PROJETO RADAMBRASIL (op. cit.:22). para as áreas onde não foi possível o acesso, foi adotada a técnica da “... *extrapolação com padrões interpretativos análogos, considerando as características da geologia, vegetação, clima, padrões de drenagem e principalmente relevo*”.

De acordo com original da interpretação do mapa de solos do PROJETO RADAMBRASIL, adaptado à classificação dos solos para o Estado de Santa Catarina apresentado pelo GAPLAN, foram encontradas quatro classes de solo para o Município de Leoberto Leal: Cha5, Ca5, Ca15, Cd6 (mapa 05). Cada classe apresenta associações com mais de um tipo de solo, predominando no entanto, os Cambissolos e os Podzólicos.

Ambos os tipos acima apontados, são solos de elevada a média acidez, apresentando teores elevados de alumínio trocável e baixos teores de bases trocáveis; são pobres em nutrientes, como por exemplo: fósforo, cálcio, potássio, e magnésio; apresentam baixa fertilidade natural; são geralmente bem drenados, o que ocasionalmente pode apresentar problemas de falta de água.

Observando o mapa 05, a 1ª classe que se apresenta no quadro das convenções é o Cha5 (Cambissolo Húmico álico + Cambissolo álico + Terra vermelha brunada estruturada álica) que se localiza ao sul e sudeste sobre os arenitos do Grupo Guatá, na Serra dos Faxinais. São solos profundos, bastante porosos, de textura média, com horizonte B textural e seqüência dos horizontes A, B e C. Apresentam forte acidez (pH 4,5), elevado teor de alumínio trocável; baixa saturação de bases; baixo teor de matéria orgânica (inferior

a 1,5%) e baixa fertilidade natural. Apresentam problemas de aeração, pois permanecem quase que invariavelmente úmidos.

Nota-se que a 2ª classe, Ca5 (Cambissolo álico + Podzólico Vermelho Amarelo Latossólico) ocupa aproximadamente 50% da área do Município e se localiza sobre as Rochas Sedimentares do Grupo Itararé (Formação Rio do Sul), com predomínio dos siltitos e argilitos. São bem drenados, podendo por isso apresentar uma ligeira falta de água. São geralmente profundos, tornando-se mais rasos nas áreas de relevo mais íngreme, onde apresentam elevado teor de matéria orgânica (em torno de 4,5%). Mesmo sendo profundos apresentam horizonte B insuficiente.

A 3ª classe - Ca15 (Cambissolo álico + Podzólico Vermelho Amarelo álico) aparece a nordeste do Município, tendo a sua origem nos xistos e filitos das Rochas Metamórficas do Grupo Brusque. São solos profundos, bem drenados, com deficiência de água; apresentam textura argilosa e horizonte B textural, com boa diferenciação entre horizontes.

Apresentam forte acidez, com pH em torno de 4,7; elevados teores de alumínio trocável e baixa saturação de bases; médio teor de potássio e de matéria orgânica (em torno de 3% na camada superficial); baixo teor de fósforo e baixa fertilidade (foto 12). Não apresentam problemas de aeração pois são porosos; por conseguinte, “a susceptibilidade à erosão é elevada”.

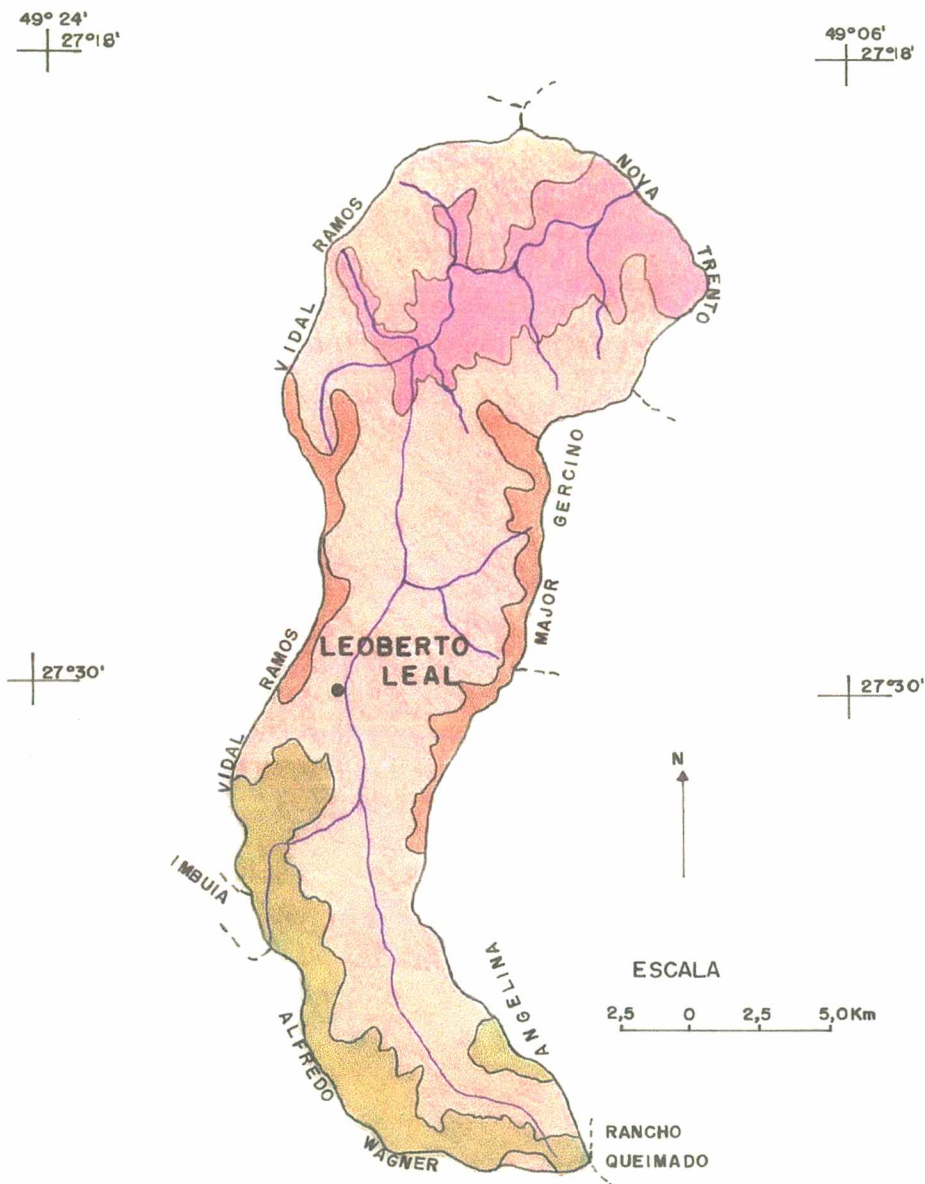
A última classe - Cd6 (Cambissolo distrófico e álico + solos litólicos eutróficos + Podzólico Vermelho-Amarelo distrófico) localiza-se nas áreas mais elevadas a leste e a oeste do território, em áreas das Serras da Pedra e do Mich, e da Serra do Tijucas. Proporcionalmente ocupa a menor área entre as quatro classes que se apresentam no Município. Esta classe inclui solos medianamente profundos com horizonte B insuficiente, de textura média nas camadas superficiais e argilosos nos horizontes subjacentes e são moderadamente drenados. São fortemente ácidos (pH 4,5 a 4,8), com baixa saturação de bases; alto teor de alumínio; baixo teor de fósforo; baixo cálcio e magnésio; alto teor de matéria orgânica na camada superficial ($\pm 6\%$). Originados de Rochas Sedimentares — arenitos e argilitos —, são moderadamente susceptíveis à erosão.

Outra característica em que esta última classe de solo muito se aproxima das demais envolve o caráter de drenagem, com altos índices de permeabilidade. A profundidade varia, em média, entre 100 e 200 cm, conferindo-lhe o caráter de solo profundo.

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC





TIPOS DE SOLO

Mapa 05



CONVENÇÕES:

CLASSES:

- | | | |
|------|-------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| CHa5 |  | Cambissolo Húmico álico + Cambissolo álico + Terra Vermelha _ Brunada Estruturada álica. |
| Ca5 |  | Cambissolo álico + Podzólico Vermelho Ama _ relo Latossólico. |
| Ca15 |  | Cambissolo álico + Podzólico Vermelho Ama _ relo álico. |
| Cd6 |  | Cambissolo distrófico e álico + Solos litólicos eutróficos + Podzólico Vermelho _ Amarelo distrófico. |

DESENHO: IVAN ALBERTO DA SILVA

FONTE: _ Original da Interpretação do Mapa de Solos _ Folha _ SG
22 _ Curitiba. Escala 1:250.000 RADAMBRASIL (inédito).
_ Adaptado do mapa Político do Estado de Santa Catarina.
Escala 1:500.000 SEPLAN _ SC _ 1994.

JUL /96



FOTO 12 - Vargem dos Bugres. No primeiro plano, o predomínio da carqueja, indicio de solos de baixa fertilidade. Área de domínio do Cambissolo álico + Podzólico Vermelho Amarelo Álico. Foto: A autora, 1993.

Por conseguinte, embasando-nos na descrição dos solos acima apresentada, podemos concluir que a aptidão dos solos do território do Município em estudo apresenta sérias restrições ao uso agrícola. Quanto a este aspecto em particular, buscamos subsídios na bibliografia consultada para o estudo da classificação tipológica dos solos, mas procuramos enriquecer a base teórica com a leitura de LEPSCH (1983).

De acordo com o mapa 06, obtido através da adaptação do mapa de aptidão agrícola para o Estado de Santa Catarina (GAPLAN, 1986:55), verificamos que entre os grupos apresentados, o grupo nº 6 está em quase toda a sua totalidade em desacordo entre a realidade e os parâmetros de aptidão definidos para este grupo. A área em questão coincide com a área ocupada pelos solos do tipo Ca5 (mapa 05).

Relembrando as características desta classe de solo, ressalta-se que possuem alto teor de matéria orgânica, são geralmente profundos, bem drenados, horizonte B incipiente, com baixos teores de nutrientes, altas taxas de acidez e alumínio trocável e baixa saturação de bases. São também solos de baixa fertilidade.

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC

APTIDÃO AGRÍCOLA DAS TERRAS

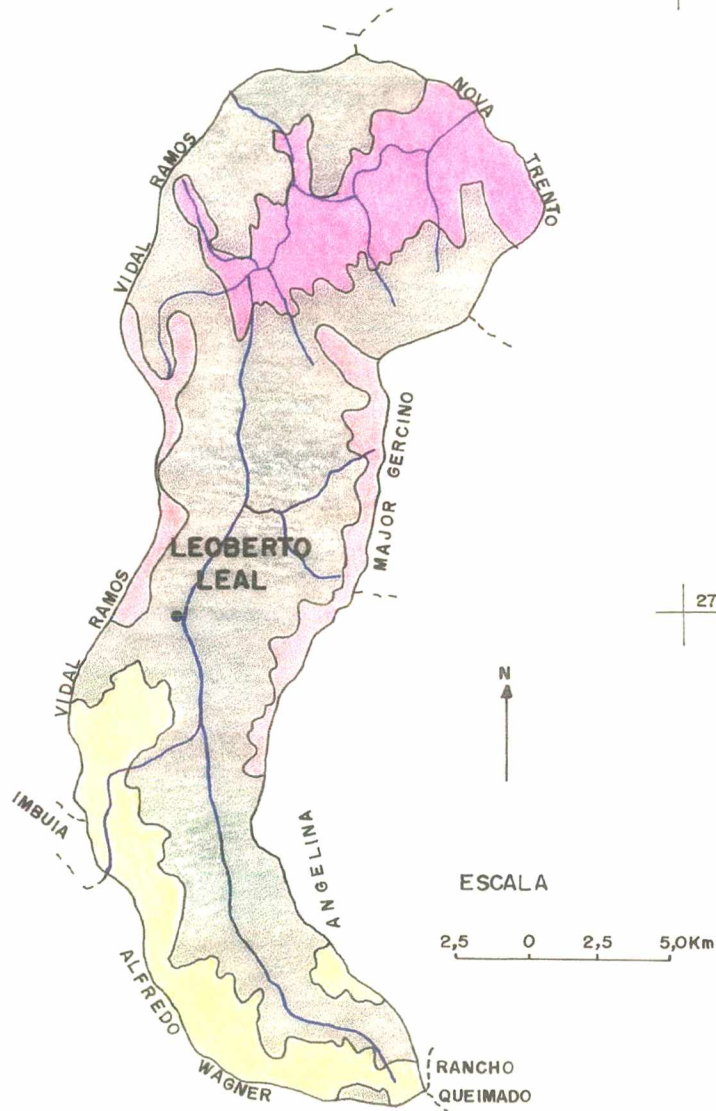
Mapa 06

49°24'
27°18'

49°06'
27°18'





27°30'

27°30'



CONVENÇÕES:

GRUPOS E
SUBGRUPOS

- | | | |
|-------|-------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 3(ab) |  | Aptidão RESTRITA para culturas de ciclo curto e/ou longo nos níveis de manejo A e B. |
| 4(p.) |  | Aptidão REGULAR para pastagem plantada, que está sendo considerada como um tipo de utilização no nível de manejo B. |
| 5(s) |  | Aptidão REGULAR para silvicultura que está sendo considerado como tipo de utilização nos níveis de manejo B e A, respectivamente. |
| 6 |  | Sem aptidão para uso agrícola, a não ser em casos especiais, indicado para a preservação da flora e da fauna ou para recreação. |

49°06'
27°42'

DESENHO: IVAN ALBERTO DA SILVA

FONTE: Mapa Político do Estado de Santa Catarina - Escala - 1:500.000
SEPLAN - SC - 1994 (Adaptado).
Atlas Geográfico de Santa Catarina. Escala - 1:1000.000 GAPLAN - SC - (Adaptado).

Jul/96

De modo geral, as demais classes de solo classificadas para o território de Leoberto Leal apresentam características idênticas, com um ponto em comum: são todos de baixa fertilidade.

Fazendo ainda correlação entre os mapas de uso do solo (mapa 05) e aptidão agrícola (mapa 06) verificamos que a classe de solo Ca5 coincide com o grupo de aptidão 6 (sem aptidão agrícola), portanto, em tese, não deveria ser cultivado. Entretanto, as observações *in loco* nos permitem dizer que esta área classificada como sendo sem aptidão agrícola é, na realidade, a mais densamente usada para o uso agrícola. Nossa afirmativa, encontra ainda apoio no mapa da cobertura vegetal (mapa 07) onde se vê que parte da referida área coincide com a área antrópica.

1.3.3. Aspectos do clima e da cobertura vegetal

Com relação ao clima, o Município de Leoberto Leal caracteriza-se pela subtropicalidade, em função principalmente da posição geográfica que ocupa no Estado de Santa Catarina, mas também pelas características do relevo (altitude média 700 m). Segundo a Classificação Climática de Köppen, o território leobertense se enquadra no domínio do Clima Mesotérmico Úmido de verão brando (Cfb).¹⁸

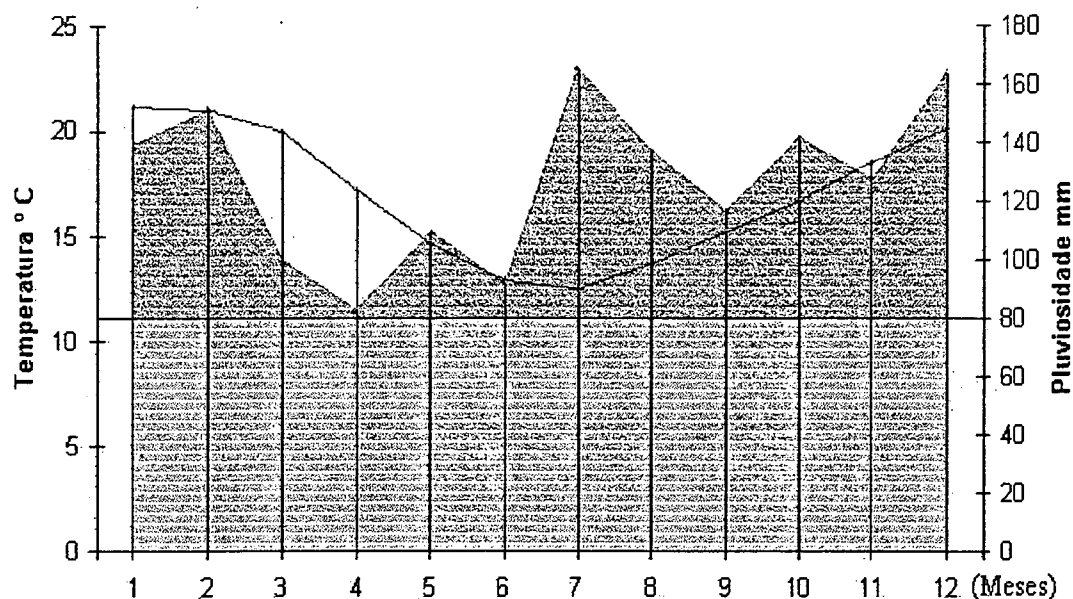
No Clima Mesotérmico, as precipitações são, via de regra, bem distribuídas ao longo do ano. No entanto, a apreciação dos dados meteorológicos (Anexo V) e a análise do Diagrama Ombro-Térmico (gráfico 01) para o Município de Leoberto Leal, (1988) demonstram que, via de regra, os períodos de menor precipitação coincidem com os meses de primavera e outono, e os meses de maior precipitação com o verão e o inverno. A diferença entre o mês de maior pluviosidade, julho: 165,2 mm e o mês de menor pluviosidade, abril: 82,8 mm é da ordem de 82,4 mm. A análise desses dados e do gráfico nos permite concluir que as precipitações em Leoberto Leal têm sido muito irregulares, tanto em relação à períodos de ocorrência, quanto em volume e ritmo.

Com relação à verificação da ocorrência desses fenômenos em Leoberto Leal tivemos o depoimento de vários munícipes que relataram acontecimentos que caracterizam

¹⁸ C => Mesotérmico - temperatura média do mês mais frio, é inferior a 18° C e superior a 3° C.
f => úmido - sem estação seca definida, pois não ocorre pluviosidades inferiores a 60 mm mensais.
b => verão brando - o mês mais quente, apresenta temperatura média inferior a 22° C.

GRÁFICO 01

Diagrama Ombro Térmico de Leoberto Leal

CONVENÇÕES:

- Temperatura
 Precipitação

ORGANIZAÇÃO: ALBA L. DA CUNHA.

EDITORAÇÃO: OTTO HINSCHING.

FONTE: Dados extraídos de ORSELLI, L. & SILVA, J. T. N. de. Contribuição ao estudo do
 Balanço Hídrico de Santa Catarina (Folha de Leoberto Leal). Fpolis, UFSC - 1988.

irregulares que originam períodos de grande pluviosidade mas também, períodos de longa estiagem. Para reforçar nossa afirmativa apresentamos o depoimento do Sr. Manoel Kammer de Souza, da localidade de Rio Jansen, que contou-nos, por ocasião da entrevista em 1996, que “em dezembro de 1993 e janeiro de 1994 houve uma grande seca que destruiu toda a plantação de feijão”. Disse ainda, “que nunca havia visto nada igual”. “Em 1995 e 1996, o fenômeno repetiu-se, porém, com menor intensidade, apresentando menores conseqüências”. Por outro lado, foram muitos os produtores rurais que se queixaram de ter perdido a safra de determinada cultura, em função da freqüente ocorrência de períodos de estiagem, nos últimos anos.

A instabilidade dos fenômenos atmosféricos tem se constituído, numa característica da dinâmica climática global, em parte, como resultante das interferências do Homem na Biosfera. Acredita-se que em Leoberto Leal tais fenômenos apresentam-se também relacionados com as Massas de Ar Tropicais e Polares que atuam sobre o Sul do Brasil.

Com relação às temperaturas, ainda analisando os dados meteorológicos (Anexo V) e o gráfico 01 verificamos que a média anual é de 16,1° C, sendo que o mês mais frio é julho, com média de 12,5° C, e o mês mais quente é janeiro, com média de 21,2° C.

Outro fenômeno climático que se observa no Município de Leoberto Leal, é a ocorrência de geadas que acontecem esporadicamente (embora quase que anualmente) durante os meses de inverno, apresentando-se ora mais intensas, ora menos intensas. Segundo informações fornecidas por moradores mais antigos, nos últimos anos, as geadas têm sido cada vez menos intensas, mais fracas e muito irregulares em relação aos períodos de ocorrência: às vezes muito cedo, outras vezes muito tarde. Fato este que tem trazido prejuízos significativos e imprevisíveis às atividades agrícolas, pois o calendário agrícola define-se em função da normalidade dos fenômenos atmosféricos.

Além dos prejuízos à lavoura, as geadas provocam a destruição das gramíneas que formam os pastos para o gado. A nível de Município ainda é muito freqüente, no inverno, levar o gado para a internada¹⁹. Neste período, por falta de qualidade e de quantidade suficiente de alimento, há um emagrecimento genérico dos animais. Entretanto, ressaltamos que muitos produtores já estão adotando o sistema de alimentação suplementar, com silagem de milho produzida no próprio estabelecimento.

Ainda, com relação ao clima de Leoberto Leal constatamos algumas diferenciações locais, as quais têm no relevo (disposição das serras, mas também na altimetria) fatores determinantes de relevante importância. Assim, pretendemos aqui mencionar alguns exemplos baseados em depoimentos de pessoas de diferentes localidades do Município:

- Rio do Mich e Vinte Saltos - é muito frio no inverno.
- Rio das Pedras - mudou muito nos últimos tempos: o inverno ficou ameno e o verão muito forte.
- Alto Rio das Pedras - é muito frio; dá muita lestada, dá muita geada.

¹⁹ Internada - local destinado ao gado, durante o inverno, onde as gramíneas geralmente permanecem verdes, não obstante o frio intenso que possa ocorrer, pois elas se encontram protegidas pelas árvores e arbustos. Em Leoberto Leal, as internadas localizam-se em áreas de difícil acesso, onde geralmente não há estradas. O gado fica no período de inverno, praticamente abandonado.

- Rio Perau - o verão não é tão quente; nos últimos anos a ocorrência de geadas está diminuindo.
- Rio Veado - nesta localidade, que se localiza entre Leoberto Leal (sede) e a localidade de Parada, e abrange terras das margens esquerda e direita do rio Alto Braço é comum a ocorrência de granizo durante o período de verão (somente na margem esquerda em um trecho da vertente da Serra do Tijucas).
- Arroio do Rancho - O clima é muito bom. Não é muito úmido, nem é muito quente.
- Rio do Tigre - o clima não é muito frio.
- Barra Grande - é muito frio no inverno e sopra muito o vento sul.
- Faxinal Preto (extremo sul) - caracteriza-se por temperaturas amenas, que baixam consideravelmente durante os meses de inverno. No topo da Serra, a circulação atmosférica é facilitada pela topografia plana e pela vegetação de Campos (foto 13), onde ocorrem fortes ventos frios durante o inverno, colaborando para baixar ainda mais, a já baixa temperatura reinante.



FOTO 13 -Localidade de Faxinal Preto. Clima muito frio. Foto: Otto Hinsching, 1996.

De modo geral, as condições climáticas que ocorrem sobre o território de Leoberto Leal favorecem o desenvolvimento de formações vegetais com alto volume de biomassa e grande variedade de espécies. Refere-se, é claro, à vegetação original, já que atualmente a cobertura vegetal do Município em estudo (a exemplo de todo o Estado de Santa Catarina) encontra-se quase que totalmente modificada pela ação antrópica (principalmente com as atividades agrícolas).

Após a leitura de algumas obras que tratam do assunto na escala estadual resolvemos escolher como suporte teórico para classificar o Município de Leoberto Leal quanto às formações vegetais que apresenta, o trabalho de Roberto M. KLEIN.²⁰

De acordo com a classificação de KLEIN, o Município de Leoberto Leal apresenta sobre o seu território, cobertura vegetal de três das seis formações vegetais definidas para o Estado de Santa Catarina: *a Floresta Tropical Atlântica, a Floresta de Araucária e Faxinais, e os Campos e Capões*.

Antes de nos referirmos especificamente sobre a Cobertura Vegetal original do Município de Leoberto Leal pretendemos descrever sucintamente as características das principais formações vegetais do Estado de Santa Catarina, particularmente as duas mais significativas no território leobertense.

A formação vegetal mais importante no Estado é a *Floresta Tropical Atlântica*. E para dela melhor falarmos reproduzimos aqui o que escreve KLEIN (1978:3 e 4).

A floresta atlântica, formada por densas comunidades arbóreas, tem nas grandes árvores (30 - 35 metros de altura), entremeadas por diversos estratos ou sinusias inferiores, constituídas por árvores, arvoretas e arbustos, a sua principal característica. Fitofisionomicamente é caracterizada por um número relativamente pequeno de espécies muito abundantes, entre as quais, as Lauráceas desempenham papel preponderante, seguidas pela grande abundância de árvores e arvoretas das Mirtáceas. Apresenta esta floresta, caráter essencialmente tropical, sobretudo na parte situada ao norte da Serra do Tabuleiro.

A *Floresta de Araucária e Faxinais* cobre grande parte do Planalto Catarinense e é caracterizada principalmente pela presença do pinheiro (araucária). Nas áreas onde há grande densidade de pinheiros, a mata nos dá a falsa impressão de ser homogênea, especialmente se a olharmos de cima, pois as copas dos pinheiros tomam conta do estrato superior da floresta. A sua real heterogeneidade, entretanto, se manifesta numa variedade de submatas distintas, o que segundo KLEIN, permite a sua subdivisão em duas subformações: a Floresta de Pinhais e a Floresta dos Faxinais, diferenciando-se entre si, principalmente

²⁰ Mapa Fitogeográfico do Estado de Santa Catarina.

pelo maior e menor porte das árvores (pinheiros em sua maioria), e maior e menor densidade. A primeira apresenta submata bem desenvolvida, com predomínio das Lauráceas, enquanto que a segunda é baixa e pouco densa, “... onde predominam as Mirtáceas e Aquifoliáceas, entremeadas com densos taquarais e carazais” (KLEIN, 1978:10).

A exemplo do Estado de Santa Catarina, a maior parte da extensão do território leobertense é representada pela *Floresta Tropical Atlântica*, com o subtipo denominado Floresta Tropical do Litoral e Encosta Centro-Norte. Segue-se, em segundo lugar, a *Floresta de Araucária e Faxinais*, com o subtipo Floresta dos Faxinais ao longo das ramificações da Serra Geral e outras serras isoladas e, por último, os *Campos ou Capões*.

Em consequência, encontramos no Município de Leoberto Leal, áreas de Domínio das seguintes Formações Vegetais:

- a) Ocupando a maior parte da área centro-norte do Município, notadamente nas encostas da Serra do Tijucas a oeste, está a submata da Floresta Tropical de Encostas e Litoral Centro-Norte, com árvores de 20 a 30m de altura, com predomínio da canela-preta, laranjeira-do-mato, o palmitheiro, o pau-óleo, a maria-mole, a peroba-vermelha, a canela-fogo, a canela-sassafrás e o cedro. Com uma diversidade muito grande de espécies vegetais, distinguem-se aí quatro estratos: o arbóreo, as arvoretas, o arbustivo e a herbácea.
- b) Localizado particularmente sobre a Serra dos Faxinais, acima da altitude de 500m encontramos áreas de domínio da subdivisão da *Floresta de Araucária e Faxinais*, denominada por KLEIN de Floresta dos Faxinais ao longo das ramificações da Serra Geral e outras serras isoladas. Esta formação vegetal caracteriza-se por mata baixa, heterogênea, onde aparecem, além de outras espécies — ora menos densas, ora mais espessas —, agrupamentos de pinheiros entremeados pelos densos taquarais e carazais. Nos diversos estratos desta formação vegetal destacam-se, além da araucária: imbúia, canela lajeana, canela amarela, bracatinga, sapopema, erva-mate, guaçatunga, vacunzeiro, taquara-lisa, entre outros.
- c) Dispersas entre os domínios das duas formações anteriormente citadas, registra-se a ocorrência de pequenas áreas de *Campos ou Capões*, geralmente em altitudes superiores a 800 m, em terrenos geralmente aplainados e onde o clima apresenta um inverno longo e um verão curto. Essas formações vegetais são constituídas por árvores de pequeno porte, arbustos e gramíneas. Entre as espécies de árvores pode-se destacar a aroeira-vermelha, o bugreiro, o guamirim e o branquilha.

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC

COBERTURA VEGETAL

Mapa 07

49°24'
27°18'

49°06'
27°18'

27°30'

27°30'



CONVENÇÕES:

- Reflorestamento - pinus e eucalipto.
- Campo natural, cultivado e de pastagem.
- Vegetação Primária e Secundária - Predomínio de vegetação nativa de porte arbóreo e arbustivo.
- Área antrópica - predomínio de cultivo, desmatamento recente, pastagem e vegetação secundária em estágio inicial de regeneração.

49°06'
27°42'

DESENHO: IVAN ALBERTO DA SILVA

FONTE: Mapa da Cobertura Vegetal de SC - FATMA - 1995.
Folha Topográfica SG - 22 - Z - D - IBGE - 1983.

JUL/96

A situação atual da cobertura vegetal do Município (mapa 07), entretanto, é um tanto diferente do quadro que se apresentou. Isto é consequência, a princípio, de uma intensa exploração vegetal (extração de madeira), particularmente a partir da década de 30, e posteriormente, pelo desenvolvimento das atividades agropecuárias baseadas numa agricultura itinerante com o uso indiscriminado do sistema de cultivo da “queimada” (foto 14), e na pecuária extensiva.

Atualmente a cobertura vegetal natural encontra-se quase que totalmente exterminada. Assim sendo, a grande maioria do verde natural que se encontrava no território leobertense, hoje se apresenta como parte das formações secundárias, ou seja, é o resultado da dinâmica da própria natureza que tenta reconstituir a cobertura vegetal original retirada pela ação humana.

Este quadro de destruição da cobertura vegetal no território de Leoberto Leal fica bem visível através da análise do mapa 07 onde se percebe que as interferências do Homem sobre a vegetação têm sido muito expressivas em termos de área. Embora o mapa não contemple uma nítida separação entre a vegetação original e a vegetação secundária, percebemos que o percentual de áreas sob a atuação antrópica (foto 15) em tempos recentes é bastante significativo. Esta área (cor laranja no mapa), representa aproximadamente 40% do total; somando-se estas às áreas de vegetação primária e secundária (verde-claro) chega-se ao equivalente a 90% do território do Município.

Presumimos que este quadro não é ainda mais alarmante em função das diversidades do relevo (altas declividades) que dificultam o acesso e o uso agrícola. Considere-se também, neste caso, a ação do IBAMA e da FATMA, principalmente, a partir de 1990, como fiscalizadores do cumprimento do Decreto Federal nº 750, (Anexo VI) que proíbe a derrubada da mata na área delimitada, a nível nacional, como de preservação da denominada *Mata Atlântica*, a qual, no Estado de Santa Catarina, atinge toda a área Litorânea e ainda as Serras e parte do Planalto Ocidental. Leoberto Leal, a exemplo de muitos outros municípios catarinenses, encontra-se dentro da faixa de área da Mata Atlântica, portanto, sob esta legislação.



FOTO 14 - A queimada: embora seja condenada do ponto de vista técnico e ecológico, é ainda utilizada por produtores de baixo grau de instrução e baixo nível financeiro. Foto: Hélio Musskopf, 1992.



FOTO 15 - Localidade de Rio Pedrinhas, onde se observa a grande interferência da ação antrópica sobre a paisagem. Foto: A autora, 1996.

II - CONSIDERAÇÕES SOBRE A ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA

2.1. Reflexões prévias: a propósito da tipologia das relações de produção

Apesar da importância das características da organização agrária, o presente estudo teve como foco central de análise a problemática do êxodo rural e não o estudo particularizado da organização agrária ou de algum de seus aspectos. A organização agrária será abordada sim, mas de forma generalizada, enfatizando-se mais especificamente os aspectos que, de algum modo, contribuíram para a formação de fluxos emigratórios da área em estudo.

No Município de Leoberto Leal, a base da economia fundamenta-se nas atividades agropecuárias. No que concerne, particularmente, à organização da produção, o mesmo apresenta, como uma de suas características dominantes, a pequena produção com mão-de-obra familiar.

Existem, no plano teórico, várias tipologias conceituais que abordam as formas de organização da produção agrária. O assunto é polêmico e constata-se consideráveis divergências entre os estudiosos, principalmente em função da existência de linhas de pensamento científico contrárias entre si, que, em última análise, deixam transparecer “... *uma certa indefinição e ambigüidade conceitual com referência às categorias usuais a análise das pequenas unidades estruturadas com base no trabalho familiar*”. (MUSUMECI, *apud* ISRAEL 1992:12-3).

Embora não seja objetivo do presente trabalho discutir tais aportes, cabe apresentar, mesmo que em linhas gerais, algumas referências teóricas acerca da organização da produção agrária, enfatizando a pequena produção, a qual, no contexto da economia agrária, apresenta um caráter muito particular e de certa forma “anômalo” do ponto de vista da lógica do capital, o que tem suscitado inúmeras discussões, notadamente quanto à nomenclatura utilizada.

Ao analisar as relações de produção que se desenvolvem no “*campo brasileiro*” sob a influência do capital, LOPES (1976:6-7) classifica as unidades econômicas em quatro tipos: (1) a empresa agropecuária capitalista; (2) o latifúndio; (3) a unidade camponesa e (4) a unidade familiar produtora de mercadorias. Na última unidade, enquadra-se o tipo predominante no Município em estudo, o qual chamamos de “*pequena produção com mão-de-obra familiar*” ou, a exemplo de ISRAEL (1991:11), simplesmente, “*produção familiar*”.

Ao caracterizar a unidade familiar produtora de mercadorias, LOPES (1981:19-20) assim se manifesta:

...pequenos proprietários, arrendatários ou parceiros, com uma exploração agrária mercantil baseada, fundamentalmente, em força de trabalho familiar, que recorrem, apenas em caráter suplementar, a trabalho assalariado eventual. (...) Como para os camponeses, os pequenos produtores de mercadoria reproduzem-se, simplesmente, como categoria social; a sua reprodução, porém, ao contrário da daqueles passa primordialmente pelo circuito mercantil. Em tal caso, estando esses pequenos produtores mercantis inseridos na economia capitalista, haveria tendência para serem desalojados pela concorrência das unidades maiores ou para desenvolverem-se em pequenas empresas capitalistas. Na realidade, a concorrência capitalista impõe aos pequenos produtores o sobretrabalho familiar e o subconsumo. Outras vezes, o mesmo resultado é alcançado pela sua subordinação direta ao capital comercial ou industrial (caso de cooperativas ou do fornecimento de matérias-primas agrícolas a indústrias de processamento).

Na mesma linha de raciocínio, GRAZIANO DA SILVA (1982:37), outro representante desta vertente teórica, ao tratar esta tipologia das relações de produção denomina-a de “*pequena produção*” ou “*produção camponesa*”, e a caracteriza simplesmente como “*... pequenas áreas com baixas rendas, onde a família do produtor direto constitui a unidade básica de produção e consumo, e onde a sua reprodução se realiza sob precárias condições*”.

Estas concepções são consideradas suficientes para evidenciar o que se entende por pequena produção. Conforme ponderou CAVICCIOLLI (1996:30), “*independente do viés*

teórico ou da nomenclatura com que é abordada, esta unidade agrícola caracteriza-se pela predominância do trabalho familiar”.

Por conseguinte, ao abordar as relações de produção da agricultura do Município em estudo, adotaremos a terminologia usada por ISRAEL, ou seja, “*produção familiar*”, pois estaremos fazendo referência a uma tipologia na qual a força de trabalho é fundamentalmente familiar e o trabalho assalariado, quando aparece, é na maioria das vezes de caráter suplementar.

2.2. A estrutura agrária

2.2.1. A estrutura fundiária

O estudo, embora generalizado, da estrutura fundiária do Município de Leoberto Leal faz-se necessário para a presente pesquisa porque objetivamos uma análise evolutiva no sentido de verificar se a sua composição e dinâmica têm ou não alguma influência como “fator” ou “causa” dos “fluxos de emigração populacional” do referido Município.

De início, justificam-se aqui algumas considerações acerca das dificuldades encontradas à medida em que se planejava e se tentava definir a metodologia de análise deste tópico da pesquisa.

Ao iniciar este capítulo, tivemos dúvida para escolher a fonte de dados secundários a ser adotada. Por isso, buscamos na bibliografia pertinente subsídios de apoio para a escolha. Primeiramente recorremos aos manuais das próprias instituições (IBGE, INCRA), analisando-os em seus diversos levantamentos (a partir de 1970); posteriormente recorremos à literatura específica, na qual, os autores se preocupam em tecer algumas considerações conceituais a esse respeito.

À medida que procedíamos particularmente ao levantamento de dados secundários sobre a estrutura fundiária encontrávamos pontos polêmicos e de difícil consenso, considerando as discrepâncias de parâmetros e de medidas, bem como as diferentes técnicas e métodos de levantamento adotados pelos diferentes órgãos públicos em nível nacional, como é o caso, dos já citados IBGE e INCRA. Assim sendo, faz-se necessário expor mais

detalhadamente os critérios e conceituações usados pelos diferentes órgãos na mensuração desta variável quando de seus levantamentos.

No Cadastro do INCRA, os dados são baseados no “imóvel rural”, ou seja, na unidade jurídica de propriedade, explorada ou não. Já o Censo Agropecuário do IBGE baseia-se na unidade territorial denominada “estabelecimento”, a qual é assim definida:

...todo terreno de área contínua, independente do tamanho ou situação (urbana ou rural), formado de uma ou mais parcelas, subordinado a um único produtor, onde se processasse uma exploração agropecuária, (...). Excluíram-se das investigações os quintais de residências e hortas domésticas. As áreas confinantes sob a mesma administração ocupadas, segundo diferentes condições legais (próprias, arrendadas e ocupadas gratuitamente), foram consideradas como um único estabelecimento. As áreas confinantes pertencentes a um só proprietário, mas entregues à administrações diversas, foram consideradas como estabelecimentos distintos. Consideram-se, também, como estabelecimentos distintos, as áreas exploradas em regime de parceria, quando os responsáveis por sua administração eram os próprios parceiros. (Censo Agropecuário, 1985:XIII).

Por outro lado, o Cadastro do INCRA, que levanta dados sobre o “imóvel rural”, portanto sobre a propriedade rural independentemente de ser ela explorada ou não, desconsidera os produtores sem terra. GRAZIANO DA SILVA (1981:162), no entanto, vê no Cadastro uma qualidade que não deve ser desprezada. Considera que:

...por maiores que sejam os defeitos dos dados dos Cadastros, uma informação é de particular fidedignidade: o número de propriedades e suas respectivas áreas totais. Praticamente todos os pesquisadores concordam em considerar de boa qualidade esses dados, uma vez que o declarante tem necessidade de listar os documentos comprobatórios das áreas de que é proprietário. E é a distribuição das propriedades pelo seu tamanho que nos permite conhecer melhor a estrutura fundiária do Brasil.

Embora seja incontestável esta qualidade dos cadastros destacada por GRAZIANO DA SILVA, eles apresentam um grande inconveniente, que é a irregularidade dos intervalos entre os levantamentos, o que prejudica a comparação entre as diferentes datas quando se pretende proceder a uma análise evolutiva da estrutura fundiária. Os dados disponíveis neste caso seriam aqueles referentes aos anos de 1972, 1978 e 1992. Como se observa, os intervalos são de seis e quatorze anos, respectivamente. Os Censos Agropecuários por sua vez foram efetuados em intervalos regulares de cinco anos, de 1970 até 1985. Entretanto, após esta data, apresentou um intervalo de 11 anos, constituindo-se assim numa irregularidade, tendo-se realizado o último portanto, em 1996.

Com relação à unidade de coleta utilizada pelos censos em seus levantamentos, convém ponderar sobre alguns inconvenientes: por se constituir em uma unidade de administração, e por considerar somente as áreas contínuas, o conceito de

“estabelecimento” mascara muito a estrutura fundiária. Como considera somente os terrenos de área contínua, despreza aqueles pertencentes a um mesmo proprietário mas que porventura não são explorados, deixando assim uma imprecisão com relação à mensuração das terras ociosas, bem como, da relação produtor/propriedade. Há que se considerar também os casos em que, eventualmente, um produtor possua mais de um estabelecimento, sendo que em um deles poderá ser o proprietário e no outro, o arrendatário ou parceiro.

Considerando tais apreciações, podemos concluir que, embora as duas fontes (IBGE e INCRA) apresentem contradições e diferenças de dados elas se complementam, pois, enquanto os dados do INCRA apresentam uma idéia mais real da divisão, disposição e tamanho da propriedade, os do IBGE fornecem um perfil (mesmo que distorcido) desta situação, incluindo dados que permitem elucidar o tamanho médio das terras usadas nas atividades agropecuárias, tanto pelo “proprietário da terra” quanto pelo “sem terra”.

A princípio, ao dar início ao estudo da organização agrária, tínhamos a intenção de trabalhar com as duas fontes (IBGE e INCRA), esperando, com isso, enriquecer a base de análise. No entanto, especialmente com relação à estrutura fundiária, cada órgão tem os seus próprios critérios e conceituações, os quais divergem entre si, resultando assim em incompatibilidades que dificultam sobremaneira a comparação dos dados fornecidos por esses órgãos. Neste sentido, GRAZIANO DA SILVA (1981:92), recomenda que se evitem as comparações diretas entre os dados do Censo Agropecuário e do Cadastro Rural, dizendo:

É preciso, portanto, advertir contra as comparações diretas entre essas duas fontes, uma vez que a unidade de coleta é diferente. Por exemplo: uma propriedade totalmente inexplorada é contada como imóvel mas não o é como estabelecimento; as áreas de parceria autônoma e de arrendamento são consideradas estabelecimentos diferentes pelo Censo, mas poderão ser contadas como parte de um só imóvel pelo Cadastro, se pertencerem a um mesmo proprietário.

Enfim, apesar dos inconvenientes e das qualidades apresentadas pelas duas fontes, depois de muita indecisão, optou-se por trabalhar com os dados do IBGE, em função da maior regularidade nos intervalos dos levantamentos, embora esteja-se consciente de que com a análise dos dados desta fonte será muito difícil obter informações sobre desmembramento ou remembramento de imóveis rurais por herança ou por venda. No entanto, será possível chegar a conclusões a respeito do tamanho médio das terras disponíveis para os produtores rurais em geral, sejam eles proprietários ou não.

Embora tenhamos optado por trabalhar com os dados do IBGE, nossa análise inicia-se com uma pequena observação sobre a propriedade jurídica da terra, pois entendemos ser necessária a sua menção.

A configuração espacial da atual estrutura fundiária do Município de Leoberto Leal (neste momento referimo-nos particularmente à distribuição da posse da terra) tem suas origens na história da colonização do Estado de Santa Catarina. A exemplo de quase toda a colonização do Sul do Brasil, como já havia descrito WEIBEL,²¹ os lotes demarcados, que possuíam em média 25 ha, eram estreitos, em forma retangular, com a frente voltada para a estrada (a qual geralmente seguia o curso de um rio) e o fundo para o divisor de águas.

Fruto, em grande parte de seu território, de um parcelamento de terras em “lotes coloniais” do Núcleo Colonial Esteves Júnior,²² Leoberto Leal traz desde os seus primórdios, uma estrutura de predomínio de pequenas e médias propriedades.²³ Em que pesem as mudanças ocorridas até os dias atuais (desmembramentos, remembramentos), sua estrutura fundiária mantém até hoje características muito parecidas às da época de sua colonização.

Como nos mostra a tabela 01, Leoberto Leal possui a maioria dos imóveis rurais dentro dos parâmetros de dimensionamento das pequenas e médias propriedades, com visível predominância das pequenas propriedades.²⁴

²¹ Léo WEIBEL. *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro, IBGE, 1958, p. 213 - 18.

²² Esta afirmativa pode ser confirmada através do exame das cópias de algumas plantas do loteamento do extinto Núcleo Colonial Esteves Júnior. (Anexo IV).

²³ Conforme o art. 4º da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 — Estatuto da Terra — o Cadastro Rural classifica os imóveis rurais em quatro categorias:

a) Minifúndio: será todo o imóvel rural que tiver sua área agricultável inferior à do *módulo* fixado para a respectiva região e tipo de exploração; (*módulo*: é a área fixada para o imóvel rural explorado pelo agricultor e sua família, ainda que, com ajuda de terceiros, absorva toda força de trabalho, garantindo-lhe a subsistência e o progresso social e econômico, levando-se em conta a região onde se localiza e o tipo de exploração a que se destina). (b) Latifúndio por dimensão; (c) Latifúndio por exploração; (d) Empresa Rural.

A Lei n.º 8.629, de 20/02/1993 criou novos meios para a classificação dos imóveis rurais. No seu art. 2º, incisos II e III, a citada lei define a dimensão da “*pequena e média propriedades*”, caracterizando-as respectivamente, como “*o imóvel rural com área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais*” e “*o imóvel rural de área superior a 4 (quatro) e até 15 (quinze) módulos fiscais*”. O *módulo fiscal*, é determinado por município, levando-se em conta o tipo de exploração predominante e ainda o de outras explorações existentes, que embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada. Para o Município de Leoberto Leal, o módulo fiscal é equivalente a 18 ha.

²⁴ No parágrafo anterior, o termo “propriedade” refere-se ao tamanho do “imóvel rural”, ou seja, é a “propriedade jurídica”, enquanto que, neste parágrafo o termo relaciona-se ao que o IBGE define como “estabelecimento”.

TABELA 01
LEOBERTO LEAL: ESTRUTURA FUNDIÁRIA - 1970 a 1985

GRUPOS DE ÁREA (ha)	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS						ÁREA TOTAL (ha)					
	1970		1975		1980		1985		1970		1975	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
00 — 05	118	17,23	88	15,25	88	12,94	249	26,69	387	1,63	255	1,49
05 — 10	80	11,68	64	11,10	117	17,21	170	18,22	512	2,15	414	2,41
10 — 20	92	13,43	102	17,67	104	15,30	157	16,83	1.256	5,30	1.406	8,19
20 — 50	255	37,23	215	37,26	232	34,12	248	26,58	7.516	31,68	6.316	36,82
50 — 100	109	15,92	90	15,60	114	16,76	80	8,57	6.684	28,17	5.796	33,79
100 — 500	28	4,08	18	3,12	24	3,53	27	2,90	3.931	16,57	2.968	17,30
500 e mais	03	0,43	—	—	01	0,14	02	0,21	3.440	14,50	—	—
Total	685	100	577	100	680	100	933	100	23.726	100	17.155	100
											20.688	100
											23.569	100

FONTE: IBGE - Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980 e 1985.

Apesar dos inconvenientes decorrentes das diferenciações de critérios de um censo para outro, notadamente de 1970 para 1975, os dados referentes ao período de 1970 a 1985 nos permitem uma análise — mesmo que aproximada — da evolução da distribuição dos estabelecimentos no referido período. *A priori*, percebemos muitas mudanças em todos os grupos de área, em todos os censos analisados, tanto no número de estabelecimentos quanto na área ocupada. Portanto, a dinâmica da estrutura fundiária apresentada no período em análise foi muito expressiva. Entretanto, uma característica manteve-se quase inalterada, não em termos numéricos, mas sim no seu significado ou conteúdo implícito: o predomínio dos pequenos estabelecimentos ou pequenas propriedades. Assim sendo, faremos a análise da estrutura fundiária do Município de Leoberto Leal, centralizando maior atenção nos grupos de área inferior a 100 ha, ou seja, aqueles que por definição encontram-se dentro dos parâmetros de área de pequenos e médios estabelecimentos.

O grupo de área de 1 a 5 ha ocupava, no Censo de 1985, uma parcela ínfima do total das terras: apenas 731 ha, ou seja, 3,10% dos 23.325 ha totais declarados, embora tenha apresentado um crescimento significativo se comparado ao Censo de 1970, quando abrangia o equivalente a 387 ha. Também é importante observar o aumento extraordinário do número destes estabelecimentos ocorrido do Censo de 1980 para o de 1985: houve um aumento da ordem de 282%.

Estes resultados nos indicam que houve um processo de “minifundização”, para usar a expressão de MARTINE.²⁵ Segundo o autor, o processo de minifundização ocorrido em âmbito nacional resultou em uma diminuição da área média dos estabelecimentos agropecuários, com exceção apenas para os estados do Paraná, Amapá e Pará.

MARTINE aponta a princípio, a influência de fatores de ordem econômica sobre a ocorrência desse processo na estrutura fundiária do País neste período. Esclarece que estes fatores são mais precisamente explicados por um relativo desinteresse do capital, em função, principalmente, de uma retração do mercado, bem como do impacto da contenção do crédito para investimentos na área da agricultura. Considera também como indicador desse processo ocorrido no período de 1980 a 1985 uma significativa redução do dinamismo geral das atividades agropecuárias do País.

Voltando à análise da tabela 01, que trata da estrutura fundiária de Leoberto Leal, verificamos que, não obstante todos os grupos de área apresentarem bastante alterações

²⁵ George MARTINE. *Fases e faces da modernização agrícola brasileira*, 1990, p. 10 e 11.

tanto no número de estabelecimentos quanto em área ocupada, o grupo que demonstrou maior irregularidade nas mudanças ocorridas, tanto absoluta quanto percentualmente, foi o de 50 a 100 ha. Em números relativos, em 1970 atingiu o percentual de participação de 15,92%, baixando para 15,60% em 1975; em 1980, aumentou novamente, alcançando 16,76%, reduzindo-se para 8,57% em 1985. Percebe-se idêntico comportamento em relação à área ocupada: o seu percentual de participação no total era de 28,17% em 1970, 33,77% em 1975, 34,26% em 1980 e 21,59% em 1985.

O grupo de área que mais se destaca, porém, em relação ao mínimo de irregularidades apresentadas pelos dados, de censo a censo, é o de 20 a 50 ha. Desde o Censo de 1970 apresenta um predomínio quase absoluto em relação às demais categorias, tanto em número de estabelecimentos quanto em área ocupada, seja em números absolutos, ou em percentuais. Até 1980 esse grupo ocupava o primeiro lugar no percentual do número de estabelecimentos, passando em 1985 para o segundo lugar, perdendo por apenas 0,11% para o grupo de 1 a 5 ha que, por sua vez, aumentou o seu percentual de participação em mais de 50% em relação ao censo anterior (1980). Com relação à área ocupada os números do referido grupo indicam também a maior porcentagem de participação no total em três dos quatro censos em estudo, excetuando-se o de 1980 quando o mesmo ficou em segundo lugar, com 33,57%, o que representa uma diferença de apenas 0,69% em relação ao primeiro colocado. Portanto, é o grupo que, em geral, apresenta a maior porcentagem de terras em termos de área ocupada, porcentagem que atinge aproximadamente um terço do total dos estabelecimentos agropecuários.

De modo geral, no sentido do número total dos estabelecimentos apresentados, verificamos que nos censos de 1980 e de 1985, também houve um aumento considerável no número de pequenos estabelecimentos bem como uma maior participação percentual na área total do Município. Resultando em uma diminuição no tamanho médio dos estabelecimentos em geral, podemos concluir que houve parcelamento das terras, seja por herança ou por venda. Porém, com base no já anteriormente exposto em relação à semelhante situação ocorrida em quase todo o País no mesmo período, constatamos que em Leoberto Leal, a partir de 1980, os desmembramentos ocorreram em sua maior parte por venda.

Verificamos ainda que no Censo de 1985, os três primeiros grupos de áreas (1 a 5, 5 a 10, 10 a 20 ha) analisados no contexto geral, são bastante representativos com relação ao número de estabelecimentos apresentados. Somando-se os seus percentuais, chega-se à cifra

de 61,74%. Entretanto, com relação à área ocupada, esse percentual é notadamente inexpressivo: apenas 16,92%. No entanto, se acrescentarmos a estes três grupos de área o grupo subsequente (20 a 50 ha), a participação da extensão de terras ocupadas sofre uma alteração bastante grande: passa para 48,80%, isto é, sofre um aumento da ordem de 31,88%. Já o percentual do número de estabelecimentos do referido grupo foi menor: 26,58%.

Concluindo, confirmamos o que já havíamos deduzido anteriormente: na estrutura fundiária do Município de Leoberto Leal “há o predomínio dos e médios pequenos estabelecimentos” tanto em números absolutos quanto em percentuais em relação ao total do número de estabelecimentos recenseados (1970, 1975, 1980, 1985); entretanto, em área ocupada, os estabelecimentos de tamanho inferior a 50 ha participam com percentuais que variam entre 40,76% e 48,80%, isto é, abrangem quase a metade do total do somatório das terras de todos os estabelecimentos. Tal constatação foi confirmada pelo resultado dos dados obtidos através da pesquisa de campo (ver tabela 02).

TABELA 02
LEOBERTO LEAL: Estrutura Fundiária - 1996

GRUPOS DE ÁREA	NÚM. DE ESTABEL.		ÁREA OCUPADA	
	Total	%	Total (ha)	%
00 — 05	32	10,50	113,1	1,12
05 — 10	27	8,85	175,2	1,73
10 — 20	65	21,31	847,2	8,36
20 — 40	118	38,69	3.561,4	35,13
50 — 100	46	15,08	2.738,9	27,01
100 — 150	6	1,97	776,0	7,65
150 — 300	3	0,98	736,0	7,26
300 — 500	2	0,66	616,0	6,07
500 e mais	1	0,32	575,0	5,67
Não declarada	5	1,64	—	—
TOTAL	305	100,00	10.138,8	100,00

FONTE: Pesquisa de Campo, 1996.

Para efeitos de classificação, consideramos *grossa modo*, os estabelecimentos inseridos nos grupos de área de 1 a 50 ha como “pequenos estabelecimentos” ou “pequenas propriedades”, tomando por base as definições constantes na Lei nº 8.629 e no “módulo fiscal” (ver nota de rodapé nº 3).

2.2.2. Aspectos econômicos e sociais da produção agrícola

2.2.2.1. A composição da mão-de-obra

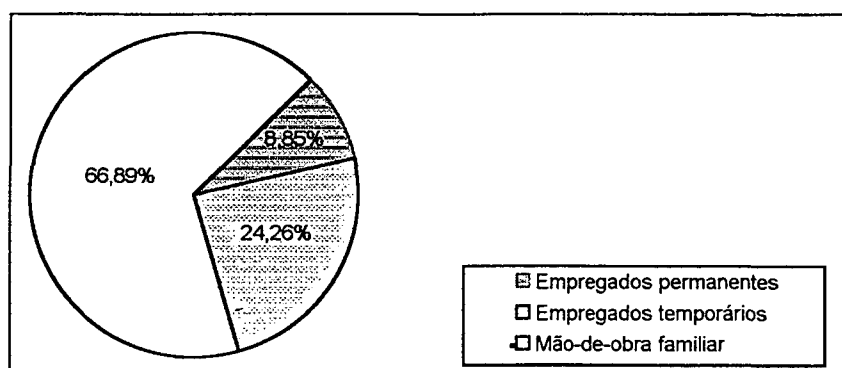
Conforme já exposto no início deste capítulo, em Leoberto Leal, a organização da produção agrícola caracteriza-se pela *produção familiar* que, segundo GRAZIANO DA SILVA (1982:37), é de grande importância no contexto da economia nacional, pois é responsável “... *pela grande parcela da produção de alimentos básicos e também das matérias-primas de transformação industrial*”.

No Estado de Santa Catarina, a *produção familiar* (ou pequena produção, ou ainda pequena propriedade) assume papel de relevante importância, uma vez que, segundo FRANCO “representa 90% do total das propriedades rurais, embora ocupe somente 40% da área; no entanto, responde por 70% do valor total da produção agrícola e 72% do valor total da produção pecuária do Estado”. FRANCO ainda afirma que, a pequena produção é considerada como o “*modelo econômico símbolo de Santa Catarina*” (1988:23).

Através da análise dos resultados da pesquisa de campo constatamos que *as relações de produção* na área de estudo — a exemplo do que se verifica no Estado de Santa Catarina — também se baseiam no *trabalho familiar*, isto é, onde a mão-de-obra compõe-se em sua maioria, pelos membros da família. O percentual de *assalariados* na produção agropecuária de Leoberto Leal é baixo, isto é, pouco expressivo: apenas 8,85% dos produtores rurais têm empregados permanentes e 24,26% contratam empregados temporariamente; os restantes 66,89% compõem-se de mão-de-obra exclusivamente familiar (gráfico 02).

GRÁFICO 02

LEOBERTO LEAL: Composição da Mão-de-Obra



FONTE: Pesquisa de Campo, 1996.

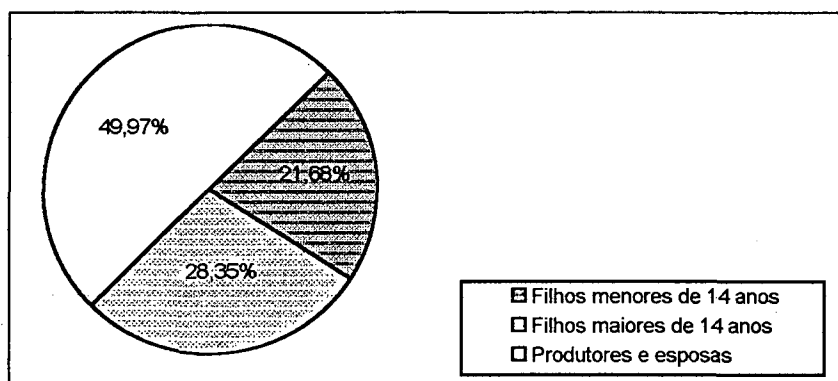
Em nossa pesquisa constatamos ainda que a baixa margem de lucro (ou mesmo a ausência dele) na agricultura da *pequena produção ou produção familiar* leva os produtores rurais ao sobretrabalho, obrigando-os a colocar no trabalho, além da esposa e dos filhos maiores, inclusive os filhos menores de 14 anos, não obstante, tal prática seja proibida por lei.

Neste sentido, reunimos alguns depoimentos, dos quais o do Sr. José Pedro Alexandre, da localidade de Vargem dos Bugres, o qual afirmou que: “*o lucro do agricultor é muito baixo; não permite ter empregados*”. Assim sendo, o recurso que o produtor rural tem em mãos é a própria família onde, além do casal, encontram-se não somente os filhos maiores de 14 anos, mas também os de menor idade, sendo muito comum a sua iniciação por volta dos 5 a 7 anos, conforme a necessidade da família e do tipo de atividade desenvolvida. (Fotos 16 e 17).

Segundo os dados coletados na pesquisa de campo, a porcentagem da mão-de-obra infantil (menores de 14 anos) na produção agropecuária de Leoberto Leal, é muito significativa, participando com 21,68% do total da mão-de-obra familiar. Os filhos de 14 anos e mais participam com 28,35%. Em resumo: os filhos e filhas (menores e maiores) representam 50,03% da mão-de-obra familiar (gráfico 03).

GRÁFICO 03

LEOBERTO LEAL: Distribuição da Mão-de-Obra Familiar



FONTE: Pesquisa de Campo, 1996.

Com efeito, vale ressaltar que o predomínio do trabalho familiar mantém-se, independentemente de qual seja a condição do produtor rural: proprietário das terras, arrendatário, meeiro, posseiro ou ocupante, conforme o caso.



FOTO 16 - Mão-de-obra familiar:
(produção de sementes de cebola)
O casal e o filho mais velho.
Localidade: Macuco. Foto: Hélio
Musskopf, 1996.



FOTO 17 - Mão-de-obra familiar: (colheita do fumo) proprietário (pai) e uma das filhas. Localidade:
Parada. Foto: Hélio Musskopf, 1996.

Na área pesquisada, verificamos também a relação de *troca de dias de trabalho* entre unidades produtoras. Portanto, observa-se ainda a permanência de mais um componente de trabalho não remunerado. Esse tipo de relação de produção, embora seja considerado quase extinto no Brasil, é ainda encontrado sobretudo na agricultura de subsistência que, por força da expansão das relações capitalistas no campo, praticamente desapareceu. Entretanto, em Leoberto Leal, ainda permanece com percentuais bastante significativos, em função de dispensar a mão-de-obra assalariada, assim como, todas as obrigações trabalhistas.

Ainda dentro desta estrutura de produção familiar encontrada, registra-se a existência de produtores rurais que trabalham em regime “integrado”, ou seja, os fornecedores de matérias-primas às indústrias de processamento, como é o caso dos produtores de fumo, cujo produto ocupa o segundo lugar na produção e comercialização agrícola do Município.

2.2.2.2. *A condição do produtor*

Analisando a tabela que trata da Condição do Produtor (Anexo VII), verificamos que em todos os censos analisados predomina a categoria dos proprietários na administração dos estabelecimentos. O menor percentual de participação da referida categoria ocorreu em 1985 com apenas 52,30%, e a maior, em 1975 com 72,27%.

O predomínio da categoria dos proprietários é ainda mais acentuado quando analisamos a área explorada. Esta, no entanto, apresenta muitas variações entre os censos, particularmente de 1970 para 1975 quando mostra uma diferença absoluta de 3.703 ha que correspondem a uma diminuição de apenas 3 estabelecimentos, o que significa que a categoria dos proprietários diminuiu a área média explorada embora tenha mantido o número médio de estabelecimentos sob a sua administração. Em percentuais, a maior participação dos proprietários foi em 1975 com o equivalente a 88,19%, e a menor, em 1980, com 75,56% dos estabelecimentos.

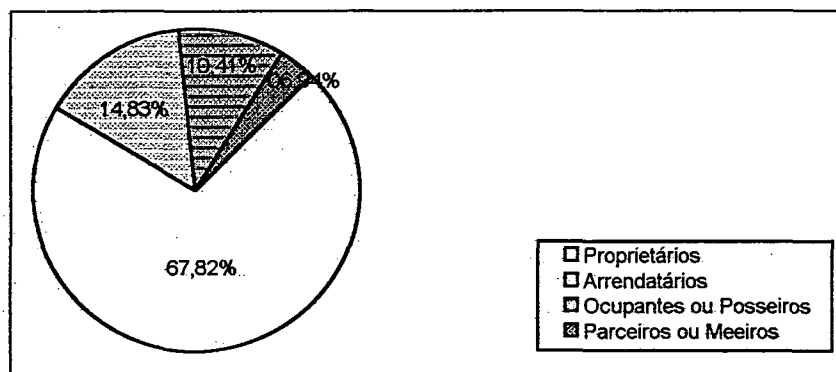
Outrossim, vale destacar ainda o significativo aumento de área explorada pelos proprietários apresentado no Censo de 1985, quando o comparamos ao de 1980. Em termos absolutos, esse aumento foi da ordem de 4.186 ha e, percentualmente foi de 21,13%. Como o número total de estabelecimentos do Município teve neste período um aumento da ordem de 253 unidades, pressupõe-se que houve aquisições de terras por parte

de produtores que anteriormente se enquadravam nas demais categorias, — seja através de compra ou mesmo de herança.

Embora menos representativas do que a dos proprietários, as categorias dos arrendatários, parceiros e ocupantes, apresentam-se muito diferenciadas de censo a censo, ou seja, a participação de cada uma dessas categorias na administração do estabelecimento torna-se maior ou menor; sendo que, muitas vezes, tais números apresentam diferenças bastante acentuadas.

Segundo a pesquisa de campo, a participação percentual das quatro categorias na administração do número de estabelecimentos agropecuários de Leoberto Leal ficou assim distribuída: proprietários, 67,82%; arrendatários, 14,83%; ocupantes e posseiros, 10,41%; parceiros e meeiros, 06,94% (gráfico 04).

GRÁFICO 04
LEOBERTO LEAL: Condição do Produtor



FONTE: Pesquisa de Campo, 1996.

Finalizando a análise deste aspecto da organização agrária de Leoberto Leal, podemos concluir que:

- O número de proprietários que administra o próprio estabelecimento sempre foi majoritário quando comparado aos demais produtores (arrendatários, ocupantes ou posseiros, parceiros ou meeiros), não se constituindo entretanto em uma novidade, uma vez que esta é uma característica própria, inerente, peculiar e marcante da produção familiar.
- Houve mudanças bastante significativas entre os dados das quatro categorias apresentadas nos quatro censos analisados. Com relação à diminuição acentuada do número de proprietários e arrendatários registrada em 1980, presume-se que possa ser

explicada pela possibilidade de erro na coleta dos dados, já que cada censo analisado apresentou diferenças bastante acentuadas com relação ao total de área das terras exploradas;

- A ausência de lucro na atividade agrícola obrigou muitos arrendatários a procurar outra atividade econômica ou a trabalhar como parceiros ou meeiros, ou mesmo, a tornar-se ocupantes.

2.2.2.3. Aspectos da produção e da produtividade agrícola

Em Santa Catarina, segundo dados do IBGE para 1996, as cinco principais culturas comerciais em quantidade produzida eram: o milho com 2.305.140 t; a cana-de-açúcar com 518.184 t; o arroz com 497.445 t; a soja com 408.861 t, e a cebola (em quinto lugar) com 225.484 t.

No Município de Leoberto Leal, as principais culturas comerciais (tabela 03) resumem-se em: a cebola em primeiro lugar com 9.656 t, ao fumo em segundo lugar, com 752 t e, em escala de produção bem menor, ocupando o terceiro lugar, aparece o feijão, com 498 t.

Verificando a produção de cebola, (produto de maior expressão na agricultura comercial) entre os municípios da Microrregião Geográfica de Tijucas,²⁶ Leoberto Leal está em primeiro lugar. Entretanto, a nível dos municípios de Santa Catarina verificamos que entre os produtores de cebola do Estado, Leoberto Leal encontra-se em oitavo lugar. O primeiro lugar fica com Ituporanga com 75.600 t/ano; o segundo lugar com Alfredo Wagner, com 27.000 t/ano e, o terceiro com Aurora, com 16.500 t/ano.

Analisando a produtividade da cebola verificamos que os resultados obtidos pelos produtores de Leoberto Leal equivalem a média de 9.025 kg/ha. Segundo depoimento de agricultores leobertenses, confirmado pelos técnicos da EPAGRI, Leoberto Leal está entre os cinco municípios com melhor produtividade²⁷ do Estado e ocupa lugar de destaque pela “qualidade” do produto.

²⁶ Fonte: IBGE. Anuário Estatístico de Santa Catarina - 1997, p. 440 - 1.

²⁷ Pelo que pudemos constatar, nos encontros informais com os profissionais que atuam na área da agricultura de Leoberto Leal, as estimativas de produtividade são sempre baseadas nos melhores produtores, o que mascara em parte, uma realidade em que de fato, a média da produtividade não é tão alta quanto aparece nas estatísticas.

TABELA 03

PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DE LEOBERTO LEAL - 1970 A 1996

Produto	1970					1980					1985					1996				
	Nº de Inf.	Área (ha)	Ton.	Rend. Kg/ha	Nº de Inf.	Área (ha)	Ton.	Rend. Kg/ha	Nº de Inf.	Área (ha)	Ton.	Rend. Kg/ha	Nº de Inf.	Área (ha)	Ton.	Rend. Kg/ha	Nº de Inf.	Área (ha)	Ton.	Rend. Kg/ha
Milho	?	?	?	?	?	643	1.346	3.300	2.451	856	1.619	3.813	2.355	730	1.412	5.191	3.676			
Cebola	?	-	181	-	356	418	371	8.875	456	578	3.681	6.368	573	1.070	9.656	9.025				
Fumo	?	-	612	-	-	357	985	2.759	1.405	470	958	2.038	1.546	307	752	2.449				
Feijão	?	549	438	798	566	660	587	889	917	1.076	806	749	564	563	498	884				
Batata Inglesa	?	126	261	2.072	410	81	313	3.864	577	130	373	2.869	189	16	162	10.125				

FONTE: IBGE - Censos Agropecuários de 1970,1980, 1985 e 1995/1996.

(-) : Dados inexistentes na fonte de consulta.
 (?) : Informação não pesquisada no Censo de 1970.

Obs.: Não obstante, estes dados tenham sido extraídos de uma fonte estatística oficial (IBGE) os valores apresentados, têm importância apenas relativa, uma vez que, quando aplicamos a pesquisa de campo, constatamos que pelo menos 50% dos produtores não controla a quantidade plantada, (seja em pés, quilos, ou hectares) e nem a quantidade colhida. Tanto os dados de produção, quanto os de produtividade, podem estar sendo apresentados numa quantidade um tanto distante da realidade, seja para mais ou para menos.

Outras duas culturas de importância comercial são o fumo e o feijão (foto18). Os dados da tabela 03 expõem para ambos, índices de produtividade considerados médios e altos quando comparados com a média do Estado. A do fumo é da ordem de 1.362kg/ha e a do feijão está em torno de 881kg/ha. Outrossim verificamos que, com relação à quantidade produzida, o feijão e o fumo constituíam-se nos produtos agrícolas de destaque da agricultura leobertense, na década de 70. Ambos continuaram em progressiva expansão de área plantada (e conseqüente aumento da produção) até 1985. A partir daí sofreram diminuição, mais ressaltada no caso do feijão. Comparando tais dados entre os censos de 1985 e de 1996 verificamos, que o cultivo do feijão foi reduzido em pouco mais de 50%, enquanto que a redução da área plantada do fumo foi de cerca de 34,7%.

Tal diminuição é explicada primeiramente, pela queda dos preços na comercialização dos dois produtos, que tem causas específicas para cada um: no caso do feijão foi a princípio, o Plano Real, que se fundamentou e se alimentou (e ainda se mantém, mesmo que parcialmente) na “fixação” em baixa, dos preços dos produtos agrícolas de primeira necessidade. No caso do fumo, o responsável foi a concorrência internacional, uma vez que, países africanos e asiáticos passaram a produzi-lo com custos menos elevados, resultando assim em preços mais competitivos no mercado internacional.

Outros dois fatores que tiveram também influência na redução de área plantada do feijão e do fumo a partir do Censo de 1985 foram:

- 1º) o fumo tem mercado (compra) garantido pela fumageira, enquanto que o feijão depende da demanda do momento ou das tendências do mercado agrícola; mercado, que aliás, tem se comportado de maneira instável e,
- 2º) o agricultor descapitalizado atualmente não dispõe de recursos próprios para custear os gastos com o plantio e tratos culturais. O crédito rural, por sua vez, além de estar de modo geral inviabilizado financeiramente para o agricultor devido aos altos juros cobrados, apresenta limitações das mais diversas, entre elas a de que a cada ano é direcionado a determinados produtos, sendo que o feijão não tem sido contemplado nos últimos anos. Diferente é o cultivo do fumo, para o qual a fumageira fornece ao produtor “integrado”, crédito de custeio²⁸ todos os anos, cobrando o empréstimo em produto.

²⁸ Tipo de financiamento direcionado à compra de insumos e demais despesas com o preparo da terra, plantio e tratos da lavoura, embalagem e transporte da produção, com curtos prazos de retorno, em média, seis meses.



FOTO 18 - No primeiro plano a cultura do feijão. Ao centro, uma tentativa de cultivo com curvas de nível. Foto: Hélio Musskopf, 1994.

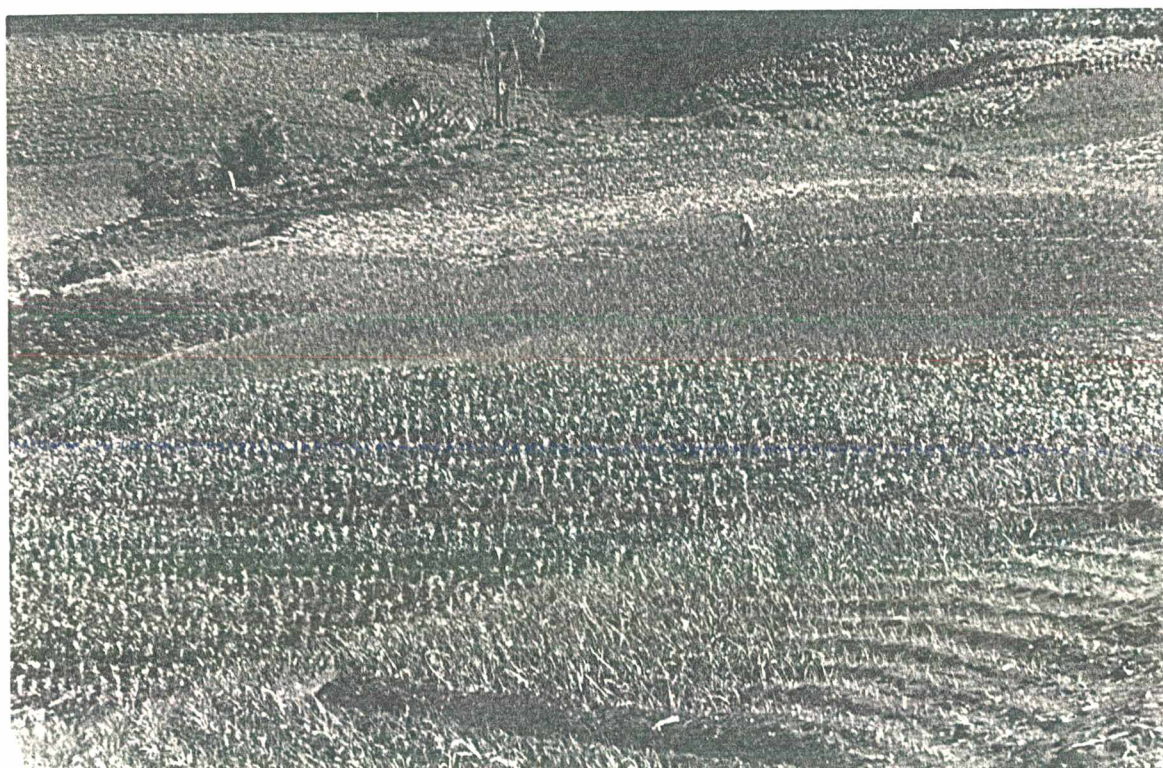


FOTO 19 - Cultura da cebola, entremeada com uma malha de milho. Foto: Hélio Musskopf, 1994.

Para o fumo há também o seguro contra granizo (situação que pode ser considerada um privilégio único dos produtores de fumo, uma vez que tais condições não estão disponíveis para produtores de outras culturas). Para o agricultor, (fumicultor) entretanto, a princípio, esta situação parece privilegiá-lo; somente após alguns anos seguidos de dificuldades para pagar as dívidas (seja para investimento ou para custeio) é que ele percebe que na verdade “está trabalhando sem obter lucro”. Ultimamente, entretanto, alguns agricultores já estão tomando conhecimento dessa realidade. Entre outros citamos o Sr. X (formulário nº 60), da localidade de Corridas o qual declarou que: “*As famílias têm consciência de que o fumo não dá lucro*”. Perguntei-lhe então por que continua plantando fumo, já que tem conhecimento da ausência de lucro na atividade? ao que ele desabafando respondeu: “*...não tem outro jeito; a gente fica devendo pra Firma (fumageira - integrado) e não consegue mais sair*”.²⁹ (Não consegue mais pagar os financiamentos).

O Sr. Adolfo Wermöhlen (agricultor e comerciante) da localidade de Parada, nos contou que conhece muitos produtores que se encontram em situação idêntica à do Sr. X, aliás, alguns já perderam a propriedade rural ou parte dela porque não conseguiram efetuar a devolução do financiamento agrícola em tempo hábil, e foram por isso obrigados a entregar a propriedade como pagamento do mesmo. Entre outros exemplos, temos o registro de um Edital de Arrematação (Anexo VIII) de parte de um terreno rural em favor da DIMON DO BRASIL TABACOS LTDA., datado de janeiro de 1998.

Outro produto da agricultura leobertense que merece algumas considerações é o milho (foto 19 - página anterior). Embora tenha apresentado um declínio, do Censo de 1985 para 1996, a cultura do milho ainda permanece, em 1996, com o primeiro lugar em área cultivada e o segundo em produção. Há que se ressaltar que seu cultivo é bastante

²⁹ Além das dificuldades já relatadas, o cultivo do fumo é uma atividade muito insalubre, pois exige o contato direto do agricultor com a planta (manuseio através da quebra de brotos ou através da colheita da planta tratada com agrotóxicos - herbicidas e inseticidas), o que vai intoxicando a pessoa, deixando-a em poucos anos impossibilitada de manter o ritmo de trabalho “acelerado e pesado” normalmente necessário nas atividades agropecuárias. Há casos em que a pessoa fica totalmente impossibilitada de trabalhar na lavoura. Há também que se considerar a exigência de cuidados intensivos que demandam grande quantidade de mão-de-obra e uma sobrecarga de trabalho individual, desde o preparo da terra, passando pelo plantio, crescimento, colheita e preparação do produto para a venda. Por falta de condições financeiras, a maioria dos fumicultores não dispõe das mais modernas tecnologias, como termostato para as estufas, por exemplo. A sua ausência, bem como a de outros implementos ou aparelhos, exige dedicação exclusiva de toda a mão-de-obra do estabelecimento. Na maioria dos casos, os membros da família trabalham mais de 12 horas diárias e revezam-se para atravessar a noite cuidando das fomalhas onde desidratam o produto, que é posteriormente classificado conforme a qualidade apresentada e finalmente embalado para o transporte e comercialização.

expressivo tanto em área plantada quanto em produção, mas de pouca expressão comercial, já que é usado na própria propriedade como alimento para as aves e para o gado bovino, suíno, e demais animais eventualmente existentes. De fato, comprovou-se através da pesquisa de campo que o seu cultivo é essencialmente de subsistência, sendo que apenas eventualmente se comercializa um pequeno excedente. Cada estabelecimento procura produzir somente a quantidade estimada para suprir as necessidades do consumo, principalmente porque não há crédito e nem mercado no momento.

É importante mencionar que o consumo de milho nos estabelecimentos é muito grande, uma vez que é usado tanto para a alimentação animal quanto para a humana. Entretanto, é no consumo animal que sua importância se faz sentir de maneira mais intensa pois se constitui no componente principal de sua alimentação, já que é praticamente inexistente o uso de ração industrializada.

Na alimentação humana costuma-se comer os grãos, ou em forma de farinha no preparo de pratos cozidos ou assados. Para os animais (aves, suínos, bovinos e outros), é usado *in natura* (oferecido o pé ou as espigas diretamente aos animais), ou através de *silagem*,³⁰ ou mesmo debulhado, (para as aves especificamente).

As condições naturais (clima, solo) de Leoberto Leal são propícias à cultura do milho, o que lhe permite apresentar uma alta produtividade: 3.676 kg/ha.

Encontra-se ainda em Leoberto Leal uma quantidade grande de outros produtos cultivados somente para o consumo, como por exemplo: batata inglesa, batata doce, aipim, arroz, batata aipo, amendoim, cana-de-açúcar e, frutas, com destaque para as cítricas.

2.2.2.4. Aspectos da pecuária

A pecuária³¹ de Leoberto Leal — que se caracteriza pelo predomínio da criação de bovinos, — tem mais um sentido de “complementar a renda familiar”, pois quase todos os produtores rurais (cerca de 81,10%) mantêm em seu estabelecimento algum tipo de criação para sua subsistência ou para um pequeno comércio.

³⁰ Silagem - prática de preparo de alimentação suplementar para o gado bovino com a finalidade de suprir suas necessidades na época do inverno, quando os pastos são parcial ou totalmente afetados pelas baixas temperaturas que ocasionalmente provocam geadas ou períodos de seca. A prática da silagem foi introduzida no Município há pouco tempo e até o momento atingiu apenas uma pequena parcela dos estabelecimentos: 6,60%, conforme mostram os resultados da pesquisa de campo.

³¹ As apreciações sobre a pecuária de Leoberto Leal baseiam-se nos resultados da pesquisas de campo efetuada em 1996.

Além dos bovinos, observa-se ainda nos estabelecimentos, a criação de suínos, ovinos, caprinos e aves (galinhas, patos, marrecos, gansos, galinha d'angola) criados para o consumo próprio ou até mesmo como *hobby*. Entretanto, em alguns deles onde há a criação de uma quantidade maior de galinhas, comercializa-se o excedente dos ovos durante um determinado período do ano, pois as galinhas criadas no estilo tradicional apresentam uma “época de postura dos ovos”, que se inicia por volta de agosto/setembro e termina em fevereiro/março do ano seguinte. Assim, durante seis a oito meses do ano existem ovos em abundância e, na época da “não-postura”, o produto chega a faltar para os próprios criadores.

Os rebanhos bovinos, geralmente de má qualidade, representam primeiramente o resultado de uma prática tradicional de criação de raças mestiças ou crioulas (má qualidade genética), às quais se somam os componentes de um manejo pouco adequado para a obtenção de bons resultados.

Não existem no Município raças puras; 72,81% dos bovinos são de raça mestiça, mais conhecida como raça *crioula*. O restante está distribuído nos cruzamentos com zebuínos e europeus. Os cruzamentos apresentam-se percentualmente nas seguintes raças: Gir: 1,85%, Nelore: 3,32%, Jersey: 19,35%, Charolês e Normando: 2,76%.

Dos 81,10% dos produtores rurais que mantêm algum tipo de criação, 71,14% possuem gado bovino. Para fins comerciais, no entanto, foram relacionados somente 18,90% ou seja: 10,14% dedicam-se principalmente à produção de leite e 8,76% à criação para o corte; entretanto, não existe nenhum produtor especializado. Assim 62,20% dos produtores (criadores de gado em geral, mas principalmente de bovinos), o fazem somente para o consumo próprio ou subsistência.

Como já mencionamos anteriormente, alguns produtores (principalmente os arrendatários) não têm nenhum tipo de criação. Constatou-se que, via regra, o arrendatário, (mais conhecido como arrendeiro) não possui gado bovino, nem para a produção de leite para sua subsistência; e a justificativa dada por alguns entrevistados sobre tal situação comum foi: “o arrendeiro não faz criação (gado bovino) porque o dono do terreno não permite”. Entretanto, em relação ao fato de também não possuírem animais de pequeno porte, como as galinhas por exemplo, a resposta mais comum foi a de que já haviam tentado criá-las, mas não obtiveram êxito porque, segundo eles, “os bicho³² come tudo”.

³² “Os bicho” - animais silvestres como o cachorro do mato e o graxaim.

Continuamos indagando:

– Eles (os bichos) vêm até aqui perto da casa?

– *“Alguns vêm de noite. As galinha são criada sorta e dorme trepada nas arvres. Lá os bicho sobi e mata elas. E de dia elas vai longe no mato”.*

Aos criadores de gado bovino indagamos também sobre a pretensão de expandir a pecuária e a produção de derivados. A grande maioria ou seja 75% dos entrevistados responderam que não tinham interesse. E apontam as razões para esta negativa apoiando-se principalmente no setor econômico: no momento, a criação de gado, tanto para a carne quanto para o leite “*não dá lucro*”, respondeu a maioria. Outros apresentaram razões tais como: (a) a idade avançada, reduzindo as condições de trabalho; (b) o inverno muito frio, inviabilizando a criação; (c) condições financeiras desfavoráveis; (d) pastagem ruim, pasto insuficiente, etc..

2.2.2.5. Comercialização da produção agropecuária

Os produtores de Leoberto Leal enfrentam vários problemas no que diz respeito à comercialização da produção. Problemas estes que vão desde questões mais simples como a falta de uma cooperativa de comercialização da produção, até às mais complexas como a da concorrência de um mercado globalizado e das políticas econômicas.

A escala de produção de Leoberto Leal, de modo geral, é pequena. Tal condição favorece o aparecimento de atravessadores ou intermediários, com ressalva apenas para a comercialização do fumo, que aliás, embora apresente esta vantagem, sofre o inconveniente de sujeitar-se às condições de seleção de qualidade do produto e dos respectivos preços impostos pela Fumageira.

Não obstante o Município ocupe uma boa posição na produção estadual de cebola, de modo geral, não possui nenhum outro produto em escala comercial de igual importância. Além de produzirem cebola, feijão ou fumo, alguns agricultores gostariam de diversificar a produção comercial. Como exemplo citaram o amendoim e o arroz de sequeiro pois, segundo afirmam, os “terrenos” (solos) são bons para o cultivo desses dois produtos.

Os produtores no entanto, queixam-se de que não encontram comprador (mercado). Além de não haver mercado para os mesmos, tanto no comércio local quanto no regional, sabemos que a sua comercialização é monopolizada por grandes empresas descascadoras, processadoras e embaladoras (na maioria multinacionais). Por serem detentoras de uma escala comercial bastante grande em que os lucros são vultosos, não se interessam em

negociar com pequenos produtores que, além de produzirem pouco, localizam-se em áreas de difícil acesso, o que inviabiliza o lucro desejado por elas.

Outro produto em situação idêntica aos acima expostos, é a banana. Uma parte da área do Município (norte e nordeste) apresenta vocação natural para o seu cultivo. Os produtores (diga-se, de subsistência) desta cultivar queixam-se da falta de comércio, inclusive no âmbito local, porque as casas comerciais se abastecem através de produtores ou fornecedores de outros municípios.

Os produtores rurais de Leoberto Leal, de certa forma sofrem uma discriminação no mercado em função da má qualidade e da má apresentação final de produtos como o feijão e o queijo. Acrescente-se ainda, os bovinos, os caprinos, os ovinos e seus derivados e, o mel. Em situação idêntica ao acima exposto, encontram-se produtos como a pêra, o pêssago, a laranja, o limão e a vergamota, que por força das circunstâncias, constituem-se apenas como produtos de subsistência.

A pecuária bovina e seus derivados, no momento atual encontra ainda outro componente que deixa a situação ainda pior. As circunstâncias atuais do setor no País, em geral, nos remetem a um quadro bastante desanimador, no qual o criador dificilmente obtém lucros, devido aos baixos preços que vêm dominando o mercado nos últimos anos (especialmente a partir da década de 90). Em Leoberto Leal, essa situação é agravada pela má qualidade dos animais (sejam bovinos, suínos ou outros) e dos produtos deles derivados quando chegam ao mercado (neste caso o regional, já que no Município a oferta da pecuária e seus derivados é pequena, portanto com poucas condições de atingir o mercado nacional) onde, na maioria das vezes, os comerciantes recusam-se a negociar com os produtores leobertenses.

Quanto à estrutura de comercialização e de mercado constatamos o seguinte:

- a) Em função de uma maior escala de produção da cebola, criou-se no Município um mercado atacadista. Tal estrutura, no entanto, divide o seu espaço com intermediários e atacadistas de outras áreas geográficas. Já o feijão e, eventualmente algum outro produto são comercializados em sua maior parte pelos atravessadores e intermediários.
- b) As vendas diretamente ao consumidor restringem-se a uns poucos produtores (menos de 10%) de leite, queijo e ovos, que vendem tais produtos nas circunvizinhanças.
- c) Alguns produtores de leite vendem o produto *in natura* para intermediários que o revendem às usinas de beneficiamento. Biguaçu e Lages são os maiores compradores.

- d) Quanto ao comércio de queijo e outros derivados do leite, o pouco que se consegue vender é através de intermediários, de Leoberto Leal (que compram o produto das partes central e sul) e de São João Batista (que compram da parte norte do Município).
- e) Entre as frutas, tem algum comércio a pêra, que é comprada de apenas três ou quatro produtores por uma fábrica de doces do oeste catarinense. Tal produto existe em abundância nos estabelecimentos rurais de Leoberto Leal e é desperdiçado em enormes quantidades por falta de mercado ou de seu aproveitamento de forma industrializada.
- f) Outras frutas, cuja produção supera os limites da subsistência, não encontram mercado nem no próprio Município, uma vez que os supermercados e a quitanda local abastecem-se em Florianópolis (CEASA - Central de Abastecimento S. A.) ou mesmo em outras cidades, através de outros fornecedores.

2. 3. Leoberto Leal no contexto da modernização da agricultura brasileira

2. 3. 1. Considerações gerais sobre a modernização da agricultura

A análise (mesmo que em linhas gerais) do processo de *modernização* da agricultura e do *progresso técnico* e social do Município de Leoberto Leal requer que se reporte ao processo também nas escalas nacional e regional. Antes de mais nada, entretanto, apresentamos em breves linhas o nosso entendimento sobre o conceito de modernização da agricultura.

De modo geral, a modernização da agricultura é entendida como sendo um processo de melhoria das diversas fases ou estágios do processo produtivo do setor primário. Melhoria esta representada principalmente pela adoção de novas técnicas (ditas modernas) que devem promover um aumento na produtividade e conseqüente aumento na rentabilidade do setor, e indiretamente favorecer o desenvolvimento rural, levando a uma elevação no padrão de vida da população.

Ao examinar várias bibliografias sobre a “modernização da agricultura” verificamos que o seu conceito tem sido alvo de muitas discussões e controvérsias. Walkíria Krüger CORRÊA, no Capítulo I de sua Dissertação de Mestrado, ao discorrer sobre o referido

conceito, faz um paralelo entre o pensamento de vários autores, como: Paiva, Ceron, Mesquita, etc. e afirma que: *As (...) definições citadas não diferem muito em seu conteúdo intrínseco e todas elas se caracterizam por entender a modernização do ponto de vista da realização do capital, isto é, dentro de um caráter estritamente econômico* (1981:11).

Entretanto, esse conceito envolve um campo bastante extenso no que diz respeito às mudanças resultantes das inovações introduzidas, o que lhe confere um caráter de relatividade, sobre o qual CORRÊA (1981:12) assim se expressa:

... só se pode identificar agriculturas modernas quando se tem como referência agriculturas menos modernas. A relatividade do conceito de modernização adquire expressão espacial quando, num espaço de tempo, distinguimos agriculturas em graus diferenciados de modernização. Por outro lado, como processo, a modernização ganha amplitude temporal, uma vez que a mesma agricultura pode se transformar de tradicional em moderna no decorrer do tempo.

Nessa reflexão sobre a modernização da agricultura deve-se ainda considerar dois aspectos de suma importância. Para expressá-los, recorremos novamente à CORRÊA que sobre eles assim se manifesta:

– *...não se deve considerar a mecanização das atividades agrárias como sinônimo de modernização, embora uma parte da modernização seja representada pela mecanização,*
 – *...não são somente as tecnologias modernas, as quais exigem grandes investimentos de capital, que provocam aumento de produtividade.*

É assim que, compartilhando do mesmo ponto de vista conceitual iniciamos esse tópico por uma tentativa de caracterizar, em linhas gerais, a modernização da agricultura brasileira.

A leitura de alguns autores que tratam deste tema nos permite dizer que a mesma constituiu-se, fundamentalmente, pela troca no processo produtivo, do emprego de ferramentas rudimentares e recursos naturais (insumos biológicos) por maquinários e insumos químicos de origem industrial, bem como pela substituição maciça das espécies “nativas” ou “crioulas” por outras variedades “híbridas”, promovendo assim, a internacionalização do pacote tecnológico denominado ‘Revolução Verde’.³³ Na pecuária, tal substituição também ocorreu com a introdução de novas raças de bovinos, suínos e aves, notadamente na Região Centro-Sul do País.

³³ Para maiores detalhes sobre a Revolução Verde, consultar o artigo “A revolução verde e o melhoramento genético vegetal”. *Revista Brasileira de Tecnologia*, vol. 14 (4) jul./ago. 1983, p. 18-23, que traz, além de outras considerações, esclarecimentos quanto às características técnico-científicas (botânicas ou biotecnológicas), bem como apresenta alguns aspectos do processo de sua implantação nos países subdesenvolvidos.

Houve também, principalmente a partir da década de 70, uma substituição de produtos cultivados, ou seja, abandonou-se o cultivo de determinados produtos tradicionais para introduzir novos, como é o caso por exemplo do fumo e da soja. Os produtos para exportação — que tiveram, entre outras vantagens, os seus preços elevados — foram priorizados em detrimento dos produtos agrícolas para consumo interno.

Para incentivar e fomentar toda esta transformação no setor agrícola brasileiro, o aparelho estatal definiu uma política baseada em

...fortes subsídios creditícios e com apoio em um esquema institucional — bancário, de assistência técnica, de pesquisa e cooperativo — indissociável de sua trajetória na década em questão. Por outro lado, entendida a modernização da agricultura num contexto mais amplo de interesses nacionais e transnacionais, (g. n.), fica evidente que somente alguns produtores, com relação aos quais houvesse um particular interesse, por parte das forças sócio-políticas controladoras do movimento geral da agricultura no País, seriam envolvidos num primeiro momento do surto modernizador (MESQUITA & SILVA, 1988:103).

Tal política já foi anteriormente constatada por GRAZIANO DA SILVA (1978:252), quando em comentário sobre as relações capitalistas na agricultura brasileira, sintetiza a questão do processo de modernização, com as seguintes palavras: *...a agricultura brasileira espelha avanços e recuos de uma lenta e, por isso mesmo, dolorosa modernização em alguns setores específicos, modernização essa em sua maior parte sustentada artificialmente pelos subsídios estatais.*

As mudanças na base técnica da produção agrícola foram mais nítidas e eficazes em estruturas agrárias que já se mostravam mais lucrativas, com uma densidade econômica alta, ou seja, essas mudanças atingiram principalmente a média e a grande produção, as quais, via de regra, abasteciam os grandes mercados consumidores do País. A pequena produção também incorporou mudanças significativas nesse primeiro momento da modernização agrícola, porém, com uma participação percentual inexpressiva em relação à adesão da média e grande produção em função, principalmente de o desenvolvimento do processo exigir “*um patamar mínimo de recursos financeiros não atingido pela maioria dos produtores rurais*”.³⁴ Neste sentido, entretanto, registraram-se algumas poucas exceções no caso da pequena produção: os setores mais favorecidos foram o hortifrutigrangeiro e o fumicultor.

³⁴ Olindina V. MESQUITA & Solange T. SILVA. A agricultura brasileira: questões e tendências, 1988, p. 103.

É importante mencionar que este caráter discriminatório da modernização da agricultura brasileira, além de atingir o produtor rural em si, atuou também no tipo de atividade desenvolvida e, geograficamente falando, o processo foi implantado em ritmos e intensidades diferenciados em diferentes espaços. É o que expressa ISRAEL (1991:8) quando faz algumas reflexões sobre as transformações capitalistas da agricultura brasileira:

... os estudos do processo de modernização da atividade agrícola, no contexto da expansão do capitalismo no campo com a interferência do Estado, tornam evidente que as transformações processadas na agricultura brasileira ocorreram de forma diferenciada e parcial. Essa parcialidade pode ser encontrada tanto entre as diferentes regiões do País, como entre as atividades agrícolas e entre os próprios produtores rurais.

Com o processo de modernização da agricultura brasileira, houve uma redução dos níveis de ociosidade das terras, mas ao mesmo tempo, uma considerável expansão da fronteira agrícola. Ocorreram também fortes mudanças no processo produtivo ou nas relações de produção, dando-se um maior impulso ao complexo agro-industrial, notadamente na década de 80.

Em relação à sua abrangência e distribuição espacial, MESQUITA & SILVA (1988:103), dizem que “os mais altos níveis de modernização da agricultura brasileira foram registrados nas Regiões Sul e Sudeste do País. As Regiões Nordeste e Centro-Oeste também apresentaram altos índices de modernização, porém em áreas muito restritas, notadamente as dedicadas ao cultivo da cana-de-açúcar e da laranja. Na Região Sul especificamente, destacaram-se os Estados do Paraná e Rio Grande do Sul, nas áreas de cultivo da soja e do trigo. No final da década de 70, entretanto, deu-se início a um processo de expansão do cultivo da soja em direção à Região Centro-Oeste do Brasil, o que resultou, entre outras mudanças, na elevação do índice de modernização da agricultura de tal região”.

Em Santa Catarina, “os níveis de modernização da agricultura passaram a apresentar algum progresso a partir da década de 70. Neste sentido foram decisivas algumas melhorias na infra-estrutura viária que facilitaram o acesso aos mercados, e a política agrícola do Governo Federal via incentivos ao financiamento que promoveu a introdução do cultivo da soja, bem como o desenvolvimento da agro-indústria avícola no oeste do Estado”.³⁵

Ainda segundo o entendimento de MESQUITA & SILVA, todavia, as mudanças na base técnica da agricultura brasileira englobaram áreas que:

³⁵ Walquíria K. CORRÊA. A atividade agrícola e a evolução da modernização da agricultura no Estado de Santa Catarina, 1981, p. 97.

...embora não caracterizadas pelos produtos mencionados, [soja, cana-de-açúcar e laranja] apresentavam, quando do surto modernizador, um tipo de organização agrária com produtos de alta densidade econômica para abastecimento de grandes centros de consumo — capital nacional, capitais estaduais do Sul, capital de São Paulo e grandes centros urbanos paulistas e mineiros — e condições infra-estruturais que favoreceram a incorporação rápida de elementos de modernização ao processo produtivo (1988:105).

Essa modernização, no entanto, embora tenha sido positiva e contribuído em muitos casos para uma mudança radical no processo produtivo teve, por outro lado, alguns pontos negativos que devem, indiscutivelmente ser mencionados:

1. O prejuízo social, com a dispensa de mão-de-obra, principalmente nas grandes empresas capitalistas, mas também em menor grau, é claro, na produção familiar, não obstante tenha sido aí que esse aspecto (consequência) da modernização foi primeiramente “sentido”. MARTINE (1990:7) estima que o número de pequenos produtores, trabalhadores rurais e seus familiares expulsos do campo no Brasil, entre 1960 e 1980 foi da ordem de trinta milhões de pessoas.
2. O aumento da demanda de mão-de-obra sazonal e volante ou temporária. A mecanização da agricultura foi, de certa forma parcial; dependendo da espécie cultivada, nem todas as etapas do processo produtivo foram mecanizadas. Entre outros exemplos podemos destacar o corte da cana-de-açúcar e a colheita de frutas.
3. O aumento das disparidades de renda. Neste particular interferiu decisivamente a atuação direta do Estado, através da criação de linhas de crédito rural com subsídios, direcionadas principalmente aos produtos agrícolas de exportação, o que excluía já em primeiro plano a pequena produção, ficando assim mais favorecidos os grandes produtores, cuja situação por si só já reunia uma série de fatores favoráveis à acumulação de capital.
4. A expectativa de aumento de produtividade não atingiu os níveis esperados.³⁶ Neste sentido MESQUITA & SILVA (1988:105) ressaltam

...que o caráter padronizado com que se vem processando a modernização da agricultura brasileira tem mostrado que ela, muitas vezes, é ineficiente no sentido de conduzir ao aumento dos níveis de produtividade, pois não tem proporcionado à agropecuária a possibilidade de superar os problemas climáticos e, por outro lado, quando inadequadamente assistida tem conduzido, entre outros, a problema de compactação e de erosão do solo nas áreas submetidas ao uso intenso de mecanização. Também têm sido divulgados (através dos meios de comunicação de massa) os males advindos do uso indiscriminado de insumos tóxicos que, difundidos em ritmo acelerado, sobretudo a partir de meados da década de 70, num contexto de assistência técnica oficial muito restrita,

³⁶ Ver George MARTINE, 1990, p. 27.

deixou margem a que a estratégia das indústrias para a venda desses insumos e a orientação técnica tendenciosa a ela associada, consolidasse, entre os agricultores, a utilização inadequada de produtos químicos, incorporados na ilusão de uma garantia de sucesso das safras.

5. A degradação do meio ambiente. Após alguns anos de “experiência” com a nova tecnologia, entretanto, alguns profissionais mais atentos têm constatado que o uso genérico e indiscriminado da mecanização e dos insumos químicos em “terras tropicais”, produz grandes prejuízos e impactos ao meio ambiente, ao próprio homem, e também à atividade agropecuária em si. Depois de algum tempo, o uso constante e sucessivo do solo, provoca o seu empobrecimento; situação só contornada com o aumento a cada ano, da “quantidade” de adubos e corretivos utilizada, o que torna a atividade agrícola economicamente inviável. É preciso considerar também, neste caso, os problemas causados pela resistência criada, ao longo do tempo, pelas pragas e doenças contra os defensivos químicos geralmente utilizados.

Tentando minimizar essa situação, algumas iniciativas têm sido tomadas, principalmente a partir do início desta década, numa tentativa de implementar sistemas e métodos de cultivo menos agressivos e mais condizentes com as características do País, notadamente com relação à conservação do solo, procurando evitar os processos de lixiviação e erosão. Os resultados ainda são pouco expressivos no total embora algumas regiões apresentem um certo progresso nesse sentido e, em outras verifica-se grandes mudanças e considerável progresso.

Quanto a esse aspecto em particular, temos como exemplo a iniciativa governamental que resultou no denominado Projeto MICROBACIAS,³⁷ (implantado no Município por volta de 1994), que tem como objetivos principais a preservação do solo

³⁷ Este projeto, que resultou de um convênio firmado entre o Governo Brasileiro e o BIRD (Banco Inter Americano de Desenvolvimento), a princípio foi idealizado para atingir tanto as áreas rurais quanto às áreas urbanas. No Estado de Santa Catarina (particularmente), por várias razões, mas principalmente porque sua execução foi atribuída (ou concedida) a uma instituição governamental de atuação específica na área da agropecuária, ou seja, na zona rural (no caso, a EPAGRI), via de regra, tem sido implantado somente em áreas rurais dispersas, uma vez que, a sua implantação tem-se realizado de acordo com o “interesse” dos governos municipais que devem contribuir com uma parcela dos recursos financeiros e todos os recursos materiais. Assim sendo, os resultados têm sido mais observados a níveis dispersos, sendo que nem sempre se consegue atingir determinadas Microbacias Hidrográficas no seu todo. No caso de Leoberto Leal, esta situação é um pouco menos complexa que em outros municípios catarinenses, uma vez que suas terras encontram-se localizadas nas cabeceiras do rio Alto Braço; melhor dizendo, são banhadas pelas águas do alto e médio vales do citado rio e de seus respectivos afluentes. Ressalva-se entretanto, a não inclusão neste Projeto, da área urbana do Município. A relevância da implantação de ações pertinentes ao Projeto nesta área, é indiscutível, uma vez que a mesma é “cortada ao meio” pelo leito do rio.

(através da contenção de erosão, da manutenção dos níveis hídricos, etc.), a qualidade dos mananciais de água, a preservação da fauna fluvial, assim como a melhoria das rodovias municipais, mais precisamente as vicinais.

2. 3. 2. *O padrão tecnológico da agricultura de Leoberto Leal*

Quanto ao processo de modernização da agricultura, em particular no Município em estudo, constatamos que o mesmo foi bastante heterogêneo e portanto, diferenciado em termos espaciais e temporais. As mudanças tecnológicas ocorridas na agricultura leobertense — baseada em seus primórdios em técnicas de produção tradicionais (mais artesanais e independentes, portanto menos dependentes e menos vinculadas à indústria) — apresentam atualmente, entre as várias localidades, diversidades às vezes “gritantes”. Enquanto umas encontram-se em estágio bem desenvolvido, tendo a maioria dos produtores adotado as técnicas mais modernas, outras apresentam-se em estágio intermediário, enquanto que, as outras restantes apresentam em quase toda a sua totalidade de produtores, a utilização majoritária das técnicas tradicionais.

Como não é objetivo deste trabalho tratar destas questões mais localizadas pretendemos fazer uma análise mais global enfocando o Município como um todo, comparando-o através de dados secundários com os demais municípios da Microrregião Geográfica à qual pertence, bem como, com a média do Estado de Santa Catarina.

Para tal objetivo, adotamos as variáveis geralmente usadas pelo IBGE como indicadoras do padrão tecnológico da agricultura, quais sejam: 1) uso de equipamento mecanizado; 2) uso de fertilizantes; 3) controle de pragas e doenças; 4) assistência técnica; 5) energia elétrica; 6) irrigação e, 7) crédito.

Embora tenhamos adotado estes indicadores como elementos de nossa análise, temos algumas ressalvas a respeito de sua validade. Primeiramente esclarecemos que, ao optar pelos mesmos, na verdade não tivemos outra escolha, uma vez que estes são os únicos parâmetros existentes a nível de fontes de informação. Por outro lado, entendemos que modernização implica em mudanças intrínsecas nas diversas fases da produção ou criação, estendendo-se à comercialização. Mudanças que necessariamente não precisam relacionar-se a todos esses indicadores, uma vez que, acreditamos que *modernização e desenvolvimento tecnológico* não devem ser tão só e unicamente tomados como sinônimo

de uso de equipamento mecanizado; de fertilizantes químicos; de inseticidas e fungicidas (produtos químicos); e, controle de pragas e doenças através de processos artificiais.

O próprio IBGE, ao analisar os resultados do Censo Agropecuário - 1995/1996 e ao discorrer sobre o padrão tecnológico de Santa Catarina, reconhece as desvantagens dos indicadores em questão, quando escreve que: *“Os dados (...) revelam que ainda tem algum peso em Santa Catarina uma agricultura rudimentar, muito embora os indicadores de padrão tecnológico do estado apresentem desempenho razoável, ...”*. Isto significa que estes indicadores apresentam uma série de incorreções e de imprecisões que levam a uma margem de erros bastante considerável quando da análise dos resultados.

Para nós esses indicadores nem sempre são as evidências mais representativas de uma realidade de modernização, especialmente em se tratando do Município de Leoberto Leal. Essa afirmativa se justifica porque:

1º) Particularmente em relação à mecanização da agricultura, apresentam-se *a priori* dois obstáculos à sua utilização na área em estudo:

1. não há condições naturais favoráveis à mecanização (ver Capítulo I, pp. 32-44);
2. as duas culturas de maior expressão comercial (cebola e fumo) requerem o plantio de forma manual, sem mecanização.

2º) Quanto aos demais indicadores, devemos lembrar que a exemplo da mecanização, foram introduzidos no Brasil atendendo a uma “exigência” que se impôs aos países subdesenvolvidos com o objetivo de ampliar os mercados das multinacionais produtoras de insumos e equipamentos agrícolas.

Algumas técnicas agrícolas implantadas mais recentemente, de certa forma, contrariam o paradigma existente até então, ou seja, de alguns anos para cá está se criando uma corrente contra o “lavar” a terra, dispensando desta forma os arados, por exemplo. Por outro lado está também havendo um “retorno” ao uso dos insumos orgânicos, dispensando os insumos químicos total ou parcialmente.

Neste caso, Leoberto Leal constitui-se numa exceção, pois não chegou a “aderir” completamente às novas tecnologias que emergiram com a “modernização” da agricultura brasileira e já começa a implantar algumas das mais recentes tecnologias, tais como adubação verde, cultivo mínimo, (foto 20) plantio direto, adubação orgânica, etc.. Essas novas técnicas, (que são menos prejudiciais à vida microbiana e à do próprio solo) permitem usá-lo de forma racional, objetivando não esgotá-lo e ao mesmo tempo conseguir maior rentabilidade nas atividades agrícolas e pecuárias desenvolvidas dentro dos estabelecimentos



FOTO 20 - Cultura do fumo no sistema de cultivo mínimo. Localidade: Rio Areia. Foto: Hélio Musskopf, 1996.

aproveitando ao máximo todos os recursos disponíveis. Como exemplo do que acabamos de expor, temos a implantação através do PROJETO CRER,³⁸ do uso, (embora ainda muito insipiente), de minhocários (foto 21) ou esterqueiras para o aproveitamento racional dos dejetos animais ou mesmo dos resíduos orgânicos produzidos nos estabelecimentos, sejam eles de origem humana, vegetal ou animal.

1- Uso de equipamento mecanizado. Em Santa Catarina, segundo dados do IBGE (em 31/12/95), 25,5% dos estabelecimentos possuíam tratores.³⁹ Essa análise, por sua vez, contemplou apenas o “nº percentual de tratores” desconsiderando os equipamentos complementares como, por exemplo, semeadeira, escarificador, arado, rotativa, etc.

Em Leoberto Leal, de acordo com a pesquisa de campo, 70,29% dos estabelecimentos pesquisados possuem tratores (número bem maior que o apresentado por Santa Catarina). Em função principalmente das condições adversas do meio físico, utiliza-se muito pouco os tratores maiores, ou seja, os que possuem mais de 20 c.v.; sendo o predomínio dos micro-tratores quase absoluto (ver quadro 02).

³⁸ Projeto CRER - Centro Regional de Educação Rural. Para maiores detalhes sobre o referido projeto ver o Anexo IX.

³⁹ Segundo dados do IBGE - Análise dos Resultados do Censo Agropecuário de 1995/1996, p. 39.

QUADRO 02**LEOBERTO LEAL: Número de Tratores Segundo a Potência - 1985, 1995/1996**

Nº informantes	Total Tratores	menos de 10 c.v.	de 10 a 20 c.v.	de 20 a 50 c.v.	de 50 a 100 c.v.	de 100 a 200 c.v.
244	264	14	213	08	18	11
354	386	05	338	07	33	03

FONTE: - IBGE Censos Agropecuários de 1985 e 1995/1996.

Em Santa Catarina, é muito comum o uso do trator no preparo da terra para o plantio, mas também no transporte dos insumos e produtos da lavoura para o depósito e vice-versa, (foto 22) e ainda, nas atividades extra-agrícolas como por exemplo, fazer compras e passear com a família nos fins de semana. Constatamos que esta prática também existe em Leoberto Leal, e por sinal, é bastante difundida, uma vez que há uma quantidade muito pequena de produtores que possui veículos de passeio, motorizados. Por outro lado, não há transporte coletivo que satisfaça às necessidades da população, tanto a rural quanto a urbana, o que reforça a necessidade do uso do trator para tais finalidades.

Ainda com relação ao uso de equipamentos mecanizados na agricultura de Leoberto Leal, lembramos que embora o percentual de tratores existentes seja bastante expressivo, ainda encontra-se o uso, em porcentagens consideráveis, de equipamentos de força animal, como: o arado, o carro de boi e um outro equipamento bastante rudimentar chamado “zorra” cujo uso, aliás, é superior ao do próprio carro de bois, conforme se verifica no quadro 03. Tal equipamento foi encontrado nas seguintes localidades rurais: Ribeirão Grande, Perau, Vinte Saltos, Ribeirão dos Ovos, Vargem dos Bugres e Alto Rio das Pedras.

QUADRO 03**LEOBERTO LEAL: Utilização de Equipamentos Agrícolas* - 1996**

EQUIPAMENTO	FREQ.	% *	EQUIPAMENTO	FREQ.	% *
Pulverizador Costal	280	91,80	Semeadeira	29	9,50
Arado tração animal	207	67,86	Zorra	22	7,21
Tratores até 14 c.v. (mini trator)	144	47,21	Cultivador (tração animal)	21	6,88
Arado tração mecânica	83	27,21	Carro de boi	14	4,59
Tratores de 15 c.v. ou mais	69	22,62	Cultivador (tração mecân.)	11	3,60
Carpideira	41	13,44	Cargueiros	07	2,29
Carreta (trator)	37	12,13	Carroças	04	1,31
Rotativa	32	10,49	Triturador	04	1,31

FONTE: Pesquisa de Campo - 1996.

* Implementos usados no preparo da terra, no plantio, nos tratos culturais e na colheita.

*Valor resultante da frequência dos equipamentos em relação ao número total dos estabelecimentos pesquisados (305).



FOTO 21 - Exemplo de um minhocário, localizado nas adjacências do perímetro urbano. Foto: Hélio Musskopf, 1997.



FOTO 22 - Microtrator e carreta. Localidade: Rio Parada. Foto: Hélio Musskopf, 1994.

Como nos mostra o quadro 03, os equipamentos de tração animal, como o arado e o cultivador, são predominantes em relação aos mesmos tipos de equipamentos de tração mecânica. Tal fato é também comprovado pelos resultados apresentados pelo Censo Agropecuário do IBGE (1985?1986) onde foram registrados 557 arados de tração animal e 153 arados de tração mecânica.

Outro equipamento usado maciçamente pelos produtores leobertenses é o pulverizador costal (ou manual). Mais uma vez, verifica-se a preferência pelos equipamentos não mecanizados ou não motorizados. Entre os produtores atingidos pela pesquisa de campo, não encontramos nenhum sequer, que usasse pulverizador mecânico ou motorizado; situação esta que vem reforçar nosso entendimento de que a agricultura de Leoberto Leal, não obstante já apresente altos percentuais de uso de alguns dos indicadores geralmente usados para medir o padrão tecnológico ou de modernização, (o que lhe confere, em tese, um bom ou alto grau de modernização), ainda permanece com altos percentuais de uso de equipamentos agrícolas rudimentares, bem como, de tecnologia tradicional, mostrando assim a relativa importância da análise baseada somente nos indicadores de modernização (apresentados na página 81).

Dentro do Município encontram-se áreas ou localidades mais equipadas umas em relação às outras, comprometendo o seu desenvolvimento por inteiro, como podemos verificar nos dados abaixo discriminados:

QUADRO 04

LOCALIDADES RURAIS: relação trator / estabelecimento

Rio Emiliano	1,16	Leoberto Leal (sede)	0,58
Rio Alto Braço	1,00	Rio Pedrinha	0,66
Rio da Furna	1,00	Barra Grande	0,57
Rio Areia	1,00	Vargem dos Bugres	0,57
Rio Feijão	0,93	Rio das Pedras	0,57
Rio Perau	0,85	Perau	0,50
Rio Parada	0,84	Ribeirão Grande	0,33
Rio Veado	0,84	Alto Rio das Pedras	0,33
Rio Antinha	0,81	Vinte Saltos	0,25
Rio do Mich	0,81	Corridas	0,20
Alto Vargedo	0,81	Rio Alegria	0,16
Arroio do Rancho	0,81	Ribeirão dos Ovos	0,14

FONTE: Pesquisa de Campo - 1996.

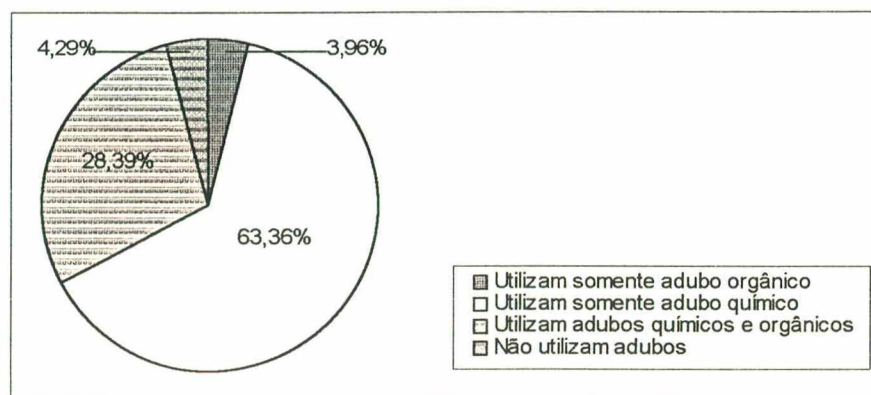
2-Uso de fertilizantes. Segundo o IBGE, em 31/12/95, cerca de 84,6% dos estabelecimentos agropecuários de Santa Catarina usaram fertilizantes químicos ou orgânicos em suas lavouras. No entanto, um detalhe muito importante não é considerado pelas estatísticas: se o uso está sendo feito de maneira correta ou não. O conhecimento deste aspecto da prática do uso dos fertilizantes é de suma importância, pois dele depende grande parte do resultado da produtividade a ser obtida no estabelecimento, ou seja, a relação custo/benefício do produto final.

Em Leoberto Leal, em função de apresentar solos de baixa fertilidade natural, é necessário o uso constante de adubos ou fertilizantes. Segundo o que apuramos na pesquisa de campo, o seu uso é generalizado, ou seja, atinge quase 100% dos estabelecimentos pesquisados, conforme nos mostram os dados abaixo:

Não utilizam adubos----- 04,29% Utilizam somente adubo químico---- 63,37%
Utilizam adubos químicos orgânico 28,38% Utilizam somente adubo orgânico--- 03,96%

GRÁFICO 05

LEOBERTO LEAL: Utilização de Adubos



FONTE: Pesquisa de Campo - 1996.

O uso da uréia é generalizado em todos os estabelecimentos que utilizam adubo químico. Da mesma forma, a correção do pH (acidez) do solo é feita também de forma generalizada com aplicação periódica de calcário. Verificamos entretanto que nem sempre a quantidade usada é a mais adequada, já que nem todos os produtores têm instrução suficiente para compreender as instruções das embalagens dos produtos, além do fato de

que nem todos têm acesso à análise do solo. Duas são as razões principais que explicam essa segunda situação:

- os laboratórios da EPAGRI não conseguem atender à toda a demanda do Estado e,
- muitos produtores não têm condições financeiras para pagar o referido serviço.

3-Controle de pragas e doenças. A Síntese dos Resultados do Censo Agropecuário de 1996 demonstrou um percentual de 67,8% dos estabelecimentos de Santa Catarina que fazem o controle de pragas e doenças, número este considerado elevado pelo IBGE.

Tal prática, aliada ao já citado uso de fertilizantes, têm muita influência na produção agropecuária; entretanto, como já mencionamos anteriormente, seria importante que tivéssemos a certeza de que ambos têm sido aplicados de maneira correta e na época certa, pois, caso contrário, os resultados são negativos e não positivos como normalmente se espera.

No controle de pragas e doenças estão incluídos, tanto as plantas, quanto os animais. O uso de fungicidas e praguicidas químicos é generalizado na agricultura do Município. Da mesma forma há um certo controle de doenças e parasitas na pecuária, particularmente do gado bovino que é o predominante. Com a atuação da assistência técnica de origem estatal, a CIDASC (Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina), faz-se quase que totalmente o controle da febre aftosa com vacinas periódicas. Ocorrem também, de um modo geral, determinadas práticas zootécnicas com a aplicação de vermífugos no rebanho de animais, assim como (embora nem sempre de todo eficiente) da proliferação de parasitas externos (carrapato e berne).

4- Assistência Técnica. A assistência técnica às atividades agropecuárias no Município de Leoberto Leal está, até certo ponto preparada para satisfazer às necessidades da demanda. Entretanto, segundo depoimento dos técnicos, nos últimos anos está faltando recursos financeiros e, além disso, falta definir uma política, ao nível da administração municipal que priorize a agricultura.

A Secretaria da Agricultura e a EPAGRI do Município contam com o trabalho de seis pessoas, entre agrônomos, técnicos e leigos, incluindo neste total os agrônomos responsáveis pelos projetos CRER e MICROBACIAS.

Segundo dados apurados na pesquisa de campo, entre os órgãos, projetos e instituições existentes no Município, que se propõem a dar assistência técnica aos produtores rurais destacam-se:

- 1) primeiramente, as fumageiras, através dos seus técnicos conhecidos popularmente por “instrutores de fumo”, com atendimento a 26,88% de produtores rurais;
- 2) em segundo lugar, o Projeto MICROBACIAS com atendimento a apenas 17,05%;
- 3) em seguida, aparecem a EPAGRI e o Projeto CRER com 10,82% cada um.

Do total dos entrevistados, 33,45% responderam que não recebem nenhum tipo de assistência técnica, enquanto 1,30% não souberam responder tal pergunta.

É importante mencionar que a assistência técnica local, de certa forma, “seleciona os produtores rurais”; fato este aliás, que não se constitui em uma exceção, uma vez que também é observado muito freqüentemente em outras unidades administrativas do Estado.

Nesse sentido podemos dizer que as comunidades localizadas ao centro-sul da sede do Município (Barra Grande, Alto Vargedo, Rio Antinha, Rio Areia e Rio Emiliano), são as mais bem atendidas pelo corpo de profissionais da EPAGRI e da Prefeitura. Já, ao contrário, produtores de outras áreas do Município dizem que procuram a assistência técnica em municípios vizinhos porque os agrônomos e a extensionista de Leoberto Leal, mesmo que sejam solicitados, não lhes dão o devido acompanhamento. Este é o caso de alguns moradores de Ribeirão Grande (extremo noroeste do Município) e Perau (extremo norte), e os de Corridas (a nordeste), que buscam o atendimento junto aos técnicos de Vidal Ramos e de Nova Trento. A maioria dos produtores destas localidades, no entanto, fica sem nenhum tipo de assistência técnica.

Esta preferência de atendimento, de certa forma colabora para criar “padrões de desenvolvimento agrícola diferenciados” entre as várias localidades rurais do Município. As localidades que recebem maior e melhor assistência técnica desenvolvem uma agricultura bem mais tecnificada e mais moderna sob a ótica dos sistemas de cultivo adotados, bem como, do ponto de vista econômico-financeiro, quando comparadas com as demais, especialmente as do extremo norte, que não recebem essa assistência.

Aproximadamente 68% dos produtores entrevistados consideram importante a assistência técnica da EPAGRI, embora muitos deles não sejam por ela beneficiados. Isso mostra que os produtores, — não obstante muitos permaneçam sem assistência — têm um certo conhecimento a respeito do trabalho executado pela mesma.

Ao procurar justificativa para as colocações feitas pelos produtores, sobre a importância da assistência técnica da EPAGRI, obtivemos respostas às vezes bastante diferenciadas umas das outras. Assim, destacamos aqui alguns exemplos que expressam o entendimento do produtor rural com relação ao trabalho dos técnicos da EPAGRI de Leoberto Leal:

–*“Auxilia e dá instruções úteis e de preservação”.*

–*“Porque com ela se pode ter um produto com mais qualidade e mais quantidade”.*

–*“Pode ser que é bom, mas às vezes a gente não segue a orientação deles porque é difícil”.*

Alguns acham importante a assistência técnica da referida entidade mas, ao mesmo tempo, a consideram desnecessária, e dizem:

–*“O que eles falam a gente já sabe. Ninguém melhor do que o colono pra saber da terra”.*

Outros, a consideram importante e necessária e, se queixam de nunca terem sido por ela atendidos:

–*“O agrônomo só fica dentro da praça. O povo não acredita mais nos agrônomo”.*

Outros ainda se queixam de não poder aderir às novas tecnologias por ela propagada e difundida, porque:

–*“exigem muito investimento”.*

Por outro lado, há também, por parte do agricultor, um certo receio com relação às “vantagens” dos novos métodos trazidos pelos técnicos, pois, segundo alguns produtores, *“muita gente já foi enganada”*; portanto, há muita desconfiança em fazer novas experiências com tecnologias modernas, com medo do fracasso.

Da mesma forma que com a EPAGRI, os projetos MICROBACIAS e CRER recebem muitos elogios, mas também muitas críticas e reclamações. Aqui destacamos alguns exemplos:

–*“A figura do agrônomo não existe. Não atuam”.*

–*“Foi a coisa mais importante dos últimos anos”.*

– *“Os técnicos do Governo só vem procurar o agricultor para levar para o Banco fazer empréstimo”.*

–*“Melhorou a preservação do meio ambiente... menos gasto, maior produtividade, pode descansar mais, etc.”.*

–*“Se fizer certo, não perde tanto”.*

–“É, mais ou menos. (MICROBACIAS) Era pra ter alargado a estrada, mais só cascalharam”.

– As pessoas antigas são mais fechadas com relação à aderir as novas idéias ou novas técnicas”.

–“Não sei, ouvi fala, mas não entendo nada disso também”.

–“Porque não há futuro nestes projetos”.

–“Quase não compensa”.

–“Talvez se a gente também recebesse a visita dos técnicos agrícolas”.

–“Não. Porque só pensam nos grandes produtores e os pequenos quase não ligam”.

Há outros produtores contudo, que responderam que “nunca ouviram falar de nenhum dos dois projetos” (CRER e MICROBACIAS). Uma explicação para esse desconhecimento está no fato de que ambos foram implantados apenas regionalmente, não contemplando todo o espaço territorial do Município.⁴⁰

Após cuidadosa análise das questões que avaliam a atuação da EPAGRI e do Projeto MICROBACIAS, constatamos que ambos encontram-se comprometidos com os interesses capitalistas. A EPAGRI, na verdade, constituiu-se num dos maiores agentes a serviço da expansão do capitalismo no campo desde a década de 70. Há inclusive estudos que demonstram que a assistência técnica, criada a nível nacional na época da política estatal de modernização da agricultura, foi mais um instrumento de reforço aos interesses hegemônicos. Podemos dizer que atualmente essa condição-situação mostra-se um pouco diferente, porém ainda deixa muito a desejar, no que diz respeito ao efetivo e prioritário atendimento aos interesses dos produtores rurais, muito embora, nos meios de comunicação se propague o contrário.

Diante do exposto verificamos que, embora em Leoberto Leal haja oficialmente assistência técnica, a mesma não tem sido muito eficiente. Supõe-se que esta pouca eficiência possa ser explicada por três motivos básicos, principalmente:

- 1) as questões políticas-partidárias que envolvem todo o aparato governamental e, assim privilegia-se àqueles de quem pode-se esperar de alguma maneira, algum retorno.

⁴⁰ O projeto CRER foi planejado para abranger apenas as proximidades da sede administrativa e a parte norte do Município. Já o Projeto MICROBACIAS foi planejado para ser implantado em etapas, a cada ano abrangendo uma nova área do território, que foi dividido em quatro regiões. A sua implantação teve início a partir do sul do Município em direção ao norte. Em 1996, quando realizamos a pesquisa de campo, estava sendo iniciada a terceira região, e a quarta e última deveria ser atingida no ano seguinte.

- 2) Há por parte de muitos produtores, um certo “descrédito” nos técnicos, algumas vezes justificado, outras vezes não.
- 3) O baixo nível de instrução, compreensão e percepção do produtor e sua família, é indiretamente responsável por uma “corrente” de pensamento formada em um considerável número de agricultores que, quando indagados se procuravam os técnicos e agrônomos para orientação técnica na agricultura responderam: - *“Prá que? Nós sabemos mais do que eles!”*

Com relação ao trabalho de extensão rural (treinamento no preparo de alimentos, saneamento básico, etc.), a situação é ainda pior. Entretanto, ressaltamos que houve uma melhoria, em especial nos cuidados com a água, quando da implantação do Projeto MICROBACIAS. Alguns produtores, sob a orientação da extensionista rural e do agrônomo do Projeto MICROBACIAS construíram fontes de águas protegidas, garantindo-lhes assim a sua boa qualidade. Contudo, este número é ainda muito baixo, senão incipiente. Os dados da pesquisa de campo apontam o percentual de apenas 15,40% de fontes protegidas no Município.

Quanto às condições sanitárias do estabelecimento, elas deixam muito a desejar. Segundo a pesquisa de campo, somente 68,52% possuem instalação sanitária (banheiro), e apenas 17,71% possui fossa ou sumidouro. Nos 82,29% restantes o esgoto doméstico é encanado até certa distância não muito longe da residência e depois escorre a céu aberto para os córregos e riachos existentes nas proximidades. Com os resíduos animais (dejetos), o procedimento, via de regra, é o mesmo.

Nas casas onde não há instalações sanitárias existem algumas “*privadas*” ou “*patentes*” (foto 23) que se localizam bem próximas a um córrego ou riacho. A intenção, neste caso, é que os resíduos sejam transportados pelas águas.

Segundo depoimento da extensionista rural, há uma certa resistência por parte do agricultor em construir as instalações sanitárias de acordo com as normas de higiene e de preservação do meio ambiente. De nossa parte, acrescentamos que há também dificuldades financeiras. Na pesquisa de campo, constatamos que não há uma consciência ecológica, até por uma questão de pouco esclarecimento sobre o assunto. Há uma ignorância total com respeito aos malefícios da poluição, tanto por coliformes fecais (humanos ou animais) como pelos agrotóxicos. Vislumbramos, entretanto, uma melhoria neste aspecto para o futuro, pois o serviço de extensão rural e a assistência técnica estão se voltando para o esclarecimento dos problemas ambientais nas escolas (principalmente as localizadas na zona

rural), procurando criar assim uma nova mentalidade junto às crianças, prováveis futuros produtores, na sua maioria.

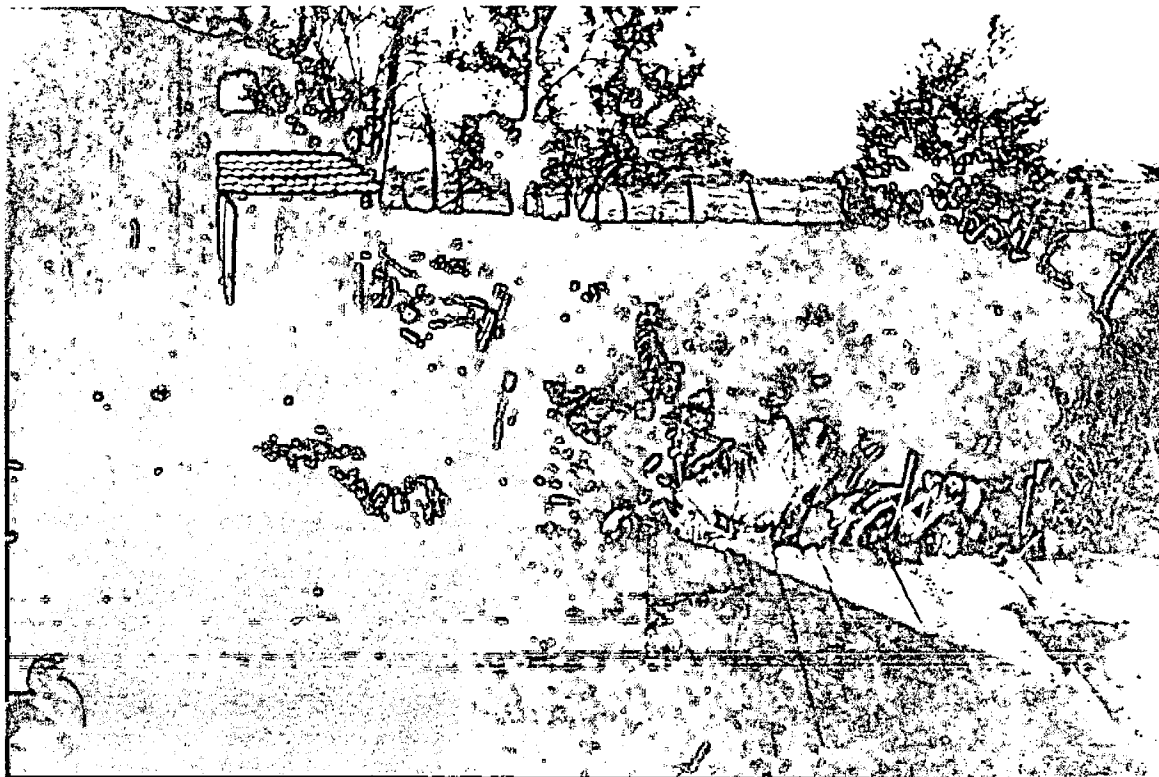


FOTO 23 - Não obstante a má qualidade da foto apresentada, pretende-se mostrar uma “patente” (casinha menor no canto superior esquerdo da foto) localizada bem próxima ao riacho. Foto: a autora, 1993.

5- Energia elétrica. Segundo dados da pesquisa de campo, 99% das estabelecimentos rurais possuem energia elétrica proveniente da CELESC (Centrais Elétricas de Santa Catarina) e da Cooperativa de Eletrificação Rural Esteves Júnior, que compra a energia da CELESC e revende aos produtores rurais de Leoberto Leal, sendo que 67,86% da área do Município é servida pela Cooperativa, para desvantagem do consumidor, que paga mais caro. Segundo o depoimento de algumas pessoas, já houve movimentos na tentativa de passar toda a rede do Município para a CELESC, mas até agora nada conseguiram.

Apenas 1% das propriedades não utilizam energia elétrica e não há nenhum estabelecimento ou propriedade com geração própria. Neste sentido, o Projeto CRER previa a implantação de “biodigestores”, que, além de produzir a energia para o consumo da propriedade individualmente, contribuiria para a preservação do meio ambiente, com o aproveitamento total dos resíduos animais, e ainda produziria adubo orgânico para as lavouras. Infelizmente, a população não aderiu à idéia.

6- Irrigação. No Estado de Santa Catarina não há ainda uma “cultura da irrigação”. Entretanto, nas regiões onde se cultiva o arroz, é comum esta prática, pois usa-se predominantemente o arroz irrigado (por inundação).

Outras culturas, no entanto, não são contempladas com esse processo, uma vez que, via de regra, obtém-se uma razoável produtividade sem a irrigação, salvo as áreas produtoras de hortaliças. Entretanto, quando as condições climáticas são adversas, o agricultor tem grandes prejuízos, considerando-se que os períodos de seca têm sido muito frequentes nos últimos anos.

Em Leoberto Leal, a prática da irrigação é ainda muito incipiente: segundo a pesquisa de campo, apenas 4,26% dos produtores usam essa técnica, entretanto, durante a aplicação dos questionários, foram muitas as declarações dos agricultores sobre prejuízos sofridos na lavoura, causados pela ocorrência de períodos de seca:

- “A ‘seca’ atrapalhou o plantio do milho e do feijão do cedo” (1ª safra).
- “A ‘seca’ estragou a produção de feijão”.
- “A produção da cebola esse ano foi muito baixa, porque plantei muito tarde e pegou a ‘seca’ do final do mês de novembro e começo do mês de dezembro” (1995).
- “A produtividade da cebola foi muito baixa: o período de ‘seca’ foi muito grande”.

7- Crédito. A Síntese do Censo Agropecuário de Santa Catarina (IBGE, 1996:40), diz textualmente:

Apesar da intensidade das atividades agropecuárias e correlatas de Santa Catarina, os agricultores decidiram, na sua maioria, evitar o crédito agrícola. Somente 18,8% dos estabelecimentos tomaram recursos emprestados para o desenvolvimento e expansão de suas atividades no ano agrícola 1995-1996 e apenas 16,3% tomaram crédito para custeio.

Em Leoberto Leal, segundo a pesquisa de campo, o percentual de crédito obtido no ano agrícola (1995-1996) foi de 32,45%, isto é, um pouco abaixo da média do Estado de Santa Catarina (35%). Este percentual (32,45%) é explicado pela maior parcela de crédito usado para custeio através do financiamento das fumageiras aos produtores de fumo, que representam 28% do total dos empréstimos.

A questão do crédito agrícola é muito complexa, pois ele é a cada ano direcionado a determinado produto ou a determinado tipo de investimento ou seja, atende aos interesses de determinados segmentos da sociedade capitalista. Além disso, muitos agricultores que anteriormente recorriam ao crédito, hoje não o fazem mais em função das condições

desfavoráveis, uma vez que os juros bancários estão muito altos e não há mais subsídios para produtos da agricultura, de um modo geral. Tal situação fez com que, principalmente a partir de 1990, os agricultores passassem, em sua grande maioria, a dar continuidade às suas atividades sem recorrer ao crédito agrícola. Além dos juros altos, existem também outros motivos que levam os agricultores leobertenses a não pedir financiamento: o receio de não poder pagar, o receio de ficar sem lucro e, por último, a burocracia do Banco.

As impressões e as observações dos entrevistados sobre o crédito agrícola são as mais negativas possíveis. Seleccionamos algumas delas para aqui expor:

– *Em 1989 comprei um Tobatta – hoje não compensa mais*”.

– *“Não dá para se arrisca”!*

– *“Em 1988 financiei um trator e paguei antes do prazo. Em 1992 comprei outro trator e ainda estou pagando. Agora os juros estão muito altos. O preço do trator já aumentou em quatro vezes mais”* (Ou seja, daria para comprar três ou quatro tratores à vista).

Até a década de 80, o crédito agrícola era favorável ao agricultor. Isso, com certeza, muito contribuiu para que esta tenha se constituído na “década da aquisição de tratores” em Leoberto Leal. (Provavelmente em todo o Brasil, é claro!) A partir de então a situação do crédito, seja para custeio, investimento ou outros, ficou desfavorável para o agricultor.

Com base na pesquisa de campo, verificamos que a partir de 1991, as pessoas que adquiriram tratores pelo sistema FINAMI RURAL⁴¹, enfrentaram sérias dificuldades para saldar suas dívidas. Vários agricultores reclamaram do referido Programa; disseram que “foram enganados”. Um dos compradores declarou que “já está no quinto ano de pagamento e ainda faltam saldar duas prestações de 2.000 reais (ou 2.105 dólares), sendo que com o que ele já pagou daria para comprar três tratores à vista. (O preço do trator hoje — início de 1996 — é de 23.000 reais ou 24.210 dólares).

Com relação ao crédito de custeio, as condições, e também as reclamações, são idênticas às do crédito de investimento: dificuldades para a aquisição e, aqueles que o conseguem, têm dificuldades para pagar. Alguns dos que pediram e não o conseguiram para o plantio da cebola queixaram-se dizendo que: *“os grande⁴² é que consegue primero”*.

⁴¹ Programa de financiamento específico para aquisição de implementos agrícolas (maquinários) “criado para favorecer o agricultor” (em tese). Segundo as regras iniciais, o financiamento deveria ser saldado em quatro anos; entretanto, por várias razões, entre outras, a troca de moeda ocorrida em 1994 promoveu a mudança de algumas regras nos contratos resultando em mudanças na forma de pagamento dos empréstimos, inclusive aumentando demasiadamente o preço total do implemento.

⁴² São os que detêm o poder político e econômico.

E as reclamações se seguem:

- *“O empréstimo leva o cara à falência. Há alguns anos atrás ainda era bom”.*
- *“Há muita política na distribuição do dinheiro”.*
- *“Pedi dinheiro pra planta milho e não consegui”.*
- *“Quem vai ao Banco tá toda vida fuzilado”.*
- *“Acho o financiamento um mal”.*
- *“Isso mata o pessoal”.*
- *“Não compensa”.*

8- Armazenagem. Outro aspecto de grande importância na análise do padrão tecnológico da agricultura são as condições de armazenagem. Em Leoberto Leal, tal quadro mostra-se em péssimas condições (foto 24). O produtor que resolve esperar um pouco para vender o seu produto (em especial a cebola, que é perecível) acaba perdendo de 50 até 100% da produção, conforme o caso. Assim, toneladas de cebola são jogadas fora todos os anos (foto 25), fato aliás muito comum em de Santa Catarina.

Um pouco melhor, entretanto, é o caso dos produtores de fumo, uma vez que o produto não é tão perecível quanto a cebola. Além disso, por trabalhar como integrado, o produtor entrega o seu produto à fumageira, o mais rápido possível para também receber o pagamento o quanto antes. As instalações utilizadas para o preparo do produto após a colheita visando a entrega ao comprador, também são, via de regra, melhores que as instalações usadas para o depósito da cebola.

Para outros produtos de menor expressão comercial como o feijão, por exemplo, não existem instalações adequadas para a sua estocagem, que permitam a sua conservação por algum tempo. Tal situação, obriga muitas vezes, o produtor a vender o seu produto por um preço bastante desfavorável, quando não, com prejuízo para não perder todo o investimento feito.

Finalizando, com base no anteriormente exposto podemos dizer que o padrão tecnológico da agropecuária do Município de Leoberto Leal não é dos mais desenvolvidos; muito pelo contrário, deixa muito a desejar, não obstante apresente um elevado consumo de adubos e fertilizantes e significativo número de tratores por estabelecimento, quando comparados aos dados apresentados para o Estado de Santa Catarina e, não obstante apresente elevado percentual (quase 100%) de eletrificação rural.



FOTO 24 - Estrutura de armazenagem para a cebola, a nível de estabelecimento. Foto: Hélio Musskopf.



FOTO 25 - Foto mostrando grande quantidade de cebola jogada fora por ter iniciado o processo de putrefação em função de não ter-se encontrado mercado e preços adequados. Foto Hélio Musskopf.

Procurando determinar as razões para o regular padrão tecnológico encontrado em Leoberto Leal podemos destacar três pontos básicos:

- 1- meio natural (topografia) pouco favorável à mecanização;
- 2- agricultura do tipo produção familiar, portanto de pequena escala, com dificuldades financeiras e “desvantagens” com relação a custos de produção quando comparada à agricultura de média e grande escala; e,
- 3- baixo grau de instrução do agricultor e sua família, o que contribui para a falta de percepção e de compreensão em relação a aplicação de tecnologias modernas, conduzindo em última análise a uma prática agrícola incorreta, da qual podemos citar três exemplos, por sinal muito comuns entre os agricultores do Município:

a) além de uma grande porcentagem de produtores não utilizar técnicas de controle da erosão (curvas de nível, por exemplo), bem como, práticas outras de conservação do solo, alguns contribuem para acelerar os processos de erosão, cavando sulcos dentro da lavoura, no sentido da declividade do terreno (foto 26), no entendimento de que está contribuindo



FOTO 26 - À direita da foto o desenvolvimento de uma ravina onde o agricultor cavou um sulco para “facilitar o escoamento das águas pluviais”. Foto: Hélio Musskopf, 1995.

para diminuir a ação erosiva das águas das chuvas, uma vez que as mesmas ao escorrer, dirigem-se, em grande parte, para os referidos sulcos. Entretanto, esses produtores desconhecem (e não conseguem perceber) os efeitos negativos desta prática que contribui para o ressecamento do solo. Tal, efeito, ocorre em proporções tais que prejudica o desenvolvimento da planta que, conseqüentemente diminui a produtividade.

b) cultivo em terrenos com declividades acima do nível recomendado (ver foto 06 e 11 no Capítulo I), sem o devido uso de curvas de nível ou terraceamento, e

c) uso intensivo do solo, dificultando a sua recuperação natural: planta-se milho ou feijão dentro da lavoura de cebola, quando ela está chegando no ponto de colheita, isto é, faz-se uma espécie de associação do sistema de cultivo denominado “rotação de cultura” com a “cultura consorciada”.

APÊNDICE I

Algumas observações interessantes (colhidas quando da aplicação do questionário de campo) que complementam nossa apreciação sobre os indicadores do padrão tecnológico de Leoberto Leal, reforçando assim o nosso diagnóstico.⁴³

(1)- Fez experiência com o plantio direto, mas não aprovou porque o terreno tem muita declividade! (Esse agricultor apresenta uma boa situação financeira, e é bastante esclarecido, além de ser um líder na localidade e exercer influência política.)

(3)-Embora seja proibido por lei, o produtor faz a exploração racional de palmito, colhendo de sete em sete anos, deixando plantas adultas para a reprodução natural.

(8)- Usa aveia para tratar o gado. Na lavoura, faz adubação verde e cultivo mínimo. Muito determinado o produtor declara : *“Não quero mais saber de virar a terra”*.

(11)- Fez as próprias mudas de eucalipto.

(12)- No inverno tratam o gado com cana-de-açúcar e palha de milho.

(13)- A produção de cebola foi baixa porque deu muita ‘imundiça’ (mato) e muita doença, por causa do excesso de chuva e depois seca intensa. Faz curva de nível.

(19)- Pretende fazer esterqueira com a orientação do PROJETO CRER.

⁴³ Os números no início das identificam o entrevistado.

- (24)- Tinha plantado mais ou menos 3.000 pés de eucalipto e sobraram só 1.000 pés (doença). Tratam o gado com cana-de-açúcar, cana elefante e aveia. A produção de leite é de cinco litros dia/vaca.
- (51)- Apodreceram mais ou menos 7.000 kg. de cebola. Plantou 5.000 pés de eucalipto, mas a formiga comeu tudo.
- (66)- Faz as próprias mudas de cebola.
- (73)- Não conta as mudas para plantar.
- (106)- Deu muita doença nas mudas de cebola.
- (163)- Pretende usar adubo orgânico. Está diminuindo o uso de adubo químico e agrotóxicos, em especial o herbicida.
- (165)- Está usando terra virgem. Não possui nenhum equipamento agrícola motorizado ou mesmo de tração animal.
- (179)- Plantou 1.000 pés de eucalipto. Entretanto, segundo depoimento do próprio produtor, *“a criação [gado bovino] e a formiga estragou quase toda a plantação de eucalipto”*.
- (186)- Deu uma doença nas mudas de cebola e perdeu quase tudo. Não consegue aumentar as laranjeiras, pois sempre morrem antes de começar a produzir. *“O pasto dá uma doença que a criação começa a urinar sangue e morre. Já chamei o veterinário mas eles não entende nada”!*
- (195)- Gostaria de fazer inovações, mas o terreno de alto declive não permite.
- (205)- Tratam as vacas no inverno com espigas de milho. Possuem 30 ha. de pastagem natural onde no momento criam 18 bois e 6 vacas.
- (220)- Fez curso de olericultura. Vai fazer o de embutidos. Procura diversificar as atividades. Comercializa batata, pimentão, beterraba, cenoura e repolho.
- (225)- É difícil lembrar quanto colheu de milho.
- (253)- Três famílias moram no mesmo terreno e trabalham em parceria. Usam só ‘terra bruta’, isto é, fazem rotação de terra de quatro em quatro anos (agricultura itinerante). O terreno (solo) é muito pedregoso, embora o topo da serra (onde cultivam) apresente baixas declividades. Possuem 189 ha. de terra. As moradias localizam-se na várzea (planície) próximas à cabeceira do rio Antinha, nos contrafortes da Serra do Tijucas, perto da divisa com o Município de Imbuia. Plantam somente cebola. Não usam implementos agrícolas mecanizados. Para o transporte dos insumos e da produção, usam o ‘cargueiro’.
- (289)- Não tem idéia de quanto plantou.
- (294)- Usa quase só terra bruta (arrendeiro).
- (301)- Planta milho para tratar os porcos, que são soltos dentro da plantação para comerem diretamente da roça.

III - A DINÂMICA DEMOGRÁFICA NO MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC

3.1. O êxodo rural: considerações teórico - conceituais

3.1.1. A propósito de sua conceituação e definição

Antes de discorrermos sobre as considerações teóricas a respeito das migrações, faz-se necessário, primeiramente, apresentarmos o nosso entendimento sobre o conceito e definição do êxodo rural.

✕ O êxodo rural é comumente conceituado, de forma mais particular, como sendo um dos vários aspectos que apresentam o movimento populacional horizontal denominado genericamente de migração interna.

✕ Para efeito deste estudo, entendemos migração interna como sendo os movimentos populacionais que implicam em mudança de residência dentro de um determinado espaço geográfico considerado. Excluem-se, portanto, os movimentos pendulares diários que têm como origem a residência e como destino o local de trabalho e vice-versa.

As migrações internas têm sido classificadas pela ciência demográfica sob dois parâmetros distintos: o da abrangência do fenômeno em termos de unidades administrativas

e o dos fluxos; estes considerados em relação à origem e ao destino da população migrante. Assim, temos a seguinte classificação:

- 1) No primeiro caso:
 - a) migração inter ou intra-municipal;
 - b) migração inter ou intra-estadual;
 - c) migração inter ou intra-regional.
- 2) No segundo caso:
 - a) migrações cidade-cidade ou fluxo urbano-urbano;
 - b) migrações campo-cidade ou fluxo rural urbano, ou ainda êxodo rural;
 - c) migrações cidade-campo ou fluxo urbano-rural;
 - d) migrações campo-campo ou fluxo rural-rural.

Outrossim, as duas classificações podem ser perfeitamente relacionadas entre si. É o caso por exemplo, do objeto deste estudo, ou seja, a migração campo-cidade ou fluxo rural-urbano com caráter inter-municipal.

Via de regra as migrações campo-cidade ou êxodo rural, implicam, além da mudança de residência de uma área rural para uma área urbana, em mudança de ocupação profissional, ou seja, a transferência de população ativa do setor primário para os setores secundário ou terciário (ou informal). Esta forma mais abrangente e complexa de se tratar o conceito de êxodo rural foi adotada já por CAMARGO (1960:27-8), que sobre ele assim se expressa:

...caracteriza-se o êxodo rural, na sua essência, pela liberação da mão-de-obra empregada nas atividades agropecuárias com a conseqüente transferência para as ocupações extra-agrícolas. É o decréscimo da população rural em benefício da população urbana.

Sumariando, define-se o êxodo rural como movimento populacional que tem como ponto de partida uma área rural e como ponto de chegada uma área urbana.

3.1.2. Considerações teóricas sobre as migrações.

Para tecermos algumas considerações teóricas sobre o êxodo rural em particular, faz-se necessário estendermo-nos à apreciações sobre o fenômeno das migrações internas em âmbito mais geral, pois aquele trata, em última análise, de uma das facetas deste.

Não obstante seja um tema de especial interesse da Geografia da População ou Demografia, de modo geral, as migrações internas têm sido objeto de pesquisa de vários estudiosos das Ciências Humanas e Sociais, de diferentes formações, que se utilizam das respectivas técnicas de mensuração e métodos de análise mais usuais em seus domínios, o que, conseqüentemente, tem enriquecido as abordagens do tema.

Esta diversidade de estudos — que é caracterizada pelos marcos teóricos direcionados principalmente para os enfoques sociológicos e econômicos (ou economicistas), mas também, embora em menor proporção, pelos aspectos demográficos, políticos e antropológicos⁴⁴ — imprime ao tema um forte grau de heterogeneidade, o que dificulta a comparabilidade dos resultados obtidos, constituindo-se assim, de certa forma, em um entrave à evolução de seu conhecimento.

O estudo das migrações internas é, portanto, um tema muito abrangente, amplo e de caráter interdisciplinar. MOURA (1980:11) enfatiza este aspecto da interdisciplinaridade do estudo da migração interna dizendo:

A migração é um fenômeno reflexo, isto é, uma manifestação de processos e transformações sociais e econômicas mais profundas, que lhe são subjacentes. Trata-se, pois, de um tema que, por quase não ter uma essência própria, não pode e nem deve ser estudado de forma particularmente estanque. Seu objeto de interesse e tratamento não podem ficar predominantemente restritos a uma especialidade científica. Na verdade, no tema imiscuem-se, com intensidade bastante assemelhada, vários dos domínios das ciências sociais.

A respeito da sua complexidade e do caráter multifário que envolve o estudo das migrações internas (ONU, 1980:319), assim escreve:

A mobilidade geográfica ou espacial de uma população é tema que interessa diretamente ao estudo dos assuntos pertinentes ao Homem, pelos efeitos que exerce sobre a distribuição da população e por sua interação com outras forças demográficas, bem como com outros aspectos das mudanças e das diferenciações sociais e econômicas.

A complexidade do fenômeno, que por sua vez lhe confere este caráter

⁴⁴ Consultando a literatura pertinente, pode-se relacionar alguns autores e estudiosos dos diferentes ramos das Ciências Humanas e Sociais e os respectivos direcionamentos teóricos adotados: (a) Com relação à abordagem *sociológica* do fenômeno citamos entre outros: Paul SINGER (1981), Orlandina de OLIVEIRA & Cláudio STERN (1980) e Eunice R. DURAN (1984); (b) Na abordagem *economicista*, destacam-se os estudos de Larry A. SJAASTADT (1980), Michael P. TODARO (1980) e Pamella BRIGG (1980); (c) Recorrendo a métodos de análise e técnicas de levantamento mais específicos da *Antropologia* destaca-se: G. POTENGY (1980) que analisa a migração nas grandes áreas urbanas do Brasil. (d) Sob o enfoque *demográfico*, temos os estudos de Juan C. ELIZAGA (1970), Cecília C. RENNER, Neide L. PATARRA e José Francisco de CAMARGO (1960); (e) Outros se detém na abordagem *política*, com o objetivo de formular e direcionar políticas públicas aplicáveis ao fenômeno; é o caso de WEST, HAMILTON e LOOMIS (1980).

Tinterdisciplinar (já mencionado anteriormente) traz, subjacente, determinados vieses que de certa forma contribuem para dificultar a pesquisa, notadamente a determinação da fundamentação teórica, pois compõe-se de uma gama tão variada de fatores que, ao serem analisados articulam um quadro extremamente diversificado, levando-se na maioria das vezes, a perder-se a dimensão de totalidade que caracteriza a questão das migrações internas, tanto a nível histórico quanto social.

Não obstante ainda apresentarem algumas dificuldades de ordem teórico-conceitual, as migrações internas, na atualidade, já não representam mais um campo de pesquisa pouco conhecido pois, freqüentemente, tem sido objeto de estudo de inúmeros pesquisadores.

A mobilidade geográfica ou espacial de uma população é tema que interessa diretamente ao estudo dos assuntos pertinentes ao Homem, pelos efeitos que exerce sobre a distribuição da população e por sua interação com outras forças demográficas, bem como com outros aspectos das mudanças e das diferenças sociais e econômicas” (ONU, 1980:319).

Nos países desenvolvidos mais antigos as pesquisas iniciaram-se já no século passado, destacando-se entre outros motivos a própria antigüidade do fenômeno quando comparado aos países de formação mais recente. Nos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, os estudos surgiram aproximadamente por volta dos anos 50 e 60 deste século, apresentando uma maior concentração a partir dos anos 70 e 80. Pode-se dizer que esta profusão de trabalhos criados nas décadas citadas são como que a resultante de uma preocupação maior com o fenômeno, que se intensificou nesta época, particularmente no caso da América Latina.

Todavia, sentimos a necessidade de tecer algumas prévias e resumidas considerações sobre os primeiros estudos do fenômeno ou do processo nos países desenvolvidos mais antigos, mesmo que seja apenas para comentá-los do ponto de vista de sua localização histórico-geográfica, já que analisá-los mais profundamente foge, de certa forma, do nosso objeto de estudo. Entendemos que uma discussão nesta escala seria um tanto improdutiva, pelo fato de haver, histórica e estruturalmente, grandes diferenças entre as características dos processos migratórios ocorridos nos países desenvolvidos e nos subdesenvolvidos ou em desenvolvimento.

Verificando a produção científica sobre a mobilidade geográfica da população, percebemos que a nível internacional destaca-se a figura de E. G. RAVENSTEIN como o pioneiro nas pesquisas; sendo na atualidade um dos autores mais estudados e citados pela literatura pertinente. Além de fazer estudos empíricos sobre as migrações internas entre os

censos de 1871 e 1881, em alguns condados da Grã-Bretanha, o pesquisador teorizou sobre suas leis, baseando-se nos resultados empíricos de seu estudo.

Posteriormente, Everett LEE, baseando-se em RAVENSTEIN,⁴⁵ teorizou que os movimentos migratórios são a resultante da influência de fatores de atração (áreas de destino) e fatores de expulsão (áreas de saída), adicionados de fatores intervenientes, ou seja, fatores que se localizam entre a saída e a chegada dos migrantes.

Analizando as leis de Ravenstein, BRIGG (1980:620) comenta que:

Na sua condição de historiador econômico Ravenstein, pronunciou-se favoravelmente à migração, por considerá-la um estímulo ao crescimento industrial, ao transferir mão-de-obra de regiões com escassas oportunidades econômicas para regiões com melhores oportunidades e contribuir, ao mesmo tempo, para a elevação dos níveis de vida dos migrantes.

Assim considerando, podemos também dizer que RAVENSTEIN foi o precursor da valorização do predomínio do fator econômico sobre este aspecto demográfico. Embora sua pesquisa tenha se dado há cerca de um século atrás e o autor tenha analisado o fenômeno migratório no país berço da revolução industrial (o que lhe confere características econômicas e sociais peculiares e específicas), algumas das leis da migração por ele formuladas podem perfeitamente ser aplicadas ao estudo de fluxos migratórios, notadamente os do tipo rural-urbano, que vêm ocorrendo em vários países que se encontram em processo de industrialização, ou que por ele passaram há pouco tempo. Referimo-nos neste particular, mais especificamente ao motivo econômico detectado por RAVENSTEIN, o que, segundo a opinião de inúmeros estudiosos da atualidade, é considerado o grande propulsor dos movimentos migratórios.⁴⁶

Analizando a produção científica sobre as migrações internas na América Latina, verificamos que até 1980, aproximadamente, as pesquisas ainda se ressentiam de maiores estudos no que diz respeito, particularmente, à determinação dos suportes teóricos mais gerais norteadores da pesquisa científica.

Em *Notas sobre a teoria da migração: aspectos sociológicos* (1980), Orlandina de OLIVEIRA & Cláudio STERN fazem algumas considerações críticas ao direcionamento das pesquisas que têm sido desenvolvidas na América Latina a partir da década de 60,

⁴⁵ Sob o título de *Uma teoria sobre a migração*, Everett S. LEE, em uma análise do trabalho de RAVENSTEIN (1885), faz um apanhado geral de suas leis e resume as conclusões de seu segundo trabalho (1889).

⁴⁶ Partilham deste posicionamento, entre outros, além de G. RAVENSTEIN e Everett LEE, Paul SINGER, Orlandina de OLIVEIRA & Cláudio STERN, Eunice DURAN e Michel P. TODARO.

aproximadamente. Os autores enfatizam, entre outros aspectos, a questão teórico-conceitual, a qual vinha sofrendo reveses no transcurso dos últimos anos de investigação⁴⁷. Neste sentido, os referidos autores comentam que:

...Até certo ponto, é possível dizer que as investigações, vêm sendo realizadas, na maioria dos casos, sem se recorrer às teorias ou aos marcos teóricos e, mais precisamente, que são resultantes de exigências impostas por considerações de ordem prática. Sem dúvida, pode-se facilmente observar que muitas dessas investigações, se mostram permeáveis à influência exercida pelos marcos teóricos que, paralelamente, se vão desenvolvendo na época de sua realização (OLIVEIRA & STERN, 1980:251).

Diferente, de certa forma, do que afirmam Orlandina de OLIVEIRA e Cláudio STERN, aparece em 1973 o trabalho de Paul SINGER - *Migrações internas: considerações teóricas sobre seu estudo*, (cuja última publicação encontra-se no livro intitulado: “Economia Política da Urbanização”, publicado em 1981) no qual o autor discute a questão teórica com muita clareza, dando-lhe um direcionamento voltado para a análise do fenômeno entendido como processo social resultante de uma transformação global da sociedade; transformação esta movida, entre outros fatores, pelas mudanças ocorridas na divisão social do trabalho e/ou dos sistemas de produção.

Fazendo uma apreciação sobre esta abordagem, RENNER & PATARRA (1980:258) comentam o seguinte:

Essa maneira teórica de pensar o processo migratório a partir do processo de reprodução da força de trabalho enriquece a abordagem, na medida em que permite uma vinculação mais clara com a acumulação capitalista predominante e com formas pré-capitalistas de produção. Tratam-se de fenômenos empiricamente constatáveis, particularmente nos (...) casos de expansão da fronteira agrícola, e de expansão da periferia das cidades.

Voltando à OLIVEIRA & STERN, cabe ressaltar que houve por parte dos mesmos uma preocupação em mudar a “suposta” situação de carência de fundamentação teórica sobre os movimentos migratórios, o que fez com que os autores se voltassem à exploração e discussão dos elementos teóricos mais gerais relacionados ao fenômeno no âmbito dos países latino-americanos. Neste sentido se manifestam dizendo: “...pretendemos esclarecer porque ocorrem as migrações internas nos nossos países, como e onde se localiza a problemática e quais os elementos teóricos utilizados na sua explicação”. Por conseguinte, pautam a sua pesquisa sobre dois marcos teórico-conceituais principais: “o enfoque da modernização e o enfoque histórico-estruturalista”.

⁴⁷ Referem-se aos anos anteriores a 1980 - data da edição do artigo citado.

No enfoque da modernização, a migração interna é visualizada como um dos processos fundamentais da 'mobilidade social', que constitui o eixo principal para a transformação de sociedades 'tradicionais' em sociedades 'modernas'. No enfoque histórico-estruturalista, a migração interna pode ser vista como uma consequência do processo de desenvolvimento capitalista das sociedades, adquirindo características específicas segundo as modalidades desse processo (OLIVEIRA & STERN, 1980:253).

Essa abordagem histórico-estruturalista tem sido adotada por um número considerável de pesquisadores latino-americanos, notadamente os que tratam do fenômeno sob o ponto de vista sociológico. Em virtude de apresentar um notável e regular crescimento de adeptos, esse prisma conceitual formou uma verdadeira corrente.

Entre outros estudiosos que procuram explicar o fenômeno migratório e suas implicações sócio-econômicas através desta abordagem, podemos citar novamente o renomado economista Paul SINGER. A importância dessa condicionante histórico-estrutural do processo de migração preconizada por ele, pode ser resumida nas seguintes palavras:

Como qualquer outro fenômeno social de grande significado na vida das nações, as migrações internas são sempre historicamente condicionadas, sendo o resultado de um processo de mudança, do qual elas não devem ser separadas. Encontrar, portanto, os limites da configuração histórica que dão sentido a um determinado fluxo migratório é o primeiro passo para o seu estudo (SINGER 1981:1).

SINGER centraliza a análise deste aspecto na hipótese do condicionamento gerado pelo processo de industrialização⁴⁸ que, historicamente, define as características das migrações⁴⁹. Além de outras mudanças, esse processo promove uma “profunda alteração na divisão social do trabalho”. O autor ainda considera que as migrações podem ser a consequência demográfica do progresso técnico que constitui a essência da industrialização, mas que ao mesmo tempo é resultante da ação dos mecanismos de mercado, o qual, através do maior direcionamento dos investimentos às cidades, cria as condições econômicas que impulsionam as migrações campo-cidade relegando a segundo plano a influência das características institucionais e históricas. Somando-se a estes fatores, estão as desigualdades regionais, que podem ser “...encaradas como o motor principal das migrações internas que acompanham a industrialização nos moldes capitalistas”.⁵⁰

⁴⁸ Numa perspectiva histórica entende-se por industrialização o período em que a economia do país sofreu mudanças radicais em sua estrutura, passando de uma economia agrária, onde o setor secundário passou a ter prioridade e importância, com o impulso de um surto industrializador, isto é, em fins do século XIX e início do século XX. Atraindo elevados contingentes populacionais das áreas rurais para as áreas urbanas, a industrialização tornou-se a causa primordial do êxodo rural nesta época, ou seja, deu início à desruralização do país.

⁴⁹ Paul SINGER. *O caráter histórico das migrações internas*, 1981, p. 1.

⁵⁰ Idem, 32-7.

Analisando a produção científica sobre as migrações internas no caso do Brasil em particular, verificamos que a situação da fundamentação teórica passou por dificuldades idênticas a exemplo do que aconteceu na América Latina como um todo.

A bibliografia existente já era bastante extensa na década de 80, porém, na época, não se tinha ainda a noção exata do nível de abrangência e de profundidade da produção científica pertinente. Como bem colocou MOURA (1980:11) as pesquisas, a princípio, estavam ainda pouco conhecidas tanto pela comunidade científica quanto pelos detentores do poder político:

Embora já seja uma necessidade, ainda não se pode definir, após estes anos de pesquisas, mesmo em linhas bem gerais, o que já se constitui mais ou menos supérfluo continuar pesquisando a respeito das migrações brasileiras ou o que ainda se necessita conhecer profundamente sobre os movimentos migratórios, sobretudo se se tem em mente obter elementos concretos conducentes à formulação e implementação de políticas relacionadas ao fenômeno.

Historicamente, as interpretações acerca das migrações no Brasil são dadas principalmente através dos marcos teórico-conceituais já referenciados. Segundo LOPES (1973:127-8), os movimentos de população no Brasil foram ao mesmo tempo fatores e resultados, ou seja, foram ...*“parte integrante das transformações estruturais que acompanharam o processo de desenvolvimento do país”*. Por sua vez, essas migrações, impulsionadas e influenciadas ...*“não de processos econômicos abstratos, mas por dadas forças e estruturas econômicas e sócio-políticas...”*, apresentam características específicas, porém diferenciadas espacial e temporalmente falando.⁵¹

Pensamento semelhante é compartilhado por José Francisco de CAMARGO, um dos primeiros estudiosos das migrações internas no Brasil. Em seu estudo sobre o êxodo rural no país, o autor identifica o processo como sendo uma condicionante e ao mesmo tempo resultante das transformações da economia, ou seja, é demonstrativo do desenvolvimento econômico. Reconhecendo a sua existência a nível mundial como ...*“fenômeno geral e não recente...”*, relaciona a sua ocorrência, entretanto, em maior intensidade, nas ...*“fases de transformação da estrutura econômica de um país, especialmente naquelas em que a industrialização quebra os quadros de uma economia tradicionalmente agrícola”*.⁵²

⁵¹ Juarez R. Brandão LOPES, em seu artigo: *Migração e desenvolvimento: uma abordagem histórico-estrutural*, analisa com muita propriedade as implicações e características do processo de industrialização brasileira e sua relação com as migrações internas.

⁵² José F. de CAMARGO. *O êxodo rural no Brasil: formas, causas e consequências principais*, 1960, pp. 28-9.

Continuando, CAMARGO (1960:29) afirma que:

Aliás, é neste sentido de elemento de transformação estrutural que o problema do êxodo rural enquadra-se perfeitamente no processo geral de desenvolvimento econômico. Transformação estrutural na significação do deslocamento de proporção: entre população rural e população total, entre a população empregada nas atividades primárias e a população economicamente ativa, etc..

Sob o título: *Êxodo rural no Brasil: formas, causas e conseqüências principais*, editado em 1960, José Francisco de CAMARGO trata do assunto sob a ótica econômico-demográfica. Primeiramente estuda-o de forma genérica, abrangendo o Brasil como um todo e, em um segundo momento, trata-o regionalmente abordando suas características e suas peculiaridades de acordo com as condições econômicas de cada região geoeconômica, verificando o decréscimo percentual da população rural em relação à população total e o aumento considerável da população urbana.

Ao determinar as causas do fenômeno, o autor classifica-as, em dois tipos:

- a) as técnico-demográficas: progresso técnico na agricultura e, aumento natural da população rural;
- b) as estruturais: enfoca os aspectos essenciais das transformações sócio-econômicas estruturais, tendo centralizado a análise no processo de industrialização do país.

No estudo das conseqüências o autor classifica-as em:

- a) demográficas: diminuição da população rural e aumento da população urbana;
- b) no mercado de trabalho: a evolução da população economicamente ativa e sua distribuição nos três setores da economia;
- c) as repercussões do fenômeno: na agricultura, indústria, comércio, serviços e renda nacional do país.

De fato, os inúmeros estudos realizados no Brasil tanto no campo teórico, quanto no empírico têm dado maior ênfase às migrações rurais-urbanas, notadamente as direcionadas para as médias e grandes cidades. Parece que essas pesquisas têm dado maior ênfase ao estudo das migrações a partir da perspectiva teórica baseada num problema prático observado no Brasil nos últimos 40 a 50 anos, qual seja, a urbanização⁵³ impulsionada pela industrialização.

⁵³ Sobre a urbanização ver: (a) Na América Latina: Luiz PEREIRA. *Urbanização e desenvolvimento*. 1976, pp. 81-7. (b) No Brasil: Fany R. DAVIDOVICH. & Olga M. Buarque de Lima FREDRICH. *Urbanização no Brasil*. In: *Brasil, uma visão geográfica nos anos 80*. 1988, pp. 15 a 85. (c) Em Santa Catarina: Victor Antonio PELUSO JÚNIOR. *Estudos de Geografia Urbana de Santa Catarina*. 1991, pp. 21 a 31.

A atenção dos estudos têm-se concentrado nas áreas receptoras de população, tratando o fenômeno preponderantemente, do ponto de vista social e econômico. Neste particular, ressalta-se o caráter negativo comumente tratado, pois evidencia-se a “marginalização” da população urbana, notadamente, os migrantes, e assim, ao invés de representar uma mudança demográfica decorrente da “modernização ou desenvolvimento econômico” — em que há transferência de população dos setores menos produtivos, para os mais produtivos — a migração rural-urbana constitui-se no componente principal do inchaço das grandes cidades ou o grande propulsor da explosão demográfica da qual o país (a exemplo da América Latina como um todo) foi palco, particularmente a partir da década de 60. Por outro lado, as áreas de emigração rural, via de regra, representam “áreas decadentes ou em estagnação” do ponto de vista econômico-social.

Enfim, o que desejamos destacar aqui, é que este estudo procurou seguir uma linha de pensamento eclética onde, em que pesem a análise dos aportes teórico-conceituais já relatados, entendemos que é de suma importância tratarmos o fenômeno sob todos os aspectos, isto é, aqueles que de uma ou de outra forma possam interferir no processo, pois compartilhamos com o pensamento de GALVÃO (1989:100) quando diz que:

Há que se entender a nova dinâmica de uma sociedade em transformação e profundamento (sic.) marcada por estruturas de poder — político, científico, tecnológico, cultural — que transcendem, se superpõem ou atravessam a teia das relações econômicas em escalas diferenciadas. Importa discernir e compreender a dinâmica das transformações do espaço global e suas especificidades em diferentes níveis de abrangência nacional, regional, estadual e local.

Desta forma, a análise do processo do êxodo rural e de suas causas nesta pesquisa será tratada sob o enfoque histórico-estrutural e o da modernização. No entanto, será dado, também, um tratamento analítico dentro das abordagens econômico-demográficas e sócio-culturais, quando serão de grande importância os resultados empíricos obtidos.

O estudo, toma como foco de investigação, de um lado, os “agentes ou fatores de atração”, e de outro, os “agentes ou fatores de repulsão”. Nesta perspectiva, o mesmo concentrou-se numa análise mais local-regional, deixando-se a escala global em segundo plano. Considera-se também como relevante analisar os “motivos pessoais” que levam os leobertenses a emigrar.

3. 2. Aspectos demográficos gerais

Tendo a presente dissertação, como tema central, o estudo do êxodo rural, mais precisamente a emigração populacional do Município de Leoberto Leal, no período de 1970 a 1996, faz-se necessária para a compreensão desse processo, além do estudo das variáveis migratórias, a abordagem de outras variáveis populacionais, notadamente o crescimento populacional total (natural e demográfico) e a estrutura etária e ocupacional, em especial o comportamento evolutivo da população rural e urbana.

Visando aprofundar um pouco mais a análise populacional e numa tentativa de definição de “parâmetros de normalidade” quanto aos fenômenos demográficos, achamos necessário tratar a questão envolvendo, além da escala local, também as escalas estadual, regional e mesmo nacional.

3.2.1. *A distribuição da população rural e urbana de 1970 a 1996*

* Quanto à distribuição da população rural e urbana⁵⁴ na escala nacional, constatamos, através da análise de dados censitários (tal análise envolve os dados a partir de 1970, tendo como base de referência o ano de 1960 – tabela 04), uma variação um tanto regular porém diferenciada, de censo a censo. Cada estado, cada região, entretanto, apresenta características e ritmos próprios. Nota-se em geral, como uma tendência natural do

⁵⁴ A conceituação dos termos rural e urbano tem sido alvo de muitas discussões, particularmente no sentido de tentar definir e delimitar os referidos termos, considerando não somente a questão espacial, mas também a existência de duas sociedades distintas, porém coexistentes, onde muitas vezes uma interpenetra o campo da outra. Entretanto, não é nosso objetivo discutir aqui os diferentes critérios adotados para tais análises pois, além de variados, são muitas vezes divergentes entre si, em vários aspectos. Contudo achamos conveniente expor e justificar nossa escolha com relação aos fundamentos conceituais por nós adotados neste trabalho a propósito destas configurações espaciais.

Apesar de reconhecer as restrições e críticas aos critérios que se apoiam na legalidade administrativa ou governamental, em função das circunstâncias e objetivando viabilizar e facilitar a análise sobre a distribuição populacional em relação à sua localização, adotamos as conceituações usadas pelo IBGE na realização de seus levantamentos demográficos. Nos últimos censos (1991 e 1996), convencionou-se que a “situação do domicílio, segundo a localização, pode ser urbana ou rural, definida por lei municipal.... Na situação urbana consideram-se as pessoas e os domicílios recenseados nas áreas urbanizadas ou não, correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou as áreas urbanas isoladas. A situação rural abrange a população e os domicílios recenseados em toda a área situada fora desses limites...”. (Censos 1991:10 e 1996:14). Por extensão, população rural e população urbana são aquelas que encontram-se dentro de cada uma das situações acima expostas.

desenvolvimento econômico, acompanhando o processo de industrialização do País, uma diminuição nos índices de populacional rural tanto em valores absolutos quanto em números relativos e, via de regra, a população urbana, notadamente nas últimas décadas, é maior do que a rural.

✧ Inserida no contexto de uma economia essencialmente agrária — a população brasileira apresentava até 1960 o predomínio da população rural. À medida que se desenvolvia o processo de industrialização do País, o quadro populacional rural e urbano apresentava mudanças que acompanhavam as “transformações da economia nacional” que passava do predomínio do setor agrário para o predomínio do setor industrial. Tendo seu início, segundo alguns autores, por volta de 1940, o processo de industrialização foi acompanhado de um processo de desruralização e conseqüente urbanização. Tais mudanças, porém, foram mais acentuadas a partir da década de 60.

✧ Mas, é a partir de 1970, que o percentual de população rural passa a ser inferior ao de população urbana: 44,08% e 55,92%, respectivamente. Assim, a cada censo o percentual de população urbana foi crescendo e o de rural diminuindo, sendo que a maior diferença entre ambas foi registrada entre os censos de 1970 e 1980 (tabela 04).

TABELA 04

✧ **População Total, Urbana e Rural do Brasil - 1960 a 1996**

ANO	POPULAÇÃO URBANA		POPULAÇÃO RURAL		POP.TOTAL
	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa	Absoluta
1960	32.004.817	45,08%	38.987.526	54,92%	70.992.343
1970	52.084.984	55,92%	41.054.053	44,08%	94.508.554
1980	80.436.409	67,60%	38.566.297	32,40%	121.150.573
1991	110.990.990	75,59%	35.834.485	24,40%	146.825.475
1996	123.082.167	78,36%	33.997.406	21,64%	157.079.573

FONTE: IBGE - Censos Demográficos de 1960 a 1991 e Contagem da População de 1996.

✧ Outrossim, observamos características e ritmos próprios quando analisamos os dados a nível de Unidades da Federação e ao nível de Regiões Geográficas. As Regiões Brasileiras apresentam-se bem diferenciadas entre si com relação ao comportamento da população rural e urbana (tabela 05). Com exceção da Região Sudeste, todas as demais regiões apresentaram o predomínio da população rural até 1960.

A partir de 1970, entretanto, deu-se início às mudanças desse perfil: as Regiões Norte e Centro-Oeste quase equipararam os seus percentuais de população rural e urbana;

TABELA 05

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA E RURAL DE ACORDO COM AS REGIÕES BRASILEIRAS-1970 A 1996

Ano → Popul. Regiões ↓	1970				1980				1991				1996			
	URBANA		RURAL		URBANA		RURAL		URBANA		RURAL		URBANA		RURAL	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Norte	1.626.600	45,14	1.977.260	54,86	3.037.150	51,65	2.843.118	48,35	5.931.567	57,83	4.325.699	42,17	7.039.327	62,35	4.250.766	37,65
Nordeste	11.752.977	41,80	16.358.950	58,20	17.566.842	50,46	17.245.514	49,54	25.753.355	60,64	16.716.870	39,36	29.192.696	65,21	15.575.505	34,79
Sudeste	28.964.601	72,68	10.888.897	27,32	42.840.081	82,80	8.894.044	17,20	55.149.437	88,01	7.511.263	11,99	59.825.958	89,29	7.177.111	10,71
Sul	7.303.427	44,27	9.193.066	55,73	11.877.739	62,41	7.153.423	37,59	16.392.710	74,12	5.724.316	25,88	18.158.350	77,11	5.358.380	22,79
C. Oeste	2.437.379	48,05	2.635.880	51,95	5.114.597	67,79	2.430.198	32,21	7.648.757	81,26	1.763.485	18,74	8.865.836	84,42	1.635.644	15,58
Total	52.084.984	55,92	41.054.053	44,08	80.436.409	67,59	38.566.297	32,41	110.875.826	75,47	36.041.633	24,53	123.082.167	78,36	33.997.406	21,64

FONTE: IBGE- Anuário Estatístico, 1992 - Seção 2 e Contagem da População, 1996.

Obs.: C.Oeste = Centro-Oeste.

a Região Nordeste também apresentou neste período uma tendência à equiparação desses percentuais, mas ainda manteve uma leve predominância da população rural.

Na Região Sul, mudanças mais acentuadas neste quadro foram registrados somente a partir do Censo de 1980, quando a população rural, que participava com 55,73% da população total em 1970, baixou para 37,59% em 1980 e, a população urbana, que era menos representativa em 1970 com 44,27%, aumentou para 62,41% em 1980.

De 1991 para 1996 verificamos que todas as regiões brasileiras apresentaram decréscimo percentual da população rural e um conseqüente aumento no percentual de população urbana, sendo que o menor acréscimo desta última foi registrado na Região Sudeste, uma vez que a mesma já possuía alto índice de urbanização. Quanto aos números absolutos da população rural percebemos que todas as regiões, com exceção da Norte, apresentaram diminuição. A região que apresentou a maior perda populacional rural absoluta foi a Nordeste, na ordem de 1.141.365 habitantes.

Na Região Sul o índice de urbanização foi da ordem de 77,11% em 1996. Isto significa que a população rural participava com apenas 22,79% do total populacional da região. Como já anteriormente colocado, observamos que o processo de urbanização da Região Sul passou a ocorrer com maior intensidade a partir do Censo de 1980, ou seja, é a partir daí que passou a apresentar mudanças mais expressivas e em ritmo constante. É importante ainda registrar que, de 1970 para 1980 a população rural apresentou um decréscimo absoluto da ordem de 2.039.643 habitantes. De 1991 para 1996, o fenômeno de desruralização se repete, porém, menos acentuado: o decréscimo da população rural neste período foi da ordem de 365.9346 hab. (tabela 05).

Essa diminuição dos números absolutos da população rural da Região Sul nos indica a ocorrência de um significativo processo de emigração da referida região, com destino a outras regiões do País.

Analisando o comportamento da população rural e urbana a nível de cada um dos estados componentes da Região Sul, verificamos um comportamento muito diferenciado de um para outro (tabela 06).

O Estado do Rio Grande do Sul, por sua vez, é o que apresenta os maiores percentuais de população urbana desde 1970. Já em 1960, embora a população urbana fosse menor que a rural, o percentual de população rural já não era tão expressivo; donde

TABELA 06
População Urbana e Rural da Região Sul - 1960 a 1996

Ano ↓	PARANÁ				SANTA CATARINA				RIO GRANDE DO SUL			
	Urbana		Rural		Urbana		Rural		Urbana		Rural	
	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa
1960	1.305.927	30,60	2.962.312	69,40	673.981	31,82	1.444.135	68,18	2.380.783	44,36	2.985.937	55,64
1970	2.504.378	36,14	4.425.490	63,86	1.246.043	42,94	1.655.691	57,06	3.553.006	53,31	3.111.885	46,69
1980	4.472.561	58,62	3.156.831	41,38	2.154.238	59,38	1.473.695	40,62	5.250.940	67,55	2.522.897	32,45
1991	6.192.976	73,35	2.250.323	26,65	3.205.600	70,64	1.332.648	29,36	6.994.134	76,56	2.141.345	23,44
1996	7.011.990	77,88	7.991.814	22,12	3.565.130	73,13	1.310.114	26,87	7.581.230	78,66	2.056.452	21,34

FONTE: IBGE - Censos Demográficos de 1960, 1970, 1980 e 1991, e Contagem da População, Vol. 1, 1996.

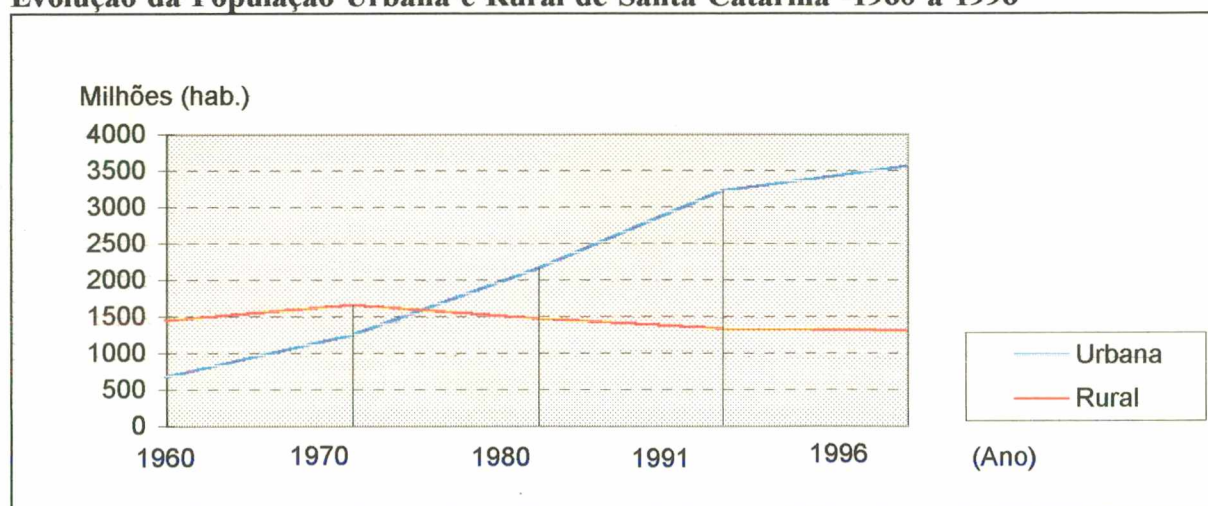
podemos dizer que o referido Estado apresentava “equilíbrio” entre a população rural e a urbana. Em 1996, a população urbana alcançou o percentual de 78,66% contra 77,88% do Paraná e 73,13% de Santa Catarina.

No Estado do Paraná, o processo de urbanização foi o mais lento entre os três estados do Sul. Em 1960 e 1970, era o segundo Estado menos urbanizado da Região Sul. Foi a partir de 1980 que sua população urbana ultrapassou a população rural, embora ainda permanecesse com percentuais bem modestos, isto é, a diferença entre o percentual de população rural e urbana ainda era baixa, embora a população urbana superasse a rural. Foi em 1996, que essa diferença acentuou-se: a população urbana alcançou 77,88% contra 22,12% de população rural (tabela 06).

A observação do gráfico 06, nos permite visualizar que em Santa Catarina as mudanças no quadro rural-urbano passaram a ocorrer a partir de 1970, quando, paulatinamente, a população urbana passou a aumentar em detrimento da população rural, ultrapassando esta em 1980. Apresentou significativo crescimento em 1991, sendo que em 1996, embora continuasse aumentando, esse ritmo mostrou uma intensidade bem menor que a apresentada no período anterior.

GRÁFICO 06

★ Evolução da População Urbana e Rural de Santa Catarina -1960 a 1996



FONTE: Dados da tabela 06.

Dentre os três estados do Sul verificamos que Santa Catarina era o menos urbanizado da Região até 1970. Em 1980, entretanto, passou a ocupar o segundo lugar (tabela 06), quando o percentual de população urbana (59,38%) ultrapassou o de população

rural (40,62%). Em 1996, Santa Catarina voltou a ser o estado menos urbanizado da Região Sul.

No Município de Leoberto Leal, entretanto, o processo de urbanização pode ainda estar muito distante. Embora esteja aumentando o percentual de população urbana e diminuindo o de população rural, (ver gráfico 07) a população rural ainda se mantém absoluta e relativamente predominante, com percentuais bastante elevados, ou seja, acima de 80%, conforme se verifica na tabela 07.

TABELA 07

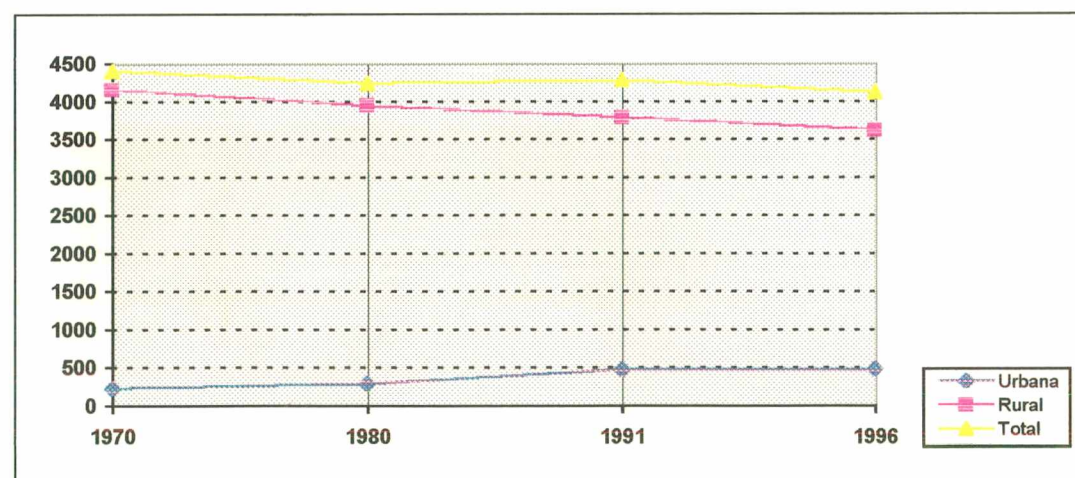
✧ **População Absoluta e Relativa de Leoberto Leal,
Segundo o Domicílio Urbano e Rural - 1970 a 1996**

ANO →	1970		1980		1991		1996	
POPUL.	ABSOL.	RELAT.	ABSOL.	RELAT.	ABSOL.	RELAT.	ABSOL.	RELAT.
Urbana	238	5,42	293	6,91	480	11,23	491	11,91
Rural	4.161	94,58	3.945	93,09	3.798	88,77	3.629	88,09
TOTAL	4.399	100,0	4.238	100,0	4.278	100,0	4.120	100,0

FONTE: IBGE - Censos Demográficos de SC, 1970 a 1991 e Contagem da População, 1996.

GRÁFICO 07

**Evolução do Quadro da População Total,
Urbana e Rural de Leoberto Leal - 1970 a 1996**



FONTE: Tabela 07.

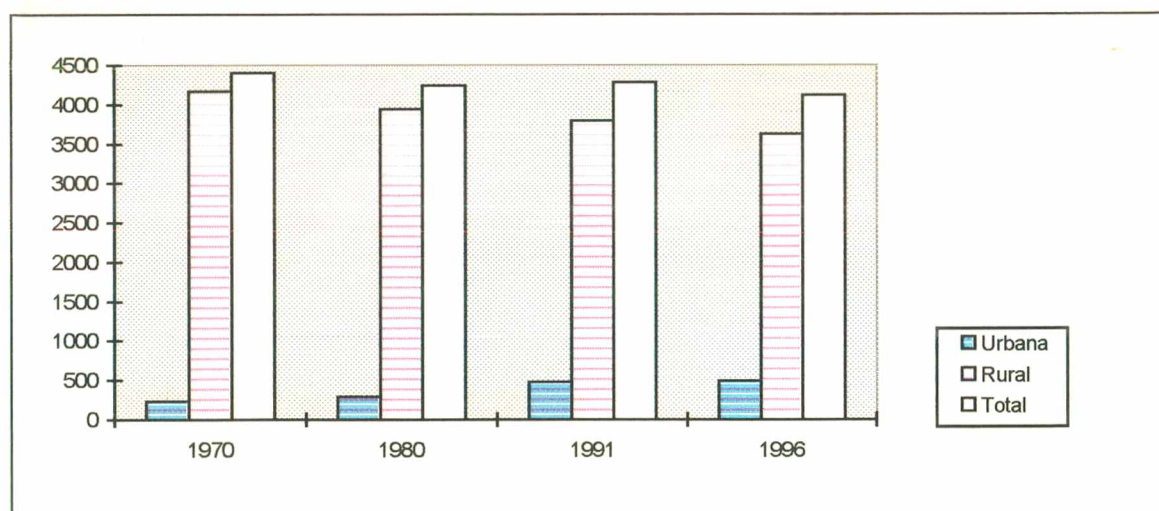
Observando o gráfico 07 visualizamos de forma bem clara, o comportamento ou evolução, em números absolutos, do quadro da população rural, urbana e total, do Município de Leoberto Leal. Fazendo um paralelo entre este gráfico (07) e o anterior (gráfico 06), verificamos diferenças bastante acentuadas entre os quadros rural e urbano de Santa Catarina e de Leoberto Leal. Primeiramente, percebemos que Leoberto Leal não está

acompanhando o processo de urbanização pelo qual passa o Estado. Embora o percentual de população rural esteja em declínio e o de população urbana em ascensão, aquele continua a ser ainda bem superior a este.

✧ Não podemos dizer que Leoberto Leal esteja sofrendo um processo de urbanização, embora perceba-se um aumento da população urbana (gráfico 08). Processo este, porém, bem diferente do que acontece com o do Estado de Santa Catarina. Por ser um município de baixa densidade demográfica (14hab./km²) as mudanças nos percentuais dos quadros rurais e urbanos da população tornam-se pouco perceptíveis. Por outro lado, a população rural de Leoberto Leal ao emigrar dirige-se em sua maioria, para outros municípios e não para a área urbana do mesmo.

GRÁFICO 08

População Total, Urbana e Rural de Leoberto Leal - 1970 a 1996



FONTE: Tabela 07

Desta forma, as transformações no quadro rural-urbano do Município são muito modestas. Pode-se dizer que o mesmo começou a apresentar mudanças um pouco mais acentuadas somente a partir da década de 80, embora a população rural ainda apresente totais e percentuais bem superiores à população urbana. Nesta época, (1980) o quadro de população rural e urbana de Santa Catarina, entretanto, já estava modificado, uma vez que a população urbana ultrapassou a rural.

✧ Como se pode observar na tabela 07, em 1970 a população rural de Leoberto Leal participava com 94,58% do total, ficando a população urbana com 5,42% apenas. Mesmo apresentando um decréscimo a cada censo (comportamento considerado normal, em países

em vias de desenvolvimento), a população rural ainda permanece majoritária em 1996, com 88,09%. Portanto, o percentual de população rural é atualmente ainda muito elevado quando comparado com valores para outros municípios catarinenses ou mesmo com a média do Estado de Santa Catarina (26,87%), com a média da Região Sul (22,79%) e com a média Nacional, que é da ordem de 21,64% para 1996.

Na verdade, Leoberto Leal apresenta-se em situação oposta ao quadro geral do País, da Região e do Estado, pois, enquanto grande parte dos municípios catarinenses apresenta — ou o predomínio da população urbana, ou a população rural e urbana equilibradas — o mesmo encontra-se num grupo onde a porcentagem de participação da população rural em relação ao total é bem maior do que a urbana.

3.2.2. O crescimento demográfico, de 1970 a 1996

Verificando o crescimento demográfico de Leoberto Leal em relação aos números absolutos, calculamos que de 1970 para 1980 houve um decréscimo de 161 habitantes; de 1980 para 1991 o mesmo apresentou um pequeno acréscimo absoluto de 40 habitantes, (indicando um aumento muito modesto e insuficiente para recuperar o total que detinha em 1970); e de 1991 para 1996 demonstrou uma perda absoluta de 158 habitantes, baixando o seu total para 4.120 habitantes: a maior diferença apresentada e o mais baixo total desde a emancipação do Município em 1962 (tabela 07).

Embora modestos no seu quantitativo, os números apresentados por esse último período (1991/1996) são bastante significativos quando consideramos que o intervalo existente entre ambos os censos é de apenas cinco anos, enquanto que, os demais intervalos foram de dez e onze anos, respectivamente. Portanto, se o fenômeno continuar no mesmo ritmo e intensidade com que se apresentou de 1991 para 1996 poderá, nos próximos cinco anos dobrar o seu valor, e assim agravar ainda mais a situação de baixo contingente demográfico (4.120 hab. em 1996) bem como da baixa densidade demográfica (máxima de 14,7 hab./km² em 1970 e mínima de 13,8 hab./km² em 1996) apresentada pelo Município até o presente momento.

Desde 1970 o Município vem apresentando baixas taxas de crescimento da população rural e total, ou mais precisamente, taxas negativas, com exceção apenas para a

população total no período de 1980 para 1991. Somente a população urbana apresentou taxas positivas em todos os períodos (tabela 08).

TABELA 08

LEOBERTO LEAL: Taxa de Crescimento Demográfico - 1970 a 1996

POPU- LAÇÃO ↓	T. M. de CRESCIMENTO ANUAL		
	70/80	80/91	91/96
Urbana	1,87	3,54	0,46
Rural	-0,56	-0,34	-0,89
Total	-0,38	0,94	-0,72

FONTE: IBGE - Censos Demográficos de 1970 a 1991 e
Contagem da População, 1996

Este quadro de decréscimo populacional que se nos apresenta é resultante dos processos de emigração que atuam no Município desde 1970. Para melhor demonstrar o seu peso no crescimento da população leobertense faz-se necessário verificar o comportamento das variáveis natalidade e mortalidade apresentadas ao longo dos períodos em análise, para assim obter o crescimento natural (tabela 09).

TABELA 09

LEOBERTO LEAL: Taxa de Natalidade, de Mortalidade e de Crescimento Natural - 1970 a 1996

FENÔMENOS	70/80	80/91	91/96
Natalidade (‰)	26,68	23,63	21,40
Mortalidade (‰)	3,63	3,48	2,96
Crescimento Natural (‰)	2,30	2,01	1,84

FONTE: IBGE - Estatísticas do Registro Civil de 1974 a 1996.
- Cartório Franzen (1970 a 1973).

Pelo crescimento vegetativo apresentado, a taxa de crescimento demográfico de Leoberto Leal deveria ser positiva, e seguindo a tendência geral das taxas do crescimento demográfico apresentadas no Estado, na Região Sul e no País, deveria alcançar um índice próximo de 1,5 a 2,5 %, no mínimo. Entretanto, como já explicitado, os dados nos mostram o contrário. As taxas do crescimento demográfico do Município mostram-se negativas ou estacionárias (ver tabela 08).

Para melhor comparação dos dados nas diferentes escalas de abordagem espacial, e para tornar evidentes as baixas taxas médias geométricas de crescimento apresentadas pelo Município de Leoberto Leal desde a década de 1970 montamos a tabela 10.

TABELA 10
Taxa Média Geométrica de Crescimento
Populacional por Área Geográfica - 1970 a 1996

	70/80	80/91	91/96
BRASIL	2,48%	1,93%	1,38%
Região Sul	1,44%	1,38%	1,24%
Santa Catarina	2,26%	2,05%	1,40%
Leoberto Leal	-0,38%	0,94%	-0,72%

FONTE: IBGE - Censos Demográficos de 1970 a 1991 e
 - Contagem da População de 1996.

Ao observar a tabela 10 verificamos que embora as taxas de crescimento demográfico a nível de Brasil, Região Sul e Estado de Santa Catarina demonstrem o declínio paulatino, porém constante desde o Censo de 1970, Leoberto Leal apresenta taxas muito inferiores, isto é, está muito abaixo da mínima apresentada pelas demais áreas geográficas.

Tratando o mesmo aspecto populacional em Santa Catarina, por MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS,⁵⁵ notamos que a Microrregião do Tabuleiro apresentou as menores taxas de crescimento populacional em 1991. Entretanto, em 1996 ocorreram significativas mudanças: a mesma passou a ocupar o 4º lugar, cedendo o 1º para a Microrregião de Tijucas, (onde localiza-se o Município de Leoberto Leal) e o 2º lugar ficou com a Microrregião de Chapecó.

TABELA 11
População Total e Crescimento Populacional dos
Municípios da Microrregião Geográfica de Tijucas - 1970 a 1996

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO TOTAL				T. M. de CRESCIMENTO ANUAL		
	1970	1980	1991	1996	70/80	80/91	91/96
Angelina	7.555	6.667	6.268	6.051	-1,32	-0,41	-0,29
Canelinha	7.434	7.155	8.165	8.209	-0,41	1,28	0,11
Leoberto Leal	4.399	4.238	4.278	4.120	-0,38	0,94	-0,72
Major Gercino	4.562	3.841	3.785	3.534	-1,58	-0,14	-1,39
Nova Trento	10.039	9.129	9.122	7.353	-0,95	-0,09	-0,54
São João Batista	10.306	10.686	12.765	13.637	0,21	1,77	1,35
Tijucas	12.812	14.573	19.650	20.160	1,27	3,15	0,52

FONTE: IBGE - Censos Demográficos de SC, 1970 a 1991 e Contagem da População, 1996.

⁵⁵ O estudo da evolução do crescimento demográfico por Microrregiões Geográficas de Santa Catarina, só foi possível a partir dos dois últimos censos, pois anteriormente o Estado estava dividido em Microrregiões Homogêneas, cuja divisão não coincide com a atual.

Além de Leoberto Leal, cinco dos sete municípios que fazem parte da Microrregião de Tijucas apresentaram crescimento negativo, pelo menos em um dos três períodos analisados, conforme se verifica na tabela 11. O de maior evasão populacional é Major Gercino, com índices cumulativos da ordem de -3,11%. Em segundo lugar vem Angelina, com -2,02%; Nova Trento em terceiro, com -1,58% e, em quarto lugar, Leoberto Leal, com -0,16%.

Embora tenha apresentado o menor índice de crescimento demográfico negativo, entre os quatro dos seis componentes da Microrregião Geográfica do Tijucas que sofreram igual processo, o ritmo do decréscimo populacional em Leoberto Leal tem sido mais acentuado, (porém menos regular) que em âmbito estadual e mesmo em âmbito nacional. Estamos nos referindo à diferença existente entre as taxas apresentadas por dois períodos considerados, a partir de 1970.

3.2.3. *A estrutura etária e por sexo*

Objetivando verificar as conseqüências demográficas do êxodo rural no Município de Leoberto Leal faz-se necessário também um estudo da estrutura etária e por sexo. A importância da sua análise para uma pesquisa científica de caráter demográfico é resumida nas palavras de PATARRA (1980:21):

A estrutura por idade e sexo condiciona, em grande medida, a evolução de uma população, no sentido de seu crescimento ou não, uma vez que os fenômenos que determinam seu crescimento natural — isto é, a fecundidade [natalidade] e a mortalidade — estão diretamente relacionados com a idade e o sexo dos indivíduos. O fenômeno complementar das migrações, (g. n.) por sua vez, também está socialmente relacionado com estas duas variáveis.

(...) Não é apenas pelo efeito que exercem sobre os componentes da dinâmica da população que a idade e o sexo devem ser considerados, mas por se constituírem em variáveis muito importantes do ponto de vista social e cultural.

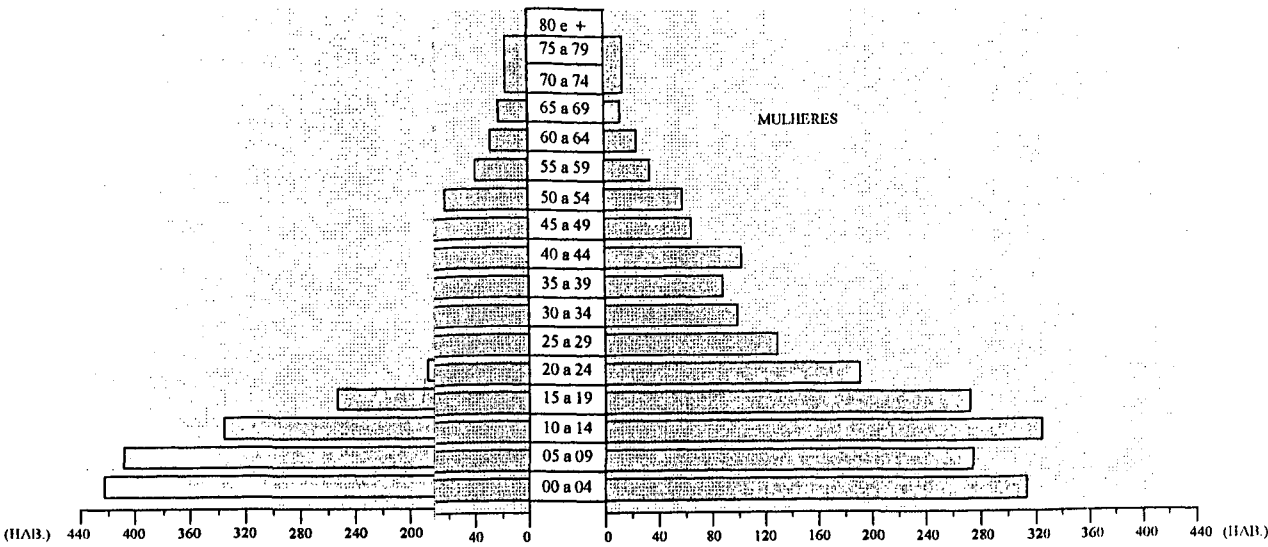
A estrutura etária de uma população é um dado muito importante para o dimensionamento da força de trabalho de uma sociedade, isto é, constitui-se em um elemento fundamental para o conhecimento dos seus recursos humanos.

Isto posto, passamos à análise das pirâmides etárias do Município de Leoberto Leal, dos anos de 1970, 1980, 1991 e 1996, as quais, por suas características apresentam mudanças que indicam a influência de alguns fatores sócio-econômicos, ou mesmo políticos, sobre o comportamento demográfico dos leobertenses.

1980

GRÁFICO 10

ERTO LEAL: Pirâmide Etária - 1980



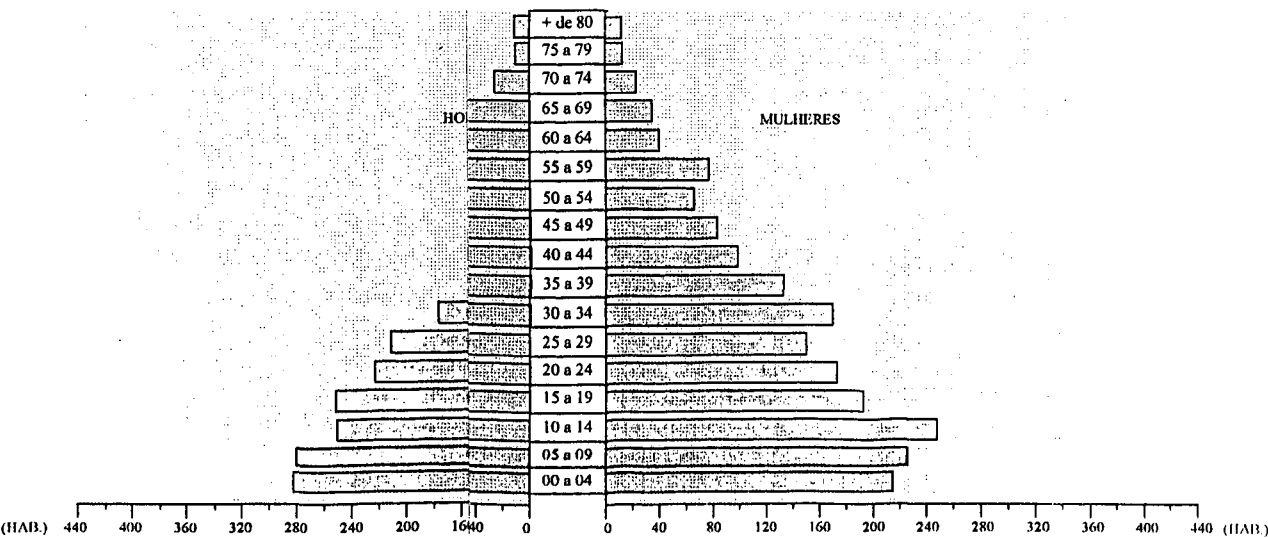
FONTE: IBGE - Censo Demográfico de Santa Cat
Obs.: * Dado inexistente.

ELABORAÇÃO: Alba Laura da Cunha
DESENHO: Charles Bichels

1996

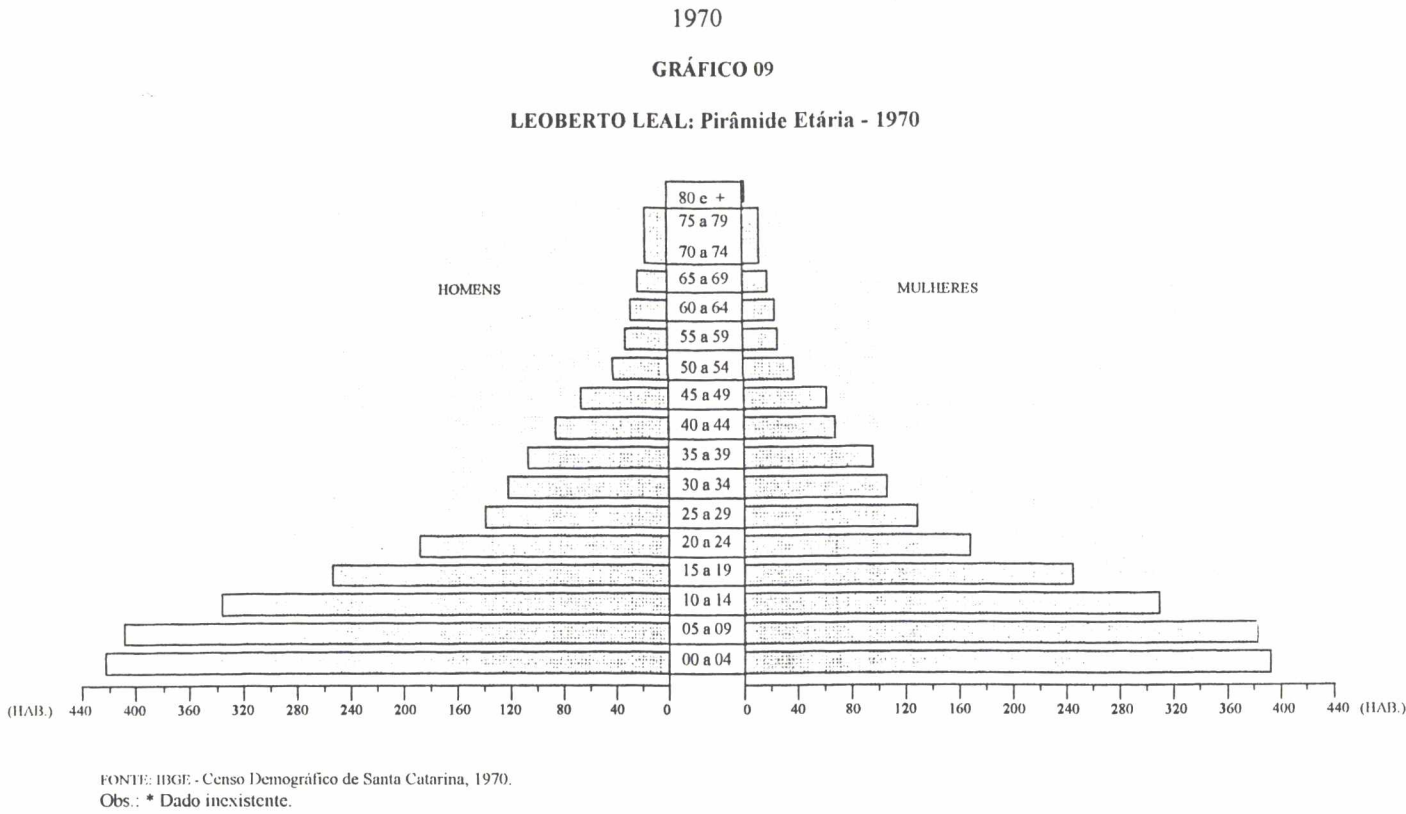
GRÁFICO 12

TO LEAL: Pirâmide Etária - 1996

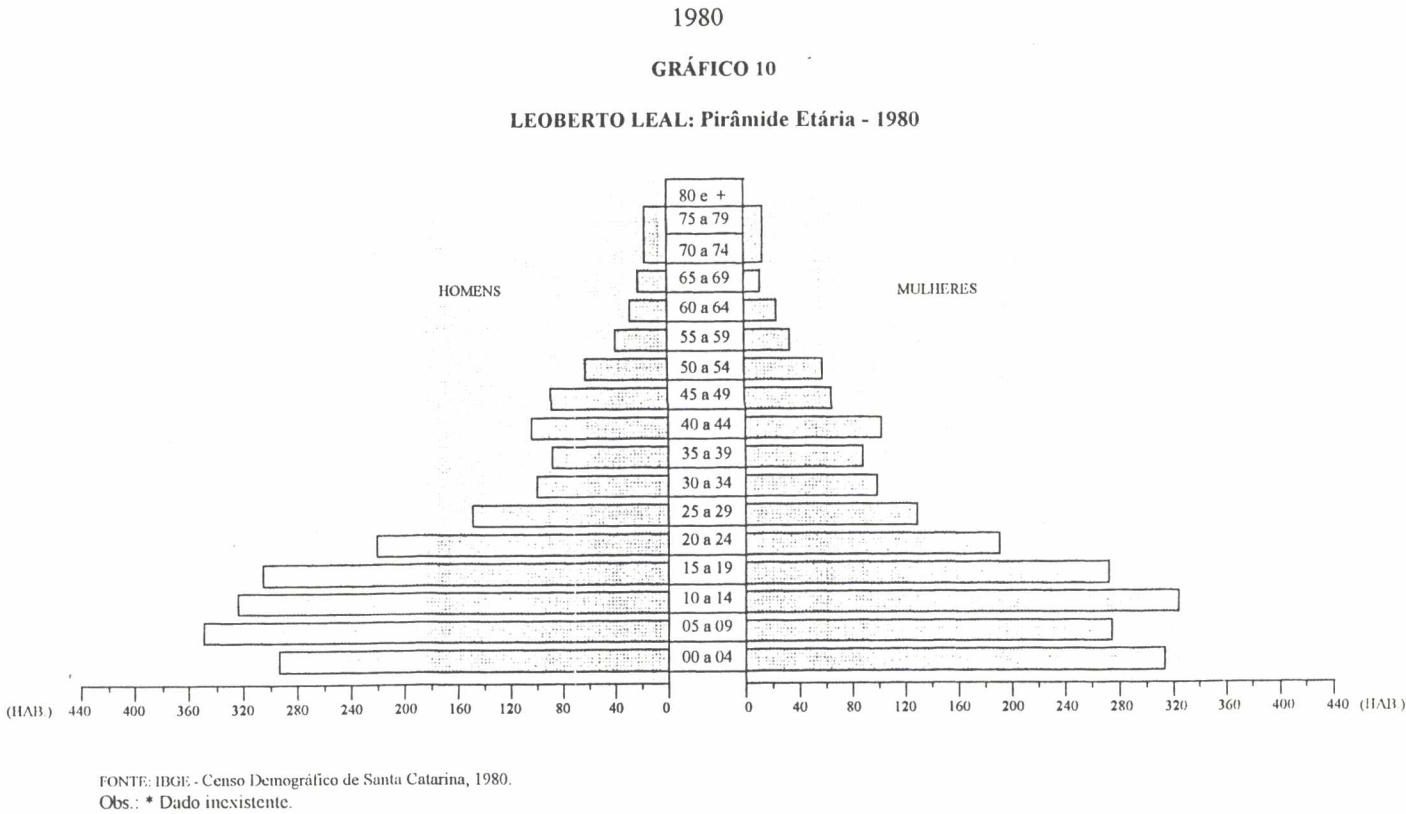


FONTE: IBGE - Censo Demográfico de Santa Catarina,

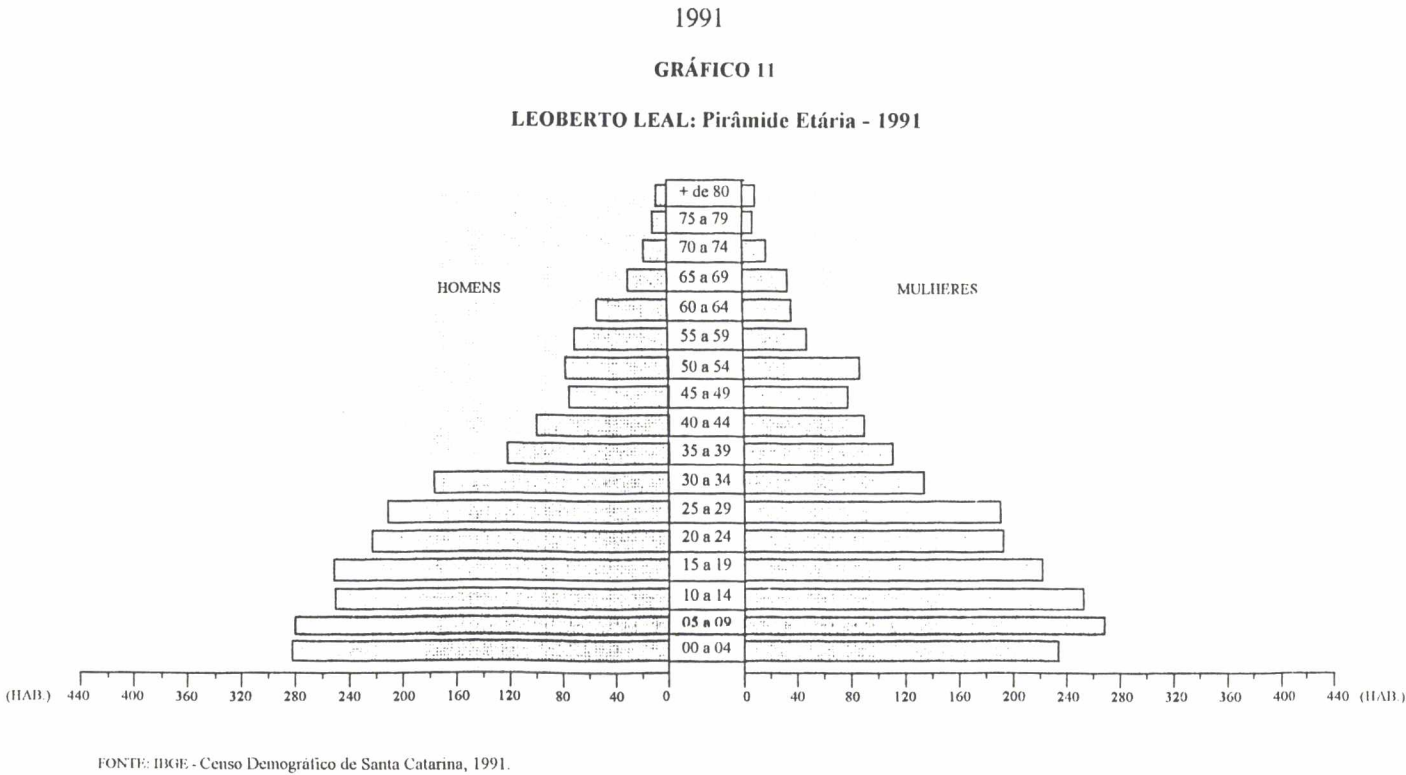
ELABORAÇÃO: Alba Laura da Cunha
DESENHO: Charles Bichels



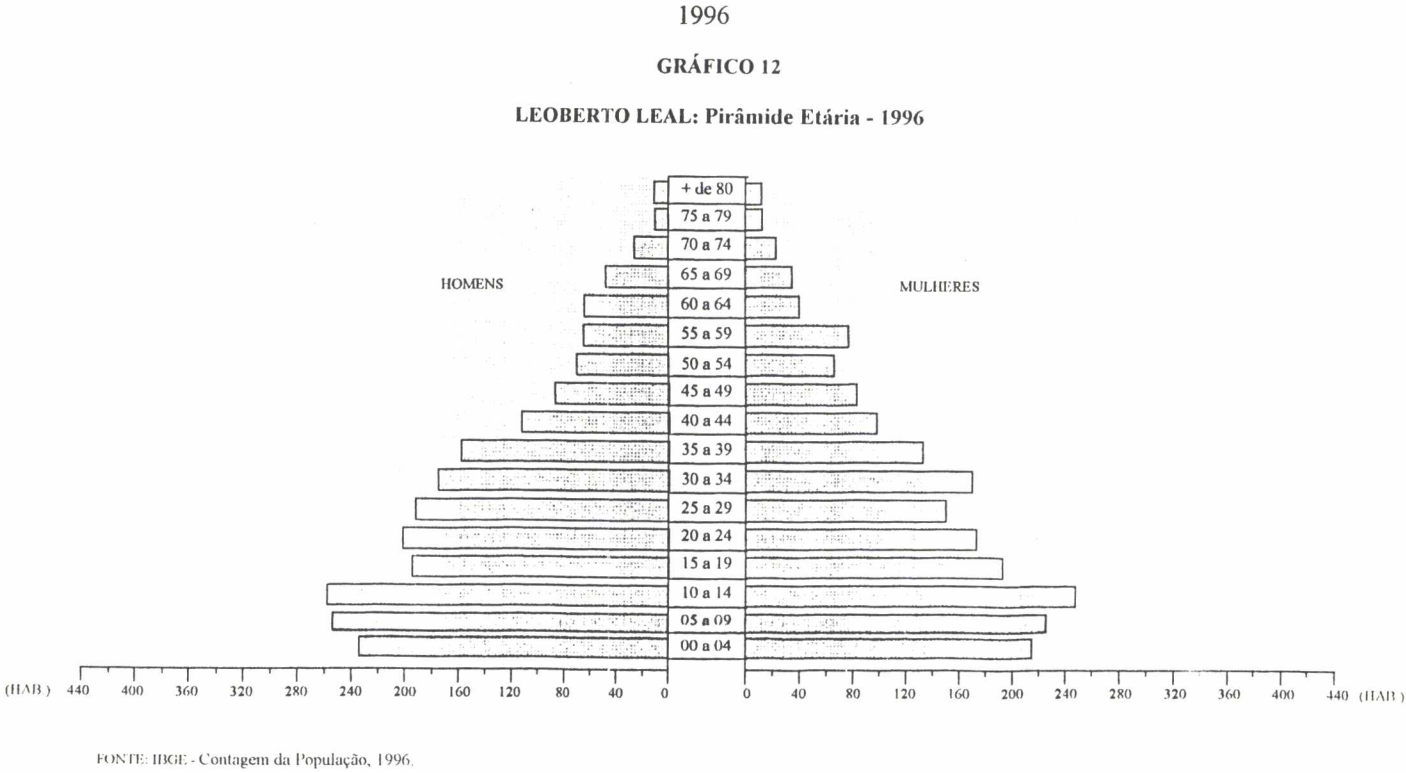
ELABORAÇÃO: Alba Laura da Cunha
DESENHO: Charles Bichels



ELABORAÇÃO: Alba Laura da Cunha
DESENHO: Charles Bichels



ELABORAÇÃO: Alba Laura da Cunha
DESENHO: Charles Bichels



ELABORAÇÃO: Alba Laura da Cunha
DESENHO: Charles Bichels

Comparando as respectivas pirâmides verificamos a princípio, que apresentam a base larga e o topo estreito (sendo que a última, a de 1996, demonstra a tendência ao estreitamento da base), os quais representam altas taxas de natalidade e de mortalidade. *Grosso modo* observamos que um dos fenômenos que mais se destaca nestas pirâmides é a significativa diminuição da natalidade, mais pronunciada de 1970 para 1980, e desta para 1991 embora continue em queda em 1996. Outra característica que se ressalta é a irregularidade da largura das faixas etárias, que a princípio representam movimentos migratórios, mais especificamente falando, emigração. Ressaltamos também que na somatória total das faixas etárias por sexo, registra-se visivelmente o predomínio da população masculina em todas as pirâmides; fato explicado pelo maior número de nascimentos no sexo masculino.

Quanto ao percentual de população jovem, adulta e senil,⁵⁶ temos o predomínio absoluto da população jovem nas duas primeiras pirâmides (1970 e 1980), como também uma baixa porcentagem de população senil, ficando a população adulta com percentuais inferiores a 40% e superiores a 30%. A partir de 1991 e em 1996, tal quadro sofre algumas alterações: os percentuais de população jovem e adulta equiparam-se, isto é, há uma redução da população jovem, que era majoritária nas pirâmides anteriores (1970 e 1980), e um aumento no percentual de população adulta, sendo que esta ultrapassa a jovem em 1996, ficando com 48,90%; já a população senil apresentou um aumento significativo em números relativos em relação aos de 1980, isto é, passou de 3,7% para 5,34%; aumentando um pouco mais em 1996 alcançou o equivalente a 6,85%, embora ainda continue a ser minoritária em relação às demais grandes faixas etárias. Em função desses resultados vislumbramos para o futuro, um aumento acentuado da população senil e conseqüente “envelhecimento da população leobertense”.

A análise, em particular, da pirâmide etária de 1970 (gráfico 09) mostra uma base extremamente larga, isto é, com alta taxa de natalidade. As faixas intermediárias entre a base e o topo desta pirâmide diminui bruscamente, particularmente a partir da faixa de 10 a 14 anos até à de 50 a 54 anos; daí em diante mostra uma diminuição mais lenta, menos abrupta. A interpretação destas características determinam inicialmente uma alta natalidade, (fenômeno aliás comum a nível de Brasil nesta época); a ocorrência de emigração (principalmente nas faixas etárias dos adultos e jovens maiores de 15 anos) e uma taxa de

⁵⁶ População jovem - 0 a 19 anos. População adulta - 20 a 59 anos. População senil - 60 anos em diante.

mortalidade baixa (porém um pouco mais pronunciada nas faixas de 50 a 54 anos e de 80 anos e mais). A pouca diferença de largura demonstrada entre a primeira e a segunda faixas é representativa de baixa taxa de mortalidade infantil, fato que se constitui, de modo geral em uma característica de municípios com predominância da população rural. Nota-se visivelmente o predomínio da população masculina em todas as faixas etárias.

A pirâmide de 1980 (gráfico 10) nos mostra características e interpretações idênticas às de 1970, com a ressalva de uma considerável diminuição da taxa de natalidade e provável aumento da de mortalidade. Entretanto, esta pirâmide apresenta um aspecto diferente, que a princípio logo chama a atenção: é o de que, no contingente masculino, a faixa etária de 5 a 9 anos, (2ª faixa), mostra-se bem maior do que a faixa de 0 a 4 anos (1ª faixa). Não obstante saibamos que nesta pirâmide ainda permanecem altas taxas de natalidade (embora tenham diminuído consideravelmente quando comparadas às de 1970), esta anomalia apresentada, a princípio indica que houve (na 1ª faixa), além de controle de natalidade, um aumento na taxa de mortalidade infantil ou emigração (filhos pequenos acompanhando os pais que emigram, os quais, nesta pirâmide estão representados pelas faixas de 25 a 39 anos). No sexo feminino percebe-se que ocorre idêntico comportamento, porém com a 2ª e 3ª faixas.

As faixas etárias da idade adulta (especialmente as incluídas entre 25 e 39 anos) continuam mostrando o processo da emigração. Tal ocorrência, entretanto, foi menor ou de nenhuma influência nas faixas entre 40 e 49 anos, uma vez que, a faixa de 40 a 44 anos — tanto para o sexo masculino quanto para o feminino — mostra-se inclusive maior que a anterior (35 a 39 anos).

As pirâmides etárias de 1991 e 1996, (gráficos 11 e 12) apresentam comportamento bastante idêntico entre si; entretanto, diferenciam-se das de 1970 e 1980 no que diz respeito à taxa de natalidade e à de mortalidade. Aquela diminui em proporções consideráveis e esta mostra uma sensível queda. Além de uma melhora na qualidade e na expectativa de vida da população leobertense, tais constatações indicam que a emigração populacional se concentra nas faixas etárias inferiores às da população senil.

Analisando a pirâmide de 1991 (gráfico 11) verificamos que a taxa de mortalidade infantil apresenta um aumento mais acentuado no sexo feminino, enquanto que a de mortalidade geral mantêm-se equilibrada nos dois sexos, a partir dos 65 anos de idade e demonstra um aumento maior no sexo feminino, entre os 55 e 64 anos. Não obstante apresente estes resultados esta é caracterizada como média mortalidade.

Novamente, como nas demais pirâmides, apresenta-se o fenômeno da emigração (êxodo rural) identificado pelas “irregularidades” no comprimento (largura) das faixas etárias de população, de um modo geral.

A pirâmide etária de 1996, entretanto é a que se apresenta com mais irregularidades, demonstrando assim uma mobilidade populacional bastante dinâmica que atinge a maioria das faixas etárias, a partir de 15 a 19 anos até às de 55 a 59 anos.

Verifica-se também uma diminuição bastante acentuada das duas primeiras faixas etárias explicada possivelmente por três fatores:

1º) diminuição da taxa de natalidade; 2º) aumento da mortalidade infantil; 3º) aumento do número de famílias novas emigrantes, onde o número de filhos menores (tenra idade) que as acompanha é bastante significativo.

Duas faixas etárias do sexo feminino (30 a 34 anos e 55 a 59 anos) apresentam-se mais largas que as respectivas faixas anteriores, constituindo-se em uma anomalia. Em nosso entendimento, isto só pode ser explicado por: (a) em parte, por emigração de um número bastante grande de mulheres das faixas etárias de 25 a 29 anos, mas também por mortes, possivelmente por complicações no campo ginecológico; e (b) aumento no número de mortes nas faixas etárias de 50 a 54 anos, e possível emigração de viúvas (que se encontram nessa condição desde 5 ou 10 anos atrás).

✕ É interessante ressaltar também a diminuição acentuada da faixa etária, tanto a masculina quanto a feminina, de 15 a 19 anos. Tal fato explica-se pela emigração dos jovens do sexo masculino em busca de trabalho ou estudos mais avançados, ou mesmo casamento, conforme confirmado pelos resultados da pesquisa de campo. Já as faixas etárias de 20 a 29 anos apresentam diminuição mais acentuada no sexo feminino. A mão-de-obra feminina é menos adequada para o trabalho no campo do que a masculina; daí esta diferença de emigração mais concentrada no sexo feminino que procura emprego como doméstica, em lojas, ou na indústria têxtil principalmente.

3.2.4. O grau de instrução e a situação financeira da população rural

Com relação ao grau de instrução do produtor e seu respectivo cônjuge apuramos, através da pesquisa de campo, os seguintes resultados:

TABELA 12
★ Grau de Instrução do Produtor e de seu Cônjuge

GRAU de INSTRUÇÃO	T. H.	H. %	T. M.	M. %	MÉDIA %
Não freqüentou a escola	29	9,50	34	11,15	10,33
Freqüentou a 1ª série	29	9,50	32	10,45	9,98
Freqüentou até a 4ª série	227	74,43	210	68,87	71,65
Freqüentou até a 8ª série	14	4,60	19	6,23	5,42
2º Grau incompleto	4	1,31	5	1,64	1,47
2º Grau completo	2	0,66	5	1,64	1,15

FONTE: Pesquisa de Campo - 1996.

Ao analisar os dados da tabela 12 verificamos que o grau de instrução do produtor rural e de seu cônjuge é muito baixo: a maior parte (71,65%) dos produtores freqüentou a escola somente até à 4ª série. Apenas 5,42% concluíram o 1º Grau (8ª série), 10,33% são analfabetos e outros 9,98% freqüentaram apenas a 1ª Série.

★ A explicação para este baixo grau de instrução apresentado pelo produtor rural leobertense justifica-se em três pontos principais: (a) as grandes distâncias existentes entre a casa e a escola; (b) baixo número de escolas de 1º Grau (1ª à 4ª série) existentes na época; e (c) a necessidade de trabalhar muito cedo (muito jovem).

Com relação ao grau de escolaridade dos filhos dos produtores rurais (tabela 13), nota-se uma tendência de melhora quando o comparamos ao de seus pais.

TABELA 13
Grau de Escolaridade dos Filhos dos Agricultores por Faixa Etária

FREQÜENTAM A ESCOLA	> de 6 anos < de 14 anos	de 14 anos a 21 anos	> de 21 anos	Total	%
1ª, 2ª e 3ª séries	117	—	—	117	40,21
4ª série	80	03	—	83	28,52
5ª à 8ª série	20	50	—	70	24,05
2º Grau	01	20	—	21	7,22
TOTAL	218	73	—	291	100,00
FREQÜENTARAM A ESCOLA ATÉ:	> de 6 anos < de 14 anos	de 14 anos a 21 anos	> de 21 anos	Total	%
4ª série	64	216	40	320	75,29
8ª série	12	65	11	88	20,71
2º Grau	—	10	7	17	4,00
TOTAL:	76	291	58	425	100,00

FONTE: Pesquisa de Campo - 1996.

As crianças, adolescentes ou mesmo adultos que não estão mais estudando, mas que completaram a 4ª série, aparecem numa proporção de 75,29%; os que completaram a 8ª série (1º Grau completo) alcançaram o índice de 20,71% e os que concluíram o 2º Grau, 4,00%.

Analisando o quadro de escolaridade dos que ainda estão freqüentando a escola, percebe-se que vai continuar em elevação. Vislumbra-se uma tendência de melhoria ou elevação no grau de escolaridade para o futuro, uma vez que, se compararmos os dados das faixas etárias de 6 a 14 anos, dos que estão freqüentando às aulas até a 4ª série, com aqueles que freqüentaram também até à 4ª série verificamos uma certa diferença: 80 alunos estão freqüentando a 4ª série e 117 estão entre a 1ª e a 3ª série e, 64 dentro da mesma faixa etária, não freqüentam mais a escola.

Dos que não estão mais estudando, 4,00% completaram o 2º Grau. Atualmente 7,22% ainda está cursando o 2º Grau. É interessante correlacionar o número total dos que não estudam mais: 425, com os que continuam estudando: 291. Dos 425 filhos de produtores rurais que não freqüentam a escola, 320, ou seja, 75,29% pararam na 4ª série, enquanto que o percentual dos que ainda estão estudando chega a 68,73%, portanto, temos 24,05% (5ª à 8ª séries) contra 20,71% dos que não estudam mais.

Na verdade, nesta análise, deve-se considerar mais um componente, que indiretamente interfere no número total de alunos que ingressaram no 1º Grau, qual seja, a natalidade. Em Leoberto Leal, tal taxa demográfica tem apresentado considerável diminuição nas últimas décadas, conforme se verifica nas pirâmides etárias localizadas no item 3.2.3. neste mesmo capítulo. Assim considerando observa-se que o grau de escolaridade dos filhos dos agricultores, apresentado na tabela 13, mostra-se bem melhor que o encontrado para os seus pais, conforme mostra a tabela 12.

Os fatores que mencionamos como explicativos do baixo grau de escolaridade dos produtores são também, via de regra, os mesmos que interferem na escolarização dos seus filhos, quais sejam:

✱1º) Dificuldades estruturais - distância da escola e necessidade da mão-de-obra familiar no estabelecimento agrícola. Vinte e seis por cento (26%) dos produtores que têm filhos em idade escolar, mas não freqüentam as aulas, justificam que não sobra tempo para os mesmos estudarem. Como o agricultor, via de regra, não tem dinheiro para pagar a mão-de-obra, coloca os filhos na lavoura. Neste sentido, um ponto é certo: a mão-de-obra familiar é explorada ao máximo.⁵⁷ Alguns produtores dizem que até poderiam dispensar o trabalho dos filhos, caso fosse resolvida a questão da “distância entre a escola e a residência”

⁵⁷ No Capítulo II, nas páginas 63 a 66 falamos sobre o peso da mão-de-obra familiar e a participação do trabalho infantil no estabelecimento.

(muitos não têm carro e a escola fica a uma distância de cerca de três a cinco km da propriedade). A “distância física” (em km) na verdade, não é tão grande, para o rurícola que está de certa forma acostumado com a situação natural de grandes distâncias existentes a nível de uma estrutura rural de *habitat disperso*.

✕As grandes distâncias entre a escola e a propriedade rural tornam-se um empecilho por causa das más condições das estradas que aumentam em muito o tempo de percurso com qualquer tipo de veículo. Isto sem contar aqueles casos em que é impossível o acesso por carro (micro-ônibus ou outro veículo de transporte coletivo) nos dias de chuva. Conforme o caso, o transporte ou o tráfego de veículos motorizados só é possível com “tratores”. Entretanto, é importante mencionar que nem sempre a falta de ônibus escolar em uma determinada comunidade é justificada pelas más condições das estradas que impedem ou inviabilizam o tráfego de veículos maiores.

✕Segundo alguns pais, uma medida que poderia auxiliar na freqüência, por mais tempo, de seus filhos à escola, seria a adoção de um *calendário escolar* que fosse definido ou se adequasse ao *calendário agrícola* do Município. Adequação esta perfeitamente possível do ponto de vista legal, já que a nova LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) “sugere” que as áreas rurais montem o seu próprio calendário. Esta adequação permitiria um aumento significativo de alunos freqüentando as escolas. Da forma como se encontra estruturado o atual calendário (unificado em todo o Estado), há interferência de maneira decisiva, porém negativa, na freqüência às aulas, particularmente, dos adolescentes e pré adolescentes, isto é, aqueles que deveriam estar freqüentando os níveis da 5ª série em diante (1º Grau) e o 2º Grau, e não o fazem porque parte do período escolar anual coincide com a “época de safra”. Como disseram alguns pais, “os filhos são recrutados” para o trabalho, pois “o tempo do estudo faz falta no trabalho”.

Outra solução muito apontada pelos produtores rurais para resolver tal problema foi a de “dar melhores condições para a agricultura, para que os pais pudessem dispensar os filhos do trabalho, para estudar”. No mesmo sentido, um outro produtor disse que seria possível dispensar os filhos do trabalho “se houvesse uma política agrícola mais justa”. Outros, menos esclarecidos, declararam simplesmente que “não tem solução”!

✕2º) O baixo nível de instrução e elementos da cultura local - esses condicionantes levam à uma errônea compreensão de que para “trabalhar na roça não precisa de estudo”. Esta frase foi ouvida muitas vezes, quando perguntávamos sobre a importância do estudo para o produtor e sua família. No mesmo sentido, um outro agricultor que precisou de sete anos de

escolaridade para concluir a 4ª série, nos respondeu que estudou porque o pai o obrigou. E concluiu dizendo: *“Prá plantá fumo já tá bom”!*

A falta de consciência, junto aos produtores rurais (e seus familiares), de que é necessário instruir-se, é bastante transparente: grande parcela dos mesmos, além de ter um baixo grau de instrução formal, também não procura informar-se junto aos meios de comunicação, a respeito das atividades que exerce, bem como de outros campos do conhecimento.

Outrossim, registramos alguns casos (bastante raros por sinal) que tinham uma outra visão com relação à instrução. Estes foram encontrados em pessoas que já tinham frequentado o 2º Grau ou, mais raramente ainda, em pessoas que haviam concluído somente o 1º Grau, mas que, além de terem maior clareza e compreensão sobre as práticas agrícolas mais condizentes com as condições naturais da área (para conseguir assim maior produtividade), têm também um entendimento maior sobre as relações e tendências do mercado, podendo assim auferir maior rendimento nas atividades agropecuárias. Cabe aqui destacar que em nossas observações diretas, complementadas com os dados colhidos através das entrevistas, verificamos que estas pessoas demonstravam ter conseguido um padrão de vida melhor que as demais.

✂ Um dos entrevistados, o Sr. Fabiano Heitz Franzen, ao descrever a importância do estudo para ele e sua família, respondeu que: *“é importante, pois permite melhor esclarecimento das coisas”*. O produtor deixou transparecer que é um homem de uma visão bastante desenvolvida, com um nível de esclarecimento elevado quando considerado o grau de instrução que concluiu: a 4ª série. Em nossa conversa informal, o agricultor ainda comentou sobre a difícil situação econômica da agricultura familiar. Em palavras simples, em linguagem regional, falou o que vamos reproduzir agora com nossas palavras: “os problemas da agricultura familiar só serão resolvidos quando houver uma política agrícola mais justa, que torne possível dispensar a mão-de-obra dos filhos, a fim de que possam estudar. Com mais estudo, aumentam as possibilidades de romper as barreiras das estruturas econômico-produtivas no que diz respeito à melhoria de produtividade, culturas alternativas, inserção no mercado, vencer a concorrência, melhorar a qualidade dos produtos e a apresentação dos mesmos”.

Passamos agora para a análise da situação financeira dos produtores rurais de Leoberto Leal, para a qual utilizamos os indicadores abaixo relacionados:

1) Possui automóvel?

2) Renda média mensal da família?

3) Possui moto?

4) Dispõem em casa de: (eletrodomésticos...)

O quadro abaixo, baseado nas declarações de renda média mensal da família, feita durante as entrevistas, nos dá uma idéia do atual nível econômico (ou situação financeira) do produtor rural em geral:

QUADRO 05

LEOBERTO LEAL: Renda Média Mensal Familiar

Menos de 01 salário mínimo	29,70%	De 04 a 05 salários mínimos	27,39%
Um salário mínimo	24,75%	Mais de 05 salários mínimos	7,29%
De 01 a 03 salários mínimos	2,32%	Não declararam	7,92%

FONTE: Pesquisa de Campo - 1996.

✕ Como vemos no quadro 05, 29,70% dos produtores declararam ter uma renda mensal inferior a um salário mínimo, outros 24,75% calculam alcançar uma renda mensal de um salário mínimo. Assim sendo, temos aproximadamente um pouco mais da metade da população (54,45%) com uma renda menor ou igual a um salário mínimo.

É importante registrar que em alguns casos este rendimento mensal não tem só a agricultura como fonte: cerca de 25,75% dos produtores têm outra fonte de renda além da agropecuária. Uma parcela destes 25,75% mantém as atividades agropecuárias somente para subsistência e vivem de aposentadoria, a qual, via de regra, corresponde a um salário mínimo.

Quanto às condições de conforto, lazer e disponibilidade de aparelhos⁵⁸ domésticos e móveis de 1ª necessidade, apuramos o seguinte (tabela 14):

TABELA 14

Número Total e Percentual de Aparelhos de Primeira Necessidade nas Residências dos Produtores Rurais de Leoberto Leal

APARELHO	TOTAL	%	APARELHO	TOTAL	%
Fogão à lenha	301	98,68	Lavad. de roupa	210	68,85
Fogão à gás	289	95,75	Parabólica	126	41,31
Geladeira	287	94,09	Rádio	285	93,44
Freezer	249	81,63	Telefone	20	6,55
Televisão	272	89,18			

FONTE: Pesquisa de Campo - 1996.

⁵⁸ Consideramos o número de parabólicas existentes, bastante elevado, já que não é, em nossa opinião, um bem de 1ª necessidade. Entretanto, muitas famílias que tinham parabólica, não possuíam Freezer, por exemplo, ou fogão à gás ou lavadora de roupa. Este alto número de parabólicas é, por um lado, explicado pelo fato de o Município contar com apenas uma repetidora e esta, por sua vez, não tem sido de todo eficiente pois, segundo depoimentos, não recebe cuidados de manutenção. Além disso há problemas de transmissão dos sinais em alguns pontos do território do Município.

Pela análise da tabela 14, *a priori*, concluímos que a situação financeira dos produtores rurais é muito boa. Entretanto, a realidade que se nos apresentou durante todo o processo da pesquisa de campo, é um pouco diferente.

Começamos nossa análise com os dados sobre os eletrodomésticos. Os resultados indicam que uma grande porcentagem dos produtores possui tais utensílios ou equipamentos. Entretanto, cabe ressaltar que: de modo geral, na maioria das propriedades, esses aparelhos são os de menor preço (mais simples, de qualidade inferior), com menos acessórios, etc. Portanto, a alta porcentagem apresentada não significa necessariamente bom nível de vida.

Através da observação *in loco* e da análise dos dados colhidos em campo, chegamos à conclusão de que atualmente a situação financeira do produtor rural leobertense, de modo geral, apresenta-se desfavorável. Em muitos casos, a situação chega a ser desanimadora e, só não é pior porque, mesmo sem ter lucro nenhum, o rurícola produz, ele mesmo, cerca de 50 a 60 % de seu alimento. Portanto, pode-se dizer que “não passa fome”, porém, priva-se de muitas outras necessidades básicas. Por outro lado, encontramos alguns (poucos, é claro) produtores em boas condições financeiras. Entretanto, é importante registrar que os “privilegiados” possuem, em sua maioria, outra fonte de renda além da agropecuária.

Para ilustrar nossa conclusão, selecionamos entre os entrevistados, dois exemplos que demonstram estar a atividade agrícola, nos últimos anos, passando por um período de grandes dificuldades em que diminuíram os lucros, e assim, conseqüentemente, a renda média da família:

O Sr. “Y” aparentemente goza de uma boa situação financeira. Possui um Voyage, ano 1983, uma boa casa, rádio, televisão, e na cozinha, além do fogão à lenha (presente em quase 100% dos casos), tem fogão à gás, geladeira e freezer. Declarou que auferir lucros equivalentes a dois salários mínimos mensais, entretanto declara: “*nunca passei por uma situação tão difícil quanto agora*”.

A Sra. “Z”, da localidade chamada Perau, em situação habitacional idêntica à do Sr. “Y”, possui um automóvel Saveiro, ano 1984; não declarou a renda média mensal da família, mas fez uma importante observação: “*o colono está vivendo agora na base da ilusão,*” isto é, sem lucro.

APÊNDICE II

SELEÇÃO DAS FAMÍLIAS RURAIS DE LEOBERTO LEAL COM MELHOR E COM PIOR SITUAÇÃO FINANCEIRA

APÊNDICE II a: Famílias Rurais de Leoberto Leal de Melhor Situação Financeira

Além de uma boa residência, com boas instalações sanitárias, em bom estado de conservação, bem equipada, com telefone fogão à gás, fogão à lenha, televisão, parabólica, rádio, geladeira, freezer, batedeira, fono elétrico, liquidificador, e lavadora de roupa, as famílias rurais relacionadas a seguir possuem também automóvel e pelo menos um imóvel rural. Podemos dizer que tem um elevado padrão de vida.

I	Possui automóvel?	Outro veículo	II	III
96	Santana 95	1 Caminhonete Toyota	4	30,0
169	--	2 Caminhonete F4000	?	40,0
200	Belina 88	--	?	71,0
212	Fusca 71	--	4	30,0
214	--	1 Caminhonete	4	53,3
221	Gol 93	--	3	115,0
230	Fusca 81	--	3	15,0
235	--	--	3	34,5
236	F1000 95	--	?	?
247	Del Rey 85	--	4	26,0
250	Fusca 79	--	4	30,0
255	Gol 1000 94	--	4	350,0
284	Del Rey 87	--	4	24,0
	Escort 89	--		
*13				#68,24

C O N V E N Ç Õ E S	
I - Número de identificação do Produtor	III - Possui Imóvel Rural
II - Renda média mensal	# Tamanho Médio do Imóvel por
3 = De um a três salários mínimos	Proprietário (em ha)
4 = De quatro a cinco salários mínimos	
? = Renda não declarada	

Pesquisa de Campo - 1996.

APÊNDICE II - b: Famílias Rurais de Leoberto Leal de Pior Situação Financeira

Além das más condições da casa (pequena, de madeira, sem pintura por dentro e por fora, etc.) as famílias relacionadas a seguir possuem pouca mobília e pouco conforto em geral, não obstante o quadro apresentado possa parecer o contrário (foto 27). A presença de eletrodomésticos como freezer, geladeira e televisão em um considerável número de casas, não significa necessariamente boa situação financeira, mas sim, a invasão no meio rural de elementos do modo de

vida da cidade veiculado pela forte influência dos meios de comunicação, bem como da eficiência tão peculiar dos vendedores ou representantes de tais elementos. Muitos dos agricultores passam necessidades com roupas, tratamento dentário, alimentação com produtos mais elaborados, para poder comprar esses aparelhos ou móveis para a cozinha e para o lazer. Entretanto, verificamos que nos outros cômodos da casa, os produtores possuem muitas vezes, apenas as camas nos quartos, e eventualmente, um ou outro possui móveis de sala. Na cozinha, no lugar de um armário para guardar a louça aparece uma prateleira, embora ao seu lado aparecem a geladeira e o freezer.

	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X
*26	x	x	x	x	-	-	-	1	16,0
33	x	x	-	x	-	x	-	?	17,0
51	x	x	x	-	-	-	-	1	--
59	x	x	x	-	x	-	-	1	04,0
60	x	x	-	x	x	-	-	?	36,0
67	-	x	x	x	-	-	-	?	--
78	x	-	x	x	-	x	-	2	12,0
81	x	x	x	-	x	-	-	2	--
86	x	x	-	-	x	-	-	1	30,0
95	x	x	-	x	-	-	-	1	--
98	x	x	-	x	-	-	x	1	28,0
103	x	x	-	-	-	-	-	2	12,5
108	x	x	x	-	-	-	-	1	--
128	x	x	-	-	-	-	-	1	--
132	-	x	x	x	x	-	-	1	06,0
165	x	x	x	x	-	-	-	1	--
182	x	x	-	-	-	-	-	2	29,9
190	x	-	-	-	x	x	x	2	16,0
207	x	x	x	-	-	-	-	1	--
240	x	-	x	x	x	-	-	1	02,5
265	x	x	-	-	-	-	-	2	17,0
Total	19	18	11	10	07	03	02	--	#11,56

C O N V E N Ç Õ E S:	
I = Nº de identificação do Produtor	IX = Renda média mensal familiar:
II = Fogão à lenha	1 = menos de 1 salário mínimo
III = Rádio	2 = 1 salário mínimo.
IV = fogão à gás	? = valor não declarado
V = Televisão	X = Possui imóvel rural
VI = Geladeira	# Tamanho médio do imóvel
VII = Freezer	por produtor (ha).
VIII = Lavadora de roupa	* Possui também uma moto

FONTE: Pesquisa de Campo, 1996.



FOTO 27 - Família de arrendeiros na localidade de Ribeirão dos Ovos. Exemplo de um modo de vida muito modesto e com grandes dificuldades financeiras. Foto: Hélio Musskopf, 1996.

3. 3. O fenômeno do êxodo rural intra e intermunicipal no Município de Leoberto Leal

Dentre os problemas enfrentados por Leoberto Leal desde a sua emancipação em 1962, destaca-se o fenômeno do êxodo rural ou, mais precisamente, a emigração da população ativa do setor primário do Município, para áreas urbanas de outras unidades administrativas municipais, onde predominam as atividades econômicas dos setores secundário e terciário, e cuja população urbana, ao contrário da de Leoberto Leal - é maior do que a rural. Tal situação é também encontrada em vários outros municípios catarinenses, os quais apresentam idêntica problemática, mais precisamente a partir de 1970.

Analisando a taxa média geométrica de crescimento anual da população dos municípios catarinenses verificamos que o número de ocorrências de crescimento negativo é

bastante significativo. Mas, o que mais preocupa não é o número de ocorrências em si, mas sim as “condições” sob as quais processam-se as mudanças. Via de regra, os municípios que apresentam crescimento negativo têm no setor primário a base de sua economia, onde o percentual de população rural é ainda bastante elevado (embora apresente diminuição a cada censo), oscilando entre 70 e 90%, não obstante apareçam algumas exceções.

✧ Indiretamente, a análise dos dados de crescimento demográfico nos fornece subsídios para concluir que há ocorrência de migrações intermunicipais. Quando o crescimento é negativo, houve perda populacional. De outra forma, quando se observa o comportamento da população municipal por domicílio rural e urbano (seja em percentuais ou em números absolutos) ao apresentar-se decréscimo da população rural, sem que haja, pelo menos na mesma proporção, aumento da população urbana, deduz-se que houve êxodo rural de caráter intermunicipal, ou seja evasão populacional.

A análise destas variáveis para o Estado de Santa Catarina nos permite dizer que o mesmo está passando por um processo bastante dinâmico de arranjo ou rearranjo populacional, em que algumas áreas geográficas, já pouco populosas e fracamente povoadas, estão a sofrer um processo de despovoamento em detrimento de uma maior concentração nas médias e grandes cidades do Estado.

Estes fenômenos são também sentidos a nível de Brasil. Em um estudo feito pelo IPEA/INPES, sob o título “*Migrações Internas no Brasil*” (1973:106), evidencia-se que este tipo particular de migração interna é o de maior ocorrência no País e atinge determinadas e específicas áreas. O estudo constata “... *que a maior parte dos fluxos migratórios tem origem nas áreas rurais ou cidades de pequeno porte e, que se dirigem para áreas urbanas, em especial para pólos urbanos de maior importância*”. Mesmo considerando-se o fato do referido estudo ter sido feito já há bastante tempo (25 anos atrás), estas características ainda se mantêm predominantes até os dias atuais.

✧ E, assim, com base na análise dos censos demográficos podemos concluir que a emigração populacional das áreas rurais para as áreas urbanas no Brasil continua apresentando esta marcante característica: as áreas dispersoras de população localizam-se em municípios com baixos totais populacionais onde predomina o setor primário como a atividade de destaque da economia municipal. Em contrapartida, as áreas receptoras são geralmente municípios mais populosos e mais povoados, cujo percentual de população urbana é predominante e bastante expressivo, e onde se destacam os setores secundário e terciário como base da economia.

3.3.1. Principais características do movimento: forma, dimensão e trajetória

O Município de Leoberto Leal tem sido um dispersor de população, principalmente de mão-de-obra, que via de regra deixa o setor primário (ou seja, a zona rural) do Município para ingressar no setor secundário, (em maior escala) ou mesmo no terciário dos centros urbanos de outros municípios tais como: Brusque e Blumenau.

A partir da década de 70 (logo após sua emancipação), Leoberto Leal vem, de modo geral apresentando um crescimento populacional total muito baixo ou, mais precisamente, negativo, com sensível diminuição da população rural. Ao contrário, a população urbana, tem apresentado um crescimento positivo, sendo que no período de 80/91 foram registradas taxas bem maiores. Tais resultados são justificados principalmente, por melhorias de infraestrutura, ou seja, algumas medidas tomadas pela administração local, notadamente no que diz respeito à oferta de escola: entre 1980 e 1991 foi criado o 2º Grau. Tais medidas tornaram-se um atrativo para algumas famílias da zona rural que se mudaram para a área urbana.

As características descritas conferem ao movimento, primeiramente, o caráter de êxodo rural intra e intermunicipal, com destaque para este último, em função de apresentar um volume de deslocamentos muito maior que o primeiro. Por outro lado, temos também o registro de migração do tipo rural-rural, visto que, embora em volume bem menor, algumas das famílias e jovens emigrantes não se enquadram dentro do tipo rural-urbana pois, dirigiram-se para áreas rurais ou suburbanas de outros municípios onde continuam suas atividades no setor primário: alguns, como produtores e outros como assalariados com trabalho fixo (caseiros), ou salário em limpeza de jardins e hortas, ou ainda em trabalho sazonal em tarefas específicas como a fruticultura, por exemplo. Dentro dessas características encontram-se os migrantes que se dirigiram para:

- a) Fraiburgo, na Mesorregião do Oeste Catarinense e, São José, São Pedro de Alcântara e Santo Amaro da Imperatriz, na Grande Florianópolis.
- b) Municípios vizinhos de Leoberto Leal: Imbuia, Vidal Ramos, Nova Trento, Major Gercino, (Pinheiral) Angelina e Alfredo Wagner.

Em Leoberto Leal, a emigração tem ocorrido tanto com indivíduos mais vulneráveis, (representados a grosso modo pelas famílias), como também pelos que, na sua maioria, representam a situação contrária, ou seja, os mais privilegiados em termos educacionais e sociais (no caso dos jovens).

✱ De acordo com a pesquisa de campo efetuada em 1996 no Município de Leoberto Leal levantamos um total de 93 jovens e 312 famílias rurais emigrantes entre os anos de 1992 a 1995; e em contrapartida apuramos um total de 15 famílias imigrantes.

Para calcularmos o saldo das migrações nesse período consideramos,⁵⁹ que cada família é composta por aproximadamente 03 pessoas em média: pai, mãe e 01 filho. Logo, 312 famílias representam 936 pessoas, aos quais acrescentamos 93 jovens ficando um total de 1.029 emigrantes. Desses subtraímos 60 imigrantes ou pessoas.⁶⁰ Assim restaram 969 emigrantes. Para o cálculo exato do crescimento demográfico neste período devemos somar a população total do Censo de 1991 com o saldo entre nascimentos e mortes. Assim temos:

1. População total em 1991: ----- 4.278 hab.
2. Crescimento natural 1991/1996: ----- 309 hab.*
3. Soma de 1 e 2: ----- 4.587 hab.

*Dados fornecidos pelo Cartório Franzen de Leoberto Leal.

Sem considerar o crescimento natural, sendo o saldo das migrações igual 969 habitantes, a diferença entre o total de população e total dos migrantes de Leoberto Leal para 1996 (segundo os dados da pesquisa de campo) é 3.618 habitantes. Logo, verificamos que o Município apresenta nesse período um decréscimo demográfico da ordem de 969 habitantes.

Na Contagem da População efetuada pelo IBGE em 1996, entretanto, esse decréscimo é da ordem de apenas 158 habitantes (a maior diminuição absoluta registrada nos três últimos censos). Como podemos observar pela análise dos resultados, há uma incompatibilidade entre os dados do IBGE e os dados da pesquisa de campo,⁶¹ onde se apresentam resultados de diferença numérica bastante acentuada.

⁵⁹ Nosso cálculo foi baseado nos resultados obtidos através da pesquisa de campo que apurou uma média de 2,53 filhos por casal.

⁶⁰ Usamos o mesmo critério adotado para o cálculo dos emigrantes, ou seja: uma família = 3 pessoas.)

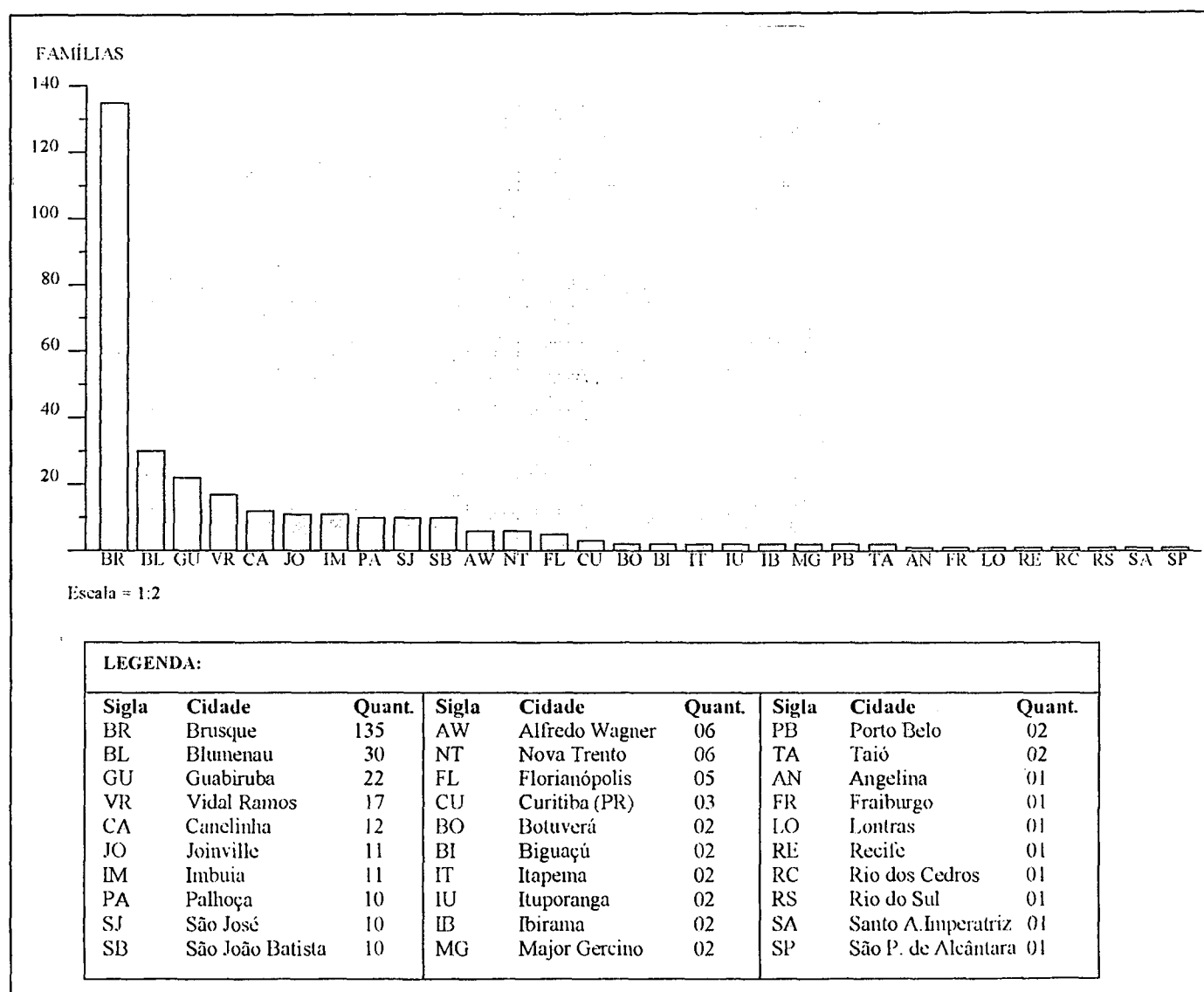
⁶¹ Em que pesem todos os argumentos a favor da confiabilidade dos dados do IBGE, neste caso, entretanto, declaramos serem os dados da pesquisa de campo os mais corretos, uma vez que, para chegar aos resultados da emigração da população rural fizemos um "rastreamento nominal" das pessoas emigrantes. Para tanto, usamos 3 diferentes fontes de informação. Entre elas, o próprio formulário usado para as entrevistas contemplou diferentes perguntas a respeito das migrações. (Ver Anexo I - perguntas: 04, 05, 06, 80, 81, 86, 87, 88 e 89). Procedemos também, com o auxílio do Sr. Valdino Guckert, a um levantamento junto à Prefeitura, onde nominamos os agricultores que deram baixa no seu registro de produtor rural durante o período considerado. Contamos também com os formulários preenchidos pelas professoras das escolas rurais. Após a compilação dos referidos dados cruzamos as informações entre as diferentes fontes para eliminar as ocasionais repetições que poderiam afetar o resultado final.

* Esse volume de população de emigrantes registrado no período em estudo, tomou direções diferentes, sendo que em alguns casos, em virtude do grande volume apresentado tais deslocamentos chegaram a formar fluxos migratórios importantes.

Tanto a emigração de famílias quanto a de jovens apresentou o maior volume para as cidades de Brusque e Blumenau. Em terceiro lugar ficou Guabiruba, com as famílias, e Florianópolis, com os jovens (gráficos 13 e 14). No cômputo geral foram apuradas 30 cidades receptoras de famílias e 25 cidades receptoras de jovens emigrantes.

GRÁFICO 13

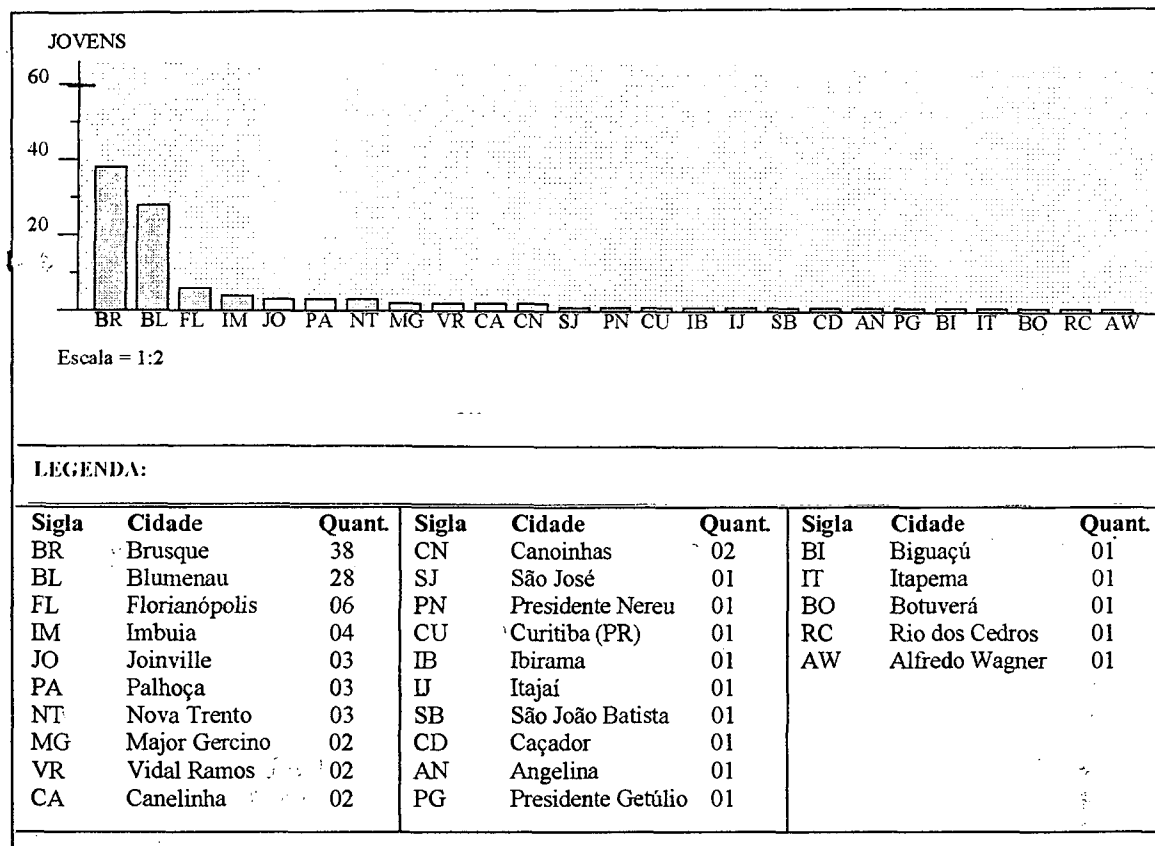
LEOBERTO LEAL: Destino e Número de Famílias Emigrantes – 1991 a 1995



FONTE: Pesquisa de Campo - 1996.

ELABORAÇÃO: Alba Laura da Cunha

DESENHO: Charles Bichels

GRÁFICO 14**LEOBERTO LEAL: Destino e Número de Jovens Emigrantes – 1991 a 1995**

FONTE: Pesquisa de Campo - 1996.

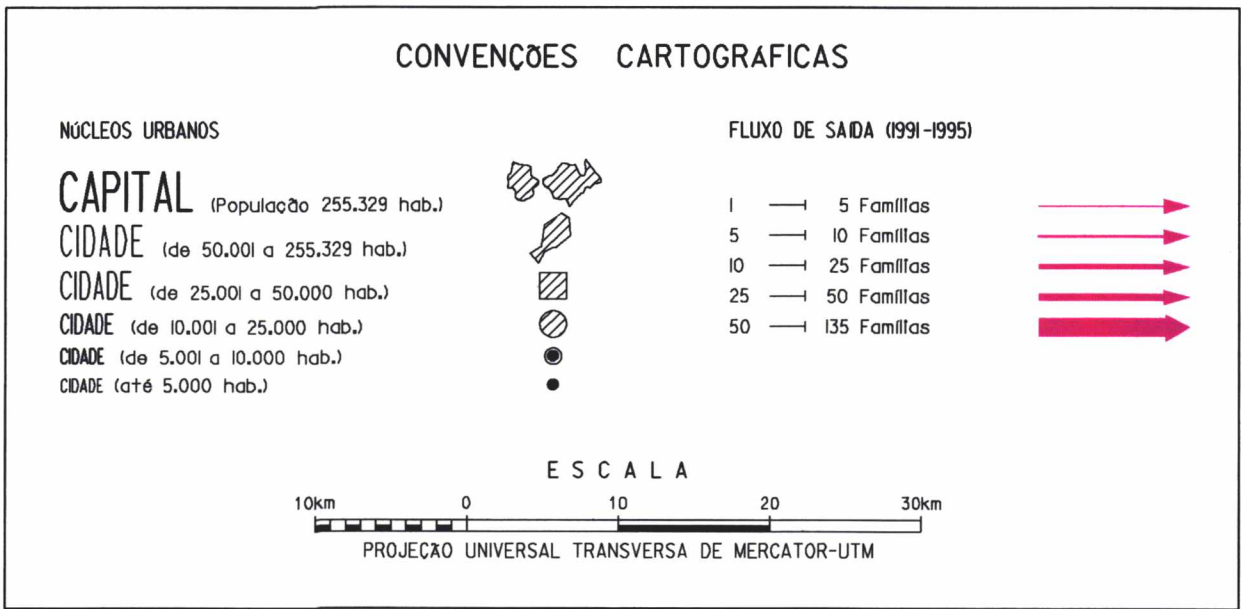
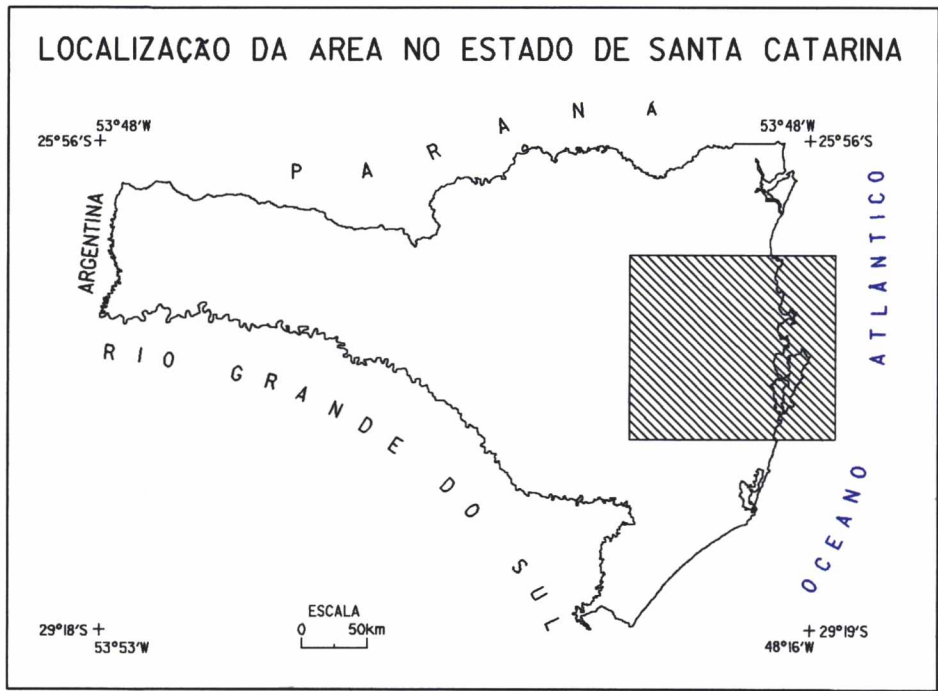
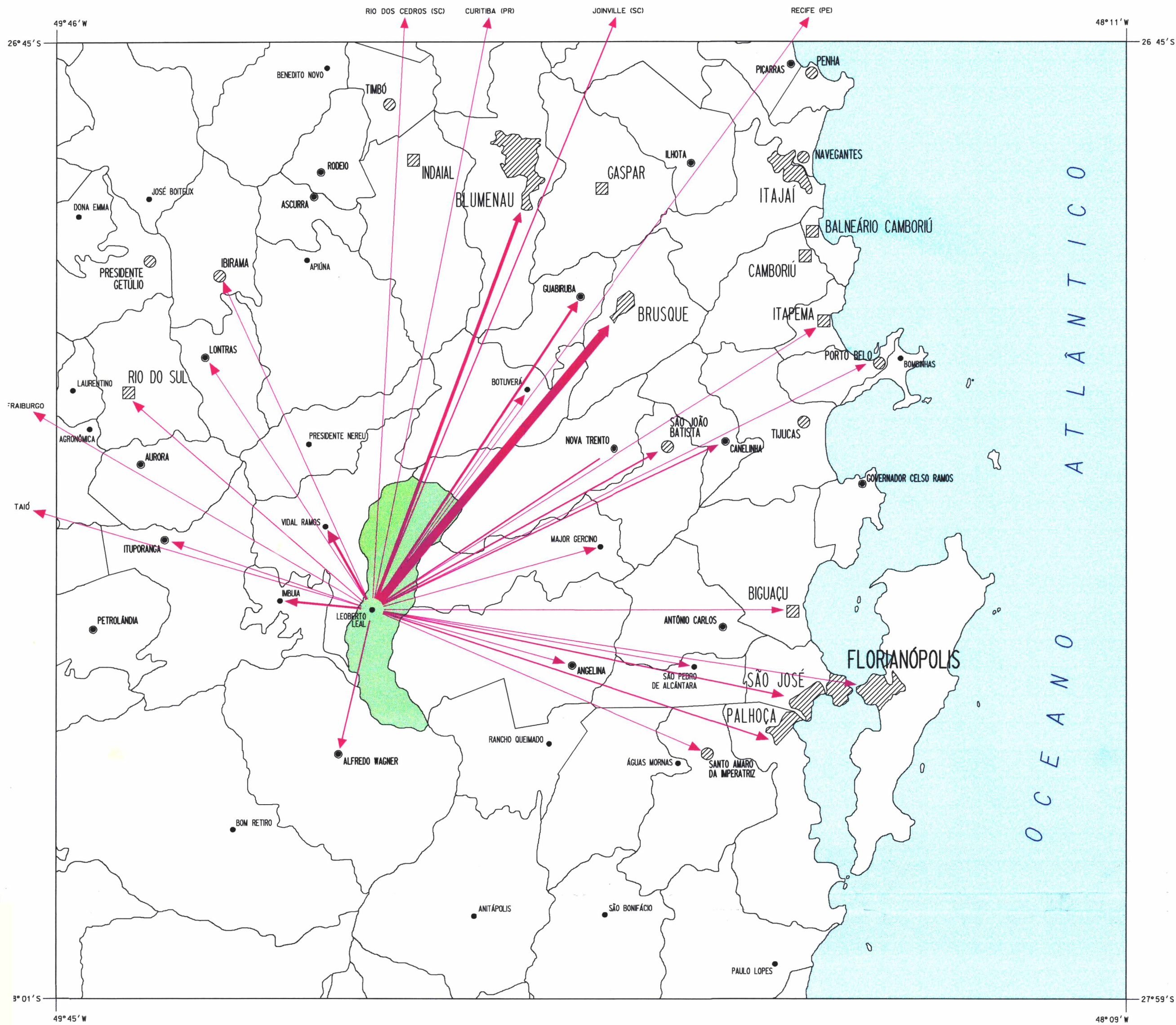
ELABORAÇÃO: Alba Laura da Cunha

DESENHO: Charles Bichels

Quanto ao destino seguido pelos emigrantes de Leoberto Leal, ressaltam-se algumas peculiaridades no tocante à amplitude e às diversas direções seguidas. O mapa 08 nos mostra os diferentes fluxos de emigração das famílias leobertenses, os quais apresentam-se agrupados em quatro direções principais, quais sejam:

1º) A maior concentração encontra-se no sentido norte-nordeste, onde destacam-se como grandes receptores os municípios de Brusque, Blumenau e Guabiruba, seguidos por Joinville. Neste mesmo agrupamento ainda aparecem, os municípios de Botuverá e Rio dos Cedros com baixo número de famílias recebidas. Nesta mesma direção ainda encontramos emigrantes que se dirigiram para cidades localizadas fora do Estado de Santa Catarina, como Curitiba (PR) e Recife (PE).

FLUXOGRAMA DA EMIGRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL-SC
1991 - 1995



2º) A segunda (em amplitude numérica) direção seguida pelas famílias emigrantes foi no sentido oeste e noroeste, com destaque para os municípios de Vidal Ramos e Imbúia (municípios limítrofes com Leoberto Leal). Em menor importância, quanto ao número de famílias recebidas, estão os municípios de Ituporanga, Rio do Sul, Lontras, Ibirama, Taió, e Fraiburgo.

3º) No sentido leste, dirigiram-se famílias para Palhoça e São José em maior número, mas também para Florianópolis, Biguaçu, São Pedro de Alcântara, Santo Amaro da Imperatriz e Angelina (este último limita-se com Leoberto Leal).

4º) Para nordeste, com destaque em número de famílias recebidas, encontram-se: Nova Trento (município vizinho); São João Batista e Canelinha. Seguem-se, Major Gercino (vizinho), Itapema e Porto Belo.

Além dos quatro agrupamentos já registrados, verificamos um fluxo isolado para o Município de Alfredo Wagner, ao sul de Leoberto Leal.

Procurando justificar a estrutura direcional tomada pelas famílias emigrantes de Leoberto Leal, encontramos algumas explicações tanto de ordem natural quanto econômicas e sociais ou mesmo administrativas:

a) Em primeiro lugar, parece-nos que foi decisiva a oferta de mão-de-obra nas cidades receptoras, notadamente no setor industrial. Brusque e Blumenau (as cidades com maior número de famílias recebidas) são importantes centros urbano-industriais de Santa Catarina. Dentro da classificação da hierarquia das cidades catarinenses, Brusque é considerada um Centro Sub-Regional, e Blumenau constitui-se em Centro Regional⁶².

De acordo com o MAPA-VI, *Estado de Santa Catarina - Área de Influência das Localidades Centrais* (Anexo X), Leoberto Leal localiza-se dentro da área de influência de Florianópolis.⁶³ Entretanto, observações atentas de nossa parte durante todo o processo da pesquisa de campo, nos permitem afirmar que Leoberto Leal está atualmente sob a influência tanto de Florianópolis, como Centro Regional, quanto de Brusque e Rio do Sul, enquanto Centros Sub-Regionais mas, mais diretamente sob o Centro Local de Ituporanga.

⁶² Para maiores considerações ou esclarecimentos, ver Maria José POMPÍLIO. *Hierarquia urbana e áreas espaciais de influência do Estado de Santa Catarina* (1987:23-35), onde a autora analisou a organização urbana através da circulação de ônibus inter-municipais.

⁶³ O referido mapa data de 1985. Com certeza já houve algumas mudanças na estrutura de hierarquia apresentada. Entre outros exemplos práticos de mudança de dependência, podemos citar a de que até 1994, Leoberto Leal recebia certa influência do Centro Local de São João Batista, pois dele fazia parte na Divisão Regional do Poder Judiciário (Comarca). A partir de então, intensificou suas relações e sua dependência com Ituporanga. (Atual sede da Comarca).

A dependência de Leoberto Leal com relação a outras cidades é melhor compreendida através da observação do mapa 02 (vide Capítulo I) onde são mostradas a infra-estrutura e as relações de serviços, comércio, abastecimento, etc..

✎ b) Em geral os municípios e/ou cidades para os quais a maioria das famílias emigrantes de Leoberto Leal se dirigiram, no período de 1991 a 1995, mantém vias de comunicação um pouco melhoradas, cujo tráfego é facilitado, se não no seu todo, pelo menos em parte com asfalto como a BR 282 e a SC 411.

Como podemos observar através da análise dos dados sobre as migrações em Leoberto Leal, as vias de circulação desempenham importante papel neste caso, uma vez que podem facilitar ou dificultar o acesso a determinadas áreas, interferindo, embora de maneira indireta, na direção e na intensidade dos fluxos emigratórios. Esta nossa afirmativa é compartilhada por LUZ (1988:41) quando diz que a “intensa mobilidade intersetorial e interregional que se estabelece a partir da discrepância regional entre crescimento demográfico e crescimento econômico é *favorecida pela expansão das vias de circulação...*”. No caso de Leoberto Leal, verificamos que as vias de circulação favoreceram ou interferiram de alguma forma na direção seguida pela população emigrante.

De modo geral, as direções dos fluxos estão diretamente relacionadas à localização geográfica dos emigrantes na área de origem. Os localizados no quadrante norte do Município de Leoberto Leal, via de regra, seguiram para municípios que localizam-se nessa direção; assim também os emigrantes localizados ao sul seguiram direções voltadas para o mesmo sentido (sul). Outros agentes interferiram na direção dos fluxos emigratórios, entretanto iremos tratá-los adiante, quando analisarmos as causas e fatores do êxodo populacional.

A observação do gráfico 13, e a correlação deste com o mapa 08, nos permite ter uma noção mais clara do “volume e direção” dos fluxos emigratórios (famílias) registrados em Leoberto Leal no período de 1991 a 1995.

3.3.2. Causas e fatores do êxodo rural

Para efeito deste estudo entendemos como causas aqueles elementos ou agentes que mais diretamente impelem ou impulsionam a população aos movimentos migratórios,

enquanto que, fatores serão considerados como elementos externos que concorrem ou interferem nos fluxos de população, no nosso caso, campo-cidade.

De modo geral, como causas das migrações, encontra-se uma grande diversidade de agentes atuantes, ou seja, ao lado de um fator preponderante estão outros, que influenciam de maneira mais ou menos decisiva a determinados indivíduos ou populações. As causas e fatores por nós detectados para o Município de Leoberto Leal são, via de regra, as mesmas encontradas por outros estudos feitos em outras áreas geográficas. Portanto, não se constituem em grande novidade. Muito pelo contrário, como na maioria destes estudos, em Leoberto Leal também preponderam as causas de origem econômica.

A maioria dos autores por nós consultados confirma a predominância de atuação deste fator ou causa, sobre o êxodo rural em geral. Entre outros que compartilham o mesmo ponto de vista, citamos BRIGG (1980:672) que escreve: *“O principal motivo da migração de áreas rurais para áreas urbanas é de caráter econômico, ou seja, a esperança de obter maiores rendas mediante o aproveitamento de melhores oportunidades de emprego...”*. Em Leoberto Leal, o domínio do fator econômico é também o predominante, como veremos em seguida.

As prováveis causas e fatores que atuaram sobre os movimentos verticais da populacional de Leoberto Leal foram:

❖ I - Causas e fatores relacionados com os processos de desenvolvimento regional e com os mecanismos de mercado:

Em Leoberto Leal as causas e fatores de ordem econômico-social parecem ter sido também, — a exemplo do que tem ocorrido em outras partes do Brasil — as preponderantes. Com base neste prisma podemos considerar a migração rural-urbana de Leoberto Leal, em parte, como resultante, mas ao mesmo tempo, agente do mecanismo básico do processo de transformação de estruturas agrárias em estruturas industriais.

Entretanto, as características sócio-econômicas em que se encontra o Município apontam para uma maior atuação dos agentes ligados às diferenças regionais de desenvolvimento. Neste sentido, Leoberto Leal mostra-se como uma área de depressão, ou seja, de estagnação econômica. O mesmo encontra-se numa situação tal, que poderíamos designá-lo como “área periférica estagnada”, ou seja, cujo desenvolvimento econômico está à margem do processo de evolução e progresso que se desenvolve em outros municípios. Assim, registramos a ocorrência em Leoberto Leal, de fluxos migratórios que não se

limitam ao seu espaço territorial, ultrapassam este, direcionando-se em sua maioria, a áreas urbanas de outros municípios.

X A política econômica nacional vigente na década de 70 e início da década de 80, indiretamente incentivou muitos produtores que, motivados, principalmente pelos altos juros da poupança, venderam os seus imóveis rurais, e dirigiram-se às cidades, com o objetivo de sustentar-se com os rendimentos das aplicações financeiras. Em Leoberto Leal, também, registraram-se alguns casos deste tipo.

Em meados da década de 80, (mais especificamente) a partir de 1986 - com o lançamento do Plano Cruzado houve um reaquecimento das atividades agropecuárias, baseado na possibilidade de aquisição de equipamentos agrícolas a preços mais favoráveis com juros baixos. Nesta época houve também uma desvalorização dos imóveis rurais, o que, facilitava a compra, mas dificultava a venda, uma vez que, o rendimento da poupança deixou de ser tão atrativo. Isto “segurou” muitos proprietários. Deduzimos ter sido este um dos fatores responsáveis pela diminuição ou amenização da taxa de crescimento demográfico de Leoberto Leal, do período de 1980/1991 o qual foi da ordem de -0,34% (negativa), enquanto que no período anterior, isto é, 1970/1980 foi de -0,39% (negativa).

A este fator juntou-se também um cuidado especial em uma das gestões desta década, com a manutenção e preservação das boas condições de trafegabilidade das estradas, melhorias no sistema educacional e um bom, e por que não dizer, um excelente atendimento à saúde, bem como transporte coletivo a todas as comunidades ou localidades rurais do Município, e a criação de mais escolas rurais (de 1ª à 4ª série) e a extensão de 5ª à 8ª série na escola de Vargem dos Bugres.

O processo de globalização da economia muito tem contribuído para agravar a situação econômica do Município como um todo e, em particular a situação dos produtores rurais, uma vez que, nos últimos 5 a 6 anos passaram a sofrer mais intensamente a concorrência dos produtos agropecuários oriundos de países do MERCOSUL. Tais circunstâncias contribuíram, e contribuem para aumentar os já presentes problemas de mercado da produção familiar brasileira.

Com a abertura das importações na implantação do Plano Real, a situação de baixa rentabilidade na agricultura agravou-se: além de baixar os preços dos produtos agrícolas mantendo-os num patamar muito baixo, permitiu a alta dos insumos, o que inviabilizou sobremaneira a já prejudicada atividade agrícola. Segundo depoimento de produtores de Leoberto Leal, o custo do produto principal da agricultura leobertense – a cebola – na

safras de 1995/ 1996 deu prejuízo, uma vez que o valor de custo foi mais elevado que o valor do produto no mercado atacadista. Isto, por conta da elevação dos preços dos insumos, que em muitos casos (determinados tipos, geralmente os de maior uso), chegou a alcançar um aumento próximo de 100%. Analisando os dados verificamos que, na verdade houve uma inversão de preços: tanto a cebola como outros produtos de menor importância na produção agropecuária municipal, como o feijão, a batata inglesa e derivados do leite, tiveram os seus preços diminuídos em aproximadamente 50 a 70% no mesmo período.

✱ Os produtores de fumo, por sua vez, sofreram semelhante situação. O fator determinante nesse caso foi a grande influência que este produto sofre em relação ao mercado internacional: na safra 1994/1995, os preços do fumo sofreram uma queda bastante considerável, por conta da entrada no comércio internacional, de países asiáticos com preços bem mais favoráveis aos compradores.

São também de importância considerável neste caso, as políticas oficiais de gestão agrícola que beneficiam alguns em prejuízo de outros, aumentando ainda mais o desnível entre os “pequenos e os grandes”. As políticas agrárias adotadas geralmente são desfavoráveis ao pequeno produtor e nem sempre são tão benéficas quanto se propaga através dos meios de comunicação (muita injeção de dinheiro em planos, programas, projetos, etc. os quais são geralmente acompanhados de casos de corrupção). Ex.: CRÉDITO RURAL, FINAME, (Financiamento para Mecanização) PROAGRO, PRONAFE (Programa Nacional de Fortalecimento da Pequena Produção). O PRONAFE, (o mais recente Programa Nacional criado para favorecer o pequeno produtor), após superar os primeiros problemas relativos à liberação das verbas, já está sendo utilizado, em alguns casos e aspectos, de maneira diferente dos fins para os quais foi criado.⁶⁴

II - *Questões burocráticas de âmbito das três esferas do Poder:*

Particularmente neste aspecto, reúnem-se questões relativas à legislação específica e sua aplicação. Referimo-nos, primeiramente ao Decreto 750, que proíbe o desmatamento da cobertura vegetal numa faixa de terra litorânea do Brasil, de domínio da Mata Atlântica. Tal

⁶⁴ Essa nossa afirmativa baseia-se em contatos com pessoas que estão muito próximas dos agentes responsáveis pela seleção dos requerentes. Por outro lado, essas irregularidades, por estarem tomando dimensões arrojadas, já começam a ser alvo de denúncias e, por conseguinte, a aparecer nos meios de comunicação (Anexo XI).

condição ultimamente têm sido a responsável por situações delicadas para alguns produtores, uma vez que Leoberto Leal localiza-se dentro desta faixa de vegetação delimitada como Mata Atlântica. Assim muitos que precisariam aumentar a área plantada para melhorar aumentar a produção, não podem fazê-lo.

✂ Na época da emancipação do referido Município, a da extração da madeira era a atividade econômica predominante. Ao cessar sua exploração, na década de 70, tornou-se um dos maiores responsáveis pelo êxodo rural, uma vez que tal atividade representava a única fonte de renda, para uma grande maioria da população. Diante de tal situação, muitas pessoas (principalmente os de mais idade) não conseguiram adaptar-se em outra atividade econômica, em alguns casos, nem mesmo no próprio setor primário. Certo senhor, ao referir-se à extinta atividade de extração da madeira declarou à autora: *“Eu só sabia fazer isso”*! Casos como este são relativamente comuns no Município de Leoberto Leal. Estas pessoas ao defrontar-se com a tal situação, procurando resolvê-la, escolheram dois caminhos para seguir: uns permaneceram em seus domicílios desenvolvendo atividades de lavoura de subsistência; outros emigraram à procura da resolução de seu problema, qual seja, a falta de renda.

Em segundo lugar citamos o ITR (Imposto Territorial Rural), o qual de certa forma entra em choque com o que reza o Decreto No 750, (ver Anexo VI) pois sobretaxa as propriedades consideradas improdutivas. Assim, quem não consegue provar que tem uma produção agrícola mínima exigida pelo novo ITR, acaba pagando impostos altíssimos. Impostos estes que seriam amenizados ou “perdoados” caso o proprietário apresentasse documento comprobatório de que sua propriedade localiza-se na área “delimitada como Mata Atlântica”. Entretanto nem a FATMA (Fundação de Amparo ao Meio Ambiente) e nem o IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente) fornecem este documento sem que haja uma “vistoria”. Porém se alguém solicita este documento, geralmente não é atendido, porque, segundo informações dos dois órgãos, os mesmos não dispõem de pessoal suficiente para tais tarefas. Neste caso, é também exigida a planta do terreno, sendo que muitos proprietários não a possuem. Para adquirir a planta é necessário medir as terras, o que significa mais um gasto para o produtor que nos últimos anos não tem ganho nem o mínimo para sobreviver.

Em terceiro lugar, esbarramos com questões práticas no que diz respeito à exploração racional de espécies nativas como é o caso do palmito, que encontra ambiente natural propício ao seu desenvolvimento em uma área ao norte do Município. O seu cultivo

só é permitido pela lei se o agricultor apresentar um projeto (plano de manejo) idealizado e assinado por um agrônomo, o que na maioria das vezes impossibilita a ação do produtor já que o custo do trabalho do agrônomo é muito alto para o baixo nível financeiro do agricultor. Segundo informações de produtores, os agrônomos da EPAGRI, não costumam dar assistência a esse tipo de atividade. Além disso, nem todos os municípios do Estado tem um agrônomo, (como era o caso de Leoberto Leal, antes da implantação do Projeto MICROBACIAS). Até então, o Município contava somente com técnicos agrícolas, aos quais não é permitido por lei (criada pela Associação dos Agrônomos do Estado de Santa Catarina), assinar projetos agrícolas. Desta forma, diante do exposto e da já explanada difícil situação financeira atual do agricultor leobertense, destacamos a impossibilidade, em muitos casos, em arcar com as despesas dos serviços do profissional habilitado pela lei. Assim, constatamos que em Leoberto Leal é inviável e impraticável, ou quase impossível, a exploração comercial de um produto que representa uma alternativa de melhoria de renda para uma parcela de agricultores, (mais precisamente, os que se localizam em: Ribeirão Grande, Vinte Saltos, Rio do Tigre, Corridas, Rio Alegria, Rio das Pedras) onde o ambiente natural, ou seja, as características edafo-climáticas são favoráveis ao desenvolvimento desta planta.

✧ III. *Atração exercida pela cidade:*

A cidade ainda continua a exercer influência sobre a decisão de migrar, embora tenha perdido parte da sua importância para os fatores de repulsão populacional das áreas de origem do êxodo rural, quais sejam, os relacionados principalmente ao campo econômico, representados em potencial pela baixa renda do agricultor. Como bem coloca LUZ (1988:41) “as cidades em processo de industrialização exercem uma força centrípeta à população das áreas circundantes. Essa força aumenta na medida em que aumenta a concentração das indústrias. Esse processo, por sua vez, aumenta os desequilíbrios regionais favorecendo as regiões que se encontram em fase de industrialização aumentando as desvantagens naquelas onde permanece o setor primário como o predominante”.

Além de representar maiores chances de emprego, a cidade significa evidentemente, para os jovens principalmente, maiores possibilidades em concretizar seus sonhos, sejam eles no campo afetivo ou mesmo no profissional. Portanto, na cidade, são maiores as oportunidades em realizar seus ideais de liberdade ou mesmo as possibilidades de defrontar-se com uma maior oferta de meios de lazer, ou ainda, a realização do casamento.

Além do já exposto, a cidade continua a exercer grande influência sobre a população jovem, notadamente com respeito às diversões. Diversões estas oferecidas em quantidade (diversidade) superior às áreas rurais ou pequenas cidades. Além disso, os jovens sofrem enorme influência dos meios de comunicação que mostram e divulgam esses divertimentos. Neste sentido, (ver artigo do Jornal Paroquial de Leoberto Leal - Anexo XII), que alerta sobre os efeitos negativos dos meios de comunicação sobre a população jovem. Por sua vez, os mesmos sentem necessidade de ampliar o grupo de amigos e ao mesmo tempo vislumbram maiores oportunidades de realizar-se no campo afetivo, ou seja, através do casamento. Todas estas vantagens ou atrações da cidade, têm sido alardeadas pelos meios de comunicação, notadamente, a televisão que se encontra na maioria dos lares, inclusive naqueles mais longínquos e de difícil acesso rodoviário.

Além dos atrativos já expostos, a cidade reúne uma série de “vantagens” inerentes à concentração populacional, à centralidade do poder, das decisões, e conseqüentemente há também uma concentração de recursos e serviços nas áreas urbanas. Como bem coloca BRIGG (1980:163): *“...No contexto de ‘renda total’, os melhores serviços públicos disponíveis [em tese] nas cidades constituem um elemento adicional de atração para os migrantes...”*.

Entre os vários serviços públicos oferecidos pelo urbano e de melhor qualidade que os oferecidos na área rural, está o ensino. A esse respeito, OLINGER (1991:41) diz:

...O problema não está nos professores das escolas rurais, mas sim, na indiferença, na incompreensão e falta de visão dos governos para com as verdadeiras necessidades das famílias que residem no campo.

OLINGER ainda observa que:

...Os filhos dos pequenos agricultores que conseguem vencer as barreiras e obstáculos dos concursos e obtêm bolsas de estudo para ingressar na universidade, ou mesmo em um curso de nível médio, raramente, após formados, regressam ao campo. Durante os estudos médios ou superiores eles se acostumam com a vida urbana, com outro tipo de conforto que não tinham no convívio com sua família de pequeno agricultor, e, depois de formados, preferem trabalhar como empregados de serviços públicos ou particulares, de preferência, nas cidades.

✂ Em resumo: a população jovem, principalmente, ainda sofre muito a influência dos fatores de atração da cidade. Entre outros, um dos que muito contribui para impulsionar o êxodo rural dos jovens é a filosofia e concepção que a “cidade” criou sobre o “campo”: o morador do campo é “atrasado, caipira, caboclo, colono”, ou seja, o morador da área rural é menosprezado pelo da área urbana. Para os jovens que ainda estão em fase de auto

afirmação, “essa taxaço” é muito negativa. Este pré-conceito tem um peso muito grande na decisão de migrar das áreas rurais para as urbanas.

IV. *Causas e fatores locais e pessoais:*

1) Condicionantes ou deficiências da conjuntura local (naturais ou estruturais):

- Decadência econômico-social de Leoberto Leal (fechamento das madeireiras no fim da década de 60 e início da década de 70).
- Baixa taxa de consumo devido o baixo número populacional e o baixo poder aquisitivo. Assim a sede administrativa do município, que se constitui na área urbana do mesmo, não tem exercido grande atração à população rural. As oportunidades no comércio já estão saturadas e no setor secundário é inexistente.
- Problemas relacionados à estrutura agrária, são de indubitável importância, no caso do êxodo rural de Leoberto Leal:
 - a) a estrutura fundiária com predomínio da pequena propriedade, conforme o exposto no Capítulo II, pp. 55 a 56 e a disposição dos lotes rurais. (Capítulo II p.58) que favorece a erosão e a degradação do meio ambiente. Com relação à estrutura fundiária parece que nos defrontamos aqui com um paradoxo. *A priori* perguntaríamos: se há o predomínio da pequena propriedade, como ela contribui para expulsar a população rural? A princípio diríamos que a pequena propriedade não contribui para o êxodo rural, já que o tipo de estrutura de produção existente exige alta densidade de mão-de-obra. Entretanto, na prática, e em função de encontrar-se um considerável número de estabelecimentos com tamanho excessivamente reduzido algumas propriedades, à medida que, aumenta o número de filhos, diminui a sua capacidade em absorver toda mão-de-obra disponível, uma vez que já ocupa todo o seu potencial produtivo. Nestes casos, também já esgotou a sua possibilidade de fragmentação. Assim sendo, os filhos adultos, ao constituírem suas próprias famílias não podem mais permanecer na propriedade. Por outro lado, com esta situação coexiste uma outra de baixa densidade de mão-de-obra, ou seja, o sobre-trabalho que exige inclusive a ajuda de crianças, desde a mais tenra idade;
 - b) o predomínio da monocultura que os fatores de risco, sejam eles relativos a mercado ou mesmo os decorrentes de fatores naturais (geada, granizo, períodos de longa estiagem ou de excesso de pluviosidade), ou ainda, os efeitos negativos do ponto de

vista do comportamento da fertilidade do solo frente ao uso contínuo do mesmo com a mesma espécie de planta.

- A incapacidade do setor agrícola municipal, ou mesmo do setor secundário em absorver a mão-de-obra disponível, em detrimento de maiores e melhores oportunidades de emprego, bem como melhores salários nas cidades para onde os leobertenses têm se dirigido.
- ✎ • Falta de indústrias, as quais poderiam ocupar parte do excedente da população ativa. Segundo a opinião de muitos leobertenses, a falta de indústrias no Município é responsável por grande parte do êxodo rural da população, pois limita a oferta de empregos a níveis baixíssimos. Entre outras pessoas que pensam desta forma, destacamos o então Prefeito na época (1994 - 1995) o qual achava que o problema seria resolvido se o poder público municipal investisse na implantação de indústrias.
- ✎ • Fraco comércio local, onde a oferta de produtos mais elaborados é inexistente ou, quando existe, o seu preço é sobrevalorizado e assim torna-se inacessível a uma grande parcela da população de baixa renda.
- Infra-estrutura viária deficiente em qualidade de trafegabilidade; deficiência esta que se assenta a princípio nas condições adversas do meio físico, porém aumentadas pela falta de um controle mais eficaz no que tange à manutenção das mesmas, não obstante reconheçamos as dificuldades, notadamente quanto aos poucos recursos financeiros disponíveis para tais fins.
- ✎ • Deficiência em oferta de transporte coletivo, tanto a nível local (intramunicipal) que atenda a todas as localidades rurais, quanto a nível intermunicipal. Como já colocado no Capítulo I, só existe uma linha de ônibus três vezes por semana para Florianópolis, e uma linha diária para Imbuia. Há 20 anos atrás, entretanto, o Município de Leoberto Leal era melhor servido por transporte para outros municípios: além de linhas diárias para Alfredo Wagner, Florianópolis e Imbuia, possuía linhas de ônibus via Nova Trento, para Brusque.
- ✎ • Dificuldades estruturais (físicas, econômicas) com relação ao escoamento e ao comércio dos produtos agrícolas. Além de sofrerem restrições inerentes a uma economia de mercado, apresentam também desvantagens com relação às distâncias e às más condições de trafegabilidade das estradas. Algumas localidades, (por ocasião de períodos chuvosos), ficam impossibilitadas de manter o escoamento da produção, visto que, o

tráfego de veículos, notadamente os de grande porte ou de carga, é totalmente inviabilizado, devido às más condições em que se encontram as respectivas estradas.

- Por outro lado, considerando que o agricultor comercializa somente com intermediários, fica na maioria das vezes, totalmente à mercê das condições que os mesmos lhes oferecem. Esta situação de subordinação também se encontra junto aos produtores de fumo, que embora negociem diretamente com as firmas fumicultoras, se submetem às condições, que lhe são “oferecidas” pela firma com a qual trabalha em regime de integração.
- Mau uso e emprego de verbas de programas de apoio ao agricultor, como por exemplo o Projeto CRER e o MICROBACIAS. No caso do Projeto CRER, entre outras questões sobressaiu-se a sua curta duração. Problemas surgidos na Diretoria Administrativa do Projeto interferiram de forma negativa na execução de determinadas ações previstas, bem como na atuação do técnico responsável. Além da solução deste problema, seria necessário que se pensasse em manter o Projeto, pelo menos a médio prazo.
- Concorrência de produtos agrícolas oriundos de outros municípios, ou regiões, como por exemplo frutas. O comércio local (na sede) busca em Florianópolis na CEASA, frutas de tipos diversos para ter uma oferta variada, incluindo os tipos produzidos em Leoberto Leal. Pode-se considerar este fato uma deslealdade dos comerciantes locais para com os produtores rurais do Município, os mesmos “recusam-se” a comprar dos produtores locais.
- Falta de boa estrutura de armazenagem, tanto particular quanto em âmbito governamental. A nível de produtor, muitas vezes, as estruturas são escassas e inadequadas às necessidades do produto; e a nível governamental (seja municipal ou estadual), são simplesmente inexistentes.
- Dificuldade de acesso e deslocamento da população jovem até às escolas superiores ou de 2º Grau. Assim sendo, muitos jovens que querem continuar os estudos têm que mudar-se, (às vezes sozinhos, outras, acompanhados por seus pais).

2) Motivos pessoais:

Incluimos alguns de influência direta sobre o migrante como: casamento, proximidade de outros membros da família e aspirações profissionais. Foi constatado através dos dados da pesquisa de campo que: (a) entre os jovens emigrantes, o motivo preponderante é o trabalho, com 53%, o casamento com 24% e o estudo com 20%, ficando o restante com outros motivos; e, (b) entre as famílias, tal quadro fica assim composto: em primeiro lugar

com percentuais elevados estão as más condições (baixa rentabilidade das atividades agrícolas) de sobrevivência no campo, com o equivalente a 63%, em segundo lugar está o estudo para os filhos com 9% os restantes 28% estão distribuídos entre saúde, descontentamento com o lugar e a administração, incluindo más condições das estradas, ficar perto de parentes, etc..

3) A infra-estrutura rural e a conjuntura administrativa de órgãos de gestão do setor primário do Município de Leoberto Leal :

- Habitat rural disperso: grandes distâncias entre a propriedade e a sede administrativa do Município.
- Rapidez (pequena duração) dos projetos implantados na área agrícola.
- Plano de Desenvolvimento Agrícola Municipal - muito modesto em seus objetivos em termos quantitativos: o número de produtores (ou estabelecimentos) rurais incluídos como alvo de atendimento, é muito baixo. Por outro lado, parece que o referido plano têm sido elaborado com pouco estudo sobre a realidade e com critérios nem sempre bem claros, deixando transparecer a suposição de que o mesmo existe apenas para cumprir algumas exigências de ordem burocrática vinculadas à concessão de verbas para o setor.
- Sindicato pouco operante - muitos entrevistados queixaram-se do atendimento do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Leoberto Leal, no sentido de que pouco se empenha para defender os direitos sociais dos trabalhadores, como por exemplo: auxílio maternidade ou mesmo acompanhar, de forma mais efetiva a declaração do ITR, uma vez que tal declaração, por sua complexidade, exige conhecimentos avançados em áreas como a Matemática e do Direito.
- Um número bastante expressivo de taxas: Imposto Territorial Rural; FUNRURAL; Federação da Agricultura, imposto sobre o produto (ICMS) etc..
- Falta de efetivo planejamento rural ou de uma “política de desenvolvimento rural”, e maior assistência, tanto técnica quanto financeira, ao homem do campo. Pode-se dizer que no Município há políticas de desenvolvimento agrícola; no entanto, tais políticas, têm sido pouco operantes, e por conseguinte, os resultados obtidos são pouco representativos no contexto geral da agricultura e no desenvolvimento rural local;
- Má administração da Secretaria Municipal da Agricultura e uma política de privilégios quanto ao atendimento dos técnicos agrícolas e da extensão rural aos produtores rurais. Neste sentido, um dos munícipes que faz parte das lideranças comunitárias nos declarou

que “os técnicos da EPAGRI só vem buscar o agricultor para levar para o Banco para fazer empréstimo”.

- Dificuldade de acesso aos mercados consumidores. Grande atuação dos intermediários. O produtor fica à mercê dos preços determinados pelos mesmos. Não há preocupação a nível de administração municipal que objetive ações no sentido de interferir no processo de comercialização, visando favorecer o produtor.

V. *Condicionantes culturais* - Baixo nível de instrução; dificuldade em aceitar inovações, bem como, um modesto nível de aspirações, por parte de uma parcela considerável da população rural (notadamente os mais velhos, isto é, acima de 45 anos, que representam 15,73% da população total). Esse condicionante cultural aliado ao já exposto baixo grau de instrução, interfere na capacidade de assimilação de novas tecnologias, as quais por sua vez se bem aplicadas, (de acordo com as condições do meio físico e a vocação da área) resultariam em um aumento da produtividade e conseqüente aumento de rentabilidade.

O baixo grau de instrução também interfere na capacidade do produtor em acompanhar a complexidade das novas relações econômicas surgidas com o desenvolvimento do capitalismo, relegando-o a uma condição de marginalidade no processo produtivo. Após os estudos de campo constatamos que o baixo grau de escolaridade ou instrução do produtor rural leobertense (assunto exposto no início deste capítulo, item 3.1.4.) é um condicionante de caráter negativo, já que impede ou dificulta o entendimento e a compreensão necessários a um bom desempenho econômico da propriedade. Com todas as circunstâncias adversas encontradas, na atualidade, no setor agrícola, um bom nível de instrução é imprescindível para que o produtor possa enfrentar e superar ou suplantar tais dificuldades.

A esses fatores aliam-se, ainda, os relacionados às condições naturais da área, como:

- (a) meio natural pouco favorável à atividade agrícola: relevo muito acidentado, em que predominam as altas declividades; grande porcentagem de solos de baixa fertilidade com alto teor de pH (acidez), o que exige vultosas quantias em dinheiro para torná-lo produtivo;
- (b) instabilidade dos fenômenos climáticos (chuvas, secas, granizo, geada). Neste caso, convém ponderar que se o agricultor fosse suficientemente instruído e tivesse um grau de percepção do meio ambiente bastante elevado, bem como, capital suficiente, essas deficiências ou condicionantes do meio físico se tornariam menos significativas no processo

produtivo, pois o mesmo encontraria mais facilmente soluções para superá-las ou suplantá-las, o que resultaria em aumento de produtividade e de produção.

VI. Descapitalização do Agricultor:

São muitos os fatores que em conjunto ou separadamente atuam neste sentido. Além das forças de caráter mais geral como o já exposto sobre as desigualdades econômicas inerentes ao capitalismo, atuam também fatores de âmbito mais restrito e específicos da área de estudo:

- Baixa produtividade, embora as estatísticas apontem para uma boa ou alta produtividade, particularmente, no caso da cebola. Estes dados, entretanto, são por nós contestados, uma vez que, verificamos que a maioria dos produtores (cerca de 80%) não sabe o quanto planta e nem quanto colhe. Os que controlam e contabilizam suas atividades, via de regra, são os maiores e os melhores produtores, embora não sejam a minoria. Daí, o alto índice de produtividade apresentado nos censos agropecuários.
- Baixo padrão tecnológico da agricultura. Grande porcentagem de produtores com baixo padrão de tecnologia e de baixo nível de administração do processo produtivo e demais atividades do estabelecimento. Tal situação interfere indiretamente na produtividade da terra e do próprio homem.
- Questões relativas aos preços dos insumos e dos produtos os quais em determinados períodos são muito desvantajosos para o produtor. Nos últimos anos, especialmente após a implantação do Plano Real este item têm muito contribuído para a descapitalização do agricultor, já que diminuiu em muito o lucro em função de um “fixação” de preços dos produtos agropecuários a níveis muito baixos; em contrapartida, um aumento (muitas vezes em mais de 100 %) nos preços dos insumos.
- Perdas constantes do produto em função da perecibilidade do mesmo (caso da cebola) ou mesmo da má qualidade (caso do fumo, do feijão, do queijo, da manteiga, do gado de corte, etc.).
- Renda mínima ou nula. Segundo o depoimento de muitos produtores, nos últimos anos, – com ressalvas para uma ou outra safra, – a maioria dos agricultores está tendo prejuízos e, com isto, aumentando suas dívidas e, por conseguinte, descapitalizando-se.
- À esta situação soma-se um sistema de crédito desfavorável: com juros muito altos e regras nem sempre bem claras; liberação tardia; limitações quanto à cultura a ser financiada; exigência de projeto feito pelo órgão local de assistência técnica, etc. A

assistência técnica por sua vez, atende a uma porcentagem pouco expressiva da população agrícola, o que resulta em que nem todos tem acesso ao crédito, conforme depoimentos colhidos em campo e mencionados no Capítulo II.

Muitos agricultores queixaram-se de falta de apoio da Prefeitura, no que concerne à melhoria das rodovias, que lhes permitiria mais facilidade e conseqüentemente maior procura e comércio para os seus produtos, o que indiretamente interfere na rentabilidade da atividade de maneira negativa.

Entretanto, há também um outro problema quando se fala da pequena propriedade: o diferencial de rentabilidade em relação à grande propriedade que tem melhores condições com relação às tecnologias de produção e maior concentração de capital, os quais, por sua vez, permitem obter escalas de produção mais amplas, com maior rentabilidade. Em muitos casos as empresas pequenas e médias não subsistem, descapitalizando-se até serem absorvidas por completo pelas grandes empresas.

3.3.3. Conseqüências

Em nossa pesquisa, nos propusemos a examinar as conseqüências do êxodo rural em Leoberto Leal como área dispersora de população, ou seja, as conseqüências para o próprio Município.

A primeira conseqüência que se nos apresenta a olhos vistos é a diminuição absoluta da população total. Diminuição esta que, considerada tanto em termos absolutos quanto em termos relativos, não é tão expressiva uma vez que o próprio contingente populacional do Município como um todo é muito baixo. Como já dissemos anteriormente, no início deste capítulo, o Município possui uma densidade demográfica baixa: 14 hab /Km² em 1996.

Embora se perceba uma diminuição maior da população rural a cada censo, esta ainda permanece com uma porcentagem bem alta de participação em relação à população total. Esta situação, por sua vez, é preocupante pois esta variável, tal como se apresenta, indiretamente se constitui em um dos indicadores do baixo índice de desenvolvimento econômico apresentado.

Em Leoberto Leal, as populações emigrantes estão na faixa etária produtiva e, ao mesmo tempo reprodutiva (fato bem visível ao se observar o comportamento das pirâmides etárias - p.125). Desta observação, em primeiro lugar visualizamos um aumento da

população senil e diminuição do potencial produtivo; entretanto, há também uma diminuição das taxas de fecundidade bem como da de natalidade, o que aliás, por um lado é um fator positivo, pois diminui o percentual de população inativa a curto prazo. Por outro lado, entretanto, mostra-se negativo considerando-se que esta população será futuramente ativa, o que resultará numa diminuição no potencial populacional futuro na perspectiva de desenvolvimento econômico para o Município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tratado como integrante de um processo demográfico-social mais abrangente chamado migração interna e que ocorre dentro de determinados espaços geográficos considerados, o êxodo rural caracteriza-se por ser um movimento horizontal de população com mudança de domicílio — da área rural para a urbana — e mudança de atividade exercida.

Embora seja um movimento presente a nível mundial desde após a Revolução Industrial, nos países de industrialização tardia têm se registrado também mais tardiamente, assumindo características próprias de acordo com as condições econômicas e sociais em que se verifica. Em especial, nas nações latino-americanas constitui-se no movimento populacional horizontal mais importante, uma vez que entre os vários tipos de migração interna existentes é o de maior ocorrência e tem se registrado com grande intensidade, notadamente a partir do momento em que os respectivos países iniciaram o processo de industrialização e conseqüente urbanização.

No Brasil, como em outras nações latino-americanas, o êxodo rural têm se constituído, nas últimas décadas em um fenômeno de grandes proporções, não obstante tenha sido uma constante desde o começo deste século. Dirigindo-se primeiramente aos centros urbanos onde se concentra a produção industrial, os fluxos de êxodo rural passaram a se expandir no espaço geográfico, adquirindo o caráter interregional. O sentido e a direção desses fluxos seguiram basicamente os passos do processo de industrialização do país, intensificando-se a partir dos anos 60 e 70, porém, assumindo a partir dessa época, um caráter menos concentrador do ponto de vista das áreas receptoras.

Os motivos, causas e fatores que provocam e contribuem para impulsionar, bem como, direcionar esses movimentos estão relacionados principalmente às mudanças que ocorrem nas estruturas econômicas. Assim, de início, na fase de transformação da economia

agrícola para uma economia industrial, os “fatores de atração” eram os que exerciam maior influência. Entretanto, nas últimas décadas deste século, embora os fatores de atração ainda continuem a atuar, são os “fatores de repulsão” que preponderam sobre o êxodo rural.

Esta situação por sua vez, resulta do processo de acumulação capitalista, que atua a princípio na economia do País de maneira global, mas também interfere de maneira mais específica. Privilegiando sobremaneira a reprodução ampliada do capital, aprofundando as diferenças sociais, esse processo provoca uma redistribuição populacional que favorece a reprodução do capital — “a concentração urbana”, e conseqüente esvaziamento das áreas de menor densidade demográfica, contribuindo para ampliar ainda mais as desigualdades regionais.

O movimento migratório no sentido de emigração populacional a nível intermunicipal, (caso de Leoberto Leal e de muitos outros municípios de baixo contingente populacional) se integra no processo migratório do País, que passou a se desenvolver a partir da década de 30. Está vinculado ao processo de transformação econômica ocorrido nas escalas nacional, estadual e em âmbito regional. Identifica-se com os processos de industrialização e urbanização que se concentraram a princípio no sudeste, tendo, em momentos históricos distintos, se estendido à outras partes do País.

✦ Particularmente, o êxodo rural, têm decorrido, por um lado, da penetração do modo de produção capitalista no campo, o qual induz ao abandono das atividades agrícolas em busca de outra ocupação que possibilite melhores condições de vida. Em algumas regiões do País, em especial nas áreas de predomínio de grandes latifúndios, o progresso técnico na agricultura foi e continua sendo, um dos grandes responsáveis pela formação de elevados contingentes de mão-de-obra agrícola excedente, que se dirigiram (e se dirigem) para áreas urbanas à procura de emprego.

Em Santa Catarina, entretanto, este fator não foi o preponderante, muito pelo contrário, a sua influência foi pouco expressiva, visto que, no Estado predomina a pequena propriedade, cuja mão-de-obra é constituída essencialmente pela própria família e, eventualmente um ou outro assalariado, como complemento da mão-de-obra familiar.

Em especial, no Município de Leoberto Leal, o processo de mecanização da lavoura foi menor e menos intenso que em outras áreas do Estado; portanto, menos atuante enquanto “substituto-expulsor” da mão-de-obra agrícola.

A análise e interpretação dos dados, tanto os secundários quanto os obtidos através da pesquisa de campo, nos permite declarar que a produção familiar passa (e tem passado)

por sérias dificuldades, desde as de origem econômico-financeiras, bem como as de origem tecnológica e inclusive cultural (ou relativa à instrução). Fatores estes que muito tem contribuído para “expulsão” do homem do campo.

Particularmente no caso de Leoberto Leal o êxodo rural pode ser considerado como um processo econômico-social negativo, uma vez que “expulsa” a população rural devido as más — e por que não dizer, — péssimas condições de vida, resultantes da baixa rentabilidade das atividades agrícolas, (muito presentes nos últimos anos), notadamente na pequena produção. A estes elementos, deve-se acrescentar também o peso da influência da situação de baixa qualidade e quantidade dos serviços básicos e de infra-estrutura prestados pelo Município, tanto na área rural quanto na área urbana do mesmo. Assim, a população leobertense busca suprir essas necessidades em áreas urbanas de outros municípios.

Considerando este aspecto negativo apresentado pelo êxodo rural nas áreas de baixa rentabilidade na agricultura — como é o caso de Leoberto Leal — concluímos que o “controle racional” do êxodo das populações de origem rural para as cidades, poderá ocorrer quando houverem mudanças nas estruturas necessárias a um desenvolvimento sócio-econômico mais equilibrado, em que o pequeno produtor encontre incentivos e condições de garantir a sobrevivência de sua família. Queremos entretanto esclarecer que não se trata aqui de querer manter o homem no campo, a qualquer custo, mas sim, transformar essa “transferência” de mão de obra em um processo “racional” em que as mudanças ocorram paulatinamente onde, tanto o setor econômico quanto o indivíduo sejam beneficiados, enfim, que se registrem menos prejuízos sociais.

No desencadeamento do processo de evasão populacional do Município de Leoberto Leal são também bastante atuantes as causas relacionadas aos “fatores de atração”, ou mais precisamente, as relacionadas a melhores oportunidades de emprego, bem como melhores salários oferecidos (em tese) nas áreas urbanas. É evidente que a “cidade” continua a manter forte atração sobre o homem rural, já que a mesma é concentradora de serviços, podendo dispor, proporcionalmente, de maiores oportunidades de ocupação e emprego, bem como de manter a expectativa de uma renda mensal fixa. Além disso, a “cidade” ainda dispõe de melhor qualidade e quantidade de oferta de infra-estrutura e de serviços básicos, bem como de lazer, que se encontram disponíveis à população em geral. Resumindo, em tese, a “cidade” oferece “melhor qualidade de vida”.

Verificamos também, que este quadro apresentado por Leoberto Leal, tem sido uma regra geral em muitos dos municípios catarinenses, principalmente a partir da década de 70.

Uma grande porcentagem dos mesmos, não só apresenta uma diminuição relativa da população rural mas também uma diminuição absoluta,. Embora se perceba um aumento do percentual de população urbana e uma diminuição contínua do percentual de população rural a cada censo, este ainda é muito alto. Até certo ponto, esta situação de alto percentual de população rural em relação à população total de determinado município é preocupante, uma vez que, indiretamente, se constitui em um dos indicadores de baixo desenvolvimento econômico.

Constatamos que o Município de Leoberto Leal é uma área de estagnação econômica e demográfica . Neste sentido são fatores determinantes alguns agentes locais, mas também a dinâmica econômica regional e a infra-estrutura das vias de transporte e comunicação, tanto as de âmbito local quanto as de âmbito regional. O controle de tal situação exige investimentos em ações ou políticas que visem diminuir as desigualdades regionais e procurem “fixar” o munícipe leobertense.

Assim, para diminuir os altos índices de êxodo populacional (com maior evasão da população de origem das áreas rurais), dos municípios de baixo contingente demográfico, é necessário em primeiro lugar, suprir as deficiências de boas condições de tráfego nas estradas, de transportes coletivos suficientes e adequados e, melhor atendimento à saúde. É imperativo também melhorar o nível de instrução da população rural em geral, mas principalmente o do produtor rural, para que o mesmo se capacite para gerenciar adequadamente a sua propriedade, tornando-a economicamente viável. Outrossim, cabe às autoridades municipais, planejar e executar um plano efetivo de desenvolvimento municipal (rural e urbano) sustentável, criando assim as condições necessárias para absorver toda mão-de-obra disponível, bem como melhorar o nível de vida da população em geral e consequentemente diminuir a intensidade do processo de êxodo rural de caráter intermunicipal, ou seja, a evasão populacional.

Ao encerrar este trabalho, pretendemos registrar a sua importância tanto para os meios acadêmicos e científicos, quanto a nível político-administrativo. Além de, eventualmente, contribuir para o melhor conhecimento da problemática do êxodo rural na atualidade, seja a nível municipal ou mesmo estadual, os seus resultados poderão servir como orientação ou referência e estímulo à realização de outros estudos com base no mesmo fenômeno, ou seja, onde se verifica a ocorrência de semelhantes processos de mobilidade populacional horizontal.

Os conhecimentos adquiridos, os mapas, gráficos e tabelas originados da pesquisa, fornecerão elementos importantes para o planejamento e a implantação de projetos no município, visando desenvolver as áreas de atividades mais carentes, bem como minimizar os problemas, particularmente tentar diminuir o êxodo rural, - já que o crescimento populacional do Município na atualidade é quase nulo e já foi negativo.

Além disso, esta pesquisa poderá, eventualmente, contribuir para o melhor conhecimento deste fenômeno na atualidade, seja a nível municipal ou estadual. Os resultados da mesma poderão ainda servir como referência e estímulo a realização de outros estudos com base no mesmo fenômeno.

BIBLIOGRAFIA GERAL

ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo, HUCITEC, 1992.

ALMEIDA, Neide Oliveira de. Metodologia em Geomorfologia Ambiental. *GEOSUL*. Florianópolis, Departamento de Geociências - UFSC, Ano I, no 1, pp. 59-68, 1986.

ALVAREZ, J. Pereira. *Agricultura em crise*. Porto Alegre, Gráfica Pallotti, 1995.

ARAGON, Luís. *As migrações internas no Brasil; uma revisão bibliográfica*. São Paulo, USP, 1988, pp.1-16. Tese de Doutorado.

ARAGON, Luís E. MOUGEOT, Luc J. A. *Migrações internas na Amazônia; contribuições teóricas e metodológicas*. Belém, UFPA/NAEA - Universidade Federal do Pará/Núcleo de Estudos Amazônicos, 1986.

ARAÚJO, Paulo F. C. de SCHUH, G. Edward. *Desenvolvimento da agricultura; análise da política econômica*. São Paulo, Pioneira Editora, 1977. (Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, Série Estudos Agrícolas).

BENADUCE & Outros. Considerações preliminares sobre a questão agrária na Bacia do Rio Ivai - PR, como subsídio ao estudo do meio ambiente. *ANAIS do XI ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - ENGA*. Maringá (PR), 1992. (Comunicações, vol. I - B).

BORTOLUZZI, Carlos Alfredo. Esboço geomorfológico de Santa Catarina. In: *Textos básicos de geologia e recursos minerais de Santa Catarina*. Florianópolis, DNPM/Coordenadoria de Recursos Minerais da Secretaria da Ciência e Tecnologia, Minas de Energia do Estado de Santa Catarina, 1987.

BOTELHO, Maria Emília de Castro & BECHER, Olga Maria Schild. Uma visão do crescimento populacional brasileiro no período de 1970 - 1980. In: *Brasil uma visão geográfica nos anos 80*. Rio de Janeiro, IBGE, 1988.

BRIGG, Pamela H. A migração para áreas urbanas. In: MOURA, Hélio A. de (Org.). *Migração interna; textos selecionados*. Fortaleza (CE), BNB/ETENE - BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S. A./Escritório de Assuntos Econômicos do Nordeste, 1980, pp. 611 - 79, Tomo I.

- BRUM, Argemiro. *Modernização da agricultura : trigo e soja*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Vozes, 1988.
- BUNTING, Brian T.. *Geografia do solo. A terra e o homem*. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1971.
- CAMARGO, José Francisco de. *Êxodo rural no Brasil; formas, causas e conseqüências principais*. Rio de Janeiro, Conquista, 1960.
- CATALDO, Denilda Martinez (Org.). *Geografia do Brasil: Grande Região Sul*. Rio de Janeiro, IBGE, Conselho Nacional de Geografia, 1963. Vol. IV, Tomo I.
- CARREIRA, Maria Elizabeth de P. C. de & GUSMÃO, Rivaldo Pinto de. As transformações na agricultura brasileira e suas conseqüências no meio ambiente. In: GUSMÃO, Rivaldo P. de & Outros. *Diagnóstico Brasil - a ocupação do território e o meio ambiente*. Rio de Janeiro, IBGE, 1990.
- CAVICCHIOLI, Maria Angélica Bizari. As hortaliças na Grande Florianópolis. Da produção ao consumo; a ação dos agentes intermediários. Florianópolis, UFSC, 1997. Dissertação de Mestrado em Geografia.
- CORADINI, Odacir Luiz & FREDERICO, Antoinette. *Agricultura, cooperativas e multinacionais*. (Produtores, cooperativismo empresarial e multinacionais: o caso do trigo e da soja). Rio de Janeiro, Zahar, 1982. (Coleção Agricultura e Sociedade.)
- CORRÊA, Walkíria Krüger. *A atividade agrícola e a evolução da modernização da agricultura no Estado de Santa Catarina 1950-1975*. Rio Claro, UNESP, 1981. Dissertação de Mestrado em Geografia.
- DAMIANI, Amélia. *População e Geografia*. São Paulo, Contexto, 1991.
- DAVIDOVICH, Fany Raquel & FREDRICH, Olga Maria Buarque Lima. Urbanização no Brasil. In: *Brasil: Uma visão geográfica nos anos 80*. Rio de Janeiro, IBGE 1988.
- DNPM - DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO MINERAL. *Mapa Geológico do Estado de Santa Catarina*. Florianópolis, MME / DNPM-SC / SIC. 1986.
- _____. *Textos básicos de Geologia e recursos minerais de Santa Catarina*. Florianópolis, DNPM / Coordenadoria de Recursos Minerais da Secretaria da Ciência e Tecnologia, Minas e Energia do Estado de Santa Catarina, 1987.
- DINIZ, José Alexandre Felizola. *Geografia da agricultura*. São Paulo, DIFEL, 1984.
- DURHAM, Eunice R. *A caminho da cidade*. 3ª ed. São Paulo, Perspectiva S.A., 1984. (Debates, Ciências Sociais).
- ECO, Umberto. *Como se faz uma tese; metodologia*. 12ª ed. São Paulo, Perspectiva S.A. 1995.

- ELIZAGA, Juan C. *Migraciones Interiores: Evolución Reciente y Estado Atual de los Estudios*. México, Conferência Regional Latinoamericana de Población, 17 a 22-08-70.
- LUZ, France. *Migrações internas no contexto do capitalismo no Brasil: a Microrregião Norte Novo de Maringá 1950-1980*. São Paulo, USP/FFLCH, 1988. Tese de Doutorado.
- FRANCO, Homero M. A pequena propriedade em Santa Catarina. *Agropecuária Catarinense*. EMPASC, 1 (2): 23-29, junho, 1988.
- GALVÃO, Maria do Carmo Corrêa. Questões e Desafios para a investigação em Geografia Agrária. *GEOSUL*. Florianópolis, Departamento de Geociências - UFSC, Ano VII, no 7, pp. 92-105, 1989.
- GAPLAN. Gabinete e Planejamento e Coordenação Geral. *Atlas Geográfico de Santa Catarina*. Rio de Janeiro, Aerofoto Cruzeiro, 1986.
- GEORGE, Pierre. *População e povoamento*. São Paulo, DIFEL, 1975.
- GERARDI, Lúcia Helena. de Oliveira & SILVA, Barbara-Christine Nentwig. *Quantificação em Geografia*. São Paulo, DIFEL, 1981.
- GERMER, Claus Magno. Acumulação de capital e proletarização da agricultura brasileira. *ANAI IX Encontro Nacional de Geografia Agrária*. Maringá (PR), 1992, vol. II.
- GRAZIANO DA SILVA, José (Coord.). *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*. 2ª ed. São Paulo, HUCITEC, 1980.
- _____. *A modernização dolorosa; estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- GUICKERT, Valdino. *A história do povoamento de Leoberto Leal. Datilografado*.
- HERMANN, Maria L. P. & ROSA, R. O. Relevô. In: *Geografia do Brasil; Região Sul*, Rio de Janeiro, IBGE, 1990, vol. 2.
- I.B.G.E. - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico*. Série Regional, vol. I, Tomo XV, 1ª parte. Rio de Janeiro, 1960.
- _____. *Censo Demográfico*. Série Nacional, vol. I, Rio de Janeiro, 1960.
- _____. *Censo Demográfico*. Série Nacional, vol. I, Tomos XX e XXI, Rio de Janeiro, 1970.
- _____. *Censo Demográfico*. Tomo 3, nº 19, Rio de Janeiro, 1980.
- _____. *Censo Demográfico*. 1991.

- _____. *Projeto RADAMBRASIL*; Relatório final. Pedologia, vol. 35. (Inédito).
- _____. *Censos Agropecuários de Santa Catarina*. Rio de Janeiro, 1970, 1975, 1980, 1985, 1995/1996.
- _____. *Contagem da População*. Vol. 1, Rio de Janeiro, 1996.
- _____. *Anuário Estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro, 1992.
- _____. *Anuário Estatístico de Santa Catarina*. Rio de Janeiro, 1995.
- IPEA/INPES - Instituto de Planejamento Econômico e Social/Instituto de Pesquisas. *Migrações internas no Brasil*. Rio de Janeiro, 1973. (Monografia nº 5).
- ISRAEL, Celito José. *Aspectos da organização agrária e da produção familiar no município de Urubici, o caso das hortaliças*. Florianópolis, UFSC, 1991. Dissertação de Mestrado em Geografia.
- KLEIN, Roberto Miguel. Mapa fitogeográfico do Estado de Santa Catarina. In: *Flora Ilustrada Catarinense*. Itajaí (SC) SUDESUL/FATMA/Herbário Barbosa Rodrigues, 1978.
- LAGO, Paulo Fernando. *Santa Catarina, dimensões e perspectivas*. Florianópolis, UFSC, 1978.
- _____. *Evolução da estrutura agrária de Santa Catarina*. Florianópolis, CODESUL, 1972.
- LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia do trabalho científico*. 4ª ed. rev. e amp. São Paulo, Atlas S.A. 1992.
- LEE, Everett S. Uma teoria sobre a migração. In: MOURA, Hélio A. de (Org.). *Migração interna*; textos selecionados. Fortaleza (CE), BNB/ETENE - BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A./Escritório de Assuntos Econômicos do Nordeste, 1980, pp. 89-114, Tomo I.
- LEPSCH, T. F. (Coord.). *Manual para levantamento utilitário do meio físico e classificação de terras no sistema de capacidade de uso*. Campinas (SP), Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, 1983.
- LOPES, Juarez Rubens Brandão. *Do latifúndio a empresa capitalista, unidade e diversidade do capitalismo no campo*. Cadernos CEBRAP 26, São Paulo, Brasiliense, 1976, pp.15-63.
- _____. *Desenvolvimento e migração: uma abordagem histórico-estrutural*. Estudos CEBRAP 6, São Paulo, Brasiliense, 1973, pp.125-42.

- MAIA, Doralice Sátyro. *O campo na cidade: necessidade e desejo*. (um estudo sobre subespaços rurais em João Pessoa - PB), Florianópolis - UFSC, 1994, pp. 33-58. Dissertação de Mestrado em Geografia.
- MALUF, Renato Sérgio. Comercialização agrícola e desenvolvimento capitalista no Brasil. *Revista de Economia Política*, 12 (3): 46-57, jul./set./ 1992.
- MARGULIS, Mário. Estudio de las migraciones em su lugar de origem. América Latina, 1966.
- MÁRMORA, Lélío. As migrações de trabalhadores e os processos de integração. *Travessia*; revista do migrante. São Paulo, CEM - Centro de Estudos Migratórios. Ano IX. nº 25 pp. 43-50, maio / ago. / 96.
- MARTINE, George & GARCIA, Ronaldo Coutinho. *Os impactos sociais da modernização agrícola*. São Paulo, CAETES, 1987.
- MARTINI, George. Fases e faces da modernização agrícola Brasileira. *Planejamento e Políticas Públicas*, vol. 3, jun./1990.
- MELLO, Fernando H. de. O crescimento agrícola brasileiro dos anos 80 e as perspectivas para os anos 90. *Revista de Economia Política*, 10 (3), 1990.
- MENDRAS, Henry. Êxodo rural e industrialização. *Diógenes*. Brasília, nº 4, pp. 65-76, jan./jun., 1983.
- MESQUITA, Olindina Vianna & SILVA, Solange Tietzmann. Agricultura brasileira: questões e tendências. In: *Brasil uma visão geográfica nos anos 80*. Rio de Janeiro, IBGE, 1988.
- MORO, Dalton Áureo. Aspectos da dinâmica espacial da população norte-paranaense durante o processo de modernização da agricultura regional. *ANAIIS XI Encontro Nacional de Geografia Agrária*. Maringá (PR), 1992, pp. 57-76. (Comunicações, vol. I - A).
- _____. *O êxodo rural e o crescimento populacional da cidade de Maringá, no período de 1970 a 1980*. Boletim de Geografia. Maringá (PR), 1988.
- MUNHOZ, Dércio Garcia. *Economia agrícola; agricultura, uma defesa dos subsídios*. Petrópolis (RJ), Vozes, 1982.
- MUÑOZ, Humberto & OLIVEIRA, Orlandina de. A migração interna na América Latina: exposição e crítica sobre algumas análises. In: MOURA, Hélio A. de. *Migração interna*, textos selecionados, Tomo I. Fortaleza, (CE) BNB/ETENE - BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S. A./Escritório de Assuntos Econômicos do Nordeste, 1980, pp. 531-635.
- OENNING, J. & Outros. Pedologia. Levantamento exploratório de solos. In: IBGE. Folha SG 22 Curitiba. Mapa e texto explicativo (Inédito).

- OLINGER, Glauco. *Êxodo rural: campo ou cidade?* Florianópolis, ACARESC, 1991.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. O campo brasileiro no final dos anos 80. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, AGB, 66 (5-22), 2º sem, 1988.
- OLIVEIRA, Orlandina de & STERN, Cláudio. Notas sobre a teoria da migração interna. In: MOURA, Hélio A. de (Org.). *Migração Interna*; textos selecionados. Fortaleza, BNB/ETENE - BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A./Escritório de Assuntos Econômicos do Nordeste, 1980, pp. 245-63, Tomo I.
- ONU - Organização das Nações Unidas. Conceitos básicos, definições e mensuração da migração interna. In: MOURA, Hélio A. de (Org.). *Migração interna*, textos selecionados, Tomo I. Fortaleza (CE), BNB/ETENE - BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A./Escritório de Assuntos Econômicos do Nordeste, 1980, pp. 317 - 400. Trad.: José Alexandre Robatto Orrico.
- ORSELLI, Leda. *Proposta de classificação climática aplicada ao Estado de Santa Catarina*. São Paulo, USP, 1983. Tese de Doutorado em Geografia Física.
- ORSELLI, Leda & SILVA, José T. Neves da. *Contribuição ao balanço hídrico em Santa Catarina*. Florianópolis, UFSC, 1988. Dissertação de Mestrado em Geografia.
- PAULILO, Maria Ignez S. Crédito agrícola e pequena produção. *Planejamento e Políticas Públicas*, no 2, 93-109, IPEA/INPES - Instituto de Planejamento Econômico e Social/, 1989. -
- PELUSO JUNIOR, Victor Antônio. *Latifúndios e minifúndios no Estado de Santa Catarina*. Florianópolis, UFSC, 1971.
- _____. *Aspectos geográficos de Santa Catarina*. Florianópolis, UFSC, 1991.
- _____. O relevo do território catarinense. *GEOSUL*, Revista do Departamento de Geociências, Florianópolis, UFSC, Ano II, no 1 pp.7-68, 1986.
- _____. *Estudos de geografia urbana de Santa Catarina*. Florianópolis, Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte / UFSC, 1991.
- PENTEADO ORELLANA, Margarida M. *Fundamentos de Geomorfologia*. Rio de Janeiro, Fundação IBGE, 1980.
- PEREIRA, Luiz (Org.). *Urbanização e subdesenvolvimento*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1976.
- PEREIRA, Wladimir. *Demografia do subdesenvolvimento*. São Paulo, Saraiva, 1978.
- POMPÍLIO, Maria José. Hierarquia urbana e áreas espaciais de influência do Estado de Santa Catarina. *GEOSUL*, Revista do Departamento de Geociências - UFSC, Ano II, 1 pp.7-43, 1987.

- RAVENSTEIN, E. G. As leis da migração. In: MOURA, Hélio A. de (Org.). *Migrações internas*; textos selecionados. Fortaleza (CE), BNB/ETENE -BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A./Escritório de Assuntos Econômicos do Nordeste, 1980, pp. 19-88, Tomo I.
- RENNER, Cecília H. & PATARRA, Neide L.. A explicação social dos fenômenos demográficos. In.: SANTOS, Jair L. F. *Dinâmica da População*; teorias, métodos e técnicas de análise. São Paulo, QUEIROZ EDITOR Ltda., 1980. pp. 236-60.
- RIBEIRO, Marcos Roberto Moreira. Pequeno glossário de Geografia Agrária. *Revista Geográfica e Ensino*. Belo Horizonte, UFMG. 1982.
- ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Dinâmica de introdução de inovações na agricultura: uma crítica a abordagem neoclássica. *Revista de Economia Política*. 11 (1), 1991.
- _____. Políticas de ajustam e as relações agricultura - indústria no Brasil. *Revista da Economia Política*. 10 (3), 1990.
- SÁ, Maria Elizabeth de P. Corrêa de & Outros. Região Geoeconômica de Brasília: a produção de bens alimentares básicos e hortícolas e o mercado da Capital Federal. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, IBGE, 46 (1): 79-196, 1984.
- SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo, HUCITEC, 1994.
- SANTOS, Jair L. F. & Outros (Org.). *Dinâmica da População*: teoria, métodos e técnicas de análise. São Paulo, BBC, 1980, vol. 3.
- SAYAD, João. Crédito rural sob enfoque monetário. *Revista Conjuntura Econômica*. São Paulo, 39 (4): 136-37, 1985.
- _____. Notas sobre a agricultura no curto prazo. *Revista de Economia Política*. São Paulo, II (4): 33-55, 1982.
- SCHEIBE, Luiz F.. A geologia de Santa Catarina - Sinopse Provisória. In: *GEOSUL*. Florianópolis, Departamento de Geociências, UFSC, Ano I, nº 1 pp.7 -38, 1986.
- SECRETARIA DA AGRICULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Migração rural e urbana*. São Paulo, 1951.
- SEPLAN /SC - Secretaria do Planejamento. *Atlas Geográfico Escolar de Santa Catarina*. Rio de Janeiro, Aerofotos Cruzeiro, 1990.
- SJAASTAD, Larry A. Os custos e os retornos da migração. In: MOURA, Hélio A. de (Org.). *Migrações internas*; textos selecionados. Fortaleza (CE), BNB/ETENE - BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A./Escritório de Assuntos Econômicos do Nordeste, 1980, pp.115-44, Tomo I.

- SILVEIRA, J. M. Jardim & FUTINO, Ana Maria. A revolução verde e o melhoramento geométrico vegetal. *Revista Brasileira de Tecnologia*. Brasília, 14 (4) 18 - 23, Jul./Ago. / 1983.
- SINGER, Paul. O caráter histórico das migrações internas. *In: Economia política da urbanização*. 8ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1981.
- _____. *Dinâmica populacional e desenvolvimento*. Coleção Estudos Brasileiros, 5. São Paulo, HUCITEC, 1976.
- SOUZA, Itamar de. *Migrações internas no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1980.
- SUDESUL - Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul. *O fenômeno migratório na Região Sul*. Porto Alegre, 1975.
- SCHEIBE, Luiz Fernando. A geologia de Santa Catarina - Sinopse provisória. *GEOSUL*. Florianópolis, Revista do Departamento de Geociências - UFSC, Ano I, pp.7-38, 1986.
- SZMRECSÁNYI, Tamás & QUEDA, Oriovaldo (Org.). *Vida rural e mudança social*. 3ª ed., São Paulo, Nacional, 1979.
- TABAH, León & COSID, Merie-Eugene. Mensuração da migração interna a partir dos dados censitários. *In: MOURA, Hélio A. de (Org.). Migração interna; textos selecionados*, Tomo I, 1980, pp. 355-400.
- UNZER DE ALMEIDA, Vicente & MENDES SOBRINHO, Otávio Teixeira. *Migração rural - urbana*. São Paulo, Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, 1951.
- TODARO, Michael P. A migração da mão-de-obra e o desemprego urbano em países subdesenvolvidos. *In: MOURA, Hélio A. de (Org.). Migrações internas: textos selecionados*. Fortaleza (CE), BNB/ETENE - BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S. A./Escritório de Assuntos do Nordeste, 1980, pp.145-72, Tomo I.
- VALVERDE, Orlando. *Estudos de Geografia Agrária brasileira*. Petrópolis, Vozes, 1985.
- WEIBEL, Leo. *Capítulos de Geografia tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro, IBGE, 1958.
- WEST, D. A., HAMILTON, J. R. & LOOMIS, R. A. . Marco teórico da pesquisa migratória orientada para políticas. *In: MOURA, Hélio A. de (Org.). Migração interna; textos selecionados*. Fortaleza (CE), BNB/ETENE - BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S. A./ Escritório de Assuntos Econômicos do Nordeste, 1980, pp. 293 - 307, Tomo I.
- WILLIAMS, Raymond. Cidades e campos. *In: O campo e a cidade na história e na literatura*. Companhia das Letras, 1989. pp. 387-409.
- ZAAR, Míriam Hermi. *A produção do espaço agrário em Marechal Cândido Rondon (PR) entre 1940 e 1991*. Florianópolis, UFSC, 1996. Dissertação de Mestrado em Geografia.

ZEFERINO, Augusto César. Problemas que afetam a distribuição de produtos agrícolas. *GEOSUL*. Florianópolis, Revista do Departamento de Geociências, UFSC, Ano III, no 5 pp.41-50, 1988.

ANEXOS

ANEXO I

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

MESTRANDA: ALBA LAURA DA CUNHA

QUESTIONÁRIO DE CAMPO

DATA: __/__/__

ENTREVISTADO: _____

LOCALIDADE: _____

I - CARACTERIZAÇÃO DO PRODUTOR

- () 01. O produtor reside no estabelecimento rural? 1. Sim 2. Não
- () 02. Mora na área: 1. Rural 2. Urbana
- () 03. A casa onde mora é: 1. Própria 2. Alugada 3. Cedida
- () 04. O produtor é natural de: 1. Leoberto Leal 2. Outro município
- () 05. O cônjuge é natural de: 1. Leoberto Leal 2. Outro município
- () 06. Tempo de residência no município (em anos, quando for menos de um ano, colocar 00):
- () 07. É de origem: 1. Alemã 2. Açoriana 3. Italiana 4. Outra _____
- () 08. O cônjuge é de origem: (idem ao anterior)
- () 09. Idade do produtor.
- () 10. Idade do cônjuge:
- () 11. Grau de instrução do produtor:
1. Não frequentou a escola 2. Frequentou a 1ª Série 3. Frequentou até a 4ª Série
4. Frequentou até a 8ª série 5. 2º Grau incompleto 6. 2º Grau completo.
- () 13. Grau de instrução do cônjuge: (mesmas opções da questão anterior):
- () 14. Número de filhos maiores de 6 anos e menores de 14 anos que
- () Frequentam a escola: () Não frequentam a escola
- () 15. Número de filhos maiores de 14 anos que:
- () Frequentam a escola () Não frequentam a escola
- () 16. Abastecimento d'água na residência:
1. Encanada da (CASAN) 2. Encanada de fonte própria 3. Arroio sem encanamento
4. Fonte ou poço sem encanamento 5. Fonte protegida 6. Outra: _____
- () 17. Instalação sanitária (banheiro): 1. Sim 2. Não
- () 18. Possui fossa e/ou sumidouro? 1. Sim 2. Não
- () 19. Uso de energia elétrica: 1. da CELESC 2. Cia. E. J. 3. Própria 4. Não utiliza
- () 20. Possui outras fontes de renda além da agropecuária?
- Especificar: _____

II - ASPECTOS DO ESTABELECIMENTO AGRÍCOLA

- () 21. Área do estabelecimento (ha).
- () 22. Condição do produtor. 1. Proprietário 2. Parceiro ou meeiro 3. Arrendeiro
- () 23. Se for proprietário, como adquiriu a terra?
1. Compra 2. Herança e compra 3. Herança 4. Outros: _____
- () 24. Introduziu novos métodos de cultivo nos últimos 5 anos? 1. Sim 2. Não
25. Em caso afirmativo, especifique: (/ / /)
1. Rotação de culturas 2. Rotação de pasto 3. Irrigação
4. Cultivo mínimo 5. Cultura consorciada 6. Outras: _____
26. Utilização de máquinas agrícolas: (/ / / / / / /)
1. Trator 9 a 12 CV 2. Cultivador (trac. mec.) 3. Arado de tração animal 4. Trator 15 CV
5. Semeadeira 6. Pulverizador 7. Arado de tração mecânica 8. Outros: _____
27. Instalações e veículos existentes (quantidade): () Camionetas () Caminhões
- () Depósitos ou silos () Estufas () Outros: _____

III - ASPECTOS DA LAVOURA E DA PECUÁRIA NO ESTABELECIMENTO

28. Área (ha) utilizada com safra 94/95.
() Cebola () Fumo () Milho () Feijão () Outras: _____.
29. Área de culturas permanentes:
() Fruticultura () Reflorestamento () Palmito () Outros: _____.
- () 30. Área (ha) utilizada com pastagens naturais em 1995.
- () 31. Criação de animais (número de cabeças):
() bovinos (M) () bovinos (F) () suínos () caprinos () ovinos
() galináceos () peixes () eqüinos () outros : _____.
- () 32. É praticada a apicultura? 1. Sim 2. Não
- () 33. Número de colméias:
34. Produção total: (_____ kg/ano)
- () 35. Criação do rebanho bovino destina-se:
1. Corte 2. Recria 3. Leite 4. Recria e Leite
- () 36. Raça predominante:
1. Gir 2. Nelore 3. Jersey 4. Mestiça 5. Outras: _____.
- () 37. Pretende expandir a pecuária e derivados? 1. Sim 2. Não
Porque?: _____.
38. Utilização de insumos e defensivos:
() uréia () adubo orgânico () calcário () herbicida
() sal () adubo químico () fungicida () inseticida
() ração () sementes selecionadas () bernicida () carrapaticida
() vacina () outros: _____.
39. que medidas usa para evitar a contaminação com agrotóxicos?

_____.
- () 40. Tem conhecimento de algum caso de contaminação de pessoas devido o manuseio de agrotóxico?
1. Sim 2. Não
Especificar onde / como / quando: _____

_____.
- () 41. Que destino é dado às embalagens dos agrotóxicos?

_____.

IV - CRÉDITO RURAL

- () 42. Alguma vez já pediu financiamento? 1. Sim e Obtive 2. Sim e não obtive 3. Não pediu
- () 43. Porque não obteve? 1. Falta de garantia 2. Crédito agrícola fechado
3. Outros: _____.
- () 44. Se não pediu financiamento para esta safra, qual o motivo?
1. receio de não poder pagar 2. receio de ficar sem lucro
3. dificuldade com a burocracia do banco 4. é mais fácil pedir a terceiros
5. juros muito altos 6. Possui capital suficiente
7. Outro: _____.
- () 45. Com que frequência recorre a financiamento? 1. Anualmente 2. Não regulam. 3. Nunca
- () 46. Banco ou Cooperativa em que obteve financiamento este ano:
1. BESC 2. Banco do Brasil 3. Cooperativa 4. Outro: _____.

66. Comercialização da pecuária e derivados:

LEITE		QUEIJO	
Destino	Qtde. litros por mês	Destino	Qtde. de quilos por mês
Biguaçu		Buguaçu	
Ituporanga		Ituporanga	
Rio do Sul		Rio do Sul	
Outros:		Outros:	

- () 67. Ao vender o seu produto, qual é a maior dificuldade encontrada para que ele chegue ao local de comercialização?
1. Não há dificuldade 2. Frete muito caro
3. Estradas muito precárias 4. Outra: _____
- () 68. O produtor tem conhecimento antecipado do preço do produto que quer comercializar?
1. Sim 2. Não
- () 69. De que maneira o produtor toma conhecimento dos preços? Através do:
1. Intermediário 2. Comprador 3. Outro produtor 4. Televisão
5. Outros: _____

XIII - OUTRAS INFORMAÇÕES

- () 70. Nos próximos anos, pretende continuar com as atividades no meio rural? 1. Sim 2. Não
Porque: _____
- () 71. Pretende continuar morando no município: 1. Sim 2. Não
Porque: _____
- () 72. Qual é a principal fonte de renda da família?
1. Cultivo da cebola Cultivo do fumo 3. Outros cultivos 4. Pecuária
5. Outra: _____
- () 73. Possui automóvel? 1. Sim 2. Não
Ano de fabricação: () Tipo: _____
- () 74. Possui moto? 1. Sim 2. Não
Ano de fabricação: () Tipo: _____
- () 75. Dispõe em casa de: (coloque X dentro do parênteses)
() Geladeira () Lavadora de roupa () Televisão
() Freezer () Fogão à gás () Telefone
() Parabólica () Fogão à lenha () Rádio
- () 76. Renda média mensal da família:
1. Menos de 1 salário mínimo 2. Um salário mínimo 3. De 1 a 3 salários mínimos
4. De 4 a 5 salários mínimos 5. Mais de 5 salários mínimos
77. Descreva a importância do estudo para você e seus filhos e filhas.

- () 78. Número de filhos menores de 14 anos que moram com a família e não trabalham na propriedade:
() Homens () Mulheres
79. Número de filhos maiores de 14 anos que moram ou não na propriedade, e trabalham na propriedade:
() Homens () Mulheres
80. Membros da família que deixaram o estabelecimento: a) idade b) para onde foram
c) há quanto tempo migrou (1. Menos de um ano 2. Um a dois anos
3. Dois a cinco anos 4. Mais de cinco anos
- 1º membro: a) () b) () c) ()
2º membro: a) () b) () c) ()
3º membro: a) () b) () c) ()

81. Motivo da saída: 1. Trabalho 2. Estudo 3. Outro: _____.
() 1º membro () 2º membro () 3º membro

- () 82. As atividades agrícolas prejudicam a frequência dos alunos nas aulas? 1. Sim 2. Não
Porque: _____

83. Na sua opinião como seria possível solucionar esse problema? (caso tenha respondido sim anteriormente).

84. Que auxílios já recebeu da Prefeitura Municipal, para suas atividades na lavoura e na pecuária?

85. O que é ruim em Leoberto Leal? E o que é bom?

- () 86. O senhor tem algum vizinho ou conhecido que saiu do município, nos últimos quatro anos?
1. Sim 2. Não

- () 87. Em caso afirmativo, qual foi o motivo?

1. Porque não dá mais para viver na roça

2. Estudo para os filhos

3. Outro motivo: _____

Nome: _____

Data da saída: ____/____/____

Destino: _____

Local de saída: _____

- () 88. O emigrante possuía terras?

1. Sim

2. Não

- () 89. Se possuía terras, o que fez com elas?

1. Vendeu

2. Arrendou

3. Abandonou

V - ASSISTÊNCIA TÉCNICA

47. De quem recebe maior informação sobre a atividade? (/) (2 respostas)
1. rádio 2. televisão 3. jornal 4. folhetos
5. vizinhos 6. EPAGRI 7. comerciante 8. outros: _____
- () 48. Recebe assistência técnica? 1. Sim 2. Não
- () 49. De quem recebe assistência técnica? (se respondeu sim na pergunta anterior)
1. EPAGRI 2. particular 3. Cooperativa 4. instrutores de fumo
5. outra: _____
- () 50. Para que atividade recebe assistência técnica?
1. lavoura 2. pecuária 3. lavoura e pecuária 4. outros: _____
- () 51. Considera importante e necessária a assistência técnica da EPAGRI? 1. Sim 2. Não
Porque? _____
- () 52. Faz parte dos agricultores assistidos pelo:
1. PROJETO CRER 2. PROJETO MICROBACIAS 3. Nenhum
- () 53. Acredita que a implantação e a execução das práticas agrícolas e demais ações, dos projetos acima citados irão melhorar o desempenho da sua propriedade como um todo, resultando em aumento da renda e melhor qualidade de vida de sua família? 1. Sim 2. Não
Porque? _____
- _____
- _____

VI - FORÇA DE TRABALHO

54. Emprego de força de trabalho agrícola (quantificar em meses)
(/) humana (/) animal (/) mecânica
- () 55. Número de empregados permanentes:
- () 56. Número de empregados temporários:
- () 57. Existe falta de mão-de-obra: 1. Sim 2. Não
Justifique: _____
- () 58. É filiado a: 1. Sindicato dos Trabalhadores Rurais. 2. Sindicato Rural 3. Nenhum
59. Número de filhos com menos de 14 anos, que trabalham na propriedade:
() homens () mulheres
60. Número de filhos de 14 anos e mais, que trabalham na propriedade:
() homens () mulheres
61. Número de filhos (e cônjuges) que trabalham na propriedade:
62. Remuneração do trabalho amiliar: _____
- _____

VIII - COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

- () 63. Já foi sócio da Cooperativa CRAVIL? 1. Sim 2. Não
- () 684 As funções e atribuições exercidas pela ex-cooperativa eram importantes e traziam benefícios para o produtor? 1. Sim 2. Não
Porque? _____
- () 65. Compradores da produção 1. Intermediário 2. Atacadista 3. Supermercados
4. CEASA 5. Outros: _____

Levantamento do número de famílias que saíram do Município de LEOBERTO LEAL, nos últimos 5 anos, efetuado pelos professores das escolas das diversas localidades, com ajuda dos alunos.

Localidade: _____
Escola: _____

Professor (a):

[illegible]

Obs.: Preencher com números os seguintes campos: Motivo saída: 1= porque não dá mais para viver na roça. 2= problemas de saúde. 3= estudo para os filhos. 4= para ficar perto de familiares. 5= porque achava que lá era melhor.

O que fez c/ a terra: 1= vendeu. 2= arrendo. 3= deixou/abandonou.

Não possuía terras: 1= arrendei. 2= trabalha nas terras do pai.

Tipo de trabalho no lugar de destino: 1= continua na roça/lavoura. 2= emprego em firma. 3 = trabalho por dia em limpeza de hortas e jardins. 4= caseiro

Levantamento do número de “JOVENS” que saíram do Município de Leoberto Leal nos últimos 5 anos.

[illegible]

ANEXO V

DADOS METEOROLÓGICOS

Precipitações e Temperaturas médias mensais de Leoberto Leal:

Especificações	Temperatura (° C)	Precipitação (mm)
Janeiro	21.2	139.4
Fevereiro	21.0	151.0
Março	20.0	099.7
Abril	17.2	082.8
Maio	14.6	109.3
Junho	12.9	091.3
Julho	12.5	165.2
Agosto	13.7	136.5
Setembro	15.1	116.2
Outubro	19.6	141.3
Novembro	18.5	127.4
Dezembro	20.1	163.8
Média	16.9	126.9

FONTE: ORSELLI, Leda & SILVA, J.T.N. - 1988 - Contribuição ao Estudo do Balanço Hídrico em Santa Catarina - Série Didática - Florianópolis - UFSC.

ANEXO - VI

DECRETO Nº 750, DE 10 DE FEVEREIRO DE 1993

Dispõe sobre o corte, a exploração e a supressão de vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração da Mata Atlântica, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, e tendo em vista o disposto no art. 225, § 4º, da Constituição, e de acordo com o disposto no art. 14, alíneas "a" e "b", da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, no Decreto-lei nº 289, de 28 de fevereiro de 1967, e na Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981,

DECRETA:

Art. 1º Ficam proibidos o corte, a exploração e a supressão de vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração da Mata Atlântica.

Parágrafo único. Excepcionalmente, a supressão da vegetação primária ou em estágio avançado e médio de regeneração da Mata Atlântica poderá ser autorizada, mediante decisão motivada do órgão estadual competente, com anuência prévia do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, informando-se ao Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, quando necessária à execução de obras, planos, atividades ou projetos de utilidade pública ou interesse social, mediante aprovação de estudo e relatório de impacto ambiental.

Art. 2º A exploração seletiva de determinadas espécies nativas nas áreas cobertas por vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração da Mata Atlântica poderá ser efetuada desde que observados os seguintes requisitos:

I - não promova a supressão de espécies distintas das autorizadas através de práticas de roçadas, bosqueamento e similares;

II - elaboração de projetos, fundamentados, entre outros aspectos, em estudos prévios técnico-científicos de estoques e de garantia de capacidade de manutenção da espécie;

III - estabelecimento de área e de retiradas máximas anuais;

IV - prévia autorização do órgão estadual competente, de acordo com as diretrizes e critérios técnicos por ele estabelecidos.

Parágrafo único. Os requisitos deste artigo não se aplicam à exploração eventual de espécies da flora, utilizadas para consumo nas propriedades ou posses das populações tradicionais, mas ficará sujeita à autorização pelo órgão estadual competente.

Art. 3º Para os efeitos deste Decreto, considera-se Mata Atlântica as formações florestais e ecossistemas associados inseridos no domínio Mata Atlântica, com as respectivas delimitações estabelecidas pelo Mapa de Vegetação do Brasil, IBGE 1988: Floresta Ombrófila Densa Atlântica, Floresta Ombrófila Mista, Floresta Ombrófila Aberta, Floresta Estacional Semidecidual, Floresta Estacional Decidual, manguezais, restingas, campos de altitude, brejos interioranos e enclaves florestais do Nordeste.

Art. 4º A supressão e a exploração da vegetação secundária, em estágio inicial de regeneração da Mata Atlântica, serão regulamentadas por ato do IBAMA, ouvidos o órgão estadual competente e o Conselho Estadual do Meio Ambiente respectivo, informando-se ao CONAMA.

Parágrafo único. A supressão ou exploração de que trata este artigo, nos limites em que a vegetação remanescente da Mata Atlântica seja inferior a cinco por cento da área original, obedecerá o que estabelece o parágrafo único do art. 1º deste Decreto.

Art. 5º Nos casos de vegetação secundária nos estágios médio e avançado de regeneração da Mata Atlântica, o parcelamento do solo ou qualquer edificação para fins urbanos só serão admitidos quando de conformidade com o plano diretor do Município e demais legislações de proteção ambiental, mediante prévia autorização dos órgãos estaduais competentes e desde que a vegetação não apresente qualquer das seguintes características:

I - ser abrigo de espécies da flora e fauna silvestres ameaçadas de extinção;

II - exercer função de proteção de mananciais ou de prevenção e controle de erosão;

III - ter excepcional valor paisagístico.

Art. 6º A definição de vegetação primária e secundária nos estágios avançado, médio e inicial de regeneração da Mata Atlântica será de iniciativa do IBAMA, ouvido o órgão competente, aprovado pelo CONAMA.

Parágrafo único. Qualquer intervenção na Mata Atlântica primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração só poderá ocorrer após o atendimento do disposto no caput deste artigo.

Art. 7º Fica proibida a exploração de vegetação que tenha a função de proteger espécies da flora e fauna silvestres ameaçadas de extinção, formar corredores entre remanescentes de vegetação primária ou em estágio avançado e médio de regeneração, ou ainda de proteger o entorno de unidades de conservação, bem como a utilização das áreas de preservação permanente, de que tratam os arts. 2º e 3º da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965.

Art. 8º A floresta primária ou em estágio avançado e médio de regeneração não poderá esta classificação nos casos de incêndio e/ou desmatamento não licenciados a partir da vigência deste Decreto.

Art. 9º O CONAMA será a instância de recurso administrativo sobre as decisões decorrentes do disposto neste Decreto, nos termos do art. 8º, inciso III, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

Art. 10. São nulos de pleno direito os atos praticados em desconformidade com as disposições do presente Decreto.

§ 1º Os empreendimentos ou atividades iniciados ou sendo executados em desconformidade com o disposto neste Decreto deverão adaptar-se às suas disposições, no prazo determinado pela autoridade competente.

§ 2º Para os fins previstos no parágrafo anterior, os interessados darão ciência do empreendimento ou da atividade ao órgão de fiscalização local, no prazo de cinco dias, que fará as exigências pertinentes.

Art. 11. O IBAMA, em articulação com autoridades estaduais competentes, exercerá rigorosa fiscalização dos projetos existentes em área da Mata Atlântica.

Parágrafo único. Incumbir aos órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, nos casos de infrações às disposições deste Decreto:

- a) aplicar as sanções administrativas cabíveis;
- b) informar imediatamente ao Ministério Público, para fins de requisição de inquérito policial, instauração de inquérito civil e propositura de ação penal e civil pública;
- c) representar aos conselhos profissionais competentes em que inscrito o responsável técnico pelo projeto, para apuração de sua responsabilidade, consoante a legislação específica.

Art. 12. O Ministério do Meio Ambiente adotará as providências visando o rigoroso e fiel cumprimento do presente Decreto, e estimulará estudos técnicos e científicos visando a conservação e o manejo racional da Mata Atlântica e sua biodiversidade.

Art. 13. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14. Revoga-se o Decreto nº 99.547, de 25 de setembro de 1990.

Brasília, 10 de fevereiro de 1993; 172ª da Independência e 105ª da República.

ITAMAR FRANCO
Fernando Coutinho Jorge

ANEXO VII

LEOBERTO LEAL: CONDIÇÃO DO PRODUTOR - 1970 a 1985

ANO	Total de Estab.	PROPRIETÁRIO			ARRENDATÁRIO			PARCEIRO			OCUPANTE		
		Núm. Estab.	%	Área (ha)	Núm. Estab.	%	Área (ha)	Núm. Estab.	%	Área (ha)	Núm. Estab.	%	Área (ha)
1970	685	420	61,32	18.832	79,39	124	18,10	2.533	10,68	64	9,34	494	2,08
1975	577	417	72,27	15.129	88,19	79	13,70	1.120	6,53	45	7,80	448	2,61
1980	680	366	53,82	15.631	75,55	20	2,94	277	1,34	175	25,74	2.469	11,94
1985	933	488	52,30	19.867	84,29	105	11,25	965	4,09	168	18,00	1.219	5,17

FONTE: IBGE - Censos Agropecuários 1970, 1975, 1980 e 1985.

DIÁRIO CATARINENSE □ SÁBADO, 31 DE JANEIRO DE 1998

PUBLICAÇÕES LEGAIS

JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE ITUPORANGA EDITAL DE ARREMATAÇÃO ART. 687 DO CPC

1ª Praça: Dia 07 de abril de 1.998, às 14:30 horas, por lance superior ao valor da avaliação.

2ª Praça: Dia 16 de abril de 1.998, às 14:30 horas, por lance a quem mais der.

Local: Átrio do Fórum da comarca de Ituporanga - SC.

Ação: Execução nº 192/97

Exequente: DIMON DO BRASIL TABACOS LTDA;

Executado: JOSÉ NIVALDO STEFFENS E ANISIO STEFFENS.

Bens: Parte ideal de 100.000,00m² de um terreno rural, situado na localidade de Vargem dos Bugres, município de Leoberto Leal, desta comarca com área total de 270.000,00m², devidamente registrado no CRI desta cidade e comarca sob nº 12.834, com as seguintes confrontações. LESTE com terras de José Nivaldo Steffens (restante do terreno) e a OESTE, com terras de Dorvalino Hugen Hamm, SUL, com terras de Vitorio Coelho e a OESTE, com terras de Valmor Lopes, tendo uma estufa com varanda construída na área penhorada. Não constando ônus nem recurso pendente de julgamento nos autos.

Avaliação: R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais), avaliado em 16/10/97.

Depositários: JOSÉ NIVALDO STEFFENS

Intimação: Fica(m) desde já e por intermédio deste intimado(s) o(s) devedor(es) JOSÉ NIVALDO STEFFENS e sua esposa e Anisio STEFFENS caso não sejam encontrados pelo oficial de justiça. Eu, Edna Regina Becker Probst o escrevi o subscrevo.

Ituporanga, 08 de janeiro de 1998

ADELAR HOEGEN - Por ordem do MM Juiz de Direito.

ANEXO IX

Centro Regional de Educação Rural

"INVESTIR em recursos humanos
é fazer o homem alçar voo
rumo às suas
potencialidades."

CAMPUS AGRÍCOLA: onde se exercita o saber

CRER

1.- IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO:

PROJETO - CRER

Centro Regional de Educação Rural

PARÓQUIA EVANGÉLICA DE

LEOBERTO LEAL

Stª Catarina - Brasil

Rua Vergílio Patrício da Cunha, 10

Telefax (0482) 68 12 12 - Prefeitura

Telef. (0482) 68 11 97 - Paróquia

(0482) 68 12 12 - Escritório

88445-000 LEOBERTO LEAL - SC

2.- REQUERENTE/MANTENEDOR:

a) Identificação: PASTORAL RURAL LUTERANA/PARÓQUIA EVANGÉLICA
de LEOBERTO LEAL

b) Endereço : Projeto-CRER
Rua Vergílio Patrício da Cunha, 10
88445-000 LEOBERTO LEAL - SC - Brasil

c) Cond. Jurídica: Inscrição Estadual: Isenta
C G C : 82 702 283/0001-88

d) Diretoria : Presidente: ARLINDO BAUER MARIAN/Alírio Henckemeier
Secretário: HAMILTON MARIOTTI/Afonso Eger
Tesoureiro: VILMA SCHEIDT/Tito Truppel Scheidt
Pastor PRL: ALDEMIS RODOLFO DA CUNHA
Pastor Reg: MEINRAD PISKE

e) Localização : O Projeto-CRER se localiza na sede da Pastoral Rural Luterana - PRL -, na Paróquia Evangélica de Leoberto Leal - SC, onde atuará intensivamente durante os três primeiros anos, para, em tão, expandir-se oficialmente pela região minifundiária, dadas as condições, apoio e confiança ao Projeto creditadas pelas forças vivas do

PASTORAL RURAL LUTERANA - R. Vergílio P. da Cunha, 10 - 88445-000 LEOBERTO LEAL - SC
Tel.: (0482) 681197/681212 - Telefax (0482) 681212

"INVESTIR EM RECURSOS HUMANOS
é fazer o homem alçar voo
rumo às suas
potencialidades."

CRER

3.

CAMPUS AGRÍCOLA: onde se exercita o saber

município em busca de uma coordenação para os esforços a-
tê aí com poucos reais sinais de vida.

A equipe do CRER sente-se orgulhosa deste voto de confian-
ça e fé.

Da mesma forma agradece pelo apoio do Conselho Regional
da II Região Eclesiástica da IECLB.

- *) DESTE PROJETO-CRER EM TERMOS GLOBAIS FOI EXTRAÍDO O MINI-PROJETO ,
JÁ ENVIADO ANTERIORMENTE, VIA TELEFAX, segundo sugestão do P.Inácio
LEMKE, do KED, devido à nossa URGÊNCIA em atender desde já os pequ-
nos agricultores em vias de preparo de solo para plantio ou para o
êxodo... Agradecemos em nome destes pela compreensão.

3.- DESTINATÁRIO DO PEDIDO DE AUXÍLIO:

PASTORAL RURAL LUTERANA - PRL
PARÓQUIA EVANGÉLICA DE
LEOBERTO LEAL - SC
- Projeto CRER -

4.- IMPORTÂNCIA SOLICITADA: (Para os três anos)

- Recursos Próprios	CR\$ 7.814.720,-	US\$ 85.160,-
- Importância solicitada	CR\$ 16.166.306,-	US\$ 175.721,-
SOMA TOTAL	CR\$ 23.981.026,-	US\$ 260.881,-

*) CÂMBIO OFICIAL DO DIA: 17.08.93:

US\$ 1,- = CR\$ 92,-

ESPECIFICAÇÕES:

No item 8 = ORÇAMENTO.

"INVESTIR em recursos humanos
é fazer o homem alçar vôo
rumo às suas
potencialidades."

CAMPUS AGRÍCOLA: onde se exercita o saber.

CRER

5.- OBJETIVO PRINCIPAL - Geral:

A pequena propriedade está agonizando. Em 1990, segundo dados oficiais, 83 Famílias por DIA, migraram em Santa Catarina, do campo para os cinturões de miséria especialmente, de Florianópolis, compondo hoje, aproximadamente 30% da população da Capital catarinense. - De que vive - ou como sobrevive - esta gente ? Quando conseguem um trabalho é por um salário mínimo, ou então, vivem de " bicos " eventuais e da marginalidade (roubos, assaltos, drogas, prostituição,...) O Projeto-CRER vai levar alternativas de praticar uma agricultura ecológica, basicamente, organizando os pequenos produtores politicamente em suas Comunidades nos assim denominados Conselhos Populares. Primeiramente, as famílias rurais reúnem-se (homem, mulher e filhos em idade escolar) para debater problemas e juntos encontrarem soluções, buscando alternativas viáveis de aumento de produtividade E RENTABILIDADE. Depois de os grupos terem-se reunido algumas vezes e amadurecido, escolherão democraticamente, por voto secreto, os seus Líderes que, por sua vez, serão especialmente treinados em Seminários específicos pela equipe do CRER (coordenador e técnicos convidados/conveniados). O Projeto-CRER trabalhará a criação de NOVOS HÁBITOS nas famílias rurais, e não apenas passar-lhes informações técnicas.

Os problemas mais sérios são a dependência do sistema financeiro escravagista, a degradação das terras, a erosão, baixa produtividade, nenhuma rentabilidade e o conseqüente ÊXODO RURAL e marginalização. Pela falta de profissionalização os produtores não percebem as alternativas técnicas. Com distribuição de sementes, mudas e orientação o CRER reverte esta situação. Os trabalhos acontecem a nível de propriedades e em sistema de orientação de grupos, aprendendo-a-fazer-fazendo. Alguns agricultores irão se sobressaindo. Nestas propriedades a equipe promove um saneamento geral na hora certa: Reflorestamento nas encostas com mais de 45° (de acordo com a Lei); implantação de pastagens cultivadas, consorciadas de inverno e verão - leguminosas e gramíneas - com piquetes rotativos nas semi-encostas; lavouras nas áreas sem perigos de erosão, implantando o sistema de Plantio Direto e racionalizando custos, além de aumentar a produtividade e rentabilidade; os velhos galpões serão demolidos e reconstruídos em regime de mutirão, permutando-se dias de serviço entre os que ajudarem. Serão construções sanitariamente ideais, práticas e racionais; pomares e hortas serão implantadas. Gradativamente estas propriedades vão se tornando "LEHRHÖFE" - Propriedades-Escola, onde filhos de outros pequenos agricultores realizarão estágios durante um ano, revesando-se a cada duas semanas e, indo para casa aplicam na propriedade paterna, criando ali respectivamente mais e mais LEHRHÖFE. Desta forma não con-

"INVESTIR em recursos humanos
é fazer o homem alçar voo
rumo às suas
potencialidades."

CAMPUS AGRÍCOLA: onde se exercita o saber

CRER

convencional estaremos PROFISSIONALIZANDO os agricultores. Cursos de Indústria Rural Caseira acontecerão, orientados pelos técnicos especialistas da EPAGRISCSA (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Difusão de Tecnologia, de Santa Catarina SA), com quem o CRER trabalha de forma integrada, via Secretaria Municipal da Agricultura de Leoberto Leal.

6.- JUSTIFICATIVA, HISTÓRICO E FILOSOFIA DO CRER:

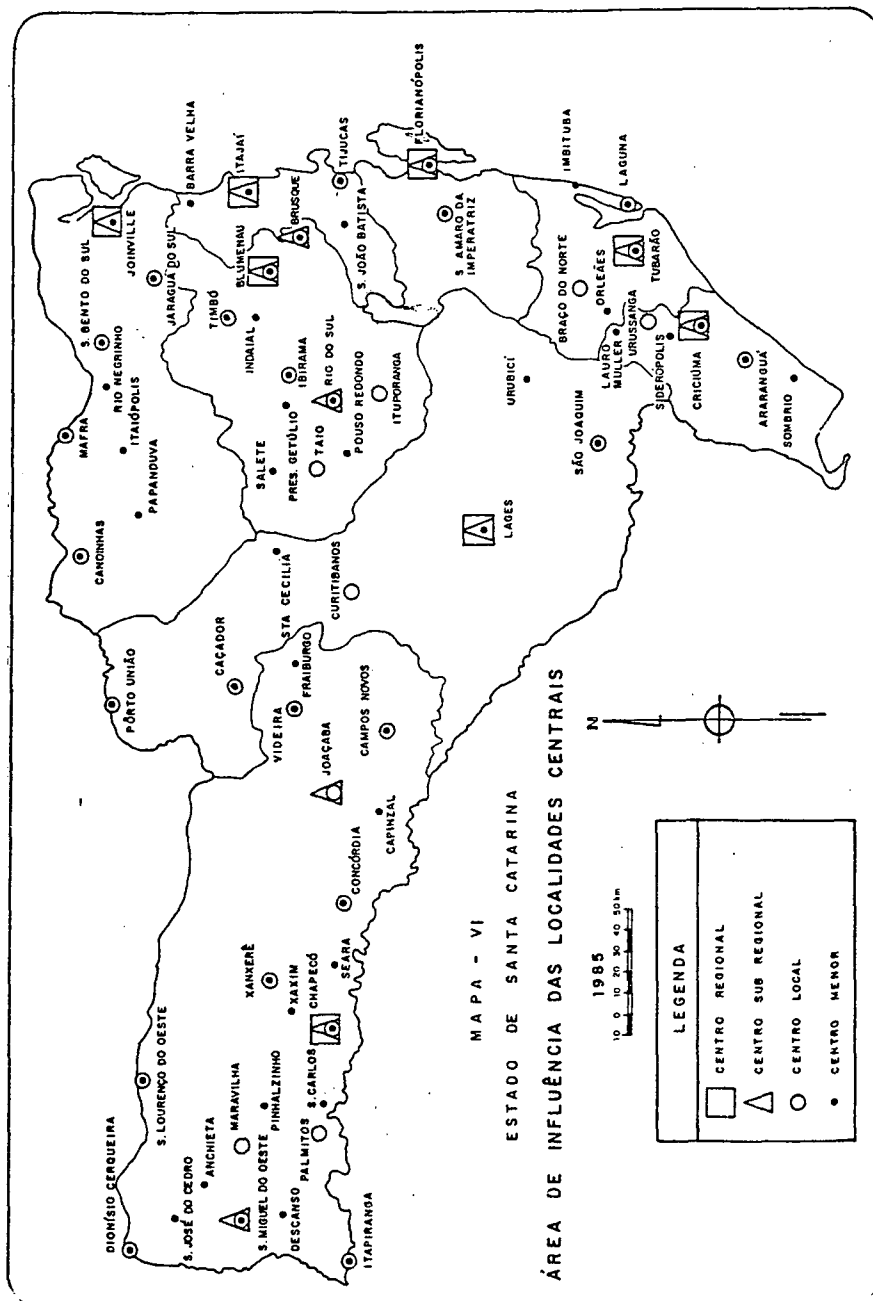
"Deus nos introduziu numa terra fértil, para que comêssemos o seu fruto e o seu bem; mas, depois de ter-mos entrado nela, nós a contaminamos, e de sua herança fizemos abominação." Jeremias 2,7.

Como cristãos não podemos ficar de braços cruzados diante do que sabemos. Recebemos "talentos" e queremos multiplicá-los, e não enterrá-los, pois, Ele virá pedir prestação de contas. Não podemos, como diz o poeta: "Tudo isso acontecendo e eu aqui na praça dando milho aos pombos."

Se a moderna tecnologia só trouxe aumento de produtividade sem aumento de rentabilidade para a família rural, e se não trouxe consigo melhor Qualidade de Vida, então, esta tecnologia não serve para a humanidade. A tecnologia ALTERNATIVA proposta pelo CRER é tecnicamente exeqüível, economicamente viável, socialmente aceitável, ecologicamente responsável, teologicamente defensável, apenas politicamente questionável; mas, que moral tem os políticos para questioná-la? Somente através do trabalho de organização e conscientização, coordenada pelo CRER, podemos levar os pequenos produtores a decisões e atitudes democratizadas, justiça social, preços justos e uma vida social digna, de orgulho e alegria, valorizando o ser, sem deixar de ter. Entre outros, TAMBÉM os filhos dos pequenos produtores tem DIREITO à educação e não apenas quem "passa no vestibular"!

LEOBERTO LEAL é o município-sede da nossa Pastoral Rural Luterana, situado a 130 km da capital Florianópolis. Tem 209 km², com 4287 habitantes, dos quais, 3.807 ainda na área rural, onde cultivam 3.320 Ha de lavouras, 1.884 Ha de po-treiros nativos de baixíssima produtividade, mantendo o gado leiteiro com uma produção de 3 litros de leite por dia e cabeça, em média. Ainda restam 7.000 Ha de mata Atlântica no município. Grande parte das íngremes encostas estão desmatadas e sofrendo os danosos efeitos da erosão, assoreando o rio que corta a paisagem, envenenado pelas terras envenenadas que vem das lavouras agro-intoxicadas. O pH médio é igual a 5, ácido, portanto. A economia em Leoberto Leal está estagnada, tendo-se tornado um dos municípios mais pobres de Santa Catarina. São 336 propriedades com até 25 Ha, mais 136 entre 25 a 35 Ha.

T



GAZETA MERCANTIL - SEGUNDA-FEIRA, 14 DE SETEMBRO DE 1998

Incentivos

Produtores denunciam atraso no Pronaf

Jullana Wilke
de Florianópolis

Na última semana, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina (Fetaesc) encaminhou ao Ministério da Agricultura a denúncia de que agências bancárias estão exigindo contrapartida para a liberação de recursos do Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar (Pronaf). "As atividades na agricultura são de grande risco. Mesmo um projeto bem elaborado e com boa expectativa de viabilidade poderá sofrer dificuldades no seu fluxo de renda com o acontecimento de eventos negativos, inviabilizando o cumprimento do calendário de pagamentos", afirma o diretor de política agrícola e agrária da Fetaesc, Maurício Aristides Sobczak.

Segundo a Fetaesc, algumas agências bancárias só aceitam planos para o fumo. As indústrias fumageiras se responsabilizam pelas negociações junto aos bancos para captar os recursos que se destinam ao cultivo do produto. "Com isso facilitam a obtenção de crédito desburocratizando todas as etapas do processo."

O superintendente estadual do Banco do Brasil em Santa Catarina, João Carlos de Mattos, rebate os comentários. "Não há facilidade maior para os produtores de fumo. Os recursos são destinados aos municípios de acordo com a demanda." O superintendente acrescenta que o banco não foi procurado nenhuma vez pela federação para denunciar agências que estariam procedendo deste modo. "Se não teríamos punido os funcionários se tal acusação fosse confirmada."

Os produtores reclamam da grande demora entre os anúncios

que o governo faz sobre os programas de financiamento e a operacionalização dos mesmos nas agências bancárias nos municípios interiores. O diretor acrescenta que é comum a falta de informações nessas agências ou mesmo a contradição entre o que informam e o que é divulgado.

Fiscalização

Os bancos que exigem contrapartida dos produtores rurais para liberação de crédito estão na mira do Ministério da Agricultura. Em um comunicado às Delegacias da Agricultura, o ministro Francisco Turra, informa que os delegados deverão acompanhar os repasses dos recursos para custeio da safra 98/99.

"Esta é uma prática lamentável, injusta, que inibe os produtores na tomada dos empréstimos. Esses abusos serão coibidos. O ministério não vai permitir que este tipo de comportamento, comum no passado, venha a se transformar em mais uma praga a atacar a agricultura brasileira", escreveu Turra aos delegados de Agricultura de todo o País.

O Ministério da Agricultura classifica a exigência de contrapartida como uma afronta à orientação do governo que equalizou os financiamentos agrícolas, com recursos do Tesouro, para permitir redução de custos e proporcionar renda àqueles que vivem da terra.

Francisco Turra afirmou, na normativa enviada às delegacias, que a meta do governo de aumentar a produção agrícola do País não pode ser derrubada pela "imposição de alguns gerentes que transformam suas mesas em verdadeiros balcões de negócios. Produtores empobrecidos, bancos enriquecidos", comentou.

OS JOVENS DA ROÇA E OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Alô juventude! Fui convidado para lhes falar um pouco sobre os meios de comunicação social: rádio, televisão, cinema, imprensa, audiovisuais... Pra vermos juntos se estes meios estão favorecendo nossa comunicação, sendo úteis para nossa comunidade, ou se vêm atrapalhando nossos encontros e nossa vida; nosso relacionamento e bate-papo do dia-a-dia.

Os meios de comunicação são dádivas e dons de Deus para estarem sempre a serviço do povo. São fatores de comunhão e contribuem para a integração das pessoas, para expansão e democratização da cultura e do lazer.

Porém, quando controlam e iludem a população segundo os interesses do poder econômico e político, deixam de contribuir porque criam dependência nos jovens, pondo ilusão e fantasia no lugar dos verdadeiros valores humanos, pela exploração das paixões, dos sentimentos, da violência e do sexo. Com objetivos consumistas, violam os direitos individuais; com mensagens que nem sempre são construtivas, causando confusão familiar.

Daí, é preciso darmos um tempo e nos perguntar: "quem sou eu?", "quem é você?", "quem somos nós?", "por que disto e daquilo?", "será certo isto e aquilo?".

Hoje, muitos jovens estão cada um na sua, comprando tudo que é novidade mostrada nos meios de comunicação. Fazendo pensando, agindo, sendo influenciados por toda programação que assistem e ouvem. Facilmente se iludem, sem dar-se conta disso. Abandonando a relação de entre-ajuda e comunhão entre os irmãos. Deixando de ser o que são naturalmente, se apegam a tudo o que estes meios oferecem, que é a cultura artificial, industrial que, ao invés de ajudar, mostrando nossa realidade e modo de ser brasileiro, de jovens da roça, mostram apenas o mundo da cidade grande, e da realidade estrangeira que nada tem a ver conosco.

80% das músicas tocadas diariamente em nossas rádios são estrangeiras, enquanto muitos cantores sertanejos estão desempregados e sem chance de fazer ouvir suas canções.

900 filmes estrangeiros são apresentados anualmente em nossos cinemas e 300 filmes estrangeiros semanalmente em nossas televisões, mostrando cenas de violência física, sexual e psicológicas, deixando de incentivar e promover artistas brasileiros e a criação de filmes que retratem nossa realidade. Até as novelas têm se afastado de nossa realidade, mostrando mais a realidade de ricos e poderosos do que a dos pobres, sem terra, sem emprego, dos que estão ganhando um salário de fome enquanto uns poucos ganham salários astronômicos (= muito altos). Nessa mesma onda embarcam os noticiários, quando apresentam quase sempre fatos e acontecimentos superficialmente, vazios, insignificantes e distorcidos, valorizando mais notícias dos Estados Unidos e Europa do que os fatos concretos do nosso país, negando-se e omitindo-se de nos informar da VERDADE. Eles fazem isso porque sabem que um povo consciente da verdade das coisas não se conforma em viver na miséria e injustiça. Assim, mostram só notícias insignificantes, para nos manter acomodados e na passividade. Sem falar dos programas humorísticos que levam os jovens a rirem da própria desgraça. A injustiça, a corrupção, o desemprego e a miséria chegaram a tal ponto em nosso país, que o brasileiro já virou piada de rádio, televisão, cinema e imprensa.

"Coma isto", "beba aquilo", "compre isto", "prefira aquilo" é o que chamamos de propaganda de consumo, que transforma tudo em mercadoria. Em torno dessas propagandas giram os desenhos, filmes, notícias, novelas, shows onde, para se alcançar audiência e daí o lucro, o próprio jovem passa a ser usado como objeto de consumo, de compra e venda, onde seu corpo é explorado em vista do lucro.

*Informativo da Paróquia
de Nossa Senhora do Rosário
de Leoberto Leal.*

Os meios de comunicação desrespeitam o jovem camponês, criando a ilusão de que melhor é ser "moderno", vindo, assistindo e comprando tudo que é oferecido — sufocando e abafando assim a criatividade, a alegria e o dinamismo. Deste modo, muitos jovens que não param para pensar sobre o que assistem, acabam se iludindo de que a vida na cidade é melhor, e acabam deixando a Terra!

Precisamos recuperar nosso espaço na sociedade. Isso depende de nossa força, união e opção de vida. Ou deixamos que façam nossa cabeça, ou nos organizamos melhor na comunidade, valorizando nossa cultura.

Vale lembrar que muitos jovens vêm se organizando em torno da comunicação alternativa, com boletins, folhetos, eslaides, vídeos, jornaizinhos comunitários, teatro. E alguns mais corajosos até já lançaram no ar rádios e tevês piratas. Tudo isso para mostrar que o jovem não é objeto mas sujeito da história, como ser humano criativo, filho de Deus, que se comunica através de Jesus pela paz, fraternidade, justiça e comunhão entre os povos.

Enfim, neste mundo da comunicação, os meios de comunicação podem tanto ajudar como também atrapalhar. Precisamos distinguir e escolher o melhor, separando o joio do trigo.

Jovens amigos da roça, não existe nada que se compare ao amor à terra e ao plantio!

*junho/julho
de 1989.*

